A NATUREZA DA URSS
(antologia)

I

A NATUREZA DA URSS

(antologia)

Porto
Afrontamento
1977

© 1977, Artur J. Castro Neves

Tradução: Artur J. Castro Neves e António Vasconcelos

Capa: João B.

'**Regimes, Instituições e Sistemas Económicos**'
Colecção dirigida por Artur J. Castro Neves

EDIÇÕES AFRONTAMENTO
Apartado 532 **Porto**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 7

AGRADECIMENTOS 9

RUDOLF ROCKER (1921)

Os Sovietes traídos pelos bolcheviques (o fracasso do comunismo de Estado) 11

SIMONE WEIL (1933)

Caminharemos nós para uma revolução proletária? 25

ANTE CILIGA (1938-1950)

Dez anos por detrás da cortina de ferro: no país da mentira desconcertante 47

RUDOLF HILFERDING (1940)

Capitalismo de Estado ou economia totalitária? 87

CLAUDE LEFORT (1956)

O totalitarismo sem Estaline 97

PAUL CARDAN (CORNELIUS CASTORIADIS) (1956-1957)

(a) A economia burocrática e a exploração do proletariado 141
(b) A revolução e o aparelho do partido burocrático ... 165
(c) Balanço 171

MAXIMILIEN RUBEL (1957)

O crescimento do capital na URSS, ensaio de confronto crítico 175

W. JEROME e A. BUICK (1967)

Capitalismo de Estado soviético? História de uma ideia 205

HENRI E. MOREL

As discussões sobre a natureza dos países de leste (até à II Guerra Mundial): nota bibliográfica 227

APRESENTAÇÃO

O objectivo da série de antologias que agora se inicia é duplo. Em primeiro lugar, de um ponto de vista estritamente editorial, procura-se fornecer ao leitor de língua portuguesa um certo número de textos de difícil acesso (inclusivé na língua original), e que nos parecem representativos de importantes correntes de opinião e interpretações teóricas sobre um dado tema; textos cuja reunião dê uma ideia das discussões que à sua volta se geraram. Em segundo lugar, com respeito aos critérios selectivos, procuramos estabelecer um equilíbrio entre trabalhos universitários e documentos nascidos de preocupações e necessidades programáticas, ou de interesse histórico-biográfico.

Atendendo ao imenso interesse de certas discussões sobre a história do movimento operário ou sobre a natureza dos regimes ditos «socialistas», parece-nos urgente publicar alguns textos que lembrem que estas discussões não são uma novidade dos anos 60 ou 70, mas um simples prolongamento de discussões que existem desde que existe movimento operário e países «socialistas». Mas este ressurgimento apresenta certos aspectos inquietantes — o que só se explica na medida em que é veiculado pela edição capitalista, pela investigação «académica» e por preocupações organizacionais. Ele não surge nem como um aperfeiçoamento ou prolongamento com argumentos novos das discussões precedentes, mas sobretudo ignorando *estas.*

Consideraríamos um resultado francamente positivo se demonstrássemos a necessidade de situar todas as análises teóricas actuais e todo o tipo de interpretação política ou científica, no contexto de uma história intelectual. *A perniciosa abstracção desta perspectiva, de que o anti-intelectualismo praticista tem sido o motor e a caução, permite toda a espécie de manipulação polí-*

tica e intoxicação ideológica por parte de todas as burocracias políticas, de que uma manifestação exemplar é a actual desorientação e desintegração do mercado livreiro. Mas esta não só é significativa da desagregação ideológica que atinge genericamente a actividade teórica, como, num plano mais concreto, das dificuldades das instituições dominantes em recuperarem o movimento crescente de autonomização das lutas sociais.

Esta primeira antologia é consagrada às discussões sobre o carácter do regime russo, discussões que surgiram com a própria Revolução russa, e que posteriormente se prolongaram nas prisões de Estaline, único lugar onde, a partir de certa altura, um sentimento de segurança permitia que elas decorressem «livremente». A degenerescência da revolução e a bolchevização do movimento operário internacional levaram em seguida os intelectuais e os militantes revolucionários a interrogar-se sobre as suas práticas e finalmente sobre o conteúdo do socialismo. A guerra fria e a cristalização dos dois blocos iria transformar a URSS num «objecto» universitário e dar origem à sovietologia.

Em todos estes momentos houve discussão e a nossa apresentação cronológica pretende dar a conhecer a formação progressiva da ideia de que a União Soviética é um país de exploração capitalista, em que a classe dominante é a burocracia que, através da apropriação do Estado, proprietário colectivo do capital totalmente concentrado, mantém uma classe permanentemente expropriada e separada dos meios de produção assim como da gestão destes: o proletariado.

ARTUR J. CASTRO NEVES

AGRADECIMENTOS

Esta antologia possivelmente não teria visto a luz do dia sem a preciosa ajuda do meu amigo Enrique Escobar, um dos mais finos conhecedores da literatura universitária e política consagrada à natureza do regime bolchevique. Aqui se manifesta a nossa profunda gratidão. Se não fossem as imperfeições e lacunas contidas, a responsabilidade pela organização poder-lhe-ia ser inteiramente atribuída.

A revista francesa Economie Appliquée, *dirigida pelo professor François Perroux, permitiu-nos a tradução graciosa do artigo de Maximilien Rubel, assim como a Livraria Moraes Editora, a publicação dum artigo de Simone Weil por aquela já traduzido. Aqui exprimimos o nosso reconhecimento.*

A revisão final do manuscrito da antologia feita por José Carlos Costa Marques, melhorou imenso a qualidade da apresentação literária do texto.

I

RUDOLF ROCKER
(1921)

In *Os sovietes traídos pelos bolcheviques (o fracasso do comunismo de Estado)*. Excertos traduzidos a partir da versão francesa de P. Galissaire: Paris, Spartacus, n. 53, série B, Maio-Junho de 1973. Original alemão de 1921.

OS SOVIETES TRAÍDOS PELOS BOLCHEVIQUES

(...)

Quando Robespierre e Saint-Just preparavam a condenação dos Hebertistas, a imprensa jacobina começou a acusar estes últimos de serem «agentes de Pitt». A partir de então tal jogo criminoso passou a ser sistematicamente praticado e a última guerra forneceu-nos amplos exemplos desse procedimento. Quem ousasse em Inglaterra, França, ou noutro país qualquer, lançar uma palavra de protesto contra a grande carnificina dos povos era logo tratado de agente alemão pela demolidora imprensa patriótica, enquanto que na Alemanha todo e qualquer opositor à guerra era um «espião inglês». Ora este método miserável, que até ao presente continuava a ser o apanágio duvidoso do mais baixo jornalismo burguês, é hoje a arma preferida da imprensa do partido comunista russo e das suas lamentáveis sucursais no estrangeiro.

Maria Spiridinova e os maximalistas: contra-revolucionários! os anarquistas: contra-revolucionários! os sindicalistas: contra-revolucionários! Makhno: um contra-revolucionário! os revoltosos de Kronstadt: contra-revolucionários! E quem não acreditar não pode deixar de ser contra-revolucionário!

As circunstâncias particulares do desenvolvimento da Revolução russa é que permitiram aos partidários do «comunismo» moderno pôr em prática esta táctica jesuítica por tanto tempo e com tanto êxito. A explosão da Revolução russa foi com efeito o primeiro sinal fulgurante do despertar da humanidade da horrível monotonia do morticínio que transformara a Europa num imenso matadouro. O mundo inteiro pôde respirar de novo: o malefício tinha sido dominado! A terrível hipnose da loucura assassina que tinha arrastado durante vários anos a humanidade numa dança macabra de sangue e ruínas tinha perdido o seu poder — sentia-se próximo o seu fim. Do mesmo modo que outrora a guerra da independência dos colonos americanos tinha dado

um poderoso impulso à ideia revolucionária da antiga França, a Revolução russa agia agora sobre a evolução da Alemanha e da Áustria, precipitando a derrocada das potências centrais. A revolução tinha livrado o mundo da maldição da guerra, o que explica o imenso entusiasmo que ela suscitou em toda a classe operária e mesmo nos meios habitualmente por completo alheios à causa revolucionária. Via-se nela o início de uma era nova na Europa, e no seio das massas proletárias nascia um poderoso desejo de libertação da escravatura do salariato, sobretudo após a queda de Kerenski e a tomada do poder pelos bolcheviques.

Nos países latinos, esta simpatia sem mácula pela Revolução russa tinha uma outra particular razão de ser. Como as tradições do velho movimento bakuninista ainda estavam vivas junto das massas operárias, estas eram levadas a confundir o bolchevismo com as ideias de Bakunine e suas tentativas de realização.

Quando, depois, as potências imperialistas da Entente se mobilizaram contra a Rússia e desencadearam a contra-revolução, quando as hordas de Koltchak, Denikine e Wrangel ameaçaram a existência da República Soviética, a simpatia de todo o verdadeiro revolucionário, de qualquer tendência que se reclamasse, foi sem reservas para a Rússia soviética, e todos aqueles que estão minimamente ao corrente dos factos sabem que muitos deles, apesar de uma oposição fundamental às teorias bolcheviques, não se ficaram pela simpatia platónica. Tal foi em particular a atitude dos camaradas anarquistas, tanto na própria Rússia como em todos os outros países. Homens como Kropotkine, Malatesta, Bertoni, Domela Nieuwenhuis, Sebastien Faure e muitos outros, que desde o início se tinham abertamente oposto ao bolchevismo, colocaram-se sem hesitar ao lado da Rússia revolucionária, não porque estivessem de acordo com os princípios e directivas bolcheviques, mas simplesmente porque eram revolucionários e, como tais, inimigos de toda e qualquer tentativa contra-revolucionária.

A imprensa anarquista e sindicalista esforçou-se particularmente em manter uma grande discreção na sua crítica das ideias bolcheviques, para não favorecer assim a contra-revolução. Muitas notícias que nos chegavam,

muitas medidas do governo soviético que julgávamos fatais para o desenvolvimento da Revolução, foram caladas, porque se pensava não ser momento para críticas. Cada um de nós sentia toda a força das enormes dificuldades que se acumulavam na Rússia e ameaçavam o curso dos acontecimentos revolucionários. Também se pensava que era mais fácil formular críticas do que melhorar a situação, e foi este sentimento instintivo de responsabilidade que levou muitos de nós a calar-se num momento em que a Rússia, sangrando de tantas feridas, devia bater-se pelo seu destino. Mas foi precisamente esta difícil posição, em que a irresistível pressão das circunstâncias acelerou todas as tendências não bolcheviques do movimento socialista em geral, que deu aos partidários sem escrúpulos do bolchevismo a possibilidade de difamar, apodando-os de contra-revolucionários, todos os que seguiam outra via e não queriam curvar-se perante o seu *diktat*.

Os tempos mudaram, entretanto. A própria Rússia chegou ao cabo da sua evolução interna que poderia ser decisiva para o seu futuro imediato. Os famosos 21 pontos de Lenine e a tentativa da III Internacional de levar o conjunto do movimento operário na esteira do comunismo de Estado forçam-nos a tomar uma posição pública.

Aqueles que acreditavam que os dirigentes russos eram levados pela fatalidade da guerra a tomar medidas que no íntimo lhes repugnavam, e que com o fim das hostilidades o estado de guerra na vida pública chegaria ao seu termo, foram amargamente desiludidos. O estado de coisas não melhorou, tornou-se simplesmente insuportável. Uma terrível reacção domina hoje o país, e abafa toda a vida espiritual.

No decurso dos últimos meses tivemos ocasião de conversar com dezenas de homens e mulheres que tinham participado nos Congressos da III Internacional e na Internacional dos Sindicatos Vermelhos em Moscovo, e que nos relataram o que aí viveram e aprenderam. Entre eles encontravam-se os mais diversos partidários das mais diversas tendências socialistas e cidadãos de oito nações; mas que mudança, de ontem para hoje!

Antes, a maior parte daqueles que regressavam da Rússia só teciam elogios ao que tinham visto. Tudo estava bem, todas as limitações à liberdade justificadas pela necessidade, dada a situação crítica do país, e o menor indício de dúvida significava uma alta traição da causa revolucionária. Dito isto, 90% dos nossos peregrinos vermelhos, partidos para a moderna Meca em busca da sabedoria revolucionária nas próprias fontes, não tinham aprendido absolutamente nada sobre o verdadeiro estado da Rússia. A maior parte não falava russo e estava alojada no Hotel «Lux» de Moscovo, ou em qualquer outro alojamento confortável. Uma quantidade de empregados zelosos — a maior parte agentes da Tcheka — ocupava-se amplamente do bem estar físico e intelectual dos seus hóspedes, e informava-os sobre todos os detalhes do maravilhoso mundo comunista. Sob o seu controle visitavam também as fábricas, escolas, teatros, etc., e faziam excursões pelo país em confortáveis carruagens de caminho de ferro ou mesmo de automóvel — sempre sob o olhar vigilante dos agentes soviéticos, atentos a que nada viesse perturbar o programa previsto. Eram-lhes mostradas as aldeias à Potemkine e eles maravilhavam-se; quanto ao estado real dos campos muito poucos se apercebiam de algo. A maioria não desconfiava mesmo que eram vítimas de uma medíocre encenação teatral. Além de que o Ministério das Finanças se mostrava muito diligente para com os hóspedes e delegados, o que naturalmente não contribuía pouco para aumentar ainda mais o entusiasmo de alguns. Assim o mundo foi inundado por uma torrente de artigos de jornais, de brochuras e de livros escritos por pessoas que, depois de terem passado seis ou oito semanas na Rússia, se sentiram obrigadas a comunicar as suas «experiências» aos contemporâneos admirados. Ninguém melhor que Bill Haywood, que nos acaba de dar um exemplo típico enchendo, logo dois dias após a sua chegada a Moscovo, as colunas de um jornal londrino, «Daily Herald», com um verdadeiro hino de louvor à Rússia soviética. Quando um homem como Haywood não recua perante uma fraude tão estúpida, não tendo sequer compreendido o carácter condenável de tal maneira de agir, o que é que se poderá

esperar de espíritos subalternos de terceira e quarta ordem?

Mas, como dizíamos, uma grande mudança se verificou neste domínio, e nota-se um claro retorno à lucidez. Entre as dúzias de camaradas socialistas das mais diversas tendências evocadas acima, e regressados nas últimas semanas, não encontramos um só que tivesse pronunciado um juízo caracterizado pela mesma inocência de outrora. Todos, sem excepção, estavam muito inquietos e, na maior parte amargamente desiludidos com o que tinham visto, davam livre curso à crítica. Encontrámos homens que, tendo partido entusiastas, quase fanáticos, regressaram totamente desfeitos e tendo perdido toda a esperança. Entre eles havia um camarada espanhol, que ainda alguns meses antes tinha acusado publicamente os sindicalistas alemães de «mentalidade contra-revolucionária», por terem comunicado publicamente o apelo desesperado dos anarco-sindicalistas russos e exigido dos dirigentes russos a libertação dos revolucionários presos.

Não foram de modo algum as terríveis condições existentes na Rússia que levaram esses homens e mulheres a reverem as suas posições, mas sobretudo a pesada atmosfera de insuportável despotismo que sobre ela paira como uma nuvem negra e ao qual incumbe levar a cabo os piores excessos do czarismo. A repressão impiedosa de todo o pensamento livre, a ausência de qualquer garantia de liberdade pessoal, mesmo no interior de certos limites, como ainda é possível nos países capitalistas, a supressão de todos os direitos que dêem aos trabalhadores a simples possibilidade de divulgar as suas ideias e opiniões — liberdade de reunião, direito de greve, etc. — o arrepiante desenvolvimento de um sistema de polícia e de espionagem que ultrapassa tudo o que existiu neste triste domínio, as intrigas dos comissários e a rotina cega de toda uma hierarquia de funcionários sem alma, que de há muito tempo esgotou toda a possibilidade de autonomia e de vida nas massas — tudo isso, assim como muitos outros factos que já não se podem dissimular tão habilmente como antes, abriu bem os olhos que pareciam ter sucumbido sem esperança à hipnose geral.

(pp. 9-13)

VIII

DA NATUREZA DO ESTADO

Em *O Estado e a Revolução*, Lenine explica claramente «que a diferença entre marxistas e anarquistas consiste em que os primeiros, embora tenham também como finalidade a supressão completa do Estado, consideram que tal só é realizável após a supressão das classes pela Revolução socialista, como resultado da introdução do socialismo, o qual levará ao desaparecimento do Estado; enquanto que os segundos exigem a supressão total do Estado, de um dia para o outro, sem terem em conta as condições da sua realização».

Esta declaração levou um grande número de anarquistas a considerar Lenine e o seu partido como companheiros de luta; muitos deles aceitaram mesmo, ainda por cima, a famosa «ditadura do proletariado», porquanto apenas se tratava de uma forma de transição inevitável «no próprio interesse da Revolução». Não se queria, ou simplesmente não se podia, compreender que existe já um grande perigo na ideia da necessidade da ditadura como fase de transição inevitável.

Na verdade é usar uma lógica muito especial afirmar a necessidade do Estado enquanto as classes não forem suprimidas. Como se o Estado não tivesse sido sempre gerador de novas classes, como se ele não encarnasse precisamente e pela sua essência, a perpetuação das diferenças de classe. Esta verdade incontestável, sempre confirmada no decurso da história, realizou-se tão bem pela primeira vez com a experiência bolchevique na Rússia, que é preciso ser vítima da mais irremediável cegueira para ignorar a enorme importância desta tão recente lição. Sob a «ditadura do proletariado» desenvolveu-se efectivamente na Rússia uma nova classe, a dos membros dessa comissariocracia que a maioria da população considera e suporta hoje como opressores tão evidentes como outrora os representantes do antigo regime. Eles levam, com efeito, a mesma existência inútil e parasitária dos seus predecessores sob

a dominação czarista; eles apoderaram-se dos melhores alojamentos e são abundantemente servidos de tudo, enquanto que a grande massa do povo continua a sofrer de fome e de uma miséria terrível. Mais, eles levaram até ao limite todos os hábitos tirânicos dos antigos dirigentes, e são para a massa do povo um verdadeiro pesadelo. Uma nova expressão pôde assim ser forjada pela língua popular, muito característica da actual situação no Império de Lenine, a de «burguês soviético»; esta expressão, correntemente empregue nos meios operários russos, mostra claramente o que o povo pensa do jugo imposto por esta nova casta de senhores, que exerce o poder em seu nome. Perante estes factos tão cruéis, a afirmação de Lenine segundo a qual o Estado continuará a ser necessário enquanto houver classes parece-nos antes uma simples brincadeira de mau gosto. Na realidade o que acontece é bem diferente: o aparelho do poder de Estado não pode senão criar novos privilégios e proteger os antigos. Tal é a sua principal característica, e todo o conteúdo da sua razão de ser, quer seja sob o estandarte do czarismo ou sob o da «ditadura do proletariado». Da mesma maneira que... não se pode transformar o instrumento de domínio de classe e dos monopólios num instrumento de libertação do povo.

(pp. 57-59)

IX

DA ESSÊNCIA DA REVOLUÇÃO POPULAR: LIBERDADE E SOCIALISMO

(...)

A burguesia foi obrigada pela revolução das massas, e contra vontade, a levar os seus objectivos mais longe do que ela teria desejado no início, a, por exemplo, garantir na sua legislação certos direitos e certas liberdades à totalidade dos cidadãos, que nunca lhes teria garantido voluntariamente. Sabemos que os seus representantes procuraram sempre, e hoje ainda procuram, limitar estes direitos, ou torná-los temporariamente de todo ilusórios através das subtilezas da sua interpretação, e, se preciso for, pela violação directa das leis. Sabe-se igualmente quanto os trabalhadores de todos os países tiveram que lutar duramente, e têm ainda que lutar, para obter os direitos de coligação, de greve, de reunião e liberdade de opinião e de expressão. Todos estes direitos, que possuímos actualmente nos estados capitalistas, não se devem à boa vontade da burguesia, mas, bem pelo contrário, foram-lhes arrancados numa luta sem tréguas. São o resultado de grandes combates revolucionários, em que as massas mais de uma vez perderam muito sangue e muitas vidas. Querer desembaraçar-se deles agora, qualificando-os de tradicionais «preconceitos burgueses», não quer dizer outra coisa senão falar em favor do despotismo dos tempos passados.

Não temos qualquer ilusão sobre o significado destes direitos: sabemos bem que, mesmo nos países ditos «os mais livres», são extremamente limitados e têm um valor muito relativo, desde que se trate dos trabalhadores. Lenine não nos ensina nada de novo a esse respeito. Isto não altera no entanto nada ao facto de que os trabalhadores nos países capitalistas podem beneficiar deles, mesmo que só até um certo ponto, enquanto que para a classe operária russa, sob a ditadura bolchevique, são completamente inexistentes.

Com uma avalanche de decretos o governo provisório tentou tornar plausível aos operários a necessidade,

no interesse da nação, da introdução nas fábricas da mesma disciplina absoluta do exército, mas os trabalhadores não puderam acomodar-se a uma tal visão das coisas. Foi assim que começou em 1920 um enorme movimento de greves, que alastrou por todos os centros industriais do país, dirigido em primeiro lugar e por assim dizer quase exclusivamente contra esta militarização do trabalho. Os números do Comité Central das Estatísticas do Secretariado para o Trabalho informam-nos sobre a extensão do movimento:

1 — Rebentaram greves em 77% das grandes e médias empresas;

2 — elas estendem-se às empresas nacionalizadas, 90% das greves atingindo justamente fábricas e empresas desta categoria;

3 — nalgumas fábricas só rebentaram, no período considerado, 3 ou 4 greves;

4 — Petrogrado é a cidade mais atingida, sendo Kazan a menos afectada.

Um manifesto dos operários de Petrogrado, na época do grande movimento de greves, pouco antes da revolta de Kronstadt, é bastante significativo da mentalidade dos grevistas — nele pode ler-se: «É como se tivéssemos sido condenados a trabalhos forçados, tudo — excepto a alimentação — devendo ser feito segundo as regras prescritas. Não somos mais homens livres, somos escravos.»

No relatório da Inspecção camponesa e operária para a reforma das prisões de Moscovo de Julho de 1920, diz-se que «na prisão Boutirki se encontram 152 operários das fábricas Brianski. Presos por terem participado numa greve do 1.º de Março, ainda não foram interrogados».

Todas estas greves foram reprimidas com a maior brutalidade pelo governo soviético, que foi até ao ponto de fazer executar operários ao abrigo da lei militar. Em todos os ateliers, em todas as fábricas, há espiões do Partido Comunista, encarregados de observar o estado de espírito dos trabalhadores. Aquele que ousar exprimir o seu descontentamento sobre o estado de coisas actual arrisca-se à prisão; assim a classe operária é aterrorizada, e oprimida toda a veleidade de expressão livre da sua vontade, e esta tirania vergonhosa é aos

olhos de Bukarine e dos seus camaradas o único método capaz de «transformar o material humano da época capitalista numa humanidade comunista»!

Devemos confessar que um tal método nunca se nos impôs, pois nunca deu como resultado, segundo nós, senão o contrário daquilo que os seus partidários procuravam recorrendo a ele. A mais amarga das experiências veio assim a dar-nos razão. O método bolchevique não nos aproximou da «humanidade comunista», pelo contrário, ele comprometeu irremediavelmente o comunismo e tornou a sua realização mais longínqua do que nunca. Em vez de levar à «humanidade comunista», regressou-se hoje ao capitalismo, e, nestas condições, há poucas esperanças de «transformar o material humano da era capitalista» no sentido que pretendiam Bukarine e seus amigos.

A «ditadura do proletariado» mostrou-se indubitavelmente capaz de dar lugar a uma nova classe dominante e de fazer da Rússia o país mais oprimido do mundo, mas ela falhou tristemente na reorganização da vida económica e social. É certo que enormes obstáculos se lhe opõem: as terríveis consequências de uma longa guerra de quase sete anos, a falta de matérias-primas, de máquinas e de vias férreas são factores de uma importância enorme, pelos quais os bolcheviques evidentemente não são responsáveis. Que uma reconstrução da vida económica sobre novas bases tenha sido nessas circunstâncias uma tarefa imensa, ninguém suficientemente sensato irá negá-lo. E esta tarefa tinha de ser executada a todo o custo, quaisquer que fossem as circunstâncias, pois todo o futuro da Revolução dependia precisamente da sua resolução.

Acusamos os bolcheviques, isso sim, de terem sistematicamente excluído, pelos seus métodos violentos, qualquer possibilidade de uma solução desta tarefa, a mais decisiva e a mais importante, transformando assim toda a vida económica num amontoado de ruínas. Hostis a qualquer iniciativa vinda do próprio povo, destruiram as forças construtivas da Revolução, que surgem das massas. Assim nasceu inevitavelmente essa monstruosa burocracia, nas poeirentas oficinas onde sufocaram as últimas chamas da vontade revolucionária.

Citemos apenas um exemplo entre mil: discípulos fiéis de Marx, os bolcheviques tentaram em primeiro lugar organizar toda a indústria com base nas grandes empresas, e negligenciaram quase totalmente as médias, que apenas travavam os seus esforços de centralização. Ora todos sabem que as grandes empresas só são rentáveis se forem notavelmente bem dirigidas. Isto era particularmente difícil de realizar num país como a Rússia, onde as forças organizacionais capazes de supervisar grandes complexos industriais existiam apenas em número muito restrito.

Os hábitos burocráticos dos bolcheviques apenas complicaram a tarefa, subordinando os especialistas a comissários ignorantes, cujo único mérito era o de serem membros do Partido Comunista. Qualquer iniciativa pessoal séria foi assim eliminada desde o início e todo o trabalho regido por um esquema morto; o fiasco evidentemente deveria ser tanto maior quanto maiores fossem as empresas.

Tornando-se cada vez mais evidente o declínio das pequenas e médias empresas, as associações cooperativas russas propuseram ao governo que se lhes deixasse a direcção das primeiras. Poder-se-ia pensar que um governo que, segundo as suas próprias declarações, queria preparar a via do comunismo, teria aceite com satisfação uma tal proposta. Primeiramente, as cooperativas eram um notável elemento organizacional, dispondo de conhecimentos em matéria de administração, e elas teriam assim podido tornar-se, graças aos seus inúmeros membros nas aldeias, um excelente órgão mediador entre a cidade e o campo. Pois era exactamente isso que o governo não queria: uma ligação directa entre os camponeses e os operários sem o intermédio dos comissários só poderia aparecer-lhe como uma monstruosidade contrária a todas as leis da burocracia; assim, a proposta das cooperativas foi recusada sem hesitação. *Mas hoje devolvem-se aos proprietários capitalistas que antes da Revolução empregavam menos de 300 operários as suas antigas empresas, no fundo porque se pensa fazer assim reviver as antigas actividades produtivas das pequenas empresas e fazer chegar os produtos ao campo. O que outrora se recusava às cooperativas oferece-se*

agora aos capitalistas, reintegrados em todos os seus antigos direitos.

Este exemplo é típico. Ele lança uma luz crua sobre toda a monstruosidade de um método absurdo que, segundo os seus partidários não menos absurdos, é o único capaz de conduzir ao comunismo. Este mesmo método é igualmente a causa do completo desinteresse dos trabalhadores pelo seu trabalho. Reduzindo-os à condição de forçados das galeras, privados de qualquer controle do seu trabalho e incondicionalmente submetidos às ordens dos seus superiores, morreu neles qualquer sentimento de responsabilidade e qualquer consciência de interesses comuns. O trabalho forçado não é, com efeito, um meio de suscitar no homem o gosto e a dedicação pelo trabalho, que só são possíveis através do sentimento de liberdade e do desenvolvimento da responsabilidade pessoal, que une cada indivíduo aos interesses de todos. A maravilhosa teoria do «trabalho atraente» de Charles Fourier não deixou nenhum rasto no espírito dos comunistas jacobinos da República Soviética.

II

SIMONE WEIL

(1933)

In *Révolution Prolétarienne*, n.º 158, Outono de 1933, rep. in *Oppression et Liberté*, Paris, Gallimard, coll. Espoir, 1955, pp. 9-38. (Trad. portuguesa, Lisboa, Moraes Editores, 1965).

CAMINHAREMOS NÓS PARA UMA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA?

«Não tenho senão desprezo pelos mortais que se acalentam de esperanças ocas».

SÓFOCLES

Está iminente o momento há tanto previsto em que o desenvolvimento do capitalismo será travado por limites enfim inultrapassáveis. De qualquer maneira que se interprete o fenómeno da acumulação é evidente que o capitalismo significa essencialmente expansão económica e que a expansão capitalista já não está longe do momento em que se oporá aos próprios limites da face da terra.

E no entanto o socialismo nunca se fez anunciar por tão poucos sinais precursores. Nós encontramo-nos num período de transição; mas transição para quê? Ninguém tem a menor ideia.

Ainda mais chocante é a espécie de segurança inconsciente com que nos instalamos na transição, como num estado definitivo, a tal ponto que as considerações que dizem respeito à crise do regime se tornaram geralmente um lugar comum.

Pode-se, bem entendido, continuar a acreditar que o socialismo está para depois de amanhã, e fazer dessa crença um dever ou virtude.

Enquanto se ouvir, dia após dia, falar de amanhãs para depois de amanhã poderemos estar certos de tais crenças nunca serem desmentidas; mas um tal estado de espírito distingue-se mal do da santa gente que acredita, por exemplo, no Julgamento Final.

Se queremos atravessar corajosamente esta época sombria deveremos abster-nos, como o Ajax de Sófocles, de acalentar esperanças ocas.

Ao longo da história houve sempre homens que lutaram, sofreram e morreram pela emancipação dos oprimidos.

Os seus esforços, quando não foram vãos, nunca levaram a outra coisa que não fosse a substituição de um regime de opressão por outro. Marx, que fizera notar este facto, julgou poder afirmar cientificamente que nos nossos dias é diferente e que a luta dos oprimidos de hoje levará à verdadeira emancipação e não a uma nova opressão. É esta ideia, que se nos impôs como um artigo de fé, que será necessário examinar de novo, a menos que se pretenda fechar sistematicamente os olhos sobre os acontecimentos dos últimos vinte anos.

Poupemo-nos às desilusões daqueles que, tendo lutado pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade, verificaram um belo dia ter obtido, como dizia Marx, Infantaria, Cavalaria, Artilharia. Mas esses ainda puderam tirar alguns ensinamentos das surpresas da história; mais triste é o destino daqueles que morreram em 1792 ou 93, nas ruas ou nas fronteiras, convencidos que pagavam com as suas vidas a libertação do género humano. Se devemos morrer nas batalhas futuras, façamos todo o possível para enfrentar a morte com uma visão clara do mundo que iremos abandonar.

A Comuna de Paris deu o exemplo, não só do poder criador das massas operárias em movimento, mas também da incapacidade radical de um movimento espontâneo quando se trata de lutar contra uma força organizada de repressão. Agosto de 1914 marcou o fracasso da organização das massas proletárias, no terreno político e sindical, dentro dos quadros do regime. A partir desse momento foi necessário abandonar de uma vez para sempre a esperança, não só dos reformistas como de Engels, nesse modo de organização. Em contrapartida, Outubro de 1917 veio abrir novas e radiosas perspectivas. Encontrara-se finalmente o meio de unir acção legal e ilegal, o trabalho sistemático dos militantes disciplinados à efervescência espontânea das massas. Por todo o mundo deveriam constituir-se partidos comunistas, aos quais o partido bolchevique comunicaria o seu saber; eles deveriam substituir a social-democracia, que já em Agosto de 1914 Rosa Luxemburgo qualificara de «cadáver mal cheiroso» e não tardaria a desaparecer da cena histórica; eles deveriam tomar o poder num curto espaço de tempo. O regime político espontaneamente criado pelos operários de Paris em 1871, depois

pelos de São Petersburgo em 1905, devia instalar-se solidamente na Rússia e cobrir em breve toda a superfície do globo. É certo que o esmagamento da Revolução Russa por uma intervenção brutal do imperialismo estrangeiro podia aniquilar estas perspectivas tão brilhantes. Mas, a menos que tal esmagamento se verificasse, Lenine e Trotski estavam certos de introduzir na história *precisamente* essa série de transformações e não qualquer outra.

Passaram-se quinze anos. A Revolução Russa não foi esmagada. Os seus inimigos exteriores e interiores foram vencidos. No entanto não existem sovietes em nenhuma parte da superfície do globo, inclusivé no território russo, e não existe um só partido comunista propriamente dito. O «cadáver mal cheiroso» da social-democracia durou ainda quinze anos, continuando a corromper a atmosfera política, o que de modo algum parece próprio de um cadáver; se foi finalmente quase inteiramente destruído, foi-o pelo fascismo e não pela revolução. O regime oriundo de Outubro e que deveria expandir-se ou desaparecer, adaptou-se bastante bem durante estes quinze anos aos limites das fronteiras nacionais; o seu papel no exterior consiste presentemente, como demonstraram tão claramente os acontecimentos na Alemanha, em estrangular a luta revolucionária do proletariado. A própria burguesia reaccionária acabou por se aperceber que ele está prestes a perder por completo a capacidade de expansão, e começa a interrogar-se se não poderia agora utilizá-lo negociando com ele, com vista às guerras futuras, alianças defensivas ou ofensivas (cf. o *Deutsche Allgemeine Zeitung* de 27 de Maio).

A falar francamente, este regime assemelha-se ao regime que Lenine acreditava instaurar na medida em que exclui a propriedade capitalista quase por completo; mas quanto ao resto ele é exactamente o contrário. Em vez de uma liberdade efectiva de imprensa, impossibilidade de expressão da opinião sob forma de documento impresso, ou dactilografado, ou manuscrito, ou mesmo pela simples palavra, sem arriscar a deportação; em vez do livre jogo dos partidos nos quadros do sistema soviético, «um partido no poder, e os outros todos na prisão»; em vez de um partido comunista destinado a

congregar, com vista a uma cooperação livre, os homens dotados do mais alto grau de dedicação, de consciência, de cultura, de espírito crítico, uma simples máquina administrativa, instrumento passivo nas mãos do Secretariado, e que, no dizer do próprio Trotski, de partido só tem o nome; em vez de sovietes, de sindicatos e de cooperativas funcionando democraticamente e dirigindo a vida económica e política, organismos a bem dizer com os mesmos nomes, mas reduzidos à condição de simples aparelhos administrativos; em vez do povo armado e organizado em milícias para assegurar por si só a defesa no exterior e a ordem interior, um exército permanente, uma polícia não controlada e mil vezes mais armada que a do Czar; enfim, e sobretudo, em vez de funcionários eleitos, permanentemente controlados, e revogáveis a todo o momento, que deveriam assegurar o governo esperando o dia em que «cada cozinheira aprenderia a governar o Estado», uma burocracia permanente, irresponsável, recrutada por cooptação, e possuindo, pela concentração nas suas mãos de todos os poderes económicos e políticos, uma força até hoje desconhecida na história.

O próprio facto da novidade de um tal regime torna-o de difícil análise. Trotski insiste em afirmar que se trata de uma «ditadura do proletariado», de um «estado operário» embora com «deformações burocráticas», e quanto a ser imperativo para tal regime expandir-se ou degenerar, diz que Lenine e ele apenas se enganaram no cálculo do tempo necessário. Mas quando um erro quantitativo atingiu tais proporções, permitimo-nos crer que se trata de um erro qualitativo, por outras palavras, sobre a própria natureza do regime de que se quer definir as condições de existência. Além disso, designar um Estado por «Estado operário» quando por outro lado se afirma que cada operário se encontra colocado, económica e politicamente, à inteira discrição de uma casta burocrática, já nos parece uma brincadeira de mau gosto. Quanto às «deformações», este termo, singularmente mal adaptado a um estado cujas características são exactamente opostas às que um Estado operário comporta teoricamente, parece implicar que o regime estaliniano seria uma espécie de anomalia ou de doença da Revolução Russa. Mas a distinção entre

o normal e o patológico não tem valor teórico. Descartes dizia que um relógio avariado não constituía uma excepção às leis do relógio, mas um mecanismo diferente obedecendo às suas próprias leis; do mesmo modo devemos considerar o regime estalinista, não como um Estado operário avariado, mas como um mecanismo social diferente, definido pelas engrenagens que o compõem, e funcionando conforme a natureza dessas engrenagens. E, mesmo que as engrenagens de um Estado operário fossem as organizações democráticas da classe operária, as do regime estalinista são apenas as peças de uma administração centralizada da qual dependem inteiramente a vida económica, política e intelectual do país. Para um tal regime, o dilema «expandir-se ou desaparecer» não só já não é válido como deixou de ter sentido; o regime estalinista, enquanto sistema de opressão, é tão contagioso como era no seu tempo o Império para os países vizinhos da França. O ponto de vistá segundo o qual o regime estalinista constituía uma simples transição quer para o socialismo, quer para o capitalismo, aparece-nos igualmente como um ponto de vista arbitrário. A opressão dos trabalhadores não é evidentemente uma etapa para o socialismo. A «máquina burocrática e militar» que constitui, no ver de Marx, o verdadeiro obstáculo à possibilidade de uma marcha contínua em direcção do socialismo pela simples acumulação de reformas sucessivas, sem dúvida que não perdeu aquela propriedade pelo facto de, contrariamente às previsões, sobreviver à economia capitalista. Quanto à restauração do capitalismo, que não poderia realizar-se senão como uma espécie de colonização, não é de modo algum impossível em razão da avidez própria a todas as imperialismos e da fraqueza económica e militar da URSS; no entanto as rivalidades que opõem os diversos imperialismos impedem até agora que a relação de forças seja esmagadora em desfavor da Rússia. De qualquer modo, a burocracia soviética não se orienta de modo algum para uma capitulação, de forma que o termo de transição será de qualquer maneira impróprio. Nada permite dizer que a burocracia de Estado Russa prepara terreno para um domínio diferente do que lhe é próprio, quer se trate do domínio do proletariado, quer da burguesia. Na realidade, todas as explicações emba-

raçadas pelas quais os militantes formados pelo bolchevismo tentam dispensar-se de reconhecer a falsidade radical das perspectivas abertas em Outubro de 1917, assentam sobre o mesmo preconceito em que assentam essas perspectivas, isto é, sobre a afirmação, tida como um dogma, de que actualmente só pode haver dois tipos de Estado, o Estado capitalista e o Estado operário. O regime saído de Outubro traz a este dogma um desmentido brutal. Estado operário só existiu um à face da terra, durante algumas semanas, em Paris, em 1871; e talvez por alguns meses na Rússia, entre 1917 e 1918. Em contrapartida, sobre um sexto do globo impera há cerca de quinze anos um Estado tão opressivo como qualquer outro e que não é capitalista nem operário. É certo que Marx não previu nada de semelhante. Mas tão pouco Marx nos é mais caro que a verdade.

O outro fenómeno capital da nossa época, e quero dizer o fascismo, não entra mais facilmente que o Estado russo nos esquemas do marxismo clássico. Sobre este, é certo, existem também lugares comuns feitos para salvar-nos da dolorosa obrigação de reflectir. Como a URSS é um «Estado operário» mais ou menos «deformado», o fascismo é um movimento de massas pequeno-burguesas, repousando na demagogia, e que constitui «a última cartada da burguesia antes do triunfo da Revolução». É que a degenerescência do movimento operário conduziu os teóricos a imaginar a luta de classes como um duelo, ou um jogo entre parceiros conscientes, e cada um dos acontecimentos sociais ou políticos como uma manobra destes; concepção que tem tanto a ver com o materialismo como com a mitologia grega. Existem círculos restritos de grandes financeiros, de grandes industriais, de políticos reaccionários que defendem conscientemente o que pensam ser os interesses políticos da oligarquia capitalista, mas são incapazes tanto de impedir como de suscitar um movimento de massas como o fascismo, ou mesmo de o dirigir. Com efeito, tanto o ajudaram como também o combateram, tentaram em vão transformá-lo num instrumento dócil e acabaram mesmo por capitular diante dele. Claro que a presença de um proletariado exasperado torna esta capitulação um mal menor. No entanto o fascismo é algo bem diferente de um trunfo nas suas mãos. A bruta-

lidade com que Hitler afastou Hugenberg, como a um criado, apesar dos protestos de Krupp, é significativa. Convém não esquecer que o fascismo acaba radicalmente com o jogo partidário oriundo do regime burguês, e que nenhuma ditadura burguesa, mesmo em tempo de guerra, tinha suprimido; e que instalou em sua vez um regime político cuja estrutura é mais ou menos a do regime russo tal como Tomsky a definiu: «um partido no poder e todos os outros na prisão». Acrescentemos que a subordinação mecânica do partido ao chefe é a mesma nos dois casos, e nos dois casos assegurada pela polícia. Mas a soberania política não é nada sem a soberania económica; assim o fascismo tende a assemelhar-se ao regime russo também no terreno económico, pela concentração de todos os poderes, tanto económico como político, nas mãos do Chefe do Estado. Mas neste terreno, o fascismo defronta a propriedade capitalista, que não quer destruir. Eis uma contradição da qual se antevê mal a conclusão. Mas, da mesma maneira que o mecanismo do Estado russo não pode ser explicado por simples «deformações», a contradição essencial do movimento fascista não pode ser explicada por simples demagogia. O que é certo é que se o fascismo italiano só obteve a concentração dos poderes políticos após longos anos que esgotaram o seu impulso, ao contrário o nacional-socialismo, tendo conseguido o mesmo resultado em menos de seis meses, concentra ainda uma energia imensa e tende a ir muito mais longe. Como mostra nomeadamente um relatório de uma grande sociedade anónima alemã, que o *Humanité* cita sem se aperceber do seu significado, a burguesia inquieta-se perante a ameaça da empresa estatal. E efectivamente Hitler criou organismos com um poder soberano capaz de condenar operários ou patrões a 10 anos de trabalhos forçados e confiscar as empresas.

Tenta-se em vão, a fim de fazer entrar o nacional-socialismo nos quadros do marxismo, encontrar no próprio interior do movimento uma forma disfarçada de luta de classes entre a base, instintivamente socialista, e os chefes, que representariam os interesses do grande capital e cuja tarefa seria enganar as massas com uma sábia demagogia. Em primeiro lugar nenhum indício permite afirmar com exactidão que Hitler e os seus

acólitos, sejam quais forem as suas ligações com o capital monopolista, são apenas meros instrumentos deste. E sobretudo se a orientação das massas hitlerianas é violentamente anti-capitalista, de modo algum é socialista, como não o é a propaganda demagógica dos chefes, pois que se trata de pôr a economia, não entre as mãos dos produtores agrupados em organizações democráticas, mas nas mãos do aparelho de Estado. Ora, se bem que a influência dos reformistas e dos estalinistas no-lo tenha há muito feito esquecer, o socialismo é a soberania económica dos trabalhadores e não da máquina burocrática e militar do Estado. O que se chama a ala «nacional bolchevista» do movimento hitleriano não é pois de modo algum socialista. Assim nenhum dos dois fenómenos políticos que dominam a nossa época pode ser situado no quadro tradicional da luta de classes.

Acontece o mesmo com toda uma série de movimentos contemporâneos surgidos do após-guerra, e assinaláveis pelas afinidades que mantêm tanto com o estalinismo como com o fascismo. É o caso, por exemplo, da revista alemã *Die Tat*, que agrupa uma plêiade de jovens e brilhantes economistas, a qual, extremamente próxima do nacional-socialismo, considera a URSS como o modelo do Estado futuro com uma excepção para a abolição da propriedade privada; actualmente essa revista preconiza uma aliança militar entre a Rússia e a Alemanha hitleriana. Em França existem vários círculos, como o da revista *Plans*, onde se encontra uma ambiguidade idêntica. Mas a este respeito o movimento mais significativo é o movimento tecnocrático, que parece ter coberto os Estados Unidos num curto espaço de tempo; sabe-se que ele preconiza, nos limites de uma economia nacional fechada, a abolição da concorrência e dos mercados e uma ditadura económica exercida soberanamente pelos técnicos. Este movimento muitas vezes comparado ao estalinismo e ao fascismo, é de tanto maior alcance quanto se sabe que não deixa de exercer uma certa influência sobre o círculo dos intelectuais de Colúmbia que neste momento são os conselheiros de Roosevelt.

Tais correntes ideológicas são algo de radicalmente novo e que dá à nossa época o seu carácter específico.

De resto, o período actual, por mais confuso e rico de correntes políticas de toda a espécie, antigas e novas, parece apenas carecer daquele movimento que, segundo as previsões, deveria constituir a sua característica essencial, ou seja, a luta pela emancipação económica e política dos trabalhadores. É certo que existem dispersos, por aqui e por ali, e desunidos por querelas obscuras, um punhado de velhos sindicalistas e comunistas sinceros; existem mesmo algumas pequenas organizações que mantiveram intactas as palavras de ordem socialistas. Mas o ideal de uma sociedade regida no terreno económico e político pela cooperação dos trabalhadores já não guia qualquer movimento de massas espontâneo ou organizado; e isto num momento em que por toda a parte só se fala do fracasso do capitalismo.

Perante esta situação é-se obrigado, se se quer encarar a realidade de frente, a perguntar se o sucessor do regime capitalista não deverá ser, mais do que a livre associação dos produtores, um novo sistema de opressão. Gostaria, sobre este assunto, de submeter ao exame dos camaradas uma ideia, a título de simples hipótese. Pode dizer-se, resumindo, que até agora a humanidade conheceu duas formas principais de opressão; uma, a escravatura ou servidão, exercida em nome da força armada; a outra, em nome da riqueza assim transformada em capital; trata-se de saber se neste momento não lhes estará a suceder uma opressão de espécie nova, a opressão exercida em nome da função.

A própria leitura de Marx mostra com evidência que já há meio século o capitalismo tinha sofrido profundas modificações de natureza a transformar o próprio mecanismo de opressão. Esta transformação não deixou de se acentuar desde a morte de Marx até aos nossos dias, e durante o período do após-guerra, a um ritmo particularmente acelerado. Já em Marx vimos que o fenómeno que define o capitalismo, isto é, a compra e venda da força de trabalho, tornou-se no decurso do desenvolvimento da grande indústria um factor subordinado na opressão das massas laboriosas; o momento decisivo quanto à submissão do trabalhador já não é aquele em que no mercado do trabalho o operário

vende o seu tempo ao patrão, mas aquele em que mal ele atravessou o limiar da fábrica, passa a ser absorvido pela empresa. Conhecem-se a este respeito as terríveis fórmulas de Marx: «No artesanato e na manufactura, o trabalhador serve-se do instrumento, na fábrica é a máquina que se serve dele», «Na fábrica existe um mecanismo morto independente dos operários, e que os incorpora como engrenagens vivas», «A inversão nas relações entre o trabalhador e as condições de trabalho só se torna sensível na própria técnica com o maquinismo». «A separação das forças espirituais do processo de produção do trabalho manual, e a sua transformação em forças de opressão do capital sobre o trabalhador é plenamente atingida... na grande indústria construída na base do maquinismo. A nuance do destino individual... do operário trabalhando com a máquina desaparece como uma mesquinhês perante a ciência, as imensas forças naturais e o trabalho colectivo cristalizados no sistema das máquinas e que constituem a força do chefe». Abstraindo da manufactura, que pode ser considerada como uma simples transição, pode dizer-se que a opressão dos operários assalariados, de início, na época dos ateliers, essencialmente baseada nas relações de propriedade e de troca, se tornou com o maquinismo num simples aspecto das relações contidas na própria técnica de produção. À oposição criada pelo dinheiro entre compradores e vendedores da força de trabalho, acrescentou-se uma outra oposição, criada através da própria produção, entre os que dispõem da máquina e aqueles de quem a máquina dispõe. A experiência russa mostrou que, contrariamente ao que Marx admitiu precipitadamente, a primeira destas oposições pode ser suprimida sem que desapareça a segunda. Nos países capitalistas, estas duas posições coexistem, e esta coexistência cria uma confusão considerável. Os mesmos homens vendem-se ao capital e servem a máquina; pelo contrário nem sempre são os mesmos homens que dispõem dos capitais e que dirigem a empresa.

A bem ver, ainda não há muito existia uma categoria de operários que, embora assalariados, não eram simples engrenagens vivas ao serviço das máquinas, mas que, pelo contrário, executavam o seu trabalho utilizando as máquinas com tanta liberdade, iniciativa e

inteligência como o artesão manejando o seu instrumento; eram os operários qualificados. Esta categoria de operários que em cada empresa constituía o factor essencial da produção foi pouco a pouco suprimida com a racionalização; presentemente um capataz encarrega-se de dispor uma certa quantidade de máquinas segundo as exigências do trabalho a executar, e o trabalho é feito sob as suas ordens por trabalhadores não qualificados, especializados unicamente em fazer funcionar um tipo de máquinas e um só, com gestos sempre idênticos e para os quais a participação da inteligência é nula. Assim a fábrica divide-se em dois campos nitidamente delimitados, os que executam o trabalho sem ter qualquer participação activa propriamente dita, e os que dirigem o trabalho sem nada executar. Entre estas duas fracções da população de uma empresa, a própria máquina constitui uma barreira intransponível. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema das sociedades anónimas estabeleceu uma barreira, por assim dizer menos nítida, entre os que dirigem a empresa e os que a possuem. Um homem como Ford, ao mesmo tempo capitalista e chefe de empresa, surge hoje como uma sobrevivência do passado, como notou o economista americano Pound. «As empresas», escreve Palewski num livro editado em 1928, «tendem cada vez mais a escapar das mãos dos capitães da indústria, chefes e possuidores primitivos do negócio... A era dos conquistadores tende pouco a pouco a ser apenas o passado. Chegamos a uma época que se pode chamar a era dos técnicos da direcção, e estes técnicos estão tão distantes dos engenheiros e dos capitalistas como dos operários. O chefe já não é um capitalista senhor da empresa, e a substituí-lo há agora um conselho de técnicos. Ainda vivemos de um passado muito recente e o nosso espírito tem certa dificuldade em apreender esta evolução».

Trata-se ainda aqui de um fenómeno que Marx havia notado. Só que enquanto no tempo de Marx o pessoal administrativo da empresa não passava de uma equipa de empregados ao serviço dos capitalistas, hoje, face aos pequenos accionistas reduzidos ao simples papel de parasitas dos grandes capitalistas ocupados principalmente no jogo financeiro, os «técnicos de direcção»

constituem uma camada social distinta, cuja importância tende a aumentar e que absorve por diversas vias uma quantidade considerável de lucros. Laurat, analisando no seu livro sobre a URSS o mecanismo da exploração exercida pela burocracia, nota que o «consumo pessoal dos burocratas», consumo desproporcionado, no conjunto, ao valor dos serviços prestados por estes, «efectuado regularmente e a título de rendimento fixo», realiza-se quase independentemente das necessidades de acumulação que só se materializam na rubrica «lucros» quando os «custos de administração», isto é, as necessidades da burocracia, são cobertos; e opõe a este sistema o sistema capitalista no qual «a necessidade de acumulação tem a primazia sobre o pagamento do dividendo». Mas ele esquece que se a acumulação prima sobre as dividendos, os «custos de administração», tanto nas sociedades capitalistas como na URSS, primam sobre a acumulação. Nunca este fenómeno foi tão evidente como hoje, em que as empresas à beira da falência, tendo despedido uma quantidade de operários, trabalhando a 1/3 ou a 1/4 da sua capacidade de produção, conservam quase intacto um pessoal administrativo composto de alguns directores chorudamente retribuídos e de empregados mal pagos, mas em quantidade completamente desproporcionada com o ritmo da produção. Assim existem em torno da empresa três camadas sociais bem distintas: os operários, instrumentos passivos da empresa, os capitalistas, cujo domínio repousa num sistema económico em vias de decomposição, e os administradores, que se apoiam ao contrário sobre uma técnica em evolução que não cessa de aumentar-lhes o poderio.

Este desenvolvimento da burocracia na indústria não passa do aspecto mais característico de um fenómeno absolutamente geral. O essencial deste fenómeno consiste numa especialização que se acentua de dia para dia. A transformação verificada na indústria, onde os operários qualificados capazes de compreender e de manipular todas as espécies de máquinas foram substuídos por trabalhadores não qualificados, especializados em fazer funcionar uma só espécie de máquinas, esta transformação, é a imagem de uma evolução que se produziu em todos os domínios. Se os operários cada vez mais se encontram desprovidos de conhecimentos

técnicos, os técnicos não só muitas vezes são bastante ignorantes da prática do trabalho, mas ainda a sua competência se limita em muitos casos a um domínio bem restrito; na América começou-se mesmo a produzir engenheiros especializados como simples trabalhadores não qualificados, conhecedores apenas de uma categoria determinada de máquinas, e, facto significativo, a URSS não tardou em imitar a América neste ponto. De resto, decorre disto que os técnicos ignorem os fundamentos teóricos dos conhecimentos que eles próprios utilizam. Os cientistas, por seu lado, não só permanecem exteriores aos problemas técnicos, mas são cada vez mais completamente privados dessa visão de conjunto que constitui a própria essência da cultura teórica. Contam-se pelos dedos da mão os cientistas que no mundo inteiro têm uma ideia da história e do desenvolvimento da sua própria ciência; não existe nenhum que seja realmente competente sobre outra ciência que não a sua. Como a ciência constitui um todo indivisível, pode dizer-se que já não há cientistas propriamente ditos, mas simplesmente trabalhadores manuais do trabalho científico, engrenagens de um conjunto que o espírito deles já não consegue abarcar. Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Em quase todos os domínios, o indivíduo, encerrado nos limites de uma competência restrita, encontra-se preso num conjunto que o ultrapassa, ao qual deve condicionar toda a sua actividade, e cujo funcionamento não consegue compreender. Numa tal situação há uma função que se reveste de uma importância primordial, a saber, aquela que consiste simplesmente em coordenar; pode-se designá-la por função administrativa ou burocrática. A rapidez com que a burocracia invadiu quase todos os ramos da actividade humana é algo de espantoso. A fábrica racionalizada, onde o homem se encontra privado de tudo o que é iniciativa, inteligência, saber, método, em proveito de um mecanismo inerte, é como que uma imagem da sociedade actual. É que a máquina burocrática, embora feita de carne, e de carne bem alimentada, não é menos irresponsável, ou menos inconsciente que as máquinas de ferro e de aço. Toda a evolução da sociedade actual tende a desenvolver diversas formas de opressão burocrática e a dar-lhes uma certa autonomia em relação ao capitalismo propria-

mente dito. Assim o nosso dever é definir este novo factor político com mais clareza que Marx.

Na verdade Marx apercebera-se bem da força de opressão que a burocracia podia constituir. Ele viu perfeitamente que o verdadeiro obstáculo às reformas emancipadoras não é o sistema de trocas e propriedade, mas a «máquina burocrática e militar» do Estado. Ele compreendeu bem que a mais vergonhosa tara que o socialismo deve eliminar não é o salariato, mas «a divisão degradante do trabalho manual e do trabalho intelectual». Mas Marx não se interrogou sobre se se trata de uma ordem de problemas independentes dos problemas postos pelo jogo da economia capitalista propriamente dita. Se bem que ele tenha assistido à separação da propriedade e da função na empresa capitalista, nunca se interrogou sobre se a função administrativa, na medida em que é permanente, não poderia originar o aparecimento de uma nova classe opressiva, independentemente de qualquer monopólio sobre a propriedade. E no entanto, se é fácil compreender como uma revolução pode «expropriar os expropriadores», não se compreende como é que um modo de produção fundado na subordinação dos que executam aos que coordenam, poderá evitar que se crie automaticamente uma estrutura social definida pela ditadura de uma casta burocrática. Não é que seja impossível imaginar um controle e um sistema de substituição que restabelecesse a igualdade tanto no Estado como no próprio processo de produção industrial; mas, de facto, quando uma camada social se acha detentora de um qualquer monopólio, ela conserva-o até que as suas próprias bases sejam minadas pelo desenvolvimento histórico. Foi assim que o feudalismo caiu, não sob a acção das massas populares apropriando-se da força armada, mas pela substituição da guerra pelo comércio como principal meio de domínio. Da mesma maneira, a camada social definida pelo exercício das funções de administração nunca aceitará, qualquer que seja o regime legal da propriedade, possibilitar o acesso dessas funções às massas laboriosas, ensinar a cada «cozinheira como é que se governa o Estado», ou a cada trabalhador não qualificado como se dirige a empresa. Qualquer regime de domínio de uma classe sobre outra corresponde em suma, na história, à

distinção entre uma função social dominante e uma ou várias funções subordinadas; assim, na Idade Média, a produção era algo de subordinado em relação à defesa dos campos à mão armada; na etapa seguinte, a produção, que se tornara essencialmente industrial, encontrou-se subordinada à circulação. Existirá socialismo quando a função dominante fôr o próprio trabalho produtivo; mas é o que não poderá acontecer enquanto durar um sistema de produção no qual o trabalho propriamente dito se encontre subordinado, por intermédio da máquina, à função que consiste na coordenação das diferentes tarefas. Nenhuma expropriação poderá resolver este problema, contra o qual o heroísmo dos operários russos fraquejou. A supressão da divisão dos homens em capitalistas e proletários, não implica de modo algum que deva desaparecer, mesmo progressivamente, «a separação das forças espirituais do trabalho, do trabalho manual».

Os tecnocratas americanos esboçaram um quadro encantador de uma sociedade onde, tendo suprimido o mercado, os técnicos se achariam todo-poderosos, e usariam a sua força de modo a dar a todos o máximo de tempos livres e de bem-estar possível. Esta concepção lembra, pelo seu carácter utópico, o despotismo iluminado caro aos nossos pais. Todo o poder exclusivo e incontrolado torna-se opressivo nas mãos dos que detiverem o seu monopólio. E desde já se vê bem como no interior do sistema capitalista se esboça a acção opressora desta nova camada social. No plano da produção, a burocracia mecânica e irresponsável engendra, como notou Laurat a propósito da URSS, um parasitismo sem limites, por um lado, e, por outro, uma anarquia que, a despeito de todos os «planos», pelo menos equivale à anarquia causada pela concorrência capitalista. Quanto às relações entre a produção e o consumo seria inútil esperar que uma casta burocrática, seja russa ou americana, as restabelecesse subordinando a primeira ao segundo. Qualquer grupo humano que exerça um poder, exerce-o não de modo a fazer felizes os que lhes estão submetidos, mas a aumentar o seu poder; trata-se de uma questão de vida ou de morte para qualquer tipo de domínio. Enquanto a produção se manteve num estádio primitivo, a questão do poder resolveu-se pelas armas.

As transformações económicas deslocaram-no para o próprio plano da produção; foi assim que nasceu o regime capitalista. A evolução do regime restabeleceu posteriormente a guerra como meio essencial de luta pelo poder, mas sob uma outra forma; a superioridade da luta militar supõe, nos nossos dias, a superioridade na própria produção. Se a produção nas mãos dos capitalistas tem por fim o jogo da concorrência, ela tenderia necessariamente, na mão dos técnicos organizados numa burocracia de Estado, à preparação da guerra. De resto, como Rousseau já o havia compreendido, nenhum sistema de opressão tem interesse no bem estar dos oprimidos; é sobre a miséria que a opressão pode mais facilmente fazer sentir todo o seu peso.

Quanto à atmosfera moral associada a um regime de ditadura burocrática, pode desde já fazer-se uma ideia do que ela venha a ser. O capitalismo é apenas um sistema de exploração exclusiva do trabalho produtivo; se se exceptuarem as tentativas de emancipação do proletariado, ele deu livre curso em todos os domínios à iniciativa, à discussão livre, à invenção, ao génio. Pelo contrário, a máquina burocrática, que exclui qualquer julgamento e génio, tende pela sua própria estrutura à totalidade dos poderes. Ela ameaça portanto a própria existência de tudo o que ainda é para nós precioso em regime burguês. Em vez do choque de opiniões contrárias, ter-se-ia, sobre todos os assuntos, uma opinião oficial da qual ninguém se poderia desviar; em vez do cinismo inerente ao sistema capitalista, que dissolve todas as relações de homem a homem para as substituir por simples relações de interesses, ter-se-ia um fanatismo cuidadosamente cultivado de modo a dar da miséria, aos olhos das massas, não a imagem de um fardo passivamente suportado, mas a de um sacrifício livremente consentido; uma mistura de dedicação mística e de bestialidade sem freio; uma religião do Estado que abafaria todos os valores individuais, isto é, todos os verdadeiros valores. O sistema capitalista e mesmo o regime feudal, que, com a desordem que comportava, ia permitindo que indivíduos e colectividades se fossem desenvolvendo de maneira independente, sem falar desse bem aventurado regime grego em que ao menos os escravos eram empregues a alimentar homens livres,

todas estas formas de opressão surgem como formas de vida livre e feliz face à de um sistema que destrói sistematicamente qualquer iniciativa, toda a cultura e pensamento.

Encontramo-nos realmente sob a ameaça de ser submetidos a um tal regime. Talvez estejamos mais do que ameaçados; parece-nos ver o fenómeno desenvolver-se perante os nossos olhos. A guerra, que se prolonga sob a forma de preparação da guerra, conferiu ao aparelho de Estado de uma vez para sempre um papel importante na produção. Embora, mesmo em período de guerra, os interesses dos capitalistas se tenham muita vez sobreposto ao interesse da defesa nacional, como mostra o exemplo de Briey, a preparação sistemática da guerra pressupõe para cada Estado uma certa regulamentação da economia, uma certa tendência para a independência económica. Por outro lado, depois da guerra, a burocracia desenvolveu-se monstruosamente em todos os domínios. É verdade que a burocracia ainda não se constituiu num sistema de opressão; se se infiltrou por toda a parte, permanece no entanto difusa, dispersa numa quantidade de aparelhos que o próprio jogo do regime capitalista impede de se cristalizarem em torno de um núcleo central. Fried, o principal teórico da revista *Die Tat*, dizia em 1930: «Encontramo-nos praticamente sob o domínio da burocracia sindical, da burocracia industrial e da burocracia de Estado, e estas três burocracias assemelham-se tanto que qualquer delas poderia ser substituída por uma das outras. Ora, sob a influência da crise, estas três burocracias tendem a fundir-se num aparelho único. É o que se pode observar na América, onde Roosevelt, sob a influência de uma plêiade de técnicos, tenta fixar os preços e os salários, de acordo com os sindicatos de patrões e de operários. E o que se pode observar na Alemanha onde, com uma rapidez de relâmpago, o aparelho de Estado anexou o aparelho sindical e tenta lançar a mão sobre a economia. Quanto à Rússia, há muito que as três burocracias, do Estado, das empresas e das organizações operárias, formam um só e único aparelho».

A questão das perspectivas põe-se assim de duas maneiras; por um lado, para a Rússia, onde as massas trabalhadoras expropriaram proprietários e capitalistas,

trata-se de saber se a burocracia pode apagar, sem risco de guerra civil, todos os traços das conquistas de Outubro. Parece-nos bem que os factos nos obrigam, apesar das afirmações contrárias de Trotski, a responder afirmativamente. Quanto aos outros países é preciso ver se o capitalismo propriamente dito sucumbirá ao poder burocrático sem uma expropriação semelhante, apenas por uma simples alteração do sentido da propriedade. Sobre este ponto pode desde já dizer-se que o regime capitalista propriamente dito deixou de existir. Já não há a bem dizer um mercado do trabalho. A regulamentação do salário e do emprego, o serviço do trabalho, parecem outras tantas etapas na transformação do salariato numa nova forma de exploração. Parece igualmente que na Alemanha os comissários colocados por Hitler nos trusts e nas grandes empresas exercem na realidade um poder ditatorial. O abandono sistemático do padrão-ouro em todo o mundo é também um fenómeno importante. Por outro lado é preciso ter em conta factos como a «conclusão da revolução nacional» na Alemanha e a constituição de um conselho superior de economia compreendendo todos os magnates. No entanto o movimento nacional-socialista está longe de ter dito a sua última palavra. As capitulações sucessivas da burguesia face a este movimento mostram bem qual é a relação de forças. A separação da propriedade e da empresa, que transformou a maior parte dos proprietários de capital em simples parasitas, permite palavras de ordem tais como «a luta contra a escravatura do juro», que são anticapitalistas sem serem proletárias. Quanto aos grandes magnates do capital industrial e financeiro, a sua participação na ditadura económica do Estado não exclui necessariamente a supressão do papel que até aí desempenharam na economia. Enfim, se se pode considerar os fenómenos políticos como indícios da evolução económica, não se pode descurar o facto que todas as correntes políticas que sensibilizam as massas, intitulem-se elas fascistas, socialistas ou comunistas, tendem para a mesma forma de capitalismo de Estado. Apenas se opõem a esta grande tendência alguns defensores do liberalismo económico, cada vez mais intimidados e cada vez menos escutados. Bem poucos são aqueles camaradas de entre nós que se lembram que também

se lhes poderia opôr a democracia operária. Em presença de todos estes factos, e de muitos outros, somos levados a interrogar-nos claramente sobre qual o regime a que a crise actual nos conduzirá, se se prolongar, ou, no caso de restabelecimento rápido de uma boa conjuntura, ao que nos levarão as crises ulteriores.

Perante uma tal evolução, a pior das degradações seria nós mesmos esquecermo-nos da finalidade que nos guia. Esta degradação já atingiu, com maior ou menor gravidade, bom número de camaradas, e ameaça-nos a todos. Não esqueçamos que pretendemos fazer do indivíduo, e não da colectividade, o valor supremo. Queremos construir homens íntegros suprimindo esta especialização que nos mutila. Queremos dar ao trabalho manual toda a dignidade a que tem direito, fornecendo ao operário a completa inteligência da técnica, em lugar de um simples adestramento, e dar à inteligência o seu objecto específico, pondo-a em contacto com o mundo por meio do trabalho. Queremos esclarecer as verdadeiras relações entre o homem e a natureza, aquelas relações que a «degradante divisão do trabalho em trabalho intelectual e trabalho manual» falseia em todas as sociedades baseadas na exploração. Queremos restituir ao homem, isto é, ao indivíduo, o domínio que lhe é dado exercer sobre a natureza, sobre os instrumentos, sobre a própria sociedade; restabelecer a subordinação das condições materiais do trabalho aos trabalhadores; em vez de suprimir a propriedade individual, «fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção... que servem hoje sobretudo para dominar e explorar o trabalho, em simples instrumentos do trabalho livre e associado».

(...)

(pp. 23-38)

III

ANTE CILIGA
(1938-1950)

In *Dez Anos por detrás da cortina de ferro: No país da mentira desconcertante*. (Extractos da terceira parte respeitante às discussões no interior das prisões soviéticas àcerca da natureza de classe do regime estalinista), Paris, Les îles d'or, 1938; reeditado em dois volumes em 1950.

Do prefácio à edição de 1950

(...)

Os meus dois volumes sobre a Rússia são, em grande parte, consagrados à descrição da vida dos perseguidos e deportados soviéticos, cujo destino partilhei durante cinco anos e meio. Além dos «trabalhos forçados», que eram milhões enchendo os campos e os lugares de exílio da Sibéria, do Grande Norte Soviético, em condições que tanto evocavam os campos nazis como os trabalhos dos Faraós, existia ainda no meu tempo um pequeno grupo de perseguidos ditos «políticos». Compunha-se de aderentes de diferentes grupos e partidos socialistas, de comunistas não conformistas de diferentes tendências, e de anarquistas. Eles usufruíam de um estatuto reconhecido de «detidos políticos»: era o último resíduo, na imensa Rússia, da democracia política da Revolução de 1917. Nas suas prisões — os isoladores políticos — e nas suas relações recíprocas no exílio, serviram-se da liberdade de expressão e de estudos políticos e sociais que faziam do seu pequeno mundo o último reduto de liberdade no oceano de escravatura. Um paradoxo soviético cujo fim trágico se aproximava.

Eram alguns milhares de homens; em momentos excepcionais, algumas dezenas de milhares. Fui um dentre eles.

Durante as purgas que acompanharam os Processos de Moscovo, este último reduto da liberdade foi destruído, e com ele os seus habitantes.

Desde então apenas existem na Rússia «trabalhos forçados» de direito comum; é a «reeducação pelo trabalho universal»...

Muito do meu conhecimento da Rússia, dos seus problemas, velhos e novos, devo-o às condições especiais, privilegiadas, da vida dos «detidos políticos». Por outro lado, o tratamento especial destes pela GPU, a combinação dos meios de pressão, de privilégios, da corrup-

ção, da «usura» dos espíritos à maneira dos duches escoceses, tinham uma amplitude e um refinamento dos quais no Ocidente não se faz uma pequena ideia. No livro, especialmente no segundo volume, traço um quadro bastante amplo deste método de insinuação e de intimidação combinados; isto poderá, em parte, facilitar ao leitor a compreensão do outro extremo da vida soviética: a atitude submissa dos acusados nos processos, a sua «preparação» psico-física pelo GPU.

«Expulso» da URSS por Vychinski — após uma luta de vida e de morte durante dois anos e meio — alguns meses antes dos Processos de Moscovo, vi assim a minha vida salva.

Infelizmente, só a minha. Os milhares, dezenas de milhares de «políticos», camaradas meus, foram fuzilados. Que o leitor me permita render-lhes aqui a minha derradeira homenagem.

Paris, Novembro de 1949

A. Ciliga

Do Prólogo à 1.ª edição

A situação complica-se ainda pelo facto de na Rússia actual, a exploração capitalista, a opressão política e mesmo a escravatura se aliarem a um progresso económico evidente. Seria possível encontrar na história outros exemplos de uma tal conjunção. Ascenção de camadas sociais na sua totalidade, verdadeiras proezas na conquista do mundo material, elevação do nível de civilização — tudo isso, na verdade. Este processo rápido e mesmo fulminante, junto à exploração, à opressão, à mentira sob os disfarces de «liquidação das classes» e de «abolição da exploração do homem pelo homem», faz com que a URSS apareça aos olhos de uma Europa cansada e desesperada como um Messias longínquo, nimbado de uma vaga auréola. O mito da Rússia soviética é o mais trágico mal-entendido do nosso tempo.
(...)

Paris, Julho de 1938.

A. C.

3.ª PARTE
À MARGEM DA VIDA OFICIAL

I — Na escola das prisões soviéticas (*)

Como é possível que a mais audaz, a mais profunda das revoluções tenha degenerado na mais completa das escravaturas? Porque é que a Revolução Russa representa na sua primeira etapa o mais moderno dos progressos sociais para terminar a etapa seguinte na mentira social, na exploração e opressão mais aperfeiçoadas? O que é que poderá explicar uma contradição tão flagrante?

A questão é tanto mais difícil de resolver, quanto nenhuma guerra civil, nenhuma revolução notável, separou estas duas etapas. Elas estão, pelo contrário, ligadas por uma evolução visível e à primeira vista simples. A Revolução não deixou nunca de ser vitoriosa, de permanecer idêntica a ela própria! Os homens e as organizações que se encontravam à cabeça da revolução durante a primeira fase, a sua fase libertadora, são na maioria os mesmos que, durante a segunda fase, defendem e propagam o regime de escravatura e de opressão. Vistos do exterior não mudaram; mas as realidades da vida ensinam que a reviravolta foi incompleta; que as relações sociais se desenvolvem num sentido diametralmente oposto àquele que a Revolução de Outubro proclamava. E não há como as prisões soviéticas para no-lo mostrar tão claramente.

(*) Embora as páginas deste capítulo se refiram principalmente às prisões, e nomeadamente à de Leninegrado, onde o autor esteve em primeiro lugar — e não ao *isolador político* — pareceu-nos interessante traduzir as três páginas que se seguem. A composição dos detidos e a sua «representatividade» contêm elementos indicadores da realidade soviética. *(N. T.)*

As respostas simplistas que afirmam que nada se modificou, que as grandes tendências libertadoras de Outubro continuam a exercer-se na Rússia, ou que essa Revolução de Outubro nunca foi diferente da realidade soviética actual, estas respostas apenas podem contentar os cegos ou as pessoas de ideias preconcebidas.

Não se dá uma resposta, nem se pode fazer uma «síntese dialéctica», pretendendo que o carácter explorador do regime soviético não será demonstrado enquanto revestir certas formas socialistas herdadas da Revolução de Outubro. Não é tão pouco uma resposta limitar-se a constatar que as camadas inferiores da sociedade soviética (como acontece em qualquer sociedade) aspiram à emancipação.

O enigma da Revolução Russa, que a humanidade, que o movimento operário internacional devem resolver, é o seguinte: como foi possível abolir de facto tudo o que constitui a Revolução de Outubro, mantendo as formas exteriores: ressuscitar a exploração dos operários e dos camponeses sem restabelecer os capitalistas privados, nem os proprietários fundiários; iniciar uma revolução para abolir a exploração do homem pelo homem e terminá-la instaurando um tipo novo de exploração?

Mas se uma estadia nas prisões soviéticas põe este problema de forma particularmente insistente, deve dizer-se que ela fornece igualmente os elementos para uma resposta.

Todas as camadas sociais da Rússia estão representadas na prisão. Nelas pode enfim conhecer-se o que se passa realmente no país e o que as pessoas pensam. É bem simples: a prisão é o único lugar na Rússia soviética onde as pessoas se exprimem de maneira mais ou menos sincera e aberta. Quanto ao perigo de testemunhos demasiado subjectivos, ele anula-se pela quantidade e diversidade social dos prisioneiros.

A atitude das massas trabalhadoras e da totalidade da população reflecte-se finalmente nas opiniões professadas pelos grupos políticos. Estes são todos ilegais e proibidos na Rússia; assim encontram-se todos na prisão, à excepção de um só grupo que representa as opiniões da élite burocrática reinante. De modo que não é possível conhecer em mais nenhum sítio a não ser

na prisão o desenvolvimento da opinião pública russa deste Outubro de 1917, e saber quais os ensinamentos que a própria população tirou da experiência da Revolução russa. Ora o que haverá de mais importante que esses ensinamentos para a teoria e acção sociais na nossa época?

Como separar as aquisições positivas da Revolução dos seus fenómenos mais ameaçadores, como garantir as revoluções sociais contra os perigos da degenerescência, tais são os problemas sobre que a opinião pública russa se interroga apaixonadamente, opinião ilegal, cantonada nas prisões.

Ela adquire cada dia maior importância para o movimento operário internacional. Nenhuma nação pode resolver sozinha o problema da emancipação social; é por isso que a importância mundial da experiência russa permanece inteira apesar do seu fracasso final.

E também por essa razão sempre me pareceu que os ensinamentos da prisão soviética valiam todos os sacrifícios...

(pp. 93-96)

V — A vida política na prisão (*)

O que mais me interessava no *isolador* era a sua vida política e as suas ideias. Na URSS, enquanto se está «em liberdade» só se pode seguir e discutir a vida política do país em pequenos grupos. É uma tarefa árdua, onde se põem mais problemas do que se resolvem, sobretudo se se é um estrangeiro que veio à Rússia soviética dez anos após a Revolução. Mas encontrar-se entre duzentos detidos representando todas as tendências políticas da imensa Rússia no seu desenvolvimento ininterrupto era um privilégio precioso que me permitiu adquirir um conhecimento da vida política russa sob todos os seus aspectos.

Logo que cheguei ao *isolador*, em Novembro de 1930, a era das «capitulações», que desmoralizavam e desorganizavam a oposição russa havia mais de 18 meses, chegava ao fim. Mas sentiam-se ainda os efeitos da

---

* Em Verkhné-Uralsk. *(N. T.)*

tempestade que havia dizimado 4/5 da oposição. «Derrotista» ou «semiderrotista» era ainda a pior ofensa que se podia lançar ao adversário no decurso de uma discussão. Esses efeitos começavam pouco a pouco a desaparecer, não se verificaram novas capitulações e mesmo, seis meses mais tarde, antigos derrotistas que não se haviam mostrado partidários bastante firmes da linha geral, começaram a ser reenviados para o *isolador*.

A imensa maioria dos detidos comunistas eram trotsquistas: cento e vinte num total de cento e quarenta. Havia também um zinovievista que não tinha capitulado, dezasseis ou dezassete membros do grupo «centralismo democrático» (extrema-esquerda) e dois ou três membros do «grupo operário» de Miasnikov. Entre os não comunistas havia principalmente três grupos, com uma dúzia de membros cada: os social-democratas mencheviques russos, os social-democratas georgianos e os anarquistas. Havia ainda cinco socialistas revolucionários de direita; alguns socialistas arménios do grupo «dachnakt-soutioun» e um maximalista. Havia enfim alguns sionistas.

Tal era a divisão em partidos tradicionais, mas na realidade cada um destes partidos compreendia subgrupos de diversas tonalidades ou mesmo fracções devidas a cisões profundas. O leitor admirar-se-á talvez: vinte grupos e subgrupos para duzentos detidos! Mas é preciso não esquecer que não se tratava de presos ordinários, mas sim de representantes de todas as tendências de esquerda de uma sociedade imensa, de um verdadeiro parlamento ilegal da Rússia! Os problemas escaldantes postos pela revolução e em particular pelo plano quinquenal na sua presente etapa produziam as mais profundas agitações nesse meio e criavam um estado de crise ideológica favorável a uma extrema parcelização das tendências políticas. Só mais tarde, quando os resultados sociais e económicos do plano quinquenal foram dados a conhecer, é que um novo reagrupamento político pôde verificar-se no *isolador*.

Cinco anos de prisão e degredo ligaram-me intimamente à oposição, seja comunista, socialista ou anarquista, e gostaria que este livro servisse não só de informação, mas que despertasse igualmente a consciência dos democratas e do movimento operário do Ocidente

em favor das vítimas. Mas não é menos meu dever fornecer um quadro sincero e objectivo desta oposição soviética, no que ela tem de bom, assim como no que ela tem de mau.

Os agrupamentos políticos da prisão não representavam apenas tendências ideológicas, mas constituíam também verdadeiras organizações, com os seus comités, os seus jornais manuscritos, com os seus chefes recocidos — que se encontravam quer na prisão ou deportados, quer no estrangeiro. O sistema de repressão usado, que comportava frequentes transferências de uma prisão para outra, de um local de deportação para outro, assegurava melhor que qualquer correspondência clandestina o contacto entre os membros do mesmo agrupamento.

O que me interessava antes de mais era a oposição trotsquista de que então fazia parte e que ainda hoje é o grupo de oposição mais influente na Rússia. Ora o *isolador* de Verkhné-Uralsk abrigava quase todos os membros mais activos da fracção trotsquista.

A organização dos detidos trotsquistas denominava-se «colectivo dos bolcheviques-leninistas de Verkhné-Uralsk». Dividia-se em esquerda, centro e direita. Esta divisão em três fracções perdurou durante os três anos da minha estadia, se bem que a composição das fracções e mesmo a sua ideologia tenha sofrido certas flutuações.

À minha chegada a Verkhné-Uralsk, encontrei três programas e dois jornais trotsquistas:

1.º — «O programa dos três», estabelecido por três professores vermelhos: E. Solntsev, G. Lakovine, G. Stopalov. Reflectia as opiniões da fracção de direita, a mais forte fracção trotsquista na altura;

2.º — «O programa dos dois», redigido pelo genro de Trotski, Man-Nivelson e por Aron Papermeister, era o credo do pequeno grupo do centro;

3.º — «As teses dos bolcheviques militantes», provinham da fracção de esquerda (Puchas, Kamenetski, Kvatchadzé, Bielenki).

Tratava-se de documentos de extensão considerável que compreendiam 5 a 8 secções diferentes (situação internacional, indústria, agricultura, as classes na URSS,

o partido, a questão operária, as tarefas da oposição, etc.).

O programa da direita tratava de uma forma particularmente elaborada da economia, o da esquerda continha bons capítulos sobre o partido e sobre a questão operária.

A direita e o centro editavam conjuntamente o *Pravda na prisão* («Verdade na prisão»), a esquerda o *Bolchevista militante*. Estes jornais saíam uma vez por mês ou de dois em dois meses. Cada número compreendia dez a vinte artigos sob a forma de cadernos agrupados. O «número», isto é, o pacote contendo os dez ou vinte cadernos, ia de sala em sala e os detidos liam os cadernos à vez. Os jornais saíam em três exemplares, à razão de um exemplar para cada ala da prisão.

Em 1930 a discussão entre os trotsquistas respeitava sobretudo à atitude a tomar em relação aos «dirigentes do partido», isto é, a Estaline, assim como face à sua nova «política de esquerda».

A fracção de direita era de opinião que o plano quinquenal, apesar dos seus desvios de direita ou de extrema esquerda, respondia aos desideratos essenciais da oposição; era preciso pois apoiar a política oficial, não deixando de criticar-lhe os métodos.

A fracção dos «bolcheviques militantes» tomava ruidosamente uma posição diametralmente oposta à das direitas. A sua ideia essencial era que a reforma deveria ser feita «da base», que era preciso contar com uma cisão no partido, que era preciso apoiar-se na classe operária. A hostilidade que esta fracção manifestava contra Estaline contrastava com a atitude dos professores vermelhos da direita e valia-lhes as simpatias dos operários e da juventude. O ponto fraco do seu programa era o carácter sumário do juízo que emitia sobre o plano quinquenal. Apegava-se a uma expressão de Trotski que tinha um simples valor polémico: «o plano quinquenal não passa de um edifício de números», e declarava que toda a industrialização estaliniana não passava de um *bluff*. Quanto à política internacional, a fracção de esquerda negava não somente a existência de uma conjuntura favorável à revolução, mas mesmo — para denegrir Estaline — a existência da crise económica mundial.

Comecei a minha vida política da prisão escrevendo dois artigos: «Algumas premissas teóricas da luta da oposição» e «As teses dos bolcheviques militantes». Desenvolvia neles as seguintes ideias: chegou o momento de dar um fundamento teórico mais sério à luta contra Estaline; na crítica do plano quinquenal é preciso pôr o acento tónico sobre o seu carácter anti-socialista e anti-proletário em vez de falar de «bluff» e criticar os detalhes.

Nós, membros da oposição — continuava eu — tínhamos reconhecido na clique estaliniana a clique de Robespierre e tínhamos previsto para Estaline o destino do seu ilustre predecessor francês. Mas tínhamo-nos enganado, pois tínhamo-nos esquecido que a burocracia «comunista» possuía uma arma de que Robespierre não dispunha: toda a economia do país. Senhora incontrolada dos meios de produção essenciais, a burocracia comunista tornou-se pouco a pouco o núcleo de uma nova classe dirigente, cujos interesses são tão opostos aos do proletariado como eram os da burguesia. É preciso organizar na Rússia a luta económica do proletariado (reivindicações, greves) exactamente como se faz nos países de capitalismo privado. É preciso mesmo aliar-se aos socialistas e anarquistas que se poderão encontrar nas fábricas. É preciso lançar a palavra de ordem de um novo partido revolucionário operário. Chegou o momento de abandonar as tentativas de reforma no interior do partido por uma luta de classes revolucionária. Esta luta exige, bem entendido, um fundamento teórico. «Sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário», dizia eu em epígrafe no meu primeiro artigo.

Havia na minha sala um trotsquista de Karkov, chamado Densov, bom economista, antigo chefe da secção de conjuntura no «Gosplan» (Plano de Estado) Ucraniano. Ele citava a este propósito algumas afirmações de Lenine, datando de 1918-1922, que Trotski tinha cometido o erro de negligenciar. Densov tinha chegado a Verkhné-Uralsk uma semana antes de mim. Tomou posição na ala esquerda dos trotsquistas, sem todavia entrar no grupo dos «bolcheviques militantes». Foi ele que me pediu para escrever os artigos que acabo de referir, «a fim de reforçar a posição da ala esquerda».

O nihilismo da oposição, a sua mesquinhês em relação ao plano quinquenal, inquietavam Densov. «A oposição arriscava-se a encontrar-se a seco, dizia ele, por não ter compreendido a tempo que a crítica a fazer ao imenso esforço estaliniano é a de anti-socialismo. Hoje Solntsev e Puchas não vêem no plano quinquenal senão desproporções e *bluff*, mas que dirão eles daqui a dois ou três anos, quando as desproporções do plano se tiverem apagado, quando a produção tiver melhorado, quando o *bluff* se tornar uma realidade económica inegável? Rakowski escrevia na Primavera que não restaria nada, no Outono, da colectivização a todo o custo. Chega o Outono: a colectivização prossegue e acentua-se — que dirá pois Rakowski? Certamente, há gente que passa o tempo a contradizer-se; mas para os outros, pessoas tão sérias, que terrível crise interior a passar, se não conseguirem criar a tempo uma imagem coerente dos acontecimentos!».

À luta das ideias no interior do «Colectivo» trotsquista veio acrescentar-se um conflito de organização que deveria durante alguns meses relegar a ideologia para o segundo plano. Este conflito é característico da psicologia e dos costumes da oposição russa, por isso referi-lo-ei brevemente.

A direita e o centro apresentaram aos «bolcheviques militantes» o seguinte ultimatum: ou dissolver-se e suspender a publicação do seu jornal, ou ver-se excluídas da organização trotsquista. Com efeito a maioria achava que a fracção trotsquista não deveria comportar nenhum subgrupo.

Este princípio de uma «fracção monolítica» não era no fundo diferente daquele em que Estaline se inspirava para o conjunto do partido.

Foi assim que se formaram no *isolador*, por volta do Verão de 1931, duas organizações trotsquistas distintas: o «colectivo dos bolcheviques-leninistas» maioritários) e o «colectivo dos bolcheviques-leninistas» de esquerda. No momento da cisão, os «maioritários» eram entre 75 e 78, as «esquerdas» uns 51 ou 52. Alguns camaradas ficaram fora das duas organizações e formaram um grupo que pregava a reconciliação entre trotsquistas. De resto, as duas organizações sofreram depois impor-

tantes modificações quanto aos seus efectivos e à sua ideologia. As «esquerdas» passavam a editar um novo jornal, o *Bolchevique-leninista*, redigido por N. P. Gorlov, V. Densov, M. Kamenetski, P. Puchas e A. Ciliga.

Enquanto nos disputávamos, o GPU trabalhava. Este favoreceu primeiro a cisão, e depois esforçou-se por aprofundá-la. Os agentes provocadores do GPU que se encontravam entre os detidos, agiam por vezes com um descaramento estonteante.

(pp. 151-157)

VIII — E agora?

Enquanto estávamos na prisão a discutir entre nós e a respeito das lutas contra o GPU, os acontecimentos no país tinham-se precipitado. O plano quinquenal atingia, em 1931 e em 1932, o seu apogeu.

Para onde vai a Rússia? Irá ela explodir como uma caldeira ou vencerá as suas dificuldades e verá expandir-se uma ordem nova? Que fazer? Defender ou combater o regime existente? Em nome de quê, com que programa? Estas eram as questões que se punham ao país inteiro e à oposição.

Na nossa prisão os trotsquistas, após a cisão, encaravam o problema de diferentes maneiras. A «maioria» — isto é, a direita e o centro — só se interessava pelos aspectos políticos do plano quinquenal. Os professores vermelhos, em numerosos artigos, demonstravam que seria melhor criar tal indústria do que outra, que teria valido mais começar por uma fábrica do que por outra. Analisavam profundamente os números dos planos anuais e argumentavam sobre as percentagens. Estas reflexões não eram desprovidas de seriedade, nem de competência, nem de força dialéctica, mas nem por isso eram menos pedantes e estéreis. O país estava em guerra: guerra social e económica. Para quê todos estes horários onde tudo estava previsto minuto por minuto? Era claro, no entanto, que a Rússia, indigente e atrasada, não podia fazer a sua revolução económica sem edificar, em primeiro lugar, através de um esforço subre-humano, alguns bastiões essenciais, tal não obstando a que ali-

nhasse mais tarde o conjunto da sua economia por essas posições avançadas! Era por isso que todas as lamentações dos professores de ciências económicas a respeito das incongruências aflitivas do Plano Quinquenal não me provocavam qualquer emoção.

No Verão de 1932, quando a fome se abateu sobre o país e o ritmo da industrialização ultrapassou visivelmente o limite das possibilidades, os teóricos da «maioria» sentiram nascer no seu espírito uma nova missão: estabelecer o plano de retirada. Eles diziam lá com eles: «Já que no passado o Partido, na pessoa de Estaline, utilizou o plano de industrialização da oposição, também não poderá passar sem a oposição, agora que é preciso estabelecer um plano de retirada». Como se a política estaliniana não fosse em nada determinada pelas realidades sociais do regime, nem pelas necessidades do seu desenvolvimento, mas unicamente pela «miopia e estupidez de Estaline»...

Em suma, a «maioria» trotsquista não tinha nenhum programa político de grande envergadura a opôr ao programa oficial de Estaline. Mas há mais: não se tentava criticar seriamente o carácter social do Plano Quinquenal e de todo o regime estalinista. Se se criticava a «política operária» de Estaline, era a respeito do volume de sacrifícios que exigia, não a respeito dos princípios sociais que violava. Se se atacavam as «deformações» e o «burocratismo» de Estaline nos seus detalhes, não se deixava por isso de calcular a percentagem de socialismo realizado na URSS, a partir da percentagem dos sucessos e fracassos da industrialização estaliniana.

Todas estas preocupações da «maioria» trotsquista me deixavam indiferente. Esta gente não me parecia muito diferente dos burocratas de Estaline. Eram um pouco mais correctos e humanos, e era tudo. Todas as minhas esperanças iam para a «minoria» que, em 1931 e 1932, discutia apaixonadamente as questões de princípio postas pelo Plano quinquenal e pelo regime soviéticos na totalidade.

A primeira questão discutida foi a do carácter do Estado soviético. Trata-se de um Estado operário socialista? Senão, que classe representa ele? A discussão durou mais de seis meses. Tínhamos ainda uma intenção reservada que nos desaconselhava a precipitação: espe-

rávamos que entretanto Trotski passaria o Rubicão e negaria o carácter operário do Estado estaliniano. Muitos de nós estávamos convencidos que não havia nem sombra de «ditadura do proletariado» na URSS, mas pensávamos que seria inoportuno proclamá-lo publicamente antes que Trotski se pronunciasse. Quanto a mim, esperando sempre como os outros um gesto político decisivo da parte de Trotski, gesto que a sua precedente declaração parecia tornar logicamente inevitável: «terminaram os preparativos em vista da instauração do bonapartismo no partido», considerava que mais valia pronunciar-se sem esperar por Trotski. Não seria para ele mais fácil formular a conclusão esperada, se visse que ela já estava espontaneamente formulada no espírito dos próprios militantes? De resto, seria necessário esperar sempre pela palavra do «chefe», como vulgares estalinianos?

No fim de contas três resoluções diferentes foram submetidas ao voto. A primeira reconhecia, apesar dos enormes «desvios burocráticos», o carácter operário do Estado, pois subsistiam nele «vestígios da ditadura do proletariado», tais como a nacionalização da propriedade privada e a repressão contra a burguesia.

Os «negadores» da ditadura do proletariado na URSS apresentaram duas resoluções distintas. Uns achavam que já não havia qualquer ditadura proletária na URSS, mas que «os fundamentos económicos da Revolução de Outubro subsistiam». Eles concluíam que era preciso fazer «uma revolução política» a par de «uma reforma profunda da economia».

Os outros «negadores» — dos quais eu fazia parte — pensavam que não só a ordem política, mas também a ordem social e económica eram estranhas e hostis ao proletariado. Assim encarávamos uma revolução não só política, mas também social, que abriria a via do desenvolvimento do socialismo. Para nós a burocracia era uma verdadeira classe, e uma classe hostil ao proletariado.

Cada uma das três resoluções obteve um número igual de votos, cerca de quinze. Saiu-se do impasse declarando que a questão do carácter do Estado soviético continuava em aberto.

A palavra de ordem de «retorno à NEP» foi igualmente vivamente discutida e finalmente rejeitada por uma maioria esmagadora.

A atitude dos detidos em relação ao que se passava no país e em relação à política estaliniana pode definir-se como segue, embora esquematizando um pouco: a maior parte dos detidos políticos, qualquer que fosse a sua tendência, considerava que a política do governo não passava de uma aventura absurda, que ela violava as leis da evolução, que, numa palavra, traía a incapacidade dos dirigentes. Esperava-se a todo o momento uma catástrofe seguida de uma mudança completa no pessoal dirigente e esta expectativa abafava todo o desejo de procurar o sentido social dos acontecimentos. Mas também havia detidos em menor número, e mais isolados, que tinham a intuição de «um sistema nesta loucura» do governo. Pensavam que a sua verdadeira tarefa consistia precisamente em analisar e evidenciar o que havia de profundamente coerente no caos aparente da política dos burocratas. Não era certamente matéria de análise que lhes faltava!

Durante o ano de 1930 e no início de 1931, o governo, para realizar o seu plano de industrialização e de produção, serviu-se sobretudo de métodos de coerção administrativa em relação aos trabalhadores: «emulação» obrigatória nas fábricas, prodígios forjados de «ondarniks» (operários de élite), abolição do direito do operário deixar a fábrica onde trabalhava, «direito» atribuído às mulheres e aos adolescentes para trabalhar de noite e nas minas, etc. Estas medidas suscitavam no estrangeiro uma campanha contra o «trabalho forçado», mas por outro lado a fraseologia oficial levava os ocidentais a crer que o governo soviético estava a edificar, mesmo por meios bárbaros, qualquer coisa que se assemelhava ao socialismo.

As reformas que se sucederam a partir de Junho de 1932 revelaram a verdadeira imagem do regime. Estaline começou por lançar o anátema a uma das aspirações mais gratas ao coração dos operários, uma das últimas conquistas de Outubro que ainda não lhes tinha sido arrancada: o princípio da igualdade económica no interior do proletariado. Por ordem do ditador, um novo evangelho foi instaurado: a hierarquia operária, «a re-

forma do sistema dos salários» com o fim de criar «maiores diferenças de remuneração entre os extremos». Este princípio essencialmente capitalista foi declarado conforme ao socialismo e ao comunismo. O princípio que substituía foi vítima de uma guerra sem tréguas e estigmatizado sob o nome de «nivelacionismo» pequeno-burguês!...

Já não era mais o colectivismo, nem a solidariedade, fosse ela forçada, que deveria estimular o operário a produzir, mas o velho princípio capitalista do egoísmo e do lucro. Introduzia-se, por outro lado, um sistema de trabalho à peça — a «empreitada com prémio regressivo» — abolida há muito tempo no Ocidente graças aos esforços do movimento operário. Tendo assim acrescentado à coerção administrativa um novo «sweating system», os dirigentes soviéticos proclamaram que a intensidade do trabalho já não tem limites: o limite fisiológico que existe na produção capitalista «encontra-se abolido entre nós, no país do socialismo, graças ao entusiasmo dos operários». O «ritmo de galera» do trabalho em cadeia nos países capitalistas, deveria ser a partir de então... acelerado.

Se havia preocupação em criar «maiores diferenças de remuneração» entre os operários segundo a qualificação, que dizer do abismo que se abria entre os operários e os funcionários, comunistas ou não comunistas? A «vida feliz» de que as camadas superiores gozavam em detrimento das massas miseráveis não deixa de espantar o turista estrangeiro na URSS, desde que este se preocupa em olhar à sua volta. Esta «vida feliz» foi legalizada pela primeira vez após o discurso de Estaline em Junho de 1931. A acrescentar ainda aos privilégios de abastecimento e de alojamentos criou-se uma nova rede de «distribuição» fechada e de restaurantes reservados à alta administração comunista ou sem partido. Enfim, criaram-se para seu uso exclusivo «armazéns de Estado» onde podia comprar-se absolutamente tudo a preços inabordáveis para o operário. O espólio do «comunismo de guerra», com que a burocracia gostava de se cobrir no início do Plano quinquenal, foi lançado ao caixote do lixo. Tudo isto tresandava a egoísmo de classe, e as descrições dos detidos chegados recentemente à prisão confirmavam a impressão de que esta nova política cor-

respondia a uma tendência profunda e duradoira. O povo não se enganava, definindo a situação com este comentário amargo: «Aqui não há classes, só há categorias». Com efeito, toda a população da Rússia estava repartida do ponto de vista do nível de vida em cinco ou seis categorias, que fixavam a cada um o seu lugar na sociedade. Mas na época de que falamos a etiqueta de «ditadura do proletariado» ainda não tinha sido substituída pela de «povo soviético»; os operários mais favorecidos pertenciam à categoria n.º 1; assim a burocracia também designava modestamente os seus privilégios de «categoria número zero».

A mudança era no entanto de tal modo manifesta e brutal que as pessoas em liberdade não podiam enganar-se. Um director de fábrica de Moscovo que chegou em 1932 à nossa prisão definia assim a situação do pessoal comunista: «Durante o dia fazemos propaganda junto dos operários a favor da linha geral e explicamos que o socialismo está para triunfar na Rússia; mas à noite, entre colegas, tomando o chá, perguntamo-nos se representamos o proletariado ou uma nova classe que o explora...».

A tendência a consolidar o novo estado de coisas nascido com o plano quinquenal manifesta-se também por um desejo de conciliar os diversos elementos que constituíam a élite social.

Os «especialistas sem partido», ainda na véspera perseguidos sem piedade, foram então proclamados aliados da burocracia comunista. «Existem sintomas evidentes de uma mudança de atitude nos meios intelectuais», declarava Estaline. «Estes intelectuais, que outrora simpatizavam com os sabotadores, apoiam agora o poder soviético... Há mais: uma parte dos sabotadores da véspera começa a colaborar com a classe operária.»

O «novo estilo» das cidades soviéticas, a reabertura dos armazéns elegantes, de restaurantes e de «boîtes», a vida larga e fácil dos dirigentes, tudo isso lembrava a «NEP». Mas não havia iniciativa privada, nem comerciantes, nem «nepmen»... A NEP sem *nepmen*, é o símbolo da nova Rússia, que substitui o comércio privado pelo comércio de Estado, o comerciante pelo burocrata, a NEP privada pela NEP do Estado!

As cartas do degredo de Rakowski eram de uma grande utilidade para compreender esta evolução.

Rakowski escreveu a partir de 1928 vários estudos sobre a estrutura e o funcionamento da burocracia soviética, dos quais o principal, «As leis da acumulação socialista durante o período 'centrista' da ditadura do proletariado», permaneceu ignorado no estrangeiro. Ele punha em evidência o carácter parasitário e explorador da burocracia «que se transformou numa ordem social particular, em detrimento dos operários e camponeses». Daí a concluir que esta burocracia não passava de uma nova classe dominante, não havia senão mais um passo a dar; mas Rakowski não teve coragem de o dar. No momento decisivo, escolheu «salvar o que ainda podia ser salvo» e «regressar à NEP». A sua política, em vez de se inspirar nos novos interesses do proletariado, deixou-se dominar pelo medo de uma restauração do capitalismo privado. Rakowski — no estudo que acabamos de citar — soube revelar um dos traços marcantes da burocracia soviética: culto sacerdotal de duas verdades; uma, a verdade «esotérica», segundo a expressão de Rakowski, destinada unicamente aos iniciados; a outra, a pseudo-verdade exotérica, para as necessidades da multidão. Ele gostava de comparar estes processos com os da Igreja Católica, dos Jesuítas e outras ordens religiosas. A burocracia «apenas geria» os meios de produção que de direito pertenciam ao proletariado, como a Igreja administrava em seu proveito o *patrimonium pauperum*.

Na prisão, a industrialização estava longe de ter provocado discussões tão violentas como a «colectivização total». Com efeito, se a oposição trotsquista tinha adoptado uma atitude definida em relação à industrialização, não se podia dizer o mesmo a respeito da questão camponesa. No domínio industrial, apenas tinha seguido a via traçada pela oposição trotsquista a partir de 1923.

A atitude da oposição trotsquista em relação à «colectivização total» era muito mais complexa. Não foi Trotski — apesar da opinião corrente — mas Zinoviev quem preconizou no fim da NEP um reforço da política anticamponesa. O programa do bloco Trotski-Zinoviev, em 1926-1927, tinha sido, no seu aspecto agrário, definido pelos zinovievistas. Quando em 1923 Trotski propôs

pela primeira vez o plano de industrialização, previu ao mesmo tempo que o desenvolvimento agrário seria do tipo «farming». (No seu célebre discurso de Dniepropetrovsk.)

Estaline começou por executar o programa da oposição trotsquista-zinovievista; depois, no auge da ofensiva contra os camponeses, foi levado a proclamar a «colectivização total» e a «liquidação dos kulaques enquanto classe». Mas se Zinoviev aceitou esta política, Trotski opôs-se-lhe furiosamente. Passar da «luta contra as tendências exploradoras dos kulaques» à sua expropriação completa, levar a colectivização parcial até a tornar «total» — isso, segundo ele, não era senão, dadas as condições históricas, uma utopia antimarxista e só podia levar à catástrofe. Em Fevereiro de 1930, em plena colectivização forçada, Trotski escrevia que não se devia colectivizar, «até ao fim do Plano quinquenal, mais do que 20 a 25% das explorações camponesas, sob pena de ultrapassar o quadro da realidade». A pressa de Estaline, que não esperava sequer o fim da construção das fábricas de tractores, exacerbava a ironia de Trotski: «Não é atrelando arados desengonçados aos pobres burros velhos dos mujiques que se criam grandes explorações agrícolas, do mesmo modo que não é pondo lado a lado embarcações de pesca que se constrói um transatlântico.»

Os escritos mais recentes do nosso líder, nos quais ele modificou um pouco a sua posição, não tinham chegado até nós. Assim a confusão atingiu o auge quando recebemos finalmente, no Verão de 1932, os últimos documentos de Trotski. A peça principal do lote, publicada no estrangeiro em Abril de 1931, intitulava-se: «Os problemas do desenvolvimento da URSS»; e tinha como subtítulo: «Esboço de um programa da oposição internacional de esquerda sobre a questão russa».

O objectivo deste documento e o seu autor conferiam-lhe uma importância especial. Assim decidimos torná-lo objecto de uma discussão: «Não seria necessário que a oposição russa se pronunciasse sobre o seu próprio programa? No entanto a discussão não teve entusiasmo. Ninguém se mostrava satisfeito, mas todos — à excepção da extrema-esquerda — testemunharam o seu respeito pelo documento, evitando no entanto abordá-lo.

Trotski falava desta vez dos «sucessos actuais verdadeiramente inauditos...», do «ritmo sem precedentes da industrialização... que demonstrou de uma vez para sempre a força dos métodos económicos do socialismo». Quanto à famosa colectivização a todo o custo, Trotski definia-a como «uma nova época da história humana, o início da liquidação do cretinismo aldeão». Admitia inclusivé que se poderia talvez levar a cabo a colectivização total «dentro de dois ou três anos». Após este choque, aqueles dentre nós que falavam a propósito do Plano quinquenal de «miragens de números» e de «*bluff* estaliniano», não tinham mais nada a fazer do que calar-se. Contudo, o novo «Programa» de Trotski não despertava nenhuma simpatia. Os trotsquistas de centro e direita achavam que o seu chefe exagerava os êxitos do plano, que uma tal atitude podia ser defendida no estrangeiro onde era preciso proteger o plano dos ataques da burguesia, mas que não podia convir na Rússia. Quanto às esquerdas estavam descontentes por não encontrarem no programa uma crítica social e política do regime.

É preciso dizer que, do ponto de vista social e político, o «Programa» de Trotski aniquilava todas as esperanças das «esquerdas». Desde 1930 que elas esperavam que o seu chefe tomasse posição e declarasse que o actual Estado soviético não era um Estado operário. Ora, desde o primeiro capítulo do «Programa», Trotski definia-o claramente como um «Estado proletário». Derrota ainda mais grave no domínio do Plano quinquenal: o seu carácter socialista, o carácter socialista dos fins e mesmo dos métodos era insistentemente afirmado no «Programa». A sua polémica no domínio social reduzia-se a uma querela insignificante: «A União Soviética não entrou na fase do socialismo, como afirma a fracção estaliniana no poder, mas somente na primeira fase de uma evolução para o socialismo». Mais adiante, o Plano quinquenal baseado na exterminação dos camponeses e na exploração impiedosa dos operários era interpretado como «uma tentativa da burocracia para se adaptar ao proletariado». Em resumo, a URSS desenvolvia-se «sobre os alicerces da ditadura do proletariado...».

Tornava-se inútil daí em diante esperar de Trotski uma distinção entre burocracia e proletariado, entre ca-

pitalismo de Estado e socialismo. Aos que dentre os «negativistas» de esquerda não conseguiam vislumbrar o socialismo no que se estava a edificar na Rússia, não restava senão cortar com Trotski e deixar o «Colectivo trotsquista». Houve com efeito uma dezena — entre os quais eu — que o fizeram. Como é costume, apresentamos os motivos da nossa separação numa declaração escrita.

Nela dizíamos substancialmente que a atitude positiva de Trotski em relação aos fenómenos sociais, somada a uma atitude negativa em relação à superestrutura política, levaria logicamente à concepção de uma revolução puramente política. Mas uma tal revolução, na melhor das hipóteses, provocaria uma mudança de pessoal na burocracia, introduzindo nela um pouco de liberalismo, sem alterar em nada os fundamentos do regime. Seria uma repetição de 1830...

O que mais me chocava no programa de Trotski, era que ele podia reforçar as ilusões do proletariado ocidental em relação à Rússia em vez de as dissipar. Porque se Estaline dizia: «Nós já realizámos o socialismo», Trotski limitava-se a precisar: «Perdão, não o socialismo, mas apenas a sua primeira etapa».

Assim chegava eu, após ter tomado parte na vida ideológica e nas lutas da oposição russa — como muitos outros antes e depois de mim — à conclusão seguinte: Trotski e os seus partidários estão por demais ligados ao regime burocrático na URSS para poderem conduzir a luta contra este regime até às suas últimas consequências. No seu «Programa», Trotski sublinhava inclusivamente que a sua crítica não era a de um estrangeiro hostil e que considerava os problemas do regime «de dentro, não de fora». Para ele, a tarefa da oposição era melhorar o sistema burocrático, não destruí-lo, lutar contra «os privilégios exagerados» e «a extrema desigualdade dos níveis de vida» — não contra os privilégios e a desigualdade em geral. Que estes sejam um pouco mitigados e tudo entrará na ordem, sob os auspícios da autêntica «ditadura do proletariado». Os que não se contentarem com isso, arriscam-se a ser tratados de «pequenos burgueses utópicos de extrema esquerda», senão de contra-revolucionários.

A evolução ulterior de Trotski deveria confirmar este prognóstico. A *Revolução Traída* que Trotski publicou em 1936 permaneceu fiel às grandes linhas do «Programa» de 1930. Criticando com humor e severidade certos aspectos da sociedade soviética, Trotski nem por isso modifica a sua visão de conjunto sobre a URSS enquanto «Estado operário»; contribui assim para manter no espírito do proletariado internacional a mais falsa e perigosa das ilusões contemporâneas.

Os métodos desumanos de exploração burocrática aos quais o Plano quinquenal devia o seu êxito, qualifica-os Trotski de «métodos socialistas que deram as suas provas». Cala-se quanto à exploração dos operários, e se menciona a exploração dos camponeses é para fulminar «os sábios economistas ao serviço do capital» que ousam falar dela. Certamente que é uma honrada tarefa desmascarar os advogados do capitalismo privado. Mas será também razão para se transformar em advogado do capitalismo de Estado?

Trotski não quer compreender que os «desvios» e defeitos contra os quais protesta não passam da consequência lógica e inevitável da totalidade do sistema que ele defende com ardor. Trotski é, no fundo, o teórico de um regime que Estaline põe em prática.

«Oposição burocrática ou proletária» — tal era o título que eu dava ao artigo no qual expunha, na prisão, a minha nova atitude para com o trotsquismo. Passava daí para diante para o campo da oposição russa de extrema-esquerda: «centralismo democrático», «Oposição operária», «Grupo operário».

O que separava esta oposição do trotsquismo não era somente a maneira de julgar o regime e de compreender os problemas actuais. Era antes de mais a maneira de compreender o papel do proletariado na revolução. Para os trotsquistas era o partido, para os grupos de extrema-esquerda era a classe operária o motor da revolução. A luta entre Estaline e Trotski dizia respeito à política do partido, ao pessoal dirigente do partido; para um como para o outro, o proletariado era um objecto passivo. Os grupos de extrema-esquerda comunista, ao contrário, interessavam-se antes de mais com a situação e o papel da classe operária, com o que ela

era de facto na sociedade soviética e com o que devia ser numa sociedade que se atribuísse sinceramente a tarefa de edificar o socialismo.

IX — Lenine também...

Os grupos comunistas de extrema-esquerda não temiam o confronto com o conjunto da experiência revolucionária na Rússia, contrariamente à oposição trotsquista para a qual a época de Lenine permanecia sacrossanta. Mais ainda: desde 1919-21 todos esses grupos extremistas se tinham constituído em oposição mais ou menos nítida à política de Lenine.

O papel de Lenine na Revolução era objecto de acesas discussões na época em que me encontrava encarcerado no *isolador* de Verkhné-Uralsk.

Nestas discussões com os outros assim como nas reuniões interiores, a oposição trotsquista defendia a tese: «Lenine teve sempre razão». Para não contrariar este dogma, Trotski «reconheceu» durante muito tempo a justeza da posição de Lenine em todos os litígios que no passado os haviam oposto. Trotski aprovou igualmente a proposição de Zinoviev de intitular o seu grupo oposicionista de «bolchevique-leninista». Mais tarde Trotski reforçou ainda o dogma: a posição justa no que respeita à revolução permanente (e de todos os conceitos trotsquistas é certamente o que possui mais valor) não era a sua mas a de Lenine. A bem dizer, acrescentava Trotski, Lenine era igualmente na verdade partidário da revolução permanente, e era por isso que os desacordos entre eles eram perfeitamente formais e não tinham grande importância... O que levou a oposição trotsquista a desenvolver um novo tema: as dissenções entre Lenine e Trotski nunca foram demasiado profundas; Lenine e Trotski estiveram sempre de acordo sobre o fundo das questões e os desacordos referiam-se a simples pontos de pormenor. A oposição trotsquista reconciliava portanto o passado de Lenine e o de Trotski. Recusando adoptar uma atitude crítica em relação a um como a outro, ela cobria com um verniz burocrático os aspectos mais vivamente contraditórios das suas tendências respectivas. À lenda forjada por Estaline, não

se opunha um estudo sério dos factos, mas uma outra lenda.

Alguns trotsquistas, os do grupo «V. B.» — «Voinstvovionchtchi Bolchevik» — 100% trotsquistas, iam ainda mais longe, declarando que se as dissenções entre Lenine e Trotski tinham sempre sido graves, foi Trotski que teve sempre uma posição justa. Facto característico: os trotsquistas, que gostavam de fazer citações, referiam-se sempre a Trotski, e nunca, salvo raras excepções, a Lenine.

O grupo «Centralismo democrático» encontrava-se numa posição muito difícil quando Lenine era posto em causa. Ao contrário dos trotsquistas, este grupo tinha a sua origem na velha guarda bolchevique. Assim, tanto nas suas concepções gerais como no seu enunciado, era «leninista». No início, em 1919, em 1921, representava a oposição do aparelho local, «a oposição de Sua Majestade», contra o centro. Em nome do «Centralismo democrático» opunha-se ao centralismo burocrático do Comité Central de Lenine. Daí o seu nome. Achando que Lenine se afastava do seu próprio programa, ou que não tirava as conclusões das suas premissas, este grupo tinha-se constituído na base da defesa do leninismo contra Lenine. Sem querer reconhecê-lo, opunha o Lenine do período decadente da Revolução ao Lenine do período ascendente. Criticava a política praticada por Lenine no poder apoiando-se nos princípios leninistas de *O Estado e a Revolução*. Mas por mais profunda que fosse esta obra de Lenine, de 1917, ela não fornecia no entanto respostas préfabricadas aos novos problemas criados no decurso da revolução. Afinal, o grupo marcou passo durante dez anos (1919-1929), seja capitulando perante um ultimatum de Lenine, seja apoiando os trotsquistas na sua luta contra Estaline. A sua orientação «mais papista que o papa» revelou-se estéril. O Plano quinquenal abalou o grupo até aos seus fundamentos. A maioria, como entre os trotsquistas, capitulou. Justificou a sua capitulação dizendo: a partir do momento em que se liquida a NEP e as classes burguesas, é porque nos enganámos e porque está para construir-se o socialismo.

Se a condição operária é miserável, é porque não se pode fazer uma omeleta sem quebrar os ovos, e que

antes da construção integral do socialismo é preciso passar por uma última etapa difícil, a da liquidação da última classe capitalista: a dos pequenos burgueses. Era assim que Timoteo Sapronov, líder do grupo, e um dos operários bolcheviques mais conhecidos da Rússia, explicava a posição dos «derrotistas».

Se nos mantivéssemos dentro dos princípios leninistas, a posição dos «derrotistas» não deixava de ser lógica. Toda a estratégia de Lenine após Outubro repousava na tese de que apenas a pequena burguesia e o capitalismo privado ameaçam o proletariado e o socialismo. Lenine era de uma disciplina de ferro a reprimir todas as forças de oposição que falassem do burocratismo e do capitalismo de Estado como de um perigo que ameaçava a classe operária. Seguindo a via traçada por Lenine, os «decistas», na véspera do Plano quinquenal, só falavam da vitória da «contra-revolução pequeno-burguesa» e da transformação da URSS num «Estado pequeno burguês». A concepção leninista não admitia outro tipo de contra-revolução... E eis que chega o Plano quinquenal, que declara guerra à pequena burguesia e a liquida. Foi preciso escolher: ou permanecer fiel às teses leninistas e reconhecer que o Plano quinquenal realizava o socialismo, ou inclinar-se perante a realidade e reconhecer, independentemente do que Lenine tivesse dito, o triunfo da «terceira força»: a burocracia e o capitalismo de Estado. Os «decistas» que não capitularam escolheram esta segunda via... Mas esta reavaliação dos valores, que negava na prática todas as concepções de Lenine após Outubro e que punha mesmo em dúvida as anteriores, só se fez lenta e progressivamente. E o pequeno grupo «decista» do nosso *isolador*, que compreendia uma vintena de pessoas, cindiu-se por esta altura em três ou quatro fracções.

Uns continuaram a pensar que Lenine, em Outubro, embora cometendo pequenos erros, tinha tomado uma posição justa, e que a linha só tinha começado a desviar-se com Estaline; outros achavam que já no tempo de Lenine, com a instauração da NEP, a estrutura democrático-burguesa se tinha sobreposto à estrutura socialista, e que o próprio Lenine não sabia o que fazia. Outros ainda declaravam que, apesar de todas as proclamações, a estrutura socialista da revolução tinha sido

sempre mais fraca do que a estrutura pequeno-burguesa. A revisão do leninismo era não só relativa ao capitalismo de Estado, mas também à ditadura do partido. No início, quando Lenine defendeu, em 1920, a tese do partido único e da sua ditadura, os decistas aprovaram-no e separaram-se da «Oposição operária» que se lhe tinha imediatamente oposto. A experiência da ditadura do partido conduziu-os a rejeitar as suas concepções anteriores. Eles começavam a compreender agora que não pode haver democracia interior no partido sem democracia operária. O processo desta revisão das ideias políticas de Lenine foi mais rápido do que o da revisão das suas ideias económicas. Em deportação foi-me dado seguir durante dois anos todas estas peripécias. O resultado final foi uma atitude crítica, para não dizer hostil, relativamente à acção e às teorias de Lenine após Outubro.

Na crítica do Lenine do período revolucionário o tom foi dado pela «Oposição Operária» de 1920, pela sua ala esquerda, para ser mais preciso, que se organizou em 1922 sob o nome de «Grupo Operário». Na linguagem corrente, os partidários deste grupo eram chamados de «Miasnikovistas», do nome do seu líder Miasnikov, um conhecido operário bolchevique.

Este é uma das figuras mais marcantes da revolução bolchevique. A «Oposição Operária» e o «Grupo Operário» eram, pelas suas origens, grupos da velha guarda bolchevique. Mas, ao contrário dos «décistas», criticavam a acção de Lenine desde o início e não em minúcias, mas no seu conjunto. «A Oposição operária» opunha-se à linha económica de Lenine. «O Grupo operário» ia ainda mais longe e atacava o regime político e o partido único, instaurados por Lenine antes da NEP. Na pessoa de Serge Tiyunov, o «Grupo operário» possuía no nosso isolador um representante muito instruído, muito activo e muito rigoroso. Não lhe faltavam também, ao que se dizia, características bastante «netchaievianas» *.

Tendo dado como base do seu programa a palavra de ordem de Marx para a Primeira Internacional, «a

---

* O anarquista jacobino Natchaiev, discípulo de Bakunine, a quem inspirou o seu «Catecismo revolucionário», foi o protótipo do «nihilista» da época czarista. Foi ele que inspirou a Dostoievski o célebre romance *Os possessos*. *(N. T. francês)*

emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores», o «Grupo operário» entrou em guerra desde o início com as concepções leninistas de «ditadura do partido» e da organização burocrática da produção, enunciadas por Lenine no período inicial da decadência da revolução. Ao invés da linha leninista, reclamava a organização da produção pelas próprias massas, a começar pelos colectivos de fábrica. Em política, o «Grupo operário» reclamava o controle do poder e do partido pelas massas operárias. Estas, verdadeiros chefes políticos do país, deveriam ter o direito de retirar o poder a qualquer partido, fosse ele o comunista, se achassem que esse partido não defendia os seus interesses. Ao contrário dos «decistas» e da maioria da «Oposição operária», cuja reivindicação da «democracia operária» se limitava praticamente ao domínio económico, e a tentavam conjugar com o «partido único», o «Grupo operário» alargava a sua luta pela democracia operária à reivindicação da liberdade dos operários escolherem entre os partidos políticos concorrentes em meio operário. O socialismo só pode ser obra da criacão livre dos trabalhadores. Enquanto que o que era edificado pela força, sob o nome de socialismo, não foi para eles, desde o início, senão um capitalismo burocrático de Estado.

Em 1923, no auge das greves dirigidas pelo «Grupo operário», este dirigiu-se ao proletariado russo e ao proletariado internacional por meio de um Manifesto no qual expunha os seus pontos de vista, claramente e sem redundâncias inúteis. Nele estigmatizava a tendência crescente no bolchevismo para deixar de se apoiar na classe operária, baseando-se no «culto dos chefes». Este Manifesto é um dos documentos mais notáveis da Revolução russa. Surge no momento da derrocada interna da Revolução russa com o mesmo significado do Manifesto dos Iguais publicado por Baboeuf no momento da derrocada interna da Revolução francesa.

Durante um longo período abstive-me de participar nas discussões do *isolador* sobre o papel de Lenine. Pertencia a essa jovem geração comunista educada na ideia que Lenine era sacrossanto. Para mim era natural que «Lenine tivesse sempre tido razão». Os resultados — a tomada revolucionária do poder e a sua conserva-

ção — falavam a seu favor. Portanto, concluía eu, como a minha geração, a táctica e os meios também eram justos.

Quando cheguei ao *isolador*, foi nesse sentido que intervim. Assim não deixei de me emocionar quando ouvi o operário «decista» dar-me o seguinte conselho irónico:

— É inútil afogueares-te, camarada Ciliga, a propósito da luta de Lenine contra a burocracia. Tu apoias-te num dos últimos artigos que ele escreveu antes de morrer, aquele sobre a reforma da Inspecção operária e camponesa. Chama ele as massas a organizarem-se contra a burocracia? De modo algum. Ele propõe a criação de um organismo especial com pessoal bem pago, organismo superburocrático que deverá combater... a burocracia!».

«Não, camarada estrangeiro — continuou Prokopénia — Lenine no fim da sua vida perdeu a confiança na massa operária. Ele apostou no aparelho burocrático, mas com medo que este exagerasse, terá querido limitar o mal fazendo com que uma parte do aparelho fosse controlada pela outra». Depois de se ter calado um momento, continuou: «Evidentemente não vale a pena apregoá-lo por toda a parte, pois isso daria argumentos complementares a Estaline. Mas não é por isso menos verdade.»

Se eu sentia pouco interesse pelo estudo das discussões e querelas do passado, era por me encontrar inteiramente submergido pelos problemas da hora presente. Na medida em que as questões de história me interessavam, parecia-me que estes grupos sobrevalorizavam a importância dos seus velhos diferendos com Lenine. O destino da revolução, a meu ver, decidia-se pela relação de forças das classes, e não pelas fórmulas ou teses que uma ou outra tendência interna poderia ter adoptado.

À medida que o Plano quinquenal se ia realizando, a questão das formas organizacionais, políticas e económicas tornou-se de novo actual. Problemas que há muito podiam considerar-se resolvidos pela história voltaram à baila e de uma forma mais aguda. A supressão da pequena burguesia e do capitalismo privado levou à constatação que na arena social se encontravam frente a

frente apenas a burocracia e o proletariado. E era agora no plano das formas de organização que era preciso encontrar a solução de problemas tais como as suas relações mútuas e «o que é o socialismo e como o atingir?».

As questões técnicas de organização revelavam-se questões sociais. A luta das massas trabalhadoras contra a tirania burocrática não podia ser senão a luta contra as formas organizacionais que a burocracia tinha dado à economia. Mas estas formas, Estaline não as tinha inventado. Ele tinha-as herdado de Lenine. A Revolução russa, apesar dos antagonismos e lutas intestinas, é um todo orgânico. E Lenine não podia deixar de ser posto em causa.

Dedicando-se ao estudo das novas questões, o miasnikovista Tiyunov redigiu um ensaio consagrado ao diferendo histórico sobre a organização burocrática ou socialista da produção. O seu trabalho baseava-se na crítica das medidas militaristas tomadas por Trotski para organizar a economia no período do comunismo de guerra. O jovem decista Tiago Kosmal escreveu um brilhante estudo histórico sobre o que se designa por «a discussão sindical». Ele chegava à seguinte conclusão: o modo como Lenine organizou a indústria deixa esta completamente nas mãos da burocracia. E isso tinha tido por consequência directa a recuperação das fábricas ao proletariado e levado este a perder a revolução.

Um outro decista, Micha Chapiro, refutou num artigo, defendendo o ponto de vista tradicional dos decistas: os diferendos sobre os diversos sistemas de organização da produção não tinham um significado de princípio. Segundo Chapiro, «A Oposição Operária» não representava os interesses do proletariado mas os da burocracia sindical. E se as reivindicações sobre a transferência da direcção das empresas para os sindicatos tivessem sido satisfeitas, a única diferença nas fábricas teria sido a burocracia sindical, em vez da burocracia do partido.

O proletariado precisava, para combater a burocracia, de liberdade; liberdade de organização, liberdade de imprensa, liberdade de reunião. Mas isso conduzia à tese da liberdade de escolher o seu partido, defendida

por Miasnikov, e outrora condenada por Lenine, por Trotski e pelos decistas. E, mesmo assim, a maior parte dos decistas e quase todos os trotsquistas continuavam a considerar que «a liberdade de partido» seria «o fim da revolução». «A liberdade de escolher o seu partido, é «menchevismo», decretavam os trotsquistas sem apelo. «O proletariado é socialmente homogéneo, e é por isso que os seus interesses só podem ser representados por um partido único», escrevia o decista Davidov. «E porque não se poderá conjugar a democracia interna do partido com a sua ditadura externa?», perguntava a decista Niura Lankovskaia. «A Comuna de Paris sucumbiu porque havia vários partidos. Mas entre nós só existe um. Como é que aconteceu que a nossa revolução sucumbiu igualmente?», retorquiu Dora Zak a Davidov. O jovem decista Volodia Smirnov chegou mesmo a dizer: «Nunca existiu na Rússia uma revolução proletária. Houve apenas uma 'revolução popular' na base, e uma ditadura burocrática no cume. Lenine nunca foi um ideólogo do proletariado. Do princípio ao fim foi um ideólogo da intelligentsia.» Estes conceitos de Smirnov estavam ligados à ideia geral de que, por vias diversas, o mundo se orienta para uma nova forma social: o capitalismo de Estado, tendo a burocracia como a nova classe dirigente. Ele punha em plano de igualdade a Rússia soviética, a Turquia kemalista, a Itália fascista, a Alemanha em marcha para o hitlerismo, e a América de Hoover-Roosevelt. «O comunismo é um fascismo extremista, o fascismo é um comunismo moderado», escrevia no seu artigo «O comunismo-fascismo». Esta concepção deixava na sombra as forças e as perspectivas do socialismo. A maioria da fracção decista, Davidov, Chapiro, etc., considerou que a heresia do jovem Smirnov ultrapassou os limites e este foi com grande alarde excluído do grupo *.

Verificando a importância dos velhos problemas para a compreensão dos novos, assim como para a previsão exacta das tarefas futuras, pus-me a estudá-las seriamente. As diferenças existentes na interpretação destas questões pelos meios de extrema-esquerda predispunham ao exame crítico e à auto-determinação. E,

---

* Não é difícil ver Smirnov como precursor de Burnham.

estudando-as na sequência imediata da experiência revolucionária, abordei-as evidentemente num estado de espírito diferente do dos camaradas que, dez anos antes, tinham encontrado nela motivos para uma cisão. Tinha atrás de mim 15 anos de história da revolução e podia julgar o passado com um espírito mais aberto e firme.

Mas, submetendo a uma análise crítica «a época de Lenine», abordava o Santo dos Santos do comunismo e a minha própria ideologia. Submetia Lenine à Crítica, o chefe e o profeta, coroado pela glória imortal da revolução e mais ainda pela lenda e a mistificação do mito post-revolucionário. E apesar do espírito crítico do meio no qual vivia, penetrava no santuário na ponta dos pés, tanto me sentia culpado de ouvir a voz interior que me dizia: «Para compreender a experiência e as lições da revolução é preciso não recuar perante nada, e mostrar-se tão impiedoso como a revolução que, também ela, não recuou perante nada».

E quanto mais penetrava no santuário mais, dia após dia, se me punha a questão fundamental: «Será que por acaso tu também, Lenine?». «Não terás só sido grande enquanto as massas e a revolução o foram? E quando as forças das massas declinaram, ao teu espírito revolucionário não terá sucedido o mesmo, declinando ainda mais? Será possível que para conservar o poder tenhas traído, tu também, os interesses sociais das massas? E que tenha sido a tua decisão de conservar o poder que nos tenha seduzido, a nós, os ingénuos? E que tenhas preferido a burocracia vitoriosa às massas vencidas? E que tenhas ajudado esta nova burocracia a vergar a nuca às massas soviéticas? Será possível que tenhas esmagado estas massas quando elas não quiseram acomodar-se à nova ordem? Que as tenhas difamado e desnaturado o sentido das suas aspirações legais? Lenine, o que é que vale mais, os teus méritos ou os teus crimes?

Faço pouco caso dos móbeis que te inspiraram: mais valia, pensavas, que fossem os burocratas a dobrar as costas aos operários do que serem os antigos exploradores, proprietários burgueses e proprietários da terra a fazê-lo. É possível que os burocratas considerem a diferença importante; mas para as massas que curvavam a cabeça, ela não o era absolutamente nada...

«Pouco caso faço também, Lenine, dos argumentos dos teus advogados: subjectivamente as tuas intenções eram as melhores do mundo. Foste tu, Lenine, que nos ensinaste a julgar as pessoas não pelas intenções, mas pela significação objectiva destas, pelos grupos sociais em favor dos quais a sua actividade se desenvolve, a favor de quem são pronunciadas as suas palavras. E aliás, nas tuas próprias justificações, muito prudentes diga-se de passagem, encontro a prova que tu próprio admitiste subjectivamente o regime que realizavas objectivamente. Pior: no momento em que a ditadura da burocracia se consolidava, tu difamaste conscientemente (as provas existem) as massas operárias que resistem à burocracia triunfante. Quando esta resistência, por mais fraca que fosse, e embora tão esmagada pela burocracia, era o supremo testamento da revolução. E uma nova revolução, realmente e socialmente libertadora das camadas inferiores, só pode nascer na Rússia, como no resto do mundo, realizando o programa da oposição operária esmagada. É neste retomar da continuidade da história humana que se continuarão efectivamente as suas tendências progressistas...»

(pp. 180-207)

XI — Regresso à Europa ou degredo na Sibéria? *

Os últimos meses em Verkhné-Uralsk

(...)

No Verão de 1933 a prisão apaixonava-se com os dois grandes acontecimentos da época: a retirada que Estaline acabava de proclamar e a tomada do poder por Hitler.

---

* Foi a segunda alternativa que se verificou. O autor passou na Sibéria dois anos e meio, relatados no segundo tomo da edição de 1950: «Sibéria terra de exílio e de industrialização». Na edição de 1937 esta parte constava de um simples capítulo. Ao longo de toda a tradução, sempre que o autor se refere ao exílio na Sibéria, traduzimos este termo por *degredo*, a fim de o distinguir do afastamento para um país estrangeiro. *(N. T.)*

Constatando a retirada de Estaline, a oposição trotsquista não podia discutir mais acerca do seu «programa de retirada». As fracções e cisões tinham perdido o seu objecto. Era necessário tomar posição face às realidades do momento.

A nova situação facilitou igualmente a unificação no campo da extrema-esquerda. O grupo de Miasnikov, os «decistas», alguns antigos trotsquistas — ao todo 20 a 25 pessoas — formaram uma «Federação de comunistas de esquerda». Esta federação constitui-se após a minha saída do *isolador*, mas pude tomar parte na discussão ideológica que a precedeu.

Não estávamos de acordo sobre a definição do capitalismo de Estado soviético: seria «relativamente progressista» (segundo eu), «puramente parasitário» (segundo Tiyounov), representaria uma «nova época de civilização», como pretendia V. Smirnov [1]?

Tiyounov exigia o socialismo integral na indústria e o restabelecimento da NEP na economia rural. Aprovava integralmente o bolchevismo histórico e o programa da «Oposição operária» e do «Grupo operário» de 1920-23. Eu pensava, ao contrário, que o novo movimento operário devia ter em conta a experiência de todos os agrupamentos de esquerda do bolchevismo russo, da tendência alemã de Rosa Luxemburgo, do sindicalismo francês e americano, etc. Bem entendido, era preciso ter igualmente em conta as transformações sofridas pela revolução russa e as vitórias do fascismo sobre o antigo movimento operário.

A crise alemã, a começar pelas eleições para o Reichstag, em Setembro de 1930, apaixonava os prisioneiros. Em cada eleição, em cada etapa da ascensão do nacional-socialismo, escrevíamos artigos, elaborávamos quadros comparativos e organizávamos discussões às horas de passeio.

Rote Fahne era o único jornal alemão que podíamos receber, e assim líamo-lo até o papel se desfazer nas nossas mãos. Apesar de todas as nossas divergências,

---

[1] Um precursor (como se vê) de James Burnham e da sua *Revolução dos gerentes*.

éramos unânimes na previsão do enorme alcance internacional dos acontecimentos na Alemanha. Isso levou-nos a estudar o problema no seu aspecto geral: o que é o fascismo, qual é o seu lugar na sociedade actual? Analisávamos com minúcia o programa dos partidos fascistas e os trabalhos soviéticos e estrangeiros que se relacionavam com ele (já nem sei como, mas chegávamos mesmo a obter trabalhos estrangeiros!).

A chegada de Hitler ao poder provocou um verdadeiro pânico entre os trotsquistas. Eles esperavam a «inevitável» agressão de Hitler contra a URSS, com a cumplicidade da Inglaterra e da França. «Hitler e Estaline vão entender-se», objectava eu ao genro de Trotski, Nevelson. «Não é possível, Hitler não vai querer tal coisa. E então Estaline vai entender-se com a França e Inglaterra». E eram estes patriotas um pouco limitados do «novo Estado soviético» que Estaline viria a acusar mais tarde de colaboração com Hitler...

Após o desmantelamento do Partido Comunista Alemão, um grupo de «decistas» intransigentes falou em formar uma IV Internacional. Os trotsquistas de Verkhné-Uralsk opuseram-se a esta ideia pois esperavam sempre uma reforma da URSS e do Comintern. Os chefes trotsquistas de esquerda, V. Ienonkidzé, Kamenetski e Jak, publicaram um manifesto que acusava os «decistas» de lançarem uma palavra de ordem prematura e demagógica. Aliás, ignorando a atitude de Trotski a esse respeito, os seus partidários de Verkhné-Uralsk preferiam manter as suas posições. Quando souberam que o seu chefe era por uma IV Internacional, não se lhe opuseram, mas não souberam como interpretar o facto de os trotsquistas franceses terem entrado para o Partido socialista, Secção da II Internacional.

Zankov e Tiyounov, da extrema-esquerda, eram contra uma IV Internacional por outras razões: temiam que ela não passasse de uma reedição da III Internacional. Smirnov deu meia volta; considerando que uma nova Internacional e novas organizações operárias seriam, dadas as circunstâncias, uma pura utopia, via como única saída a fusão dos socialistas e dos comunistas. Os primeiros assegurariam a participação das classes proletárias, os segundos a iniciativa revolucionária.

Eu tive que responder a Smirnov «que a união de dois cadáveres não produziria um corpo vivo».

Para mim, os social-democratas e os comunistas eram, o movimento social, os partidos do «passado».

Aproveitei os meus últimos meses na prisão para me documentar sobre os grupos não-comunistas.

Os social-democratas russos, cerca de uma quinzena, publicavam um jornal de que recordo alguns artigos. Num deles demonstrava-se que os bolcheviques se haviam apoiado em 1917 e durante a guerra civil nas camadas inferiores da classe operária, mas, no tempo da NEP, nas camadas superiores do proletariado. Num artigo sobre «os resultados do Plano Quinquenal», um representante da ala direita dos social-democratas negava qualquer progresso económico à ala esquerda, achava que os resultados da colectivização eram, no fim de contas, satisfatórios. Enfim, lembro-me de um artigo intitulado «Hitler no poder» escrito igualmente por um social-democrata de esquerda, onde a ausência de uma frente proletária unida era denunciada como a causa essencial da vitória do fascismo.

Os social-democratas georgianos, na medida em que pude dar-me conta na prisão e no *degredo*, eram na maioria democratas pequeno-burgueses; não havia senão muito poucos verdadeiros social-democratas. Mas tal não me impedirá de dizer a verdade sobre a repressão da insurreição georgiana em 1924. A resposta foi de uma crueldade inaudita, somada às provocações e execuções em massa, sem julgamento de qualquer espécie; fuzilou-se, por outro lado, pessoas que se encontravam há muito tempo na prisão e que não tinham nada a ver com a insurreição. Este banho de sangue foi organizado por Estaline, Ordjonikidzé e Bela Kun. Numerosos comunistas georgianos de oposição que conheci em Verkhné-Uralsk contaram-me a verdade, que conheciam por terem sido testemunhas visuais da repressão ou por nela terem participado.

Só havia cinco socialistas revolucionários em Verkné-Uralsk, mas ainda conheci mais alguns no *degredo*. As suas opiniões aproximavam-se das da oposição comunista. Uma parte destes, conduzidos por M. A. Spirido-

nova, heroína lendária do movimento revolucionário russo (ela passou 25 anos, metade da sua vida, no exílio) partilhava mais ou menos a visão dos trotsquistas. Um outro grupo conduzido por Kamkov, antigo comissário do povo, socialista revolucionário em 1918, ligava-se às opiniões dos comunistas de extrema-esquerda.

Os socialistas revolucionários de direita, muito pouco numerosos, eram bastante hostis aos de esquerda.

Os socialistas revolucionários arménios, que constituíam o partido «Dachnaktsutiun», interessavam-se quase exclusivamente pela emancipação nacional.

Os judeus sionistas pertenciam a diversas variantes de socialismo e ocupavam-se antes de mais do problema nacional judeu na Palestina. Mas eles não se desinteressavam inteiramente do movimento operário russo e internacional.

Não havia muitos anarquistas em Verkhné-Uralsk, mas no degredo conheci mais alguns, dois dos quais eram célebres: Jonas Varchavski e Barmach. Se os social-democratas representavam na prisão o princípio «humanista» e os comunistas o princípio revolucionário, pode dizer-se que os anarquistas representavam o ideal cavaleiresco. Estavam sempre prontos a apoiar qualquer grupo para lutar contra a arministração. Se havia uma greve de fome, era entre os anarquistas que havia maior número de casos mortais. Havia aliás na URSS um certo número de antigos comunistas e de membros do Konsomol que no fim da guerra civil e no início da NEP se ligaram aos anarquistas.

As massas trabalhadoras da Rússia — tanto os operários como os camponeses — preferem, como já disse, a resistência passiva à luta aberta. Já passou a época da «Oposição operária», de 1920-23, esse poderoso movimento social oposicionista de extrema-esquerda, criado pelos operários russos. Esta situação reflecte-se exactamente na composição social e nacional da prisão de Verkhné-Uralsk, a principal prisão política da Rússia contemporânea. Não havia mais de 15% de operários entre os detidos Estes operários, aliás, «capitulam» com bastante rapidez. Ouvi alguns dizer: «Para quê apodrecer na prisão? Quando o povo se revoltar, a hora da oposição soará, mas não antes.»

A composição social e nacional dos diversos grupos políticos era mais ou menos a seguinte: o grupo mais numeroso, os trotsquistas, que no país podia contar com as simpatias de largos círculos do aparelho comunista, era composto na prisão por uma maioria de jovens intelectuais e técnicos judeus, saídos da pequena burguesia da «zona judaica» da Ucrânia e da Rússia Branca. Havia também muitos georgianos e arménios de origem camponesa. Havia entre os trotsquistas um importante grupo de antigos militares e tchequistas, onde os Russos eram aliás bastante numerosos.

O elemento russo e operário era o mais considerável no grupo «Centralismo democrático» (os «decistas»); predominava no grupo operário de Miasnikov. Pela sua composição, a oposição de direita que chegou à prisão a partir de 1933 pode ser qualificada de russa. Assim, as duas alas extremas da oposição comunista eram russas de nacionalidade, com a particularidade, que tem valor de símbolo, de a ala da extrema-direita ser muito mais forte que a ala de extrema-esquerda.

No conjunto, segundo as estatísticas do nosso «conselho de veteranos», o sector comunista da prisão era composto por 43% de judeus, 2,7% de caucasianos, os russos e alguns membros de outras nacionalidades completando os restantes 30%. Dizia-se com humor em Verkhné-Uralsk que os russos não passavam de uma minoria nacional. Não há dúvida alguma que esta situação, que muito honra os povos judeu, georgiano e arménio, constitui o ponto fraco da oposição contemporânea na Rússia.

A maior parte dos sociais-democratas (mencheviques) provêm do «Bund» — o velho partido operário judaico de antes da guerra. Pode dizer-se que os bundistas de direita passaram a ser social-democratas, e os de esquerda trotsquistas.

O grosso dos socialistas revolucionários e dos anarquistas era formado por russos.

(pp. 227-232)

IV

Rudolf HILFERDING
(1940)

O artigo de Rudolf Hilferding, publicado na revista russa *Correio Socialista* de 25 de Abril de 1940, em resposta a um trotsquista inglês chamado R. L. Worrall, foi traduzido a partir da versão francesa: *Critique Sociale*, vol. IX, Setembro-Outubro, 1965.

CAPITALISMO DE ESTADO OU ECONOMIA TOTALITÁRIA?

Ao que chegou o marxismo! Ernst Mach definiu um dia o progresso da investigação científica como «a adaptaçãos das ideias aos factos e a adaptação recíproca das ideias». Mas um «marxista» de hoje escolhe uma outra via. Impotente para alterar os factos, incapaz de os interpretr correctamente, o que precisamente constitui premissa da possibilidade de alterá-los, esforça-se obstinadamente por adaptar os factos às ideias ou pseudo-ideias de Marx. O método de investigação científica que tenta abarcar pelos seus meios de conhecimento os novos factos ou que, se tal se revela impossível, aperfeiçoa, renova ou revoluciona o seu sistema de conhecimento, adaptando as antigas ideias às novas, torna-se escolástico; a ciência torna-se religião e os investigadores da realidade crentes sectários. O artigo de R. L. Worrall (na revista inglesa *Left*) constitui um exemplo aterrador de tal evolução.

«É com palavras que se travam os debates, é com palavras que se criam os sistemas.» Worrall começa por fazer uma descoberta: a propriedade privada não é um indicador específico da produção capitalista. Ela foi indicador de toda a «civilização» — não se nos diz infelizmente o que seja uma civilização aplicada ao sistema económico — e não um indcador específco da produção captalista, e ela não é essencial à forma capitalista de produção em todas as fases do seu desenvolvimento. Para fundamentar esta afirmação cita-se Marx, e não só o *Manifesto Comunista*, não só o primeiro, mas o terceiro volume do *Capital* que, como acrescenta muito orgulhosamente o autor, e com toda a razão, é negligenciado pelos «marxistas» de hoje.

Worrall não compreendeu o que Marx queria dizer a tal respeito. A ideia em si não é nova. «Na socieddae

burguesa, lemos no *Manifesto Comunista*, a propriedade privada é abolida para nove décimos dos membros da sociedade, se ela existe é precisamente graças ao facto de não existir para esses nove décimos.» Esta ideia — transformação das formas de propriedade, da «produção mercantil simples» em produção capitalista, pela separação progressiva dos produtores dos seus meios de produção, — expô-la Marx em todas as suas obras económicas, e descreveu este processo nas diversas etapas evolutivas do seu desenvolvimento na sociedade capitalista. Mas ele nunca disse que a propriedade privada dos meios de produção deixa de ser uma condição de existência da forma de economia que se pode designar por capitalista. Marx di-lo aliás na própria passagem citada por Worrall. Ele diz com efeito que «os meios de produção concentrados em algumas mãos 'se tornam' propriedade privada dos capitalistas» e que estes, tornando-se em certo sentido os homens de confiança da sociedade burguesa, metem ao bolso os lucros desta «tutela», o que evidentemente só é possível porque são proprietários privados. E se em seguida Marx diz que nas duas direcções — pela via da concentração dos meios de produção e pela via da organização do trabalho como trabalho social — «o modo de produção capitalista abole a propriedade privada e o trabalho privado, mas fá-lo de forma *contraditória*», esta contradição consiste precisamente em que, apesar da «socialização» progressiva dos meios de produção e do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e a disposição da mão-de-obra assalariada, que lhe está ligada, continuam a existir.

Mas deixemos Worrall e as suas citações de Marx para nos ocuparmos da realidade de hoje. Os bolcheviques começaram por destruir o antigo aparelho de Estado. Do «Estado Burguês», da «máquina fundada no capitalismo», de que falava Engels no *Anti-Dühring*, nada resta. Assim, desde a revolução bolchevique, a primeira condição para o «capitalismo de Estado», tal como Engels a constatou enquanto possibilidade, a saber: a dominação do Estado pelos capitalistas, não se verifica na Rússia. Neste caso, a construção engelsiana cai pela base

e não podemos mais voltar a falar dela. Os bolcheviques aboliram além disso a propriedade privada dos meios de produção, e não só dos capitalistas, como dos artesãos e camponeses. Não existem nem Estado burguês nem capitalista, e vêem falar-nos em capitalismo de Estado!

A noção de «capitalismo de Estado» não resiste em geral à análise económica. A partir do momento em que o Estado se torna proprietário de todos os meios de produção, ele torna impossível o funcionamento da economia capitalista, elimina o próprio mecanismo que põe em movimento o ciclo económico. A economia capitalista é uma economia de mercado. O preço que se estabelece pelo efeito da concorrência entre proprietários capitalistas — e é apenas pelo efeito desta concorrência que se realiza «no fim de contas» a lei do valor — determina o que se produz e em que quantidade, a parte do lucro acumulada e em que ramos de produção e, finalmente, resolvendo constantemente as crises, a proporcionalidade entre os diversos ramos de produção, com uma reprodução simples e alargada.

A economia capitalista é dominada pelas leis do *mercado* de que Marx nos deixou uma análise, e a *autonomia* destas leis representa o indicador decisivo do modo de produção capitalista. Mas a economia de Estado abole precisamente a autonomia das leis da economia; não se trata de uma economia de mercado, mas de uma economia de consumo. O que e como se produz não é determinado pelo preço mas pela comissão de planificação do Estado, que estabelece o carácter e a importância da produção. Aparentemente, os preços e os salários ainda existem, mas a sua função altera-se completamente; deixam de determinar o curso da produção, dirigida pela autoridade central que tanto fixa os preços como os salários. Os preços e os salários são apenas meios de distribuição que determinam a parte de cada um na soma total que a autoridade central põe à disposição da sociedade. Passa a ser uma forma técnica de distribuição, forma mais simples do que a prescrição directa da quantidade de diversos produtos, que deixariam de ser mercadorias, que cada um deve receber. Os preços tornaram-se indicadores de distribuição, mas

deixam de ser reguladores da economia. Conservam-se as formas, mas há mudanças de função.

Com o «fogo vivificador da concorrência» também se apaga a ardente aspiração ao lucro que constitui o principal motivo da produção capitalista. O lucro significa a apropriação individual do sobreproduto e só é concebível na base da propriedade privada. Mas, objecta Worrall, não considera Marx a acumulação como um indicador essencial do capitalismo, e não é decisivo o papel da acumulação no regime russo? Worrall esquece apenas um pequeno detalhe, ou seja, que Marx fala da acumulação do capital, da formação de massas cada vez maiores de meios de produção que criam o lucro cuja apropriação constitui o motor da produção capitalista. Trata-se pois da acumulação de valores que cria a mais-valia, isto é, do processo especificamente capitalista de alargamento da actividade económica.

Ora a acumulação de meios de produção e de produtos é indicador muito pouco específico do capitalismo, dado que representa um papel decisivo em todos os sistemas económicos, excepto talvez na mais primitiva forma de procura de meios de subsistência. Numa economia de consumo, numa economia de Estado, o que se passa não é a acumulação de valores, mas a acumulação de bens de consumo, de produtos de que o poder central quer poder dispôr para satisfazer os seus consumidores. O facto de a economia estatal russa acumular não a torna numa economia capitalista, porquanto o que se acumula não é o capital. O argumento de Worrall funda-se numa confusão grosseira entre valor e o bem de consumo. Ele crê, com efeito, que a economia socialista será possível sem acumulação.

Mas qual é — e abordamos enfim a questão fundamental — este poder central que domina a economia russa? Trotski e Worrall respondem: a burocracia. Mas enquanto Trotski se recusa a considerar a burocracia como uma classe — a classe caracteriza-se segundo Marx pelo seu lugar no processo de *produção* — Worrall faz uma descoberta surpreendente. A burocracia russa, pela sua estrutura, que infelizmente não examina em profundidade, distingue-se «fundamentalmente» de toda e qualquer burguesia, mas a sua função é a mesma: a acumulação do capital Como é que a função pode permanecer

idêntica com uma estrutura absolutamente diferente, eis um milagre que evidentemente não pode produzir-se na natureza, mas que aparentemente é possível na sociedade humana. Em todo o caso, por este meio prova ele que a classe burguesa domina na Rússia; daí o capitalismo de Estado. Worrall atem-se obstinadamente à sua confusão entre capital e meios de produção e manifestamente não pode conceber outro tipo de acumulação que não seja a capitalista. Ele não compreende que a acumulação, o alargamento da produção, é em qualquer sistema económico a tarefa dos que dirigem a produção, que mesmo num sistema socialista ideal ela tem de resultar do sobreproduto (que só no sistema capitalista tem a forma de mais-valia) e que não se pode portanto concluir, do facto de haver acumulação, o carácter capitalista da economia.

Mas a «burocracia» domina realmente ao mesmo tempo a economia e os homens? A burocracia representa em geral, e particularmente na Rússia soviética, uma massa bastante heterogénea. Dela fazem parte não só os funcionários do Estado no sentido restrito do termo, do pequeno funcionário aos oficiais, generais e ao próprio Estaline, mas igualmente os dirigentes da indústria em todos os escalões, e funcionários, como por exemplo, dos Correios e do Caminho de Ferro. E é esta massa heterogénea que exerce um domínio homogéneo? Qual é então a sua representatividade, como toma as suas decisões, de que órgãos dispõe? Na realidade, a «burocracia» não é detentora independente do poder, e tanto pela sua «estrutura» como pela sua «função» não é senão um instrumento nas mãos dos verdadeiros senhores. Ela organiza-se hierarquicamente e subordina-se à autoridade suprema — ela recebe ordens mas não dá. O funcionário, como diz tão acertadamente Trotski, «pode ser sacrificado pelo seu superior hierárquico, para reduzir um descontentamento». E seriam estes os senhores da produção, os novos substitutos dos capitalistas? Estaline desmentiu à sua maneira essa ficção quando, no decurso das últimas depurações, mandou um tiro na nuca, «entre outros», a milhares de dirigentes industriais.

O chefe não é a burocracia, mas quem dirige a burocracia. A burocracia russa é comandada por Estaline.

Lenine e Trotski, com um grupo de partidários escolhidos, que nunca teve poder de decisão independente enquanto partido, e sempre foi um simples instrumento na mão desses dois chefes, como mais tarde os «partidos» fascistas e nacional-socialistas, apossaram-se do poder no momento da queda do antigo aparelho de Estado. Eles transformaram-no segundo as suas necessidades de domínio, suprimiram a democracia e instauraram a sua própria ditadura, que na sua ideologia, mas de modo algum na prática, identificaram com a «ditadura do proletariado». Eles criaram assim o primeiro Estado totalitário *avant la lettre*. Estaline prosseguiu esta obra, eliminou os seus rivais através do aparelho de Estado e tornou a sua ditadura pessoal ilimitada. Tal é a realidade, e não é preciso mascará-la construindo um pseudodomínio da «burocracia», que, na realidade, está tão subordinado ao poder político como o resto da população, se bem que, em modestas proporções e doseadas conforme a situação, receba, sem garantia de continuidade e sob uma constante ameaça para a sua vida, as migalhas da mesa dos senhores. Materialmente isso não constitui uma parte importante do conjunto do produto social, embora o efeito psicológico de uma tal diferenciação possa ser muito grande.

As consequências são importantes para a economia do país. Pertence igualmente à natureza do Estado totalitário a subordinação da economia aos seus fins. A economia perde as suas leis próprias, ela torna-se *dirigida*. À medida que se realiza este dirigismo, a economia de mercado é transformada em economia de consumo, passando o carácter e a importância das necessidades a ser determinados pelo poder político. Pode verificar-se através do exemplo da economia alemã e italiana como, num Estado totalitário, dado um tal dirigismo, este toma uma amplitude cada vez maior, até se tornar universal, como foi o caso da Rússia desde o início. Também na Alemanha é o poder político que determina, conforme ao seu objectivo de conservar e aumentar a sua formação, o carácter da produção e da acumulação; os preços perdem a sua função reguladora e tornam-se um meio de distribuição. A economia, e com esta os promotores da actividade económica, são mais ou menos subordinados ao Estado, e tornam-se os seus auxiliares.

A economia perde a primazia que detinha na sociedade burguesa, o que, bem entendido, não implica de modo algum que os meios económicos não exerçam uma considerável influência sobre o poder político, na Alemanha como na Rússia. Mas estas são condições, limites e premissas não decisivos para o *conteúdo* da política. A política é determinada por um pequeno círculo de detentores do poder. Os seus interesses, as suas ideias sobre as necessidades de conservação, de utilização e de reforço do seu próprio poder determinam a política que impõem como uma lei à economia, a qual lhes está subordinada. Daí igualmente a importância de que veio a revestir-se o factor subjectivo, o «imprevisível», o «irracional» na evolução política.

O crente só sabe do céu e do inferno, o sectário marxista só sabe do capitalismo e do socialismo, das classes, burguesia e proletariado, como forças determinantes. Não lhe pode entrar na cabeça a ideia que o poder político contemporâneo, tendo-se tornado independente, emprega a sua força imensa segundo as suas próprias leis, submete as forças sociais — por um período mais ou menos longo — e obriga-as a servi-lo.

É por isso que o sistema russo, e o sistema totalitário em geral, não são determinados pelo carácter da economia. Pelo contrário, essa economia é determinada pela política, formada pelo poder político, e subordinada aos fins deste poder.

O poder político totalitário vive da economia, mas não existe para a economia, para a classe dominante na economia, como o Estado burguês, se bem que também este último, como qualquer análise de política estrangeira o prova, possa de tempos a tempos prosseguir os seus próprios fins. Pode encontrar-se uma analogia com o Estado totalitário em Roma, na época do Baixo Império, com o domínio dos pretores e seus imperadores.

É certo que, do ponto de vista social-democrata, é difícil chamar socialista ao sistema económico bolchevique. Pois, para nós, o socialismo está indissoluvelmente ligado à democracia. A socialização dos meios de produção devia, segundo a nossa teoria, ter subtraído a economia do país a uma só classe e remetê-la à administração democrática de toda a sociedade. E nunca jul-

gámos que a forma política da «economia dirigida» que deve substituir a produção capitalista destinada ao mercado livre, pudesse ser de um absolutismo ilimitado. A relação entre a base económica e a superestrutura política parecia-nos perfeitamente clara: era a sociedade socialista que deveria trazer-nos a realização completa da democracia. Mesmo aqueles de entre nós que achavam necessário ou inevitável para o período de transição a mais rigorosa aplicação de um poder político centralizado, não consideravam este estado de coisas senão como provisório e condenado a desaparecer uma vez que a resistência das classes possuidoras tivesse sido esmagada.

Com as classes deveria desaparecer o *domínio de classe* que considerávamos como a única forma possível de domínio político em geral. «O Estado definha...»

Mas a história, que é «o melhor dos marxistas», mostrou-nos outra coisa. Ela ensinou-nos que a «direcção das coisas» pode, contrariamente à esperança de Engels, tornar-se «domínio» ilimitado «sobre as gentes» e assim mesmo conduzir não só à emancipação do Estado em relação à economia, mas igualmente à subordinação da economia aos detentores do poder político. Uma vez subordinada ao Estado, a economia garante a existência desta forma de Estado. O facto de tal ser o resultado verificado numa situação única, criada antes de mais pela guerra, não impossibilita a análise marxista, mas traz uma correcção às nossas ideias demasiado esquemáticas sobre a relação entre a economia e o Estado, ideias nascidas numa época anterior. A transformação do Estado numa força independente torna extremamente difícil de caracterizar economicamente uma sociedade onde a política, isto é, o Estado, desempenha um papel determinante e decisivo.

É por isso que a querela sobre saber se o sistema económico da União Soviética é «capitalista» ou «socialista» me parece absolutamente sem objecto. Não é uma coisa nem a outra. Ele répresenta antes uma economia totalitária de Estado, isto é, um sistema de que as economias da Alemanha e da Itália se aproximam cada vez mis.

Nota dos Tradutores: o texto francês, a partir do qual se obteve a tradução portuguesa, é traduzido do russo.

V

CLAUDE LEFORT
(1956)

In «O totalitarismo sem Estaline», *Socialisme ou Barbarie*, n.º 14, Julho-Setembro de 1956, reproduzido in *Elements pour une critique de la bureaucratie*, Paris-Genève, Droz, 1971, cap. VIII, pp. 130-190 (a publicar por Edições Afrontamento).

A URSS numa nova fase

A nova orientação política russa, inaugurada à morte de Estaline e ilustrada com alarde pelo XX Congresso, tem um alcance extraordinário, de que só é possível tomar consciência se nos apercebermos da transformação que lhe está na origem. Revelando e consagrando essa transformação, ela marca um momento decisivo na história mundial. Tem um significado propriamente revolucionário, pois supõe — para além das personagens que se agitam na tribuna do Congresso, inventando novos artifícios para o domínio, falando com ênfase na edificação do comunismo, amaldiçoando um antepassado que ainda na véspera era o sagrado herói civilizador, decidem uma por uma das tarefas de dezenas de milhões de homens — aqueles outros homens que não usam da palavra, mas cujas novas necessidades, novas actividades na produção, nova mentalidade, provocaram uma ruptura com o passado e a liquidação de quem foi dele a incarnação incontestada. Revolucionário, o acontecimento é-o por designação, não uma mudança de orientação política de carácter conjuntural, mas uma transformação total, que afecta o funcionamento da burocracia enquanto classe, a marcha das instituições essenciais, a eficácia da planificação, o papel do partido totalitário, as relações do Estado e da sociedade, porque exprime profundamente um conflito inerente ao sistema de exploração fundado sobre o capitalismo de Estado.

Na URSS, como nos outros países, manifesta-se o peso decisivo das classes exploradas; como por toda a parte, verifica-se que a conduta da classe dominante é determinada pela coerção, e leva assim o proletariado a enfrentar novas tarefas cuja fórmula, inscrita ao invés do fracasso capitalista, se elabora progressivamente.

O XX Congresso, para além de todas as significações de que possa revestir-se, inspira uma conclusão ine-

lutável. A URSS já não pode mais ser vista como um mundo «à parte», um enclave no mundo capitalista, um sistema impermeável aos critérios forjados no contacto do capitalismo. A confiança ou o ódio cego que ela inspirou a uns e a outros, a paralisia ideológica com que atingiu a vanguarda revolucionária durante trinta anos, não podiam resistir indefinidamente aos sólidos discursos dos novos dirigentes que, levados pela necessidade, nos fazem aperceber um parentesco profundo entre todos os sistemas modernos de exploração. Abriu-se uma cortina de ferro muito mais importante do que aquela que impedia a circulação dos homens e mercadorias: é a cortina tecida pela imaginação dos homens, a cortina através da qual a URSS metamorfoseada parecia escapar a toda a lei social. Sociedade sem corpo, sempre confundida com a vontade pura de Estaline, infinitamente boa ou má, suscitou o mais estranho delírio colectivo do nosso tempo. Delírio burguês que convertia a URSS numa máquina infernal, cujas engrenagens perfeitamente oleadas esmagavam toda a diferença social e individual e fabricavam, às ordens do Gengis-khan reincarnado, os homens-*robots* encarregados da destruição da humanidade. Delírio «comunista» esboçando a imagem ideal do paraíso socialista, na qual os mais grosseiros contrastes da realidade se transformavam em harmonias de complementares. Não foi suficientemente notado que estes delírios opostos se cruzavam curiosamente no mito de um sistema perfeitamente coerente designado como totalitarismo absoluto ou como socialismo, mas sempre apresentado como radicalmente diferente dos sistemas capitalistas nossos conhecidos. O trotskismo, é verdade, apresentava um quadro contrastado, mas, contentando-se em enxertar a imagem do totalitarismo na do socialismo, acumulava no seu próprio mito as ficções precedentes. A URSS tinha edificado bases socialistas impedindo que a confundissem com um sistema de exploração; ao mesmo tempo apresentava uma ditadura e desigualdades sociais tão graves que a desfiguravam; o proletariado era o detentor de um poder de que por outro lado estava totalmente desapossado. Como nos sonhos, em que todas as metamorfoses nos parecem naturais, também na utopia trotskista o socialismo se transformava no seu contrário sem perder a identidade.

O resultado deste imbróglio era a predição a curto prazo de uma queda da burocracia, pequena casta de traidores, tão incapaz de impedir a restauração capitalista como a ressurreição proletária.

Sem dúvida que os acontecimentos são impotentes para, isolados, destruirem os mitos, mas estes últimos são pelo menos obrigados a transformar-se para se adaptarem às modificações sobrevindas desde a morte de Estaline. A pseudo-casta dos trotskistas perdura, e confirma a sua solidez, primeiro face à guerra e agora perante uma transformação do governo. Se a direcção revê os seus métodos, não é nem sob a pressão dos elementos capitalistas decididamente invisíveis, nem sob a ameaça do imperialismo estrangeiro, nem em resposta a um levantamento do proletariado. É necessário portanto compreender a evolução no quadro de uma estrutura social apropriada... Entretanto, a burguesia vê desaparecer com o seu Gengis-Khan a maravilhosa chave do enigma. O terror é posto fora da lei, a ditadura abranda, declara-se garantir os direitos individuais dos cidadãos; o nível de vida das massas é sensivelmente melhorado e torna-se provável que em alguns anos se porá a par dos países capitalistas avançados; enfim, Estaline é denunciado como um tirano que viciou o desenvolvimento do regime. Melhor: toda uma série de medidas são adoptadas, provando claramente o desejo dos russos de evitar a guerra. A burguesia é tomada de vertigem: a sua imagem da máquina infernal parece irrisória. Como continuaria ela a viver o sonho da diferença de natureza entre os capitalismos ocidentais e a URSS? Paralelamente, a imaginação «comunista» desagrega-se. Tinha-se afirmado de Estaline que era o farol alumiando a estrada do socialismo; parece que esta luz orgulhosa, de tão forte, encadeava e fazia perder o norte; ele era o magnífico piloto que governava entre os escolhos semeados pelos agentes imperialistas; parecia agora que ele inventava estes agentes, transformando arbitrariamente todo oponente em bandido; parece que ele próprio semeava os escolhos e que, sem ele, a navegação teria sido menos dura e mais rápida; ele era o genial estratega que soube desagregar o mais poderoso exército do mundo, ei-lo tornado ditador «inexperiente» cuja incompetência ia levando a URSS a uma derrota terrível. Sem dúvida que

o regime se pretende intacto, uma vez desembaraçado da sua *personagem* incómoda. Mas como conservar a imagem da harmonia socialista? O mito exigia uma correspondência perfeita entre o sistema económico e social e a direcção política: o sistema era socialista e Estaline era genial, cada um reflectido no outro. A crítica não era pois possível a não ser que visasse o conjunto: qualquer política de Estaline era considerada justa pela razão imperiosa de que ela não podia ser errada, traduzindo sempre necessidades objectivas. Ora este mito volatilizou-se. Se a política de Estaline comporta há mais de 20 anos uma série de «erros» — alguns dos quais colossais —, é que o objectivo e o subjectivo já não se correspondem, e que a necessidade histórica foi quebrada e, enfim, que a crítica é possível... Quem fixará os limites a esta crítica? Unicamente Estaline está em causa, insinua Krutchev. Mas Estaline incarnou a política da URSS. Quem dirá pois onde começa e onde termina o erro? E quem dirá onde começa e deixa de ser a política? Quem determinará a pretensa fronteira entre o objectivo e o subjectivo? O regime político e social pode deixar-se dissociar do regime económico? Quando o Estado concentra todos os poderes nas suas mãos, quando define a orientação da produção e o seu volume, quando fixa as normas de trabalho, quando determina a escala dos estratos sociais através dos salários e as vantagens que atribui a cada um, é rigorosamente absurdo separar a actividade política da vida social total. Debalde pretende Krutchev circunscrever o terreno proposto à crítica: se a personalidade de Estaline já não é sagrada, são toda a direcção, de ontem como de amanhã, e o regime no seu conjunto que perdem direito divino à verdade histórica. O sistema torna-se objecto de análise e objecto de crítica, como qualquer sistema social.

O desabar da mitologia estaliniana, antes que se tente uma interpretação da URSS fundamentada numa análise, indica o alcance extraordinário da última reviravolta russa. Esta mudança não se pode comparar a nenhuma das que se efectuaram durante a era estaliniana, toda em ziguezagues, menos ainda deve ser reduzida ao triunfo de uma sobre a outra. No passado, com efeito, as alterações brutais impostas por Estaline tive-

ram sempre a mesma função. Tratava-se, no quadro da URSS, de fazer prevalecer o primado da direcção estatal em prejuízo de qualquer grupo social ou fracção da burocracia que efectuasse a coesão do regime. À escala internacional, tratava-se de fazer prevalecer os interesses da URSS em prejuízo das burocracias locais, de modo a que as relações de força entre os PC nacionais e as burguesias respectivas que estes afrontavam estivessem necessariamente subordinadas à estratégia mundial da URSS. Trotski analisou tão bem esses ziguezagues estalinianos que é supérfluo fazê-lo de novo; as purgas brutais operadas nos quadros dos kolkosianos, dos técnicos, dos militares, dos sindicalistas, as alterações súbitas na política chinesa, alemã, espanhola, ilustram este percurso tortuoso da ditadura estaliniana, imposta sempre sem transição prévia à totalidade dos actores «comunistas». O leitor francês lembrar-se-á mais particularmente das reviravoltas abruptas que acompanham a história do PC e que o precipitaram sucessivamente da guerra contra os socialistas, antes de 34, à Frente Popular, da luta a todo o custo contra a burguesia e contra a guerra imperialista à participação nessa guerra na base de um nacionalismo desenfreado, da colaboração com a burguesia no seio do governo saído da libertação a uma oposição violenta contra os aliados da véspera. Mas o que Trotski não podia explicar é que a cada reviravolta, e apesar das perdas locais sofridas pelos PC, a unidade da direcção burocrática encontrava-se categoricamente reafirmada, o conjunto das tropas reunindo-se no novo terreno com a mesma coesão que no antigo. A solidariedade do campo estaliniano traduzia com efeito uma característica essencial das burocracias nacionais, que Trotski não podia ver: a subordinação rigorosa da sua política à política da URSS não podia explicar-se pela traição dos chefes, pelas relações pessoais que os uniam à casta dirigente da URSS, ou por qualquer outro factor acidental; ele devia-se à própria natureza dos PC que participavam da natureza da burocracia russa, que procuravam abrir caminho a uma nova camada social dominante, arrancando o poder à burguesia e ao mesmo tempo impondo um novo modo de exploração ao proletariado. Submetidos às pressões diferentes, segundo o contexto, da

burguesia e do proletariado, os PC só podiam cristalizar os seus próprios elementos e tomar consciência das oportunidades históricas que lhes oferecia a crescente concentração do capital mantendo constantemente a atenção virada para a URSS, cujo regime lhes fornecia a imagem do seu próprio futuro. Se as reviravoltas de Estaline, quaisquer que tenham sido os seus efeitos momentâneos sobre os PC nacionais, eram necessariamente ratificadas por estes, era porque o interesse destes últimos estava realmente subordinado ao do organismo-mãe, único capaz de lhes impôr a unidade ideológica que a sua própria situação começava a esboçar. E, igualmente, como teremos ocasião de o voltar a dizer mais tarde, o totalitarismo na URSS encontrava-se justificado por princípio, mesmo aos olhos das fracções que dizimava, pela função que desempenhava ao sacrificar os seus interesses à coesão da burocracia tomada no seu conjunto.

A mudança efectuada hoje pela nova direcção é radicalmente diferente, porquanto põe em causa os próprios princípios dos quais as mudanças anteriores eram resultantes. Recusa-se o totalitarismo, louva-se a direcção colectiva, admite-se implicitamente que a política da URSS pode ser contestada, pois reconhece-se explicitamente que a de Estaline estava errada, condenam-se os processos pelos quais a ditadura de ontem eliminou os oponentes e subordinou os interesses dos países satélites, faz-se do passado, que tinha sido apresentado como um encadeamento fatal de verdades históricas e como tal fora vivido, um objecto de interrogação.

Palavriado? Mas a palavra é eficaz. E se é verdade que a acção não é conforme ao que se diz, não é menos verdade que seria insensato designar pelas palavras o contrário do que se faz. De resto certos factos atestam o novo sentido da linguagem burocrática. É porque o titismo se encontra oficialmente legitimado pela URSS que a afirmação de que o socialismo pode seguir diferentes vias ganha o seu pleno significado; a afirmação de Thorez, pelo contrário, de que o PC francês faz alarde, não tinha nenhum significado em 1947, porque ela não anunciava senão Praga, ou a possibilidade da burocracia se apropriar do aparelho de Estado sem insurreição armada do proletariado. O que no contexto esta-

liniano surgia como simples artifício verbal, destinado a dissimular o monolitismo do bloco burocrático, tornou-se a expressão real da divergência.

É verdade que no imediato a divergência titista permanece isolada, que os diversos PC no mundo se alinham a um ritmo mais ou menos rápido sobre as novas posições de Krutchev, a despeito das suas resistências e inquietação. As contradepurações sucedem-se em cadeia na Europa oriental, com o mesmo rigor que as depurações de outrora, inspiradas por Estaline. Mas se o funcionamento se revela o mesmo nas condições presentes [1], ele é atacado no seu princípio: os fundamentos da doutrina mecanicista instituída pela ditadura estaliniana são boicotados por aqueles mesmos que continuam de certa maneira a exercê-la. É que os ritos não podem ser transformados de um dia para o outro; eles resistem e resistirão tanto mais quanto continuarem a traduzir em cada país uma situação social; continuam a ser os instrumentos eficazes de uma coesão para as burocracias em ascensão. No entanto, a partir do momento em que se introduz uma fenda entre os ritos e as crenças — entre a disciplina de ferro e os princípios ideológicos — tornam-se cada vez mais vulneráveis, cada vez mais expostos à crítica daqueles mesmos que os praticam.

Neste sentido, a mudança do XX Congresso inaugurou uma rota que é irreversível; o *monopólio da verdade* edificado pelo estalinismo foi quebrado, independentemente do que os novos dirigentes façam para o restaurar. Durante decénios, as regras de organização e as regras de pensamento de todos os militantes comunistas foram regras de ouro. Inquietação, indecisão, críticas individuais eram sempre absorvidas pela visão final do universo estaliniano; universo regido pela necessidade de nele se encadearem mecanicamente todas as tendências, custasse o que custasse.

A política estaliniana de participação no governo parecia contrária aos interesses dos operários franceses, logo após a libertação? Ela *não podia* sê-lo; a conquista do Estado pelos PC da Europa oriental provava que ela era revolucionária. Esta conquista do Estado, as nacionalizações e a colectivização pareciam efectuar-se sem transformação da situação do proletariado na produ-

ção? O alcance socialista destas medidas era garantido pelo apoio que a URSS lhes dava e o exemplo que ela proporcionava de um regime para o qual tendiam as democracias populares. Na própria URSS, as desigualdades sociais, as condições de trabalho, a repressão policial podiam inquietar-nos? Estes aspectos decorriam, dizia-se, do isolamento da URSS, sempre ameaçada pelo imperialismo e seus agentes. Num tal sistema de pensamento, não havia controle possível dos acontecimentos, a causa sempre reenviada de responsável a responsável até à política de Estaline e este justificando-se pelas condições objectivas com as quais se defrontava e que só ele podia apreciar na sua complexidade. Não se tinha portanto outra possibilidade, além de tudo contestar, senão guiar a sua actividade pela da direcção: militante, era-se estaliniano dos pés à cabeça, sem qualquer outra referência possível senão a que era fornecida pelo partido. Estava-se munido de todo um sistema de reflexos que permitia agir em qualquer situação, quer se tratasse do Pacto do Atlântico, de táctica sindical, de biologia, de literatura ou de psicanálise...

É precisamente porque o estalinismo constituía assim um universo regido mecanicamente que a crítica actual não se deve limitar a um sector isolado. Do mesmo modo que no fim da Idade Média a simples crítica dos métodos da Igreja levantou a hipoteca do sagrado e conduziu à desagregação do totalitarismo religioso, o simples pôr em questão da política estaliniana induz passo a passo ao reexame de cada problema particular e abala o totalitarismo moderno nos seus fundamentos. Mas não são só os militantes «comunistas» e particularmente os intelectuais, que são arrancados ao torpor; a nova orientação da burocracia russa não pode deixar de exercer uma influência muito forte no comportamento do proletariado no seu conjunto. Pois se é verdade que a acção do proletariado é determinada no seu âmago pelas condições da exploração, pela sua luta para arrancar ao capitalismo o controle do seu trabalho, esta acção depende igualmente da sua estimativa das forças sociais contra as quais deve exercer-se, das oportunidades históricas que lhe são oferecidas. Neste sentido, a coesão do estalinismo foi tomada por muito tempo como uma barragem intransponível; conscientemente ou

não, os operários sentiam-se paralisados pela burocracia. A dificuldade de abalar um aparelho poderoso, constituído pela necessidade da luta contra o capital, mas «rigidificado» e cada vez mais distante das massas, acrescentava-se a dificuldade de enfrentar uma força mundial cuja coesão histórica era visível para todos. Alterada esta coesão, a burocracia começa a perder as dimensões que havia adquirido: deixa de ser tida por uma fatalidade. Revela-se dilacerada pelos conflitos, exposta ao erro, vulnerável. A autoridade atribuída aos dirigentes mantinha o proletariado num estado de impotência; este é compelido a tomar consciência da sua fraqueza e a prescrutar as suas próprias forças. Não se pode concluir que a crise dos PC *em si* possa provocar uma ofensiva proletária, mas parece fora de dúvida que, colocado em condições de luta, o proletariado situar-se-ia numa nova relação de forças com a sua burocracia.

Foi deliberadamente que procurámos sublinhar as imensas repercussões possíveis da liquidação do estalinismo e da nova orientação de Krutchev antes de nos interrogarmos sobre os factores que a determinaram. É que, a nosso ver, o acontecimento enquanto tal abre um campo novo de possibilidades. Ideológico, ele é mais do que ideológico, na medida em que o próprio estalinismo é ao mesmo tempo fenómeno ideológico e fenómeno social, sistema de pensamento e sistema de acção. Nós não estamos por isso menos conscientes — será necessário repeti-lo? — de que as modificações futuras dependem, em última análise, não de uma transformação da mentalidade, mas de novas lutas e de novas formas de luta da classe operária. Já começamos a aperceber-nos dos artifícios pelos quais o militante procura dissimular o aspecto chocante do acontecimento, dominar a sua vertigem, desviando obstinadamente o olhar da fossa estaliniana. Actua-se como se nada se tivesse passado; repete-se que a auto-crítica é sinal de vitalidade como se a liquidação de Estaline não fosse a do passado; busca-se refúgio em Lenine como se fosse possível transferir sem dificuldade a fé em um deus para outro deus: e sobretudo felicita-se estrondosamente pelo abrandamento da ditadura, pela liberalização do regime, pela melhoria das condições de vida, como se a Verdade inabalável tivesse podido tornar-se amável. Todos os

«mecanismos de defesa», como diz o psicólogo, tendem a preservar o militante de todas as solicitações brutais da realidade. Não se poderia sem ligeireza subestimar a sua eficácia e os recursos infinitos de auto-mistificação.

Mas precisamente porque a história é essencialmente social, as peripécias do pensamento estaliniano não devem obnubilar-nos. Todas as tentativas destinadas a reconstituir uma «boa consciência» comunista não nos podem fazer esquecer que a nova orientação é a resposta aos problemas sociais surgidos na URSS e no mundo. Compreender o sentido destes problemas, o alcance das soluções que se tenta opôr-lhes, é pois a primeira das tarefas, aquela que nos permitirá determinar a amplitude das repercussões desta mudança no mundo comunista, nas quais começamos por insistir.

Não seria possível fugir à dificuldade desta tarefa ou dissimular que, nos limites deste artigo, nos propomos antes lançar as bases — que julgamos sólidas — para uma análise e uma discussão ulteriores, em lugar de dar uma interpretação exaustiva da nova orientação. Uma tal interpretação exigiria com efeito que se tivessem igualmente em conta diversos factores totalmente confundidos na realidade, a situação interior da URSS, as relações entre a URSS e os outros regimes burocráticos (particularmente a China) assim como a concorrência entre o bloco burocrático e o bloco ocidental. Ora, nós tencionamos limitar-nos ao exame da situação na URSS. Esta limitação, na verdade, não significa uma preocupação exclusiva do que se passa no interior das fronteiras geográficas da URSS. Se, como tentaremos demonstrar, os problemas que a nova direcção defronta se referem ao funcionamento de uma sociedade altamente industrializada regida pelo totalitarismo, elas não são apanágio da URSS e sem dúvida que se apresentam de maneira diferente na China ou na Hungria, que se encontram ainda na fase da acumulação primitiva, e diferentemente também nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento industrial não se adapta a uma planificação geral e a um regime totalitário. Mas, por mais diversas que sejam as situações, elas ajudam a explicar-se umas às outras, pois conhecem imperativos similares

criados pela grande produção moderna, o imperativo de novas relações sociais no seio da classe dominante, dum novo modo de domínio do proletariado, dum novo comportamento do proletariado nas fábricas [2]. Assim, o que dissermos sobre a URSS aplicar-se-á necessariamente a outros quadros sociais.

No entanto, os limites da nossa análise parecem bem mais importantes de um outro ponto de vista. É extremamente difícil, com efeito, analisar a nova orientação guiando-nos constantemente por dados empíricos, pela razão muito simples que na URSS, ainda mais que num regime capitalista burguês, estes dados são subtraídos à observação. Esta dificuldade manifesta-se desde que nos interrogamos quanto ao significado das rivalidades que dividem a direcção política. A liquidação de Béria, o recuo de Malenkov, a condenação de Estaline, são sem dúvida alguma a expressão de conflitos sociais, mas oficialmente estão referidos a motivos fúteis: um é espião, o outro incompetente, o terceiro megalómano. Se se procura uma verdadeira explicação, não se pode senão reter hipóteses mais ou menos verosímeis. E neste aspecto trata-se ainda de uma faceta relativamente menor do regime, sendo possível procurar estabelecer com que problemas sociais a direcção se confronta sem nos preocuparmos em saber exactamente como se traduzem na rivalidade entre clãs políticos. Mas acerca destes mesmos problemas não nos é permitido observar o seu desenvolvimento na vida concreta dos grupos. Não podemos, por exemplo, saber quais são as reacções dos operários em face da exploração, pois estas reacções são cuidadosamente dissimuladas pelo regime. Bem entendido que as greves o são, se greves há. Mas também o são todas as formas de resistência dos operários nas fábricas que, sem tomarem a forma de uma acção violenta e pública, exercem uma influência considerável no desenvolvimento da grande indústria. Num país como os Estados Unidos, esta resistência não é certamente reconhecida pelo que ela é (uma recusa da exploração capitalista); pelo contrário, é relacionada a maior parte das vezes com as características psicológicas ou o clima moral defeituoso da fábrica, mas não é negada: milhares de sociólogos pagos pelo patronato, quando não pelos sindicatos, falam do que designam

como a recusa dos operários em cooperar, descrevem os processos pelos quais estes reduzem o ritmo do trabalho, sabotam peças, se opõem à aplicação de novas normas, se entendem entre eles sem ter em conta a hierarquia que tenta impor o capital pelo sistema dos prémios. Da URSS temos um simples eco desta resistência, de tempos a tempos, na imprensa sindical ou nos discursos dos dirigentes, mas não podemos apreciar a amplitude do fenómeno e muito menos precisar a sua evolução exacta. Só podemos agir por indução, esclarecer as poucas informações de que dispomos através das informações muito mais numerosas que nos vêm dos países capitalistas, uma vez que estamos convencidos de que a situações dos operários na grande indústria moderna apresenta por toda a parte características similares e tendo, consequentemente, o comportamento do proletariado russo que ser análogo ao do proletariado americano.

Este método, por mais válido que pareça, não nos fornece no entanto uma visão histórica suficientemente concreta da nova orientação russa. Entre as conclusões de alcance geral a que nos conduz e os dados precisos da nova orientação faltam, sentimo-lo bem, os elos intermediários, e assim falta-nos também o rigor do encadeamento total. Ora o que acabamos de dizer das relações entre a burocracia e o proletariado é igualmente verdade das relações sociais no interior da burocracia, que nos parecem ter uma importância decisiva mas que só apreendemos através de uma imagem refractada pela imprensa e pelos discursos oficiais. É preciso, portanto, interpretar, completar na imagem certas características mal esboçadas, inventar as transições que irão colmatar as lacunas e, por fim, estabelecer uma convergência que na imagem oficial se escondia. Certamente que toda a imagem oficial exige um trabalho deste género, qualquer que seja o seu objecto, uma vez que os dados são sempre incompletos e ambíguos, uma vez que é preciso reconstruir a partir de uma ideia. Mas no caso da URSS a parte da interpretação é tanto maior quanto os dados são mais raros e fragmentários. No entanto, deve notar-se que eles foram singularmente enriquecidos com o XX Congresso: os dirigentes nunca tinham dito tanto... e os seus discursos, particularmente o de Krutchev, oferecem uma nova matéria de reflexão. No entanto, estes

discursos e a política que inauguram levantam, precisamente pela novidade, o problema decisivo da interpretação. Pensa-se que venham responder a problemas postos pelo desenvolvimento anterior da URSS. Mas para determinar o sentido da resposta, é preciso ter já uma ideia dos problemas postos, dissolvendo os discursos sempre as análises da situação real numa apologia do socialismo. O leitor tem sempre o direito de replicar à interpretação que lhe é proposta: «O que você pretende descobrir no discurso de Krutchev, é o que você nele projecta de si próprio, em virtude de uma estimação *a priori* da realidade russa.»

Se mencionamos estas dificuldades é que elas parecem-nos inevitáveis e seria perigoso escamoteá-las. Nós reconhecemo-las portanto explicitamente. Afirmamos abertamente uma certa ideia do desenvolvimento da URSS, uma certa ideia da sociedade totalitária e dos conflitos que ela engendra, e que estas ideias nos esclarecem sobre as transformações actuais. Afirmamos igualmente que o exame da nova política, não somente confirma estas ideias, mais ainda, esclarece-as. Só a coerência da análise pode garantir a sua validade e a passagem que operamos do passado ao presente, da teoria aos factos.

A função histórica do estalinismo

De resto, repare-se na nova política. É ela que em primeiro lugar incita à interrogação quanto ao significado do regime. É ela que põe em causa o passado e que, pretendendo distinguir o que era justo do que não o era, se define em relação à era estaliniana. Só que os seus processos são suficientemente insólitos para nos prevenirem de que a realidade é dissimulada. Com efeito, todos os erros do passado estão relacionados exclusivamente com a personalidade de Estaline. Tendo-se colocado acima do partido pela sua vaidade, não se sujeitando mais às críticas, possuído de um complexo de perseguição que a sua posição dominante transformava em complexo de perseguidor, Estaline, diz-se, cercou-se de intriguistas à sua imagem e, graças ao incrível poder de que dispunha, acumulou as medidas arbitrárias que

lançaram a desordem e a confusão em todos os sectores da vida social. Como se pode notar, a nova direcção, estigmatizando vigorosamente o culto da personalidade, nem sequer pergunta como ele pôde desenvolver-se; um culto é obra dos que o praticam, mas o culto estaliniano é obra do próprio Estaline: Ele pôs-se acima do partido, ELE fundou o seu próprio culto. Daí não procurarem saber como o erigiram ou o deixaram erigir-se à chefia do Estado, o que seria o início de uma análise real. Com toda a evidência, os dirigentes actuais, com este tipo de explicação, não se libertaram do famoso culto, eles passaram simplesmente, poder-se-ia dizer, do rito positivo ao rito negativo: o primeiro consistindo em carregar um homem de todas as virtudes, o segundo de todos os vícios, um e outro atribuindo-lhe a mesma liberdade fantástica de governar os acontecimentos segundo a sua vontade. No entanto, a passagem ao rito negativo tem como particularidade o facto de provocar uma ruptura aberta com a ideologia marxista. Certamente que o rito positivo constituía uma simples caricatura desta ideologia, mas não a contradiz: Estaline genial era encarado como a expressão da sociedade socialista. Como já se disse, o objectivo e o subjectivo pareciam coincidir, se bem que a mistificação se encontrasse em toda a parte. Em contrapartida, Estaline monstruoso não possui nenhuma correspondência na sociedade. Ela torna-se num fenómeno absurdo, desprovido de qualquer justificação histórica, e torna-se impossível qualquer recurso ao marxismo. Um bom estaliniano que durante anos repetiu que as características histéricas e demoníacas de Hitler só puderam desempenhar uma função social porque este tinha exprimido a degenerescência do capitalismo alemão, encontra-se isolado, se se pode dizer, face ao fenómeno Estaline, sem outra explicação senão a da sua essência, da «maldade».

É preciso pois, para começar, formular a questão tabu por excelência e que constitui a questão marxista típica: qual foi a função histórica de Estaline? Ou, noutros termos, como é que o papel que este desempenhou veio responder às exigências de uma situação social determinada? É evidente que uma tal questão não se circunscreve à simples personalidade de Estaline. Ela visa o seu papel político; ela visa uma forma de poder que

este encarnou e que pode resumir-se sumariamente na concentração de todas as funções, políticas, económicas, judiciárias, sob uma só autoridade, a subordinação forçada de todas as actividades ao modelo imposto pela direcção, o controle dos indivíduos e dos grupos, e a eliminação física de todas as oposições (e de todas as formas de oposição). É este complexo de características que se designa ordinariamente por terror ditatorial. Quanto à personalidade de Estaline estamos convencidos que ela exprime de certa maneira estas características e que, portanto, é *simbólica*. Mas não é certo que ela possa por si mesma ensinar-nos o que quer que seja. Trotski mostrou admiravelmente na sua *Revolução Russa* que havia uma espécie de conivência histórica entre a situação das classes e o carácter dos seus representantes, de modo que se impunha simultaneamente, por exemplo, um paralelismo entre as situações da nobreza francesa e da nobreza russa respectivamente nas vésperas da revolução de 89 e de 17, e um paralelismo entre os caracteres de Luís XVI e do Czar. Mas esta caracteriologia não deve iludir-nos; ela só ganha sentido, com efeito, no âmbito de uma interpretação prévia das forças sociais. Só se seleccionam as características psicológicas de um indivíduo e se lhes descobre uma finalidade porque nos guiamos por uma certa imagem do grupo social que representa este indivíduo. Assim, quando Trotski pretende fazer o retrato de Estaline na obra que lhe consagrou e em *A Minha Vida*, selecciona apenas a mediocridade intelectual do personagem e o seu temperamento ardiloso, tão preocupado estava em fazer concordar este retrato com a sua definição da burocracia como casta parasitária, como formação acidental desprovida de qualquer significação histórica.

À imagem da burocracia, que dia a dia mantém através de uma série de artifícios uma existência ameaçada pelo imperialismo mundial e pelo proletariado, Estaline encontrar-se-ia totalmente privado da compreensão da História e apenas capaz de manobrar para preservar a sua posição pessoal. Estaline seria um falso «grande homem», como o partido que encarna um pseudopartido [3]. Toda a construção repousa numa estimativa da burocracia e, como se vê, a interpretação do estalinismo determina a de Estaline. Seria no entanto falso

concluir que a análise do personagem histórico é finalmente desprovida de interesse uma vez que apenas repete a análise social acrescentando-lhe um comentário psicológico. O papel específico da personalidade manifesta-se com efeito não só pelo facto de desempenhar uma função social mas também por afastar-se desta ou criar uma perturbação. No caso de Estaline, o importante seria verificar como a personagem escapa ao quadro em que o seu papel político parece fixá-la, na medida em que, nomeadamente, o seu autoritarismo desenfreado desvia, a um dado momento, o terror dos seus fins primitivos ou lhe altera a eficácia. Mas esta investigação prova suficientemente que é necessário começar por compreender o papel político: Estaline não se torna claro se não o destacarmos do pano de fundo do estalinismo.

Não é possível, dentro dos limites que nos impusemos, dar uma descrição histórica do estalinismo, mas, na medida em que a história constitui parte iminente da definição do fenómeno social, devemos compreender como na sua origem o estalinismo se distingue de qualquer formação social anterior. Ora ele confunde-se com o aparecimento do partido totalitário. Aparece quando o partido concentra nas suas mãos todos os poderes, se identifica ao Estado e, enquanto Estado, subordina rigorosamente a si todas as outras instituições, escapa a todo o controle social, quando ao mesmo tempo, no interior do partido, a direcção se desembaraça de todas as oposições e faz prevalecer a sua autoridade incontestada. Seguramente que estes traços não se configuram de uma só vez; se quiséssemos seguir-lhes a génese seria preciso situarmo-nos logo após a própria Revolução russa, notar a partir de 1918 os esforços do partido para se desembaraçar dos comités de fábrica, integrando-os nos sindicatos e recusando-lhes qualquer poder real, seria sobretudo preciso constatar que, no grande debate sindical de 1920, o programa do partido totalitário já era publicamente formulado por Trotski. Sabe-se que nessa altura aquele que mais tarde foi o inimigo n.º 1 do poder afirmava que todos os grupos sociais deviam obediência absoluta à direcção do partido; postulando que em virtude da alteração da propriedade o Estado não podia ser instrumento de nenhuma política de domínio so-

bre o proletariado, ele afirmava que a ideia de uma defesa dos interesses da classe operária contra o Estado era absurda, e por consequência preconizava uma subordinação estrita dos sindicatos ao partido; por outro lado, garantido pelo êxito que lhe deu o seu plano de mobilização dos operários nos transportes, reclamava uma militarização completa da força de trabalho (não recuando perante nenhuma das medidas de coerção que esta implicava); enfim, estigmatizava todas as oposições, considerando que os princípios democráticos relevavam do «fetichismo», quando o que estava em causa era o triunfo da sociedade revolucionária...

E no entanto não seria rigoroso falar de um estalinismo pré-estaliniano. Não só Lenine conseguiu fazer prevalecer até à morte a ideia, senão de um controle, pelo menos de uma limitação do poder do partido, reconhecendo a existência de uma «luta económica» dos operários no seio da sociedade pós-revolucionária, concedendo uma relativa autonomia aos sindicatos, mas os fundamentos da sua política, como os da política de Trotski, não são aqueles que virão a estabelecer-se mais tarde. Para um e outro, para a imensa maioria dos dirigentes dessa época, todas as medidas «totalitárias» são consideradas provisórias; elas surgem a seus olhos como impostas pela conjuntura, simples artifícios improvisados para manter a existência da URSS, esperando a revolução mundial, para impôr uma disciplina de produção num período em que a desorganização económica engendrada pela guerra civil era tal que a democracia parecia incapaz de a resolver. Sem dúvida que para nós, que discutimos uma experiência histórica 30 ou 35 anos após o seu desenvolvimento, os argumentos dos dirigentes bolcheviques não podem ser aceites tais quais; a ditadura do partido, se é verdade que se reforça sob a pressão de factores conjunturais, anuncia-se, dissemo-lo já, no período da revolução, em prejuízo do poder dos sovietes; mais, ela encontra-se no prolongamento da actividade do partido bolchevique antes da revolução, ela não faz mais do que acentuar até às extremas consequências os traços do partido de vanguarda, rigorosamente centralizado, verdadeiro corpo especializado de profissionais da revolução cuja vida se desenrola completamente à margem das massas operárias. Nada seria

mais artificial do que reduzir a evolução de um partido à de uma política, que ignorar os processos estruturais que condicionam esta política. Não é menos verdade que no período pré-estaliniano uma contradição fundamental permanece no seio do partido, contradição que será precisamente abolida com o aparecimento do totalitarismo. Entre, por um lado, os meios adoptados, que não cessam de acentuar a separação entre o Estado e as classes de que ele se reclama, que libertam o Estado e, no seio do Estado, os dirigentes bolcheviques de todo o controle social e, por outro lado, os fins, sempre proclamados, da instauração de uma sociedade socialista, a escolha não se faz. Os dirigentes, com toda a evidência, não escolhem: a tese do deperecimento do Estado continua a ser afirmada ao mesmo tempo e com a mesma força com que o Estado concentra todos os poderes. Mas a própria sociedade, dir-se-ia, não escolhe, na medida em que nenhuma força social está em condições de fazer pesar os seus interesses na balança de maneira decisiva. A diferenciação dos salários é de tal modo pouco nítida que ela não engendra nenhuma base social material para uma nova camada dominante. O estalinismo é o momento decisivo. De um ponto de vista ideológico, em primeiro lugar: a fórmula do socialismo num só pais vem legalizar o *statu quo*, a separação do Estado e das massas, a concentração de toda a autoridade nas mãos de uma direcção única. Todas as características provisórias da nova sociedade que só tinham sentido pleno em função de uma política de conjunto orientada para o socialismo são ratificadas como se constituíssem em si a essência do socialismo. A dupla consequência desta transformação é, por um lado, que o estalinismo pode apresentar-se efectivamente como o continuador do leninismo, pois que se resume na apropriação de certas posições deste, erigindo-as em valores, quando eram apenas simples medidas práticas, e é, por outro lado, que o estalinismo passa a dispensar uma reflexão teórica sobre o marxismo; merecendo as medidas do Estado a designação de socialistas pela única razão que elas eram leninistas (isto é, análogas às que Lenine recomendou em vida). Enquanto que com Trotski a contradição atinge o auge e este é obrigado a enunciar nos termos mais rudes a sua crítica do fetichismo democrático,

com Estaline a mistificação é completa e o sufocar da democracia já nem sequer precisa de ser reconhecido uma vez que o precedente leninista da suspensão das oposições *legitima* por si só o carácter socialista do presente.

Além disso, de um ponto de vista «material», o estalinismo concretiza e cristaliza uma escolha social. Inaugurando uma política deliberada de diferenciação dos rendimentos, acentua consideravelmente os privilégios existentes, multiplica-os, normaliza-os; transforma simples vantagens de facto em estatutos sociais; funções que eram ocasião de uma luta de prestígio, sustentam agora poderosos interesses materiais. Ao mesmo tempo, as antigas oposições de mentalidade transformam-se em oposições sociais; uma fracção da sociedade enraíza-se no novo solo febrilmente trabalhado pelo partido e une a sua existência definitivamente à do regime[4].

Noutros termos, o totalitarismo estaliniano afirma-se quando o aparelho político forjado pela revolução, depois de ter reduzido ao silêncio as antigas camadas sociais dominantes, se libertou de todo o controle do proletariado; *este aparelho político subordina então directamente a si o aparelho de produção.*

Uma tal fórmula não significa que se atribua ao partido um papel desmesurado. Se nos situássemos numa perspectiva económica, o fenómeno central seria, a nosso ver, a concentração do capital, a expulsão dos proprietários e a fusão dos monopólios num novo complexo produtivo, a subordinação do proletariado a uma nova direcção centralizada da economia. Sublinharíamos então sem dificuldade que as transformações sobrevindas na URSS apenas conduzem à última fase de um processo que se manifesta por toda a parte no mundo capitalista contemporâneo e que é ilustrado pela própria constituição dos monopólios, a intervenção dos Estados em todos os sectores da vida económica, de modo que a instauração do novo regime pareceria representar uma simples passagem de um tipo de apropriação a um outro no seio da gestão capitalista. Numa tal perspectiva, o partido não poderia aparecer mais como um *deus ex machina*; apresentar-se-ia antes como um instrumento histórico, o do capitalismo de Estado. Mas, para além do facto de procurarmos apenas compreender o estalinismo

como tal, e não a sociedade russa no seu conjunto, se abraçássemos exclusivamente uma perspectiva económica seríamos levados pela imagem de uma pseudo necessidade histórica. Se é verdade, com efeito, que a concentração do capitalismo é observável em todas as sociedades contemporâneas, não se pode concluir que ela deva conduzir, em virtude de uma lei ideal, até à etapa final. Nada nos permite afirmar, por exemplo, que na ausência de uma transformação social que eliminasse a camada capitalista reinante, um país como os Estados Unidos ou a Inglaterra irá subordinar os monopólios à direcção estatal e suprimir a propriedade privada. Estamos tanto menos seguros desse facto (teremos ocasião de voltar a tratar este assunto) quanto é certo que o mercado e a concorrência continuam a desempenhar papel positivo em relação a certos aspectos da vida social e que a sua eliminação pela planificação criaria à classe dominante dificuldades de tipo novo. Permanecendo num âmbito estritamente económico é preciso perguntar-se, por exemplo, se as exigências de uma integração harmoniosa dos diferentes ramos da produção não são contrabalançadas pelas exigências do desenvolvimento máximo da produtividade do trabalho graças à relativa autonomia da empresa capitalista. Mas diga-se o que se disser, temos que concordar que as tendências da economia, por mais determinantes (...), não podem ser separadas da vida social total: os «protagonistas» do Capital, como diz Marx, são igualmente grupos sociais cujo passado, modo de vida e ideologia, informam a própria conduta económica. Neste sentido seria artificial reduzir as transformações da URSS a partir de 1930 à passagem de um tipo de gestão capitalista a outro, em resumo, ao aparecimento do capitalismo de Estado. Estas transformações constituem uma *revolução social*. Seria assim igualmente artificial apresentar o partido como o instrumento desse capitalismo de Estado, dando a entender que este, inscrito numa lista de espera histórica (fruto previsto da fatalidade histórica), esperava para se incarnar a ocasião propícia oferecida pelo estalinismo. Nem demiurgo, nem instrumento, o partido deve ser apreendido como realidade social, isto é, como um meio no seio do qual simultaneamente se impõem as necessidades de uma nova gestão

económica e se elaboram activamente as soluções históricas.

Se o aparelho de produção não permitisse, não preparasse, nem comandasse a sua unificação, o papel do aparelho político seria inconcebível. Inversamente, se os quadros da antiga sociedade não tivessem sido desmantelados pelo partido, se uma nova camada social não se visse promovida a funções dirigentes em todos os sectores, a transformação das relações de produção seria impossível. É com base nestas deserções que se esclarece o papel extraordinário desempenhado pelo estalinismo. Este foi o agente, a princípio inconsciente, depois já consciente e seguro de si, de uma formidável transformação social no termo da qual emergiu uma estrutura inteiramente nova. Por um lado, conquistou um terreno social novo, desapossando simultaneamente de todo o poder os antigos donos da produção e o proletariado. Por outro lado, aglutinou elementos oriundos de todas as classes no seio de uma nova formação e subordinou-os sem piedade à tarefa de direcção que lhes oferecia a nova economia Nos dois casos, o terror dominava o empreendimento. No entanto, o exercício desse terror, ao mesmo tempo contra os proprietários privados, contra o proletariado e contra as novas camadas dominantes, baralhava as cartas. Na incompreensão de que a violência tinha uma só função apesar das suas múltiplas expressões, congeminavam-se provas, segundo as preferências, de que ele estava ao serviço do proletariado ou da contra-revolução burguesa; ou então, do facto de dizimar as fileiras da nova camada dirigente tirava-se argumento para apresentar o estalinismo como uma pequena casta, desprovida de qualquer fundamento de classe e preocupada apenas com a manutenção da sua própria existência em prejuízo das classes em competição na sociedade. O desenvolvimento da política estaliniana desde a sua origem não possuía qualquer ambiguidade: o terror não era um meio de defesa utilizado por um punhado de indivíduos ameaçados nas suas prerrogativas pelas forças em presença, ele era constitutivo de uma força social nova que necessitava arrancar-se a ferros da matriz da velha sociedade, e cuja subsistência exigia o sacrifício quotidiano dos novos membros à unidade do organismo já formado. É claro

que não é por acaso que o estalinismo se caracterizou a princípio — antes de 1929, e em seguida no período da colectivização e da primeira industrialização — pela sua luta contra os proprietários privados e contra o proletariado e, mais tarde, por depurações em massa nas camadas dominantes. O terror seguia o caminho da nova classe, que forçava as restantes a reconhecer a sua existência antes de «se reconhecer» ela própria na imagem das suas funções e múltiplas aspirações.

Este caminho foi igualmente o da consciência burocrática. Não se pode afirmar que antes da industrialização o estalinismo seja consciente da finalidade que constituirá depois uma nova sociedade. O receio de empreender essa industrialização, a resistência ao programa trotsquista que a preconiza, testemunham da incerteza quanto à sua própria função. Esta já se conduz empiricamente segundo o modelo que virá a impor-se mais tarde, reforça febrilmente o poder do Estado, procede à eliminação dos oposicionistas, esboça, ainda com prudência, uma política de diferenciação dos rendimentos. A burocracia define-se por tudo menos por um complexo de traços psicológicos; ela conquista a sua própria existência social, que a diferencia radicalmente do proletariado; mas ainda vive nos *horizontes* da sociedade presente. Só uma vez lançada na colectivização e planificação surgem novos horizontes históricos, elabora-se uma verdadeira ideologia de classe e, portanto, uma política concertada, constituem-se as bases sólidas de uma nova potência material e de uma força que agora se cria e recria quotidianamente, sugando as forças produtivas de toda a sociedade no seu conjunto. Nesta altura surgem porém novas tarefas e a tomada de consciência pelo estalinismo do seu papel histórico torna-se então um factor decisivo do desenvolvimento. É que a formidável industrialização que se realiza não só fornece bases à burocracia já constituída, mas revoluciona igualmente esta burocracia, faz surgir, nunca será demais repeti-lo, uma sociedade totalmente nova. Ao mesmo tempo que se transforma o proletariado, a cujas fileiras virão juntar-se em poucos anos vários milhões de camponeses, *fabricam-se* novas camadas sociais arrancadas às antigas classes, ao modo de vida tradicional que a antiga divisão do trabalho lhes reservava. Técni-

cos, intelectuais, burgueses, militares, antigos feudais, camponeses e também operários, são fundidos numa nova hierarquia cujo denominador comum é que ela dirige, controla, organiza, a todos os níveis do seu funcionamento, o aparelho de produção e a força viva do trabalho, a das classes exploradas. Mesmo os que permanecem nas suas antigas categorias profissionais assistem à transformação dos seus modos de vida e mentalidades porquanto estas profissões antigas são enquadradas em função da sua integração na nova divisão do trabalho criada pelo Plano. Seguramente, o modo de trabalho destas novas camadas, os estatutos que lhes são atribuídos em função da sua posição dominante na sociedade, não podem deixar de criar *a prazo* uma verdadeira identidade de base. Mas, no período durante o qual se verifica esta transformação, a acção do partido revela-se determinante. É ele o único que, pela disciplina de ferro que instaura, pela unidade incontestada que incarna, pode cimentar os elementos heterogéneos. Ele antecipa o futuro, proclama aos olhos de todos que os interesses particulares estão estreitamente subordinados aos interesses da burocracia no seu conjunto.

Uma função essencial do estalinismo, *necessária* no quadro da nova sociedade, surge aqui. O terror que exerce nas camadas dominantes não é um traço acidental: ele está inscrito no desenvolvimento da nova classe, cujo modo de domínio não é já garantido pela propriedade privada, sendo forçada a aceitar os seus privilégios através *de um aparelho colectivo de apropriação*, e cuja dispersão, no início, só pode ser ultrapassada pela violência.

Certamente pode dizer-se que as purgas efectuadas pelo estalinismo chegram a pôr em perigo o funcionamento do aparelho de produção; pode também duvidar-se da eficácia de repressões que a certa altura eliminaram metade dos técnicos em actividade. Estas reservas não põem no entanto em causa o que designamos por função histórica do estalinismo; elas permitem apenas descortinar (já abordámos este ponto) em que é que o comportamento pessoal de Estaline se afasta da norma que domina a conduta do partido[5]. Dizer, com efeito, que o estalinismo tem uma função não é insinuar que ele é — do ponto de vista da burocracia — «útil» em cada

momento, e ainda menos que a política que segue é em cada ocasião a única possível; é na ocorrência afirmar apenas que sem terror estaliniano o desenvolvimento da burocracia é inconcebível. E, noutros termos, concordar que, para além das manobras de Estaline, das lutas fraccionais no seio da equipa dirigente, das depurações em massa praticadas a todos os níveis da sociedade, toma corpo a exigência da fusão de todas as camadas da burocracia no seio da nova classe dirigente. Esta exigência é claramente atestada pelo comportamento dos meios depurados: se o terror estaliniano pôde desenvolver-se numa sociedade em plena expansão, se os representantes da burocracia aceitaram viver sob a ameaça permanente da exterminação e da destituição, a despeito dos seus privilégios, é porque prevalecia, aos olhos das vítimas e dos outros, o ideal da transformação social que o partido incarnava. O famoso tema do sacrifício das gerações actuais em benefício das gerações futuras, apresentado pelo estalinismo travestido em programa de construção do socialismo, ganha o seu conteúdo real: o partido exigia o sacrifício dos interesses particulares e dos interesses imediatos das camadas ascendentes ao interesse histórico da burocracia como classe.

Não podemos limitar-nos a compreender o papel do estalinismo no quadro exclusivo da burocracia. O terror que exerceu sobre um proletariado em pleno crescimento supõe que em certos aspectos ele vinha responder a uma situação específica da classe operária. Seria vão negar, com efeito, que a política do partido, mesmo se porventura encontrou uma resistência cada vez maior nas fileiras do proletariado — que o código do trabalho relegava à produção e o *estakhanovismo* a uma corrida desenfreada para o aumento da mesma, não deixou de suscitar a participação no ideal do novo regime. Ciliga mostrou-o bem nas suas obras sobre a URSS, aliás duramente críticas: por um lado a exploração desenfreada que reinava nas fábricas ia de par com uma enorme proletarização dos pequenos camponeses; para estes, habituados a condições de vida muito duras, ela não era tão sensível como para a classe operária já constituída; mais, ela representava em certos aspectos um progresso, provocando a vida na cidade, a

familiaridade com os utensílios e os produtos industriais, um verdadeiro despertar da mentalidade, de novas necessidades sociais, uma sensibilidade à mudança. Por outro lado, no próprio seio do proletariado, uma camada importante de operários, encontrando-se promovida a novas funções graças ao partido, aos sindicatos ou ao *estakhanovismo*, descobria assim as vias de uma evasão da condição comum, desconhecidas no antigo regime. Enfim, e sobretudo, aos olhos de todos, a industrialização, que fazia surgir milhares de fábricas modernas, decuplicava os efectivos das cidades ou fazia surgir outras inteiramente novas, multiplicava a rede de comunicações, mostrava-se sem contestação possível como progressiva — a miséria e o terror constituíam o resgate provisório de uma formidável acumulação primitiva. Certamente que o estalinismo construía à força de chicote, instituía cinicamente uma discriminação social inconcebível em período pós-revolucionário, subordinava sem equívoco a produção às necessidades da classe dominante. No entanto, a tensão de energias que ele exigia em todos os sectores, a fusão que efectuava de todas as condições sociais, as oportunidades de promoção que oferecia aos indivíduos em todas as classes, a aceleração de todas as forças produtivas que impunha como ideal e que realizava, todas estas características forneciam um alibi ao seu poder desmesurado e à sua omnipresença policial.

A contradição principal do totalitarismo estaliniano

Se Krutchev, filho ingrato, pode-se dizer, não tivesse ficado obcecado pelos atropelos por que Estaline o fez passar no fim da existência, não teria ele apreciado mais serenamente o caminho percorrido? Não teria podido reler pausadamente o capítulo do *Capital* que Marx consagra à acumulação primitiva e repetir com ele: «É pela força que se faz nascer o trabalho em todas as sociedades. A violência é um motor da economia»? Não teria podido explicar ao XX Congresso na sua linguagem rude característica: «Estaline realizou para nós a tarefa mais árdua»? Ou então em termos escolhidos, parafrasear Marx: «Eis a que preço se puderam formular as

leis naturais e eternas da produção planificada»?A ler Isaac Deutscher [6], conhecido historiador inglês da sociedade soviética, quase nos aflige uma tal ingratidão. Não é que Deutscher adore o estalinismo, mas a seu ver as necessidades da acumulação primitiva impunham-se ao socialismo, tal como se tinham imposto ao capitalismo: o purgatório estaliniano era inevitável. O mal é que o nosso autor não veja que a ideia de uma acumulação primitiva socialista é absurda. A acumulação primitiva significa para Marx a deportação em massa dos camponeses para locais de trabalho forçado, as fábricas, o extorquir por todos os meios — a maior parte das vezes ilegais — de mais-valia. Ela visa constituir uma massa de meios de produção tal que, subordinando-lhe a força de trabalho, se possa em seguida reproduzi-la automaticamente e acrescentá-la de um lucro. No seu princípio e na sua finalidade ela implica necessariamente a divisão do capital e do trabalho: o capitalismo só pode entregar-se às suas «orgias», segundo a expressão de Marx, porque encontra em face de si homens totalmente desapossados e ele age de modo a que esta privação seja quotidianamente reproduzida enquanto a sua força é quotidianamente mantida e acrescentada. Claro, pode contestar-se que o socialismo seja realizável numa sociedade que ainda não tenha uma infraestrutura económica, quer dizer, que ainda não tenha passado por um estádio de acumulação, mas não pode dizer-se que o socialismo como tal tenha que passar por este estádio, porquanto, qualquer que seja o nível das forças produtivas ao qual se ligue, ele supõe a gestão colectiva da produção, isto é, a direcção efectiva das fábricas pelos operários reunidos nos seus comités. Reconhecer uma acumulação primitiva na Urss, é reconhecer que nela reinam relações de produção de tipo capitalista, é ainda admitir que estas tendem a reproduzir-se e a aprofundar a oposição que ela pressupõe — pois que a constituição de um *stock* de máquinas e de matérias-primas, por um lado, e a de uma força de trabalho totalmente desapossada, por outro, não pode ter outra consequência senão a normalização da exploração. Neste sentido, a obstinação de Krutchev em calar até agora os problemas da acumulação primitiva parece bastante razoável. «Pecado original» aos olhos da burguesia, como dizia ainda Marx, a

acumulação primitiva é-o muito mais aos olhos da burocracia, que deve dissimular inclusivé a sua própria existência como classe.

Além do mais, seria artificial explicar o estalinismo a partir unicamente das dificuldades económicas a que teve de fazer face. O que tentamos evidenciar é o papel que desempenhou na cristalização da nova classe, na revolução de toda a sociedade. Se se quiser conservar a expressão marxista retomada por Deutscher é necessário renovar-lhe o conteúdo e falar de uma «acumulação social», entendendo por tal que as características actuais da burocracia não podiam constituir-se sem a intervenção do partido, que as libertou e as manteve pela violência até que se estabilizassem numa nova configuração histórica.

Mas é preciso ainda compreender que é da própria essência da burocracia constituir-se segundo o processo descrito. Pois assim compreenderemos simultaneamente que esta classe contém uma contradição permanente, que certamente evolui com a sua história, mas que não poderá resolver-se senão pela liquidação do estalinismo.

A ditadura «terrorista» do partido não é somente o sinal de uma falta de maturidade da nova classe, ela corresponde, como dissemos, ao seu modo de domínio na sociedade. Esta classe é de uma natureza diferente da burguesia. Ela não é composta por grupos que, pela propriedade dos meios de produção e pela exploração privada da força de trabalho, detêm cada qual uma parte do poder material, e estabelecem entre si relações fundadas na sua força respectiva. Ela é um conjunto de indivíduos que, pelas suas funções e pelo estatuto que lhes está associado, participam em comum do lucro realizado por uma exploração colectiva do trabalho. A classe burguesa constitui-se e desenvolve-se enquanto *resultado* das actividades dos indivíduos capitalistas, ela apoia-se num determinismo económico que fundamenta a sua existência, qualquer que seja a luta que os actores travem e qualquer que seja a expressão política conjuntural à qual esta conduz. A divisão do trabalho intercapitalista e o mercado tornam os capitalistas estritamente dependentes uns dos outros, e colectivamente solidários face à força do trabalho. Contrariamente, os burocratas só formam uma classe porque as suas fun-

ções e estatutos se diferenciam colectivamente das classes exploradas, porque eles os ligam a um centro de direcção que determina a produção e dispõe livremente da força de trabalho. Noutros termos, é porque existem relações de produção nas quais se opõem o proletariado, reduzido à função de simples executante, e o Capital, incarnado pelo Personagem do Estado, é porque existe assim uma relação de classe que as actividades dos burocratas os ligam à classe dominante. Integrados num sistema de classe, as suas funções particulares constituem-nos como membros da classe dominante. Mas, pode dizer-se, não é enquanto indivíduos agentes que eles tecem a rede de relações de classe; é a classe burocrática na sua generalidade que, a priori, isto é, em virtude da estrutura da produção existente, converte as actividades particulares dos burocratas (actividades privilegiadas entre outras) em actividades de classe. A unidade da classe burocrática é pois imediatamente dada com a apropriação colectiva da mais-valia e imediatamente dependente do aparelho colectivo de exploração, o Estado. Noutros termos, a comunidade burocrática não é garantida pelo mecanismo das actividades económicas, ela estabelece-se com a integração dos burocratas em torno do Estado, na disciplina absoluta em relação ao aparelho de direcção. Sem este Estado, sem este aparelho, a burocracia não é nada.

Não queremos dizer que os burocratas enquanto indivíduos não gozem de uma situação estável (se bem que esta estabilidade tenha sido efectivamente ameaçada durante a era estaliniana), que o seu estatuto não lhes traga senão vantagens efémeras, enfim, que a sua posição na sociedade permaneça acidental. Não há dúvidas que o pessoal burocrata confirma pouco a pouco os seus direitos, adquire com o tempo tradições, um estilo de existência, uma mentalidade que fizeram dele um «mundo» à parte. Não pretendemos também afirmar que os burocratas não se diferenciam no seio da sua própria classe e não mantêm entre si severas relações de concorrência. Tudo o que sabemos da luta de clãs na administração prova ao contrário que esta concorrência toma a forma de uma luta de todos contra todos, característica de qualquer sociedade de exploração. Nós afirmamos apenas que a burocracia não pode passar sem uma

coesão dos indivíduos e dos grupos, nenhum sendo qualquer coisa em si mesmo, e que só o Estado proporciona um cimento social. Sem esquematizar abusivamente o funcionamento da sociedade burguesa, deve reconhecer-se que, a despeito da extensão sempre crescente das funções do Estado, este nunca se liberta dos conflitos gerados pela concorrência dos grupos privados. A sociedade civil [7] não se funde no Estado. No próprio momento em que tende a fazer prevalecer o interesse geral da classe dominante em prejuízo dos interesses privados que se afrontam, ele exprime ainda as relações de força intercapitalistas. É que a propriedade privada introduz um divórcio de princípio entre os capitalistas e o capital — cada um dos termos se considerando sucessivamente como a *realidade* e excluindo o outro como imaginário. As vicissitudes do Estado burguês moderno atestam suficientemente esta *separação* de que Marx tanto falou: separação entre o próprio Estado e a sociedade, e no seio desta entre as esferas de actividade. No quadro do regime burocrático, uma tal separação é abolida. O Estado já não pode definir-se como uma *expressão*. Ele tornou-se consubstancial à sociedade civil, queremos dizer à classe dominante.

Mas sê-lo-á realmente? É-o e não o é. Paradoxalmente reintroduz-se uma separação sob certos aspectos mais profunda que em qualquer outra sociedade. O Estado é bem a alma da burocracia, e esta sabe perfeitamente que não é nada sem este poder supremo. Mas o Estado retira a cada burocrata todo o poder efectivo. Nega-o enquanto indivíduo, recusa-lhe qualquer criatividade no seu domínio particular de actividade, submete-o como membro anónimo aos decretos irrevogáveis da autoridade central. O espírito burocrático plana sobre os burocratas como divindade indiferente às particularidades. Assim a planificação (esta planificação que pretende atribuir a cada um a justa tarefa e de acordo com todas as outras) é elaborada por um núcleo de dirigentes que dirige tudo; os funcionários apenas podem traduzir em número as ideias directrizes, deduzir as consequências dos princípios, transmitir, aplicar. A classe não vê no *seu* Estado senão o segredo impenetrável da sua própria existência. Todo o funcionário pode bem dizer: o Estado sou eu, mas o Estado é o

Outro, a sua regra domina como uma fatalidade ininteligível.

Esta distância infinita entre o Estado e os burocratas tem ainda uma consequência inesperada: estes nunca estão à altura, a não ser que se erijam em opositores, de criticar a regra instituída. Formalmente, esta crítica está inscrita no modo de existência da burocracia: uma vez que o Estado é cada um, cada um é convidado, em direito, a dirigir, isto é, a confrontar a sua actividade real e os objectivos socialmente fixados. Mas, na realidade, criticar significa não ser solidário da comunidade burocrática. Como o burocrata só é membro da sua classe enquanto se integrar na política do Estado, qualquer afastamento da sua parte constitui uma ameaça para o sistema. Daí provém que, durante toda a era estaliniana, a burocracia se dedica a uma orgia de pequenas críticas e dissimula qualquer crítica verdadeira. Ela instaura o processo solene de todos os métodos burocráticos mas continua a aplicar escrupulosamente as regras que estabelecem e mantêm a sua irresponsabilidade. Ela fala demais e cala-se. Desse facto resulta também que qualquer mal estar sério no funcionamento da produção traduz-se necessariamente por uma depuração em massa de burocratas, técnicos, cientistas ou quadros sindicais, cujo afastamento da norma (quer o tivessem querido ou não) trai uma oposição ao Estado.

A contradição entre a sociedade civil e o Estado apenas desapareceu sob uma forma para reaparecer sob outra, agravada. No tempo da burguesia, com efeito, o Estado encontra-se ligado à sociedade civil pelos mesmos elos que o afastam dela. O segredo do Estado é para os capitalistas segredo de polichinelo pois, apesar de todos os esforços para incarnar a generalidade aos olhos dos particulares, o Estado alinha-se sobre a posição do particular mais poderoso. Mesmo se aproveita as crises para governar entre as diversas correntes, a sua política traduz ainda uma espécie de arbitragem natural das forças económicas. Na sociedade burocrática, pelo contrário, o Estado tornou-se a sociedade civil, o Capital expulsou os capitalistas, realizou-se a integração de todas as esferas de actividade, mas a sociedade sofreu uma metamorfose imprevisível: ela engendrou um monstro

que contempla, sem a reconhecer, a sua imagem: a ditadura.

Este monstro chamou-se Estaline. Pretende-se fazer crer que ele morreu. Talvez depositem o seu cadáver embalsamado num mausoléu a testemunhar um passado irremediável. Seria todavia qualquer vã tentativa da burocracia para escapar à sua própria essência. Ela bem pode enterrar a sua pele morta nas caves do Kremlim e revestir-se dos seus ouropéis mais reluzentes: era totalitária, totalitária continuará.

Antes de encararmos os esforços da nova direcção para contornar as dificuldades inelutáveis que a estrutura do capitalismo de Estado suscita, convém medir a amplitude da contradição que nele se contém. Esta contradição não inclui apenas as contradições interburocráticas, ela manifesta-se, e não menos fortemente, nas relações que a classe dominante mantém com as classes exploradas.

De novo se impõe uma comparação entre o regime burocrático e o regime burguês, pois as relações entre a classe dominante e o proletariado são de um tipo novo. A origem histórica da burocracia já o atesta; ela formou-se com efeito a partir de instituições, o partido e o sindicato, forjadas pelo proletariado na sua luta contra o capitalismo. Certamente, no seio do partido, a proporção de intelectuais ou de elementos burgueses revolucionários era suficientemente forte para exercer uma influência decisiva na orientação política e no comportamento da organização. Não seria menos vão negar que o partido nasceu no âmbito da classe operária, e se ele acabou por excluir os representantes desta de qualquer poder real, nunca deixou de se apresentar como direcção do proletariado. Aliás, a burocracia continua a alimentar-se de uma fracção da classe operária à qual abre as portas (como nunca a burguesia o fez) das escolas de quadros, que ela afasta da condição comum pelos privilégios que lhe atribui e as oportunidades de ascensão social que lhe oferece. Além disso, a definição sociológica do proletariado, digamos assim, encontra-se transformada. Na sociedade burguesa manifesta-se uma diferença essencial ao nível das relações de produção entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho. Um e outro apresentam-se

como as partes num contrato; formalmente eles são iguais e esta igualdade encontra-se aliás consagrada no regime democrático pelo sufrágio universal. No entanto esta igualdade é aparentemente fictícia: é evidente que ser proprietário dos meios de produção e proprietário da sua força de trabalho não tem o mesmo sentido. No primeiro caso, a propriedade dá o poder de utilizar o trabalho de outrém para obter um lucro e esta disposição do trabalho implica uma liberdade real. No outro, a propriedade dá o poder de se submeter para conservar e reproduzir a sua vida. A igualdade das partes não pode pois iludir: o contrato é submissão. O capitalismo de Estado confunde os termos. O contrato apresenta-se como uma relação entre os indivíduos e a sociedade. O operário não aluga a sua força de trabalho ao capitalista, ele já não é uma mercadoria; ele é considerado uma parcela de um conjunto que se designa por forças produtivas da sociedade. Aparentemente o seu novo estatuto não se distingue portanto em nada do estatuto do burocrata; ele mantém com o conjunto da sociedade a mesma relação que o director da fábrica. Como este, recebe um salário em resposta a uma função que vai integrar-se na totalidade das funções definidas pelo Plano. Na realidade, é por demais sabido que um tal estatuto, dando a cada um a vantagem de tratar o seu superior por «camarada», é o reverso de uma nova submissão ao capital, submissão que em certos aspectos é ainda maior, uma vez que a proibição das reivindicações colectivas, de greves, e o encadeamento do operário ao local de trabalho, podem decorrer *naturalmente* dessa submissão. Como é que o proletariado poderia lutar contra o Estado que o representa? Às reivindicações pode-se sempre objectar que elas correspondem a um ponto de vista particular, que os interesses dos operários podem não coincidir com os da sociedade no seu conjunto, que os seus objectivos imediatos devem ser avaliados nos quadros dos objectivos históricos do socialismo. Os processos de mistificação de que o Estado dispõe são pois mais subtis e mais eficazes no novo sistema. No *raciocínio social* que a estrutura desenvolve em virtude das suas articulações formais, as cadeias essenciais estão dissimuladas da atenção do proletariado; ele encontra por toda

a parte os sinais do seu poder, quando afinal está completamente privado dele.

Todavia as classes exploradas não são as únicas a ser mistificadas. Em razão desta mesma mistificação as camadas dominantes não estão em condições de se constituir como classe à parte na sociedade. Certamente, os burocratas distinguem-se pelos seus privilégios e estatutos. Mas esta situação exige uma justificação junto do proletariado: a burocracia tem bem mais necessidade de ser «reconhecida» que a burguesia. Assim, uma parte importante da actividade da burocracia (por intermédio do partido e dos sindicatos) é consagrada a persuadir o proletariado que o Estado governa a sociedade em seu nome. Se em certa perspectiva a educação das massas, a propaganda socialista, surgem como simples instrumentos de mistificação dos explorados, noutra pespectiva testemunham das ilusões que a burocracia desenvolve sobre si própria. Ela não se concebe de modo algum como uma classe. Prisioneira da sua própria linguagem, ela imagina que não o é, que corresponde às necessidades de toda a sociedade. Certamente, esta *imaginação* cede perante as exigências da exploração, quer dizer, perante o imperativo de extorquir ao proletariado a mais-valia pelos meios mais impiedosos, como dizia Marx a propósito da outra burocracia, a do Estado prussiano do séc. XIX, a hipocrisia dá então lugar ao jesuitismo consciente. Mas há um conflito que a preocupa sumamente, que não a deixa nunca em repouso, e a expõe permanentemente aos horrores da autojustificação. É preciso provar àqueles que ela domina e provar a si própria que não faz nunca o contrário do que afirma. Durante a era estaliniana, a hierarquia brutal da sociedade, a legislação implacável do trabalho, a prossecução desenfreada do rendimento a expensas das massas, por um lado, a afirmação constante de que o socialismo se está a realizar, por outro, formam os dois termos dessa cruel antinomia. Ora esta é ao mesmo tempo geradora de uma desmitificação das massas. Enquanto o Estado apela ao proletariado para uma participação activa na produção e o persuade do seu papel dominante na sociedade, recusa-lhe qualquer responsabilidade, qualquer iniciativa e mantém-no nas condições de simples servidor do maquinismo a que o capitalismo, desde a sua origem,

o condenou. A propaganda ensina pois quotidianamente o contrário do que ela se destina a ensinar.

Veremos mais adiante que a evolução do proletariado russo, que a sua libertação da carapaça camponesa que o atrofiava ainda durante os primeiros planos quinquenais, a sua aprendizagem da técnica moderna, agravam consideravelmente esta contradição da exploração burocrática, desempenham um papel decisivo na transformação política recente. Só queríamos sublinhar que uma tal contradição deve-se à essência do regime burocrático; os seus modos podem evoluir, podem inventar-se novos artifícios para os tornar «vivíveis»; no entanto, enquanto existir, a burocracia não poderá deixar de sofrer duma dupla exigência: integrar o proletariado na vida social, fazer «reconhecer» o seu Estado como sendo o da sociedade inteira e recusar ao proletariado essa integração, apropriando-se dos fundos do seu trabalho e privando-o de toda a criatividade social.

Noutros termos, a mistificação está em toda a parte, mas ela gera por essa razão as condições da sua queda, ela faz surgir por toda a parte uma ameaça para o regime. Este, sob certos aspectos, revela-se infinitamente mais coerente que o sistema burguês, enquanto que noutros revela uma maior vulnerabilidade.

O ideal do partido e a sua função real

Os problemas que o partido defronta na sociedade burocrática introduzem-nos no âmago das contradições que enunciámos, e não é por acaso que elas se encontrarão, como o evidenciaremos, no centro das preocupações do XX Congresso.

Será no entanto inútil procurar nos críticos da URSS uma compreensão deste problema. A originalidade do partido nunca é apercebida. Os intelectuais burgueses são muitas vezes sensíveis à empresa totalitária que o partido incarna. Denunciam a mística social que o domina, o seu esforço de integração de todas as actividades que os subordina a um ideal único. Mas esta ideia esbate-se no tema já debatido da religião de Estado. Obcecados pelos precedentes históricos que dispensam de pensar o presente como tal, comparam-se

as regras do partido às das ordens conquistadoras, a sua ideologia à do Islão no século XVII [8]; ignora-se então a função essencial que desempenha na vida social moderna, no mundo do século XX unificado pelo capital, dependendo no seu desenvolvimento do de cada um dos sectores, ao mesmo tempo desarticulado pela especialização técnica e rigorosamente centralizado na indústria. Por outro lado, o trotskismo esgota-se a comparar o partido comunista actual ao modelo bolchevique, como se aquele se definisse por características totalmente negativas — a sua deformação da ideologia socialista, a sua ausência de democracia, a sua conduta contra-revolucionária. O próprio Trotski, como é sabido, hesitou longamente até reconhecer o falhanço do partido na URSS e não pôde deixar de recomendar um retorno às suas formas primitivas. Não somente ele não podia admitir que os traços do estalinismo estivessem já contidos no bolchevismo, e que a aventura de um estivesse ligada à do outro, como recusava absolutamente a ideia de que o partido tivesse assumido uma nova função. O partido bolchevique era o partido *real*, o estalinismo uma projecção fantástica e monstruosa deste num universo separado da revolução.

Bastaria no entanto observar a imensidade das tarefas atribuídas ao partido, o crescimento extraordinário dos seus efectivos (compreende hoje mais de sete milhões de membros) para nos persuadirmos do seu papel decisivo na sociedade. De facto, ele não é exactamente um aparelho de coerção nem uma casta de burocratas, nem tão pouco um movimento ideológico destinado a proclamar a missão histórica do Estado, se bem que conote no entanto todas essas características. Ele é o agente essencial do totalitarismo moderno. Mas este termo deve ser compreendido rigorosamente. O totalitarismo não é o regime ditatorial, como se depreende cada vez que se designa sob este nome um tipo de dominação absoluta na qual é abolida a separação dos poderes. Mais precisamente, ele não é um regime político: é uma forma de sociedade — essa forma no seio da qual todas as actividades estão imediatamente ligadas umas às outras, deliberadamente apresentadas como modalidades de um universo único, no qual predomina de modo absoluto um sistema de valores, de maneira que

todas as empresas individuais ou colectivas devem necessariamente encontrar nela um coeficiente de realidade, na qual finalmente o modelo dominante exerce uma pressão total ao mesmo tempo física e espiritual sobre a conduta dos particulares. Neste sentido o totalitarismo pretende negar a separação característica do capitalismo burguês entre os diversos domínios da vida social; do político, do económico, do jurídico, do ideológico, etc. Ele identifica permanentemente uns com outros. Mais do que uma excrescência monstruosa do poder político na sociedade, ele é uma metamorfose da própria sociedade, pela qual o poder político deixa de existir como esfera separada. Tal como o entendemos, o totalitarismo não tem nada a ver com o regime de um Franco ou de um Syngman Rhee, a despeito da ditadura; ele anuncia-se em contrapartida nos Estados Unidos, se bem que as instituições democráticas deste não tenham deixado de existir. É que ele está profundamente ligado à estrutura da produção moderna e às exigências de integração social que lhe correspondem. A expansão da indústria, a invasão progressiva de todos os domínios pelos seus métodos, ao mesmo tempo que criam um isolamento crescente dos produtores na sua esfera particular, operam como diz Marx uma *socialização* da sociedade, pondo cada um na dependência do outro e de todos, e tornam necessário o reconhecimento explícito da unidade ideal da sociedade. Que esta participação social seja reprimida no momento exacto em que é expressa e suscitada, que a comunidade se divida perante uma nova e implacável separação em senhores e escravos, que a socialização se degrade pela uniformização das crenças e das actividades, a criação colectiva pela passividade e pelo conformismo, que a procura da universalidade caia no abismo dos valores dominantes estereotipados, este imenso fracasso não poderia dissimular as exigências positivas a que o totalitarismo veio responder. Ele é, pode dizer-se, o inverso do comunismo. Ele é o travestimento da totalidade efectiva.

Ora o partido é a instituição tipo, na qual o processo de socialização se realiza e se inverte. E não é por acaso que, procedendo da luta para instaurar o comunismo, ele pôde mudar de forma e tornar-se o veículo do totalitarismo. O partido incarna na sociedade

burocrática uma função histórica absolutamente *nova*. Ele é o agente de uma penetração completa da sociedade civil pelo Estado. Mais precisamente, ele é o meio onde o Estado se transforma em sociedade ou a sociedade em Estado. A imensa rede de comités e de células que cobrem o país inteiro estabelece uma nova comunicação entre as cidades e os campos, entre todos os ramos da actividade social, entre todas as empresas de cada ramo. A divisão do trabalho que tende a isolar rigorosamente os indivíduos encontra-se em certo sentido ultrapassada; no partido, o engenheiro, o comerciante, o operário, o empregado, encontram-se lado a lado com o filósofo, o cientista e o artista. Uns e outros estão separados dos quadros estreitos da sua especialidade e restituídos em conjunto ao quadro de uma sociedade total e dos seus horizontes históricos. A vida do Estado, os objectivos do Estado, fazem parte do seu mundo quotidiano. Assim, a mais modesta actividade, como a mais alta, encontra-se valorizada, considerada como um momento de uma empresa colectiva. Não só os indivíduos parecem perder, no partido, o estatuto que os diferencia na vida civil, para se tornarem «camaradas», homens sociais, mas são chamados a trocar a sua experiência, a expor a sua actividade e a do seu meio a um juízo colectivo em função do qual elas ganham um sentido. O partido tende pois a abolir o mistério da produção introduzindo um novo circuito ligando meios realmente separados. Ele mostra que há uma maneira de dirigir uma fábrica, de trabalhar numa cadeia de produção, de tratar os doentes, de escrever um tratado de filosofia, de praticar um desporto, que respeita a todos os indivíduos porque implica um modo de participação social e se integra finalmente num conjunto cuja harmonia é regida pelo Estado. Quer dizer finalmente que o partido transforma radicalmente o sentido da função política. Função separada, privilegiada, de uma minoria dirigente na sociedade burguesa, ela difunde-se agora graças a ele em todos os ramos de actividade.

Tal é o ideal do partido. Pela sua *mediação*, o Estado tende a tornar-se imanente à sociedade. Mas por um paradoxo que já analisámos longamente verifica-se que *na realidade* o partido reveste um significado completamente oposto. Como a divisão do trabalho e do capital

persiste e se aprofunda, como a unificação estrita do capital dá um poder todo-poderoso ao aparelho dirigente, subordina todas as forças produtivas a este aparelho, o partido não pode ser senão um simulacro da socialização. *Na realidade*, comporta-se como um grupo particular que vem juntar-se aos grupos gerados pela divisão do trabalho, um grupo que tem por função mascarar a irredutível separação das actividades e dos estatutos, de configurar no imaginário as transições que se negam à realidade, um grupo cuja verdadeira especialidade é não ter especialidade. Na realidade, a troca das experiências degrada-se num controle dos que produzem, em todos os domínios da produção, pelos profissionais da incompetência. Ao ideal de participação activa na obra social vem responder a obediência cega à norma imposta pelos chefes: a criação colectiva torna-se inibição colectiva. Assim a penetração do partido em todos os domínios significa apenas que cada indivíduo produtivo se encontra *dobrado* por um funcionário político, cujo papel é atribuir à sua actividade um coeficiente ideológico, como se a norma social definida pela edificação do socialismo e as regras conjunturais que se deduzem daquela pudessem permitir medir o seu afastamento em relação ao real. Reduzido a comentário das condutas efectivas dos homens, o partido reintroduz assim uma cisão radical no seio da vida social. Cada um tem o seu duplo ideológico. O director e o técnico agem sob o olhar deste duplo que «qualifica» o aumento ou baixa de produção ou qualquer outro resultado qualificável em função de uma escala fixa de valores fornecida pelo aparelho dirigente. Do mesmo modo, o escritor é julgado segundo os critérios de realismo determinados pelo Estado, o biólogo obrigado a aderir à genética de Lyssenko. Pouco importa, aliás, que o duplo seja um outro. Cada um pode desempenhar esse papel em relação a si próprio; o director, o escritor, o cientista, podem igualmente ser membros do partido. Mas por mais próximos que se queiram um do outro, os dois termos não deixam por isso de representar uma contradição social permanente. Tudo se passa como se a vida social inteira fosse dominada por uma fantástica cronometragem cujas normas seriam elaboradas pelo mais secreto gabinete de estudos.

A actividade do partido torna a engendrar assim uma separação da função política, quando o que ele pretendia era aboli-la, e em certo sentido acentua-a. É, com efeito, em cada um dos domínios concretos da produção, por mais particular que seja, que se faz sentir a intrusão da política. Por toda a parte a «célula» é o corpo estranho; não o elemento essencial que liga o indivíduo à vida do organismo, mas o núcleo onde as forças produtivas da sociedade vêm esmagar-se.

Finalmente, o partido é a principal vítima desta separação; pois, na sociedade, as exigências da produção criam, em certos limites pelo menos, uma independência de facto do trabalho. O partido, em contrapartida, tem por tarefa exclusiva proclamar, difundir, impôr normas ideológicas. Ele alimenta-se de política. A sua função principal torna-se justificar a sua função, mete-se em tudo, negando todos os problemas particulares, afirmando constantemente o *leit-motiv* do ideal oficial. Ao mesmo tempo que ele se persuade que a sua actividade é essencial, encontra-se rejeitado em virtude do seu comportamento exterior à sociedade real. E esta contradição aumenta o seu autoritarismo, a reivindicação das suas prerrogativas, a sua pretensão à universalidade. É que ele é eficaz onde não sabe sê-lo, na medida em que disfarça a sociedade em Estado, na medida em que estimula uma unidade social e histórica para além das divisões e dos conflitos do mundo real, ou como Marx teria dito, ele é real enquanto imaginário. Inversamente, ele é imaginário na medida em que é real, desprovido de qualquer eficácia histórica onde pretende exercê-la, no terreno da vida produtiva da sociedade, que ele assedia como um perpétuo perturbador.

Não é portanto de espantar que se encontrem no seio do partido, finalmente, todas as taras da burocracia que já referimos, levadas ao paroxismo. Indivíduos «universais», livres da estreiteza de uma situação ou de um estatuto, promovidos à tarefa de edificação do socialismo, múltiplas incarnações de uma humanidade nova, assim poderiam definir-se idealmente os membros do partido. Eles estão de facto condenados à abstracção da regra dominante, condenados à obediência servil, fixa-

dos à particularidade da sua função de militantes, levados a uma luta sem tréguas pelos postos mais elevados, servidores de uma papelada autojustificativa, um grupo particular entre outros, preso à conservação e reprodução das condições que legitimam a sua existência. No entanto, eles não poderiam tão pouco renunciar ao que são como ao que deveriam ser. Porquanto é por esta contradição que o partido realiza a essência do totalitarismo, centro da «socialização» da sociedade e da subordinação das forças produtivas à dominação do Capital.

NOTAS:

[1] Com efeito, numerosos sinais indicam que a mudança tem importantes repercussões nos diversos partidos comunistas do mundo inteiro. A China não reage como a Polónia; nem Thorez como Togliatti. Em numerosos casos — nomeadamente na Polónia, Checoslováquia e Bulgária — suscita-se uma viva crítica do aparelho dominante, graças ao XX Congresso, e este aparelho, para se defender, é obrigado a ameaçar os novos opositores. Em França, o *Humanité* oferece quotidianamente o espectáculo do maior embaraço, procurando ao mesmo tempo minimizar a crítica do estalinismo e alinhar-se segundo as novas directivas.

[2] Em todos os países altamente industrializados o progresso técnico institui uma divisão radical entre os dirigentes e os executantes, uma extrema especialização das tarefas que modifica as relações entre os indivíduos no seio da camada dirigente e exige a participação activa dos produtores no trabalho, suscitando um novo tipo de comando.

[3] Lembremos esta fórmula de *A Minha Vida:* «O facto de este (Estaline) interpretar actualmente o papel principal é característico não tanto dele como do período transitório de desvio político. Já Helvétius dizia: Todas as épocas têm os seus grandes homens e quando não os têm, inventam-se. O Estalinismo é antes de mais o trabalho automático de um aparelho sem personalidade no declínio da Revolução». (Rieder ed., p. 237).

[4] É-nos impossível desenvolver no âmbito deste estudo uma análise económica da URSS e poderíamos assim ser acusados de supor resolvido o problema da natureza de classe da URSS em vez de o discutir. A desigualdade social que evocamos e a separação de facto entre Estado e proletariado, por exemplo, não bastam aos olhos dos «comunistas» que se reconhecem e aos dos trotskistas, para caracterizar a URSS como uma sociedade de classe. O fundamento socialista do regime seria assegurado pela abolição da propriedade privada.

Pierre Chaulieu, num importante estudo, criticou amplamente esta última tese. Ele mostrou de modo peremptório que as relações jurídicas de propriedade não fornecem por si só senão uma imagem deformada das relações de produção, que a este nível a oposição do capital e do trabalho é tão radical na sociedade russa como na ameri-

cana ou francesa; ele mostrou enfim que seria absurdo separar a esfera da produção da distribuição e que consequentemente a desigualdade dos rendimentos circunscrevia uma camada social particular cujos «privilégios» comuns traduziam uma apropriação colectiva da mais valia operária e camponesa. Remetendo o leitor para este artigo («As relações de produção na Rússia», *Socialisme ou Barbarie*, n.º 2, Maio-Junho de 1949. Tradução portuguesa, Ed. Presença, Lisboa), apenas acrescentamos que o socialismo não se poderia definir «em si» pela nacionalização dos meios de produção, a colectivização da agricultura e a planificação, ou seja, independentemente do poder proletário. Há no capitalismo burguês uma infra-estrtura económica que confere a sua verdadeira força à classe dominante, qualquer que seja o carácter do Estado na conjuntura. Em contrapartida o socialismo não pode designar uma infra-estrutura uma vez que ele significa a tomada em mãos pelo proletariado dos meios de produção, ou a gestão colectiva da produção. A ditadura do proletariado é essencialmente este novo modo de gestão. Se ele escapa ao proletariado, este é reconduzido ao papel de simples executante que lhe era atribuído na indústria capitalista, e não restará o mais leve traço de socialismo. A burocracia de Estado planifica então segundo a sua perspectiva e no interesse dos que distribuem entre eles as funções dirigentes. As nacionalizações e a colectivização ao serviço de toda a sociedade, passam realmente a estar ao serviço de uma classe particular.

[5] O papel específico de Estaline não nos deve fazer esquecer que existe no terror uma espécie de lógica interna, que o leva a desenvolver-se até às suas últimas consequências, independentemente das condições reais a que correspondia no início. Seria demasiado simples se um Estado pudesse servir-se do terror como de um instrumento, e rejeitá-lo uma vez atingidos os objectivos. O terror é um fenómeno social, ele transforma o comportamento e a mentalidade dos indivíduos, e sem dúvida transformou a do próprio Estaline. Só posteriormente é que podem denunciar-se, como o faz Krutchev, os seus excessos. No presente, ele não é excesso: constitui a vida social.

[6] Referimo-nos aos seus estudos reunidos em *Heretics and Renegates*, nomeadamente a «Mid-century Russia», Hamish Hamilton, Londres, 1955.

[7] Retomamos o termo clássico de «sociedade civil» para designar o conjunto das classes e dos grupos sociais enquanto configurados pela divisão do trabalho e determinados independentemente da acção política do Estado.

[8] Monnerol, *Sociologie du comunisme*, NRF, 1949.

VI
(a)

PAUL CARDAN
(CORNELIUS CASTORIADIS)
(1956-1957)

Extracto de «A revolução proletária contra a burocracia», in *Socialisme ou Barbarie*, n.º 20, Dezembro de 1956, reeditado in *La société bureaucratique, 2 — la révolution contre la bureaucratie*, Paris, U.G.E., coll 10-18, n.º 806, 1973, pp. 267-307 (edição a publicar por Edições Afrontamento).

A ECONOMIA BUROCRÁTICA E A EXPLORAÇÃO DO PROLETARIADO

Até agora a propaganda estalinista — ajudada pelos subtis defensores «objectivos» da burocracia, dos quais Bettelheim é o representante típico em França — tem conseguido persuadir o público que a «planificação», tal como é aplicada na Rússia e nos países satélites, representa uma maneira nova e superior de orientação da economia, infinitamente mais eficaz que a orientação às cegas da economia no mercado capitalista.

Trata-se de um mito. A economia burocrática não passa da extensão à totalidade da economia dos métodos criados e aplicados pelo capitalismo na direcção «racional» das grandes unidades de produção. Se se considerar o aspecto mais profundo da economia, a situação concreta dos homens, ela é, pelo contrário, a mais acabada concretização do espírito do capitalismo, ela leva ao extremo as suas tendências mais significativas. Exactamente como a direcção de um grande conjunto da produção capitalista, ela é executada por uma camada de dirigentes formada pelos burocratas da economia, do estado e do partido. A sua essência consiste, como a da produção capitalista, em reduzir o papel dos produtores directos ao de puros e simples executores de ordens, ordens formuladas por uma camada particular que luta por interesses que lhe são próprios. Esta camada não é capaz de dirigir satisfatoriamente, da mesma maneira que os aparelhos dirigentes das fábricas Renault ou Ford não são capazes de uma direcção satisfatória; o mito da eficácia produtiva do capitalismo ao nível de uma empresa particular, mito partilhado pelos ideólogos burgueses e estalinistas, cai pela base perante a mais elementar análise dos factos e qualquer operário industrial poderia fazer um requisitório esmagador contra a «racionalidade» capitalista *do ponto de vista desta* [1].

Para começar, a burocracia dirigente não *sabe* o que tem de dirigir: a realidade da produção escapa-lhe, pois esta realidade não é mais do que a actividade dos produtores e os produtores não informam os dirigentes, capitalistas privados ou burocratas, sobre o que se passa; na realidade muitas vezes aqueles organizam-se para que estes não sejam informados (a fim de evitar um aumento da exploração, por antagonismo, ou muito simplesmente por falta de interesse: são assuntos que não lhes dizem respeito). Em segundo lugar, toda a organização da produção é feita contra os trabalhadores, a quem se pede sempre, de uma maneira ou de outra, mais trabalho sem nada em troca. As ordens da direcção encontram, pois, inevitavelmente, uma resistência encarniçada da parte daqueles que devem executá-las. Por esta mesma razão, o aparelho dirigente, quer se encontre em França ou na Polónia, na América ou na Rússia, passa a maior parte do seu tempo, não a organizar a *produção*, mas a organizar a *coacção*, directa ou indirecta. Em terceiro lugar, o aparelho dirigente burocrático, tanto ou mais que o de uma fábrica capitalista privada, é dilacerado por conflitos internos; as diversas categorias profissionais de burocratas, às quais se acrescentam os diversos agrupamentos «políticos», e mesmo clãs e cliques propriamente ditos (clãs e cliques cujas lutas, num regime «funcionarizado», são um dado sociológico fundamental) intrigam, mentem, atribuem-se mutuamente a responsabilidade dos erros cometidos, etc.

Tudo isso faz com que a «planificação» burocrática seja uma mistura de racionalidade e de absurdo comportando um grau de desperdício comparável ao da economia capitalista tradicional. É que aquele desperdício que aparece em qualquer fábrica capitalista, devido à cisão radical entre a classe dirigente e a classe executante e à oposição inconciliável dos interesses e atitudes destas duas classes, existe igualmente na fábrica burocrática; e a extensão deste modo de direcção à totalidade da economia, onde os problemas, muito mais complexos, são muito mais difíceis de resolver, faz com que a economia «planificada» apresente um grau de anarquia finalmente equivalente ao que se observa, sob outras formas, na economia capitalista privada.

A planificação burocrática é um caos tão grande como o mercado capitalista.

Os estalinistas e os seus apologistas falam evidentemente, desde há algum tempo, de certos «erros» de planificação. Não se trata de «erros»; trata-se de uma anarquia organicamente inerente à planificação feita pela burocracia. É como se se pretendesse fazer crer que algures, nas repartições do Plano, um calculador se enganou a fazer uma conta de multiplicação. Com efeito trata-se de um fenómeno social e histórico fundamental: a burocracia, como o capitalismo privado, é incapaz de dirigir a economia racionalmente.

A exacta demonstração empírica desta constatação tem sido extremamente difícil, devido ao facto de a burocracia esconder sistematicamente os dados económicos do seu sistema. Entretanto certas estatísticas começam a ser publicadas.

Notemos de passagem que esta mudança de atitude traduz precisamente a crise de que falávamos: em termos velados, Krutchev e outros oradores do XX Congresso do partido russo confessaram que a mentira da burocracia se virava contra ela própria, pois impedia-a de conhecer a verdade oficial mesmo sobre a sua própria economia. Bem entendido que a burocracia não pode curar os seus males sem criar outros: a publicação de estatísticas, mesmo falseadas, não pode deixar de provocar discussões e fermentações nos meios intelectuais, meios em que, como se sabe, nem toda a gente é resolutamente afecta ao regime.

Ao nível do conjunto da economia, o desperdício da planificação burocrática manifesta-se em primeiro lugar pela ausência de proporcionalidade, de relação técnica racional, entre o desenvolvimento dos diversos sectores de produção. Exploram-se os operários para construir novas fábricas, mas estas fábricas não funcionam ou funcionam muito aquém da sua capacidade de produção, porque os sectores que lhes deveriam fornecer matérias-primas ou utilizar os seus produtos não foram desenvolvidos de maneira correspondente. Assim, segundo números oficiais [2], a produção visada pelo plano checoslovaco para 1956 deve ser de longe inferior à capacidade

de produção criada nos principais sectores. Eis os números:

A. Plano para 1956

B. Capacidade de produção (em milhões de toneladas)

	A	B
Carvão	23,4	28,9
Lenhite	40,6	63,5
Mineral de ferro	2,95	6,4
Produtos laminados	3,21	4,75
Cimento	3,16	5,12
Ácido sulfúrico	427	484
Adubos azotados	69	94
Adubos fosfatados	106	203

Os operários checoslovacos há dez anos que morrem de fome para construir fábricas que só funcionam a metade da sua capacidade! O que é que se passa de diferente no capitalismo privado? Com efeito, percentagens de utilização da capacidade instalada tão baixas como as do quadro acima (de 60,50 e mesmo 40%) só acontecem na economia capitalista privada em anos de depressão muito severa.

Esta não é situação específica da Checoslováquia. Na Hungria, «a capacidade não é plenamente utilizada», dizia no mês de Agosto a Comissão económica para a Europa, tanto nas indústrias mecânicas, como *nas indústrias têxteis e alimentares*, isto enquanto a população vivia no estado de subalimentação que se sabe! Na Rússia, «as directivas para o plano quinquenal revelam que existem reservas importantes de capacidade nas indústrias mecânicas, químicas e alimentares (CEE, ib., p. 26). Quanto à Polónia, a descrição de O. Lange, economista oficial do regime, é absolutamente sinistra:

«No decurso destas transformações sociais e económicas de carácter revolucionário (trata-se da criação de uma indústria pesada e da «nacionalização» dos meios de produção, C.C.), apareceram apesar de tudo graves desproporções; desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria, desproporção entre a capacidade de desenvolvimento da indústria e do seu abas-

tecimento, desproporção entre o desenvolvimento quantitativo da produção industrial e o da sua qualidade, assim como do seu custo de produção, desproporção entre os programas de investimentos e de produção, por um lado, e o estado técnico antiquado de numerosas empresas, por outro.

Estas desproporções provocam grandes dificuldades no nosso comércio exterior, sob forma de uma ausência de *stocks*, acarretando paragens na produção e a utilização parcial do potencial produtivo existente na indústria; sob a forma de desperdício dos fundos existentes e das matérias-primas; sob a forma de um abastecimento da população que é deficiente e ainda por cima funciona mal [3].»

É preciso compreender plenamente o significado destes dados. A burocracia esconde os fracassos da planificação em primeiro lugar mentindo francámente, publicando dados falsos; ninguém podia até agora (e na maior parte dos casos, ninguém pode ainda) verificar se «o Plano foi executado a 100%». No entanto há mais: o Plano pode ser executado a 101 ou a 99% em relação aos seus próprios objectivos. *Mas qual a relação entre estes objectivos e as possibilidades reais da economia?* É sobre este aspecto — que já não respeita só a relação de uma série de números no papel com uma outra série de números no papel — que os dados acima fornecidos lançam uma luz tão crua. Se o plano de produção checoslovaco dos adubos fosfatados é executado em 1956 a 100% isso significa um desperdício de 50% da capacidade produtiva deste sector (ver os números do quadro supra) — enquanto a agricultura tem uma necessidade premente de adubos.

Encontrar-se-ão no já citado estudo da CEE (pág. 26 a 29) vários outros exemplos da utilização parcial da capacidade produtiva — isto é — do desemprego das máquinas. Lange diz a propósito da Polónia que «a sua utilização parcial (das forças produtivas existentes na indústria) é hoje considerada pela classe operária e por toda a opinião pública como um indício de desperdício na indústria» (I c., p. 75). Mas é surpreendente que o desemprego das máquinas acompanhe o dos homens. Lange constata que na Polónia «surgem sérios elementos de desemprego». A CEE é mais explícita. Na Polónia, na

Hungria, na Roménia, diz, «a indústria manufactureira pode em geral recrutar tantos operários quantos necessita». Na Polónia «havia em Junho passado 300 mil desempregados, ou seja, 4,5% do número de trabalhadores empregados no sector socializado, e tanto na Polónia como na Hungria, a absorção na força de trabalho dos jovens que terminavam a escola revelava-se mais lenta do que é costume. Em Budapeste, por exemplo, um terço dos 14 a 15 mil jovens entre 14 e 15 anos não encontraram emprego imediatamente, e conta-se com dificuldades quanto ao emprego dos jovens de 16 a 18 anos, que até agora não encontraram senão trabalho sazonal nos campos» (61. c., p. 26).

A resistência operária, causa última do fracasso do «plano».

Até agora uma das expressões mais graves desta desproporcionalidade foi, nos países burocráticos — Rússia, Alemanha Oriental, Checoslováquia, Hungria, e mesmo na Polónia — o desenvolvimento absolutamente insuficiente da produção de energia. Em certos casos isto resulta de uma «má planificação»: na Rússia, por exemplo, a produção das refinarias de petróleo no primeiro semestre de 1956 não atingiu os números fixados no plano, em razão das dificuldades de transporte e da falta de capacidade dos depósitos. Isto significa que após 30 anos de prática da «planificação» a burocracia ainda não é capaz de construir refinarias sem resolver ao mesmo tempo o problema do transporte do petróleo até às ditas refinarias e do seu armazenamento! Quem não vê que tais «erros» não são acidentais, mas resultam intrinsecamente do modo de planificação burocrático?

Mas a causa fundamental da falta de energia reside na crise da produção carbonífera. Esta crise exprime o mesmo conflito entre os mineiros e os dirigentes da produção que alastra igualmente em França, e na Inglaterra ou na Alemanha, e que impede igualmente estes países de desenvolver a sua produção de carvão, apesar da necessidade imperiosa de o obter. As condições de trabalho nas minas da Europa Oriental não deixam nada a desejar às dos países capitalistas ocidentais, de

modo que, embora os salários pagos sejam superiores aos dos outros ramos da indústria, os operários fogem das minas sempre que podem, exactamente como nos países ocidentais. Na Rússia, as minas do Donets não cumpriram o plano no primeiro semestre de 1956, por falta de mão-de-obra. Na Checoslováquia, o absentismo dos mineiros era de 9% em 1937 (isto é, 9 vezes em cada cem um mineiro não se apresentava ao trabalho na sua equipa); e foi de 18% no primeiro semestre de 1956. «A situação do ponto de vista da mão-de-obra nas minas de carvão checoslovacas é com efeito considerada de tal modo séria, que, recentemente, o governo proibiu de modo formal os operários de deixar o sector — medida tanto mais chocante quanto a tendência actual na Rússia e nos outros países da Europa Oriental é para uma maior liberdade na escolha do emprego» (CEE, ib., p. 25).

Na Polónia, o principal produtor de carvão dos países satélites e um dos principais produtores da Europa, não se tendo desenvolvido quase nada a produção (+3% de 1954 a 1955, +2% entre o primeiro semestre de 1955 e o primeiro semestre de 1956), teve de limitar-se o programa de exportação de carvão de 24,3 milhões de toneladas em 1955 para 21 milhões em 1956. Sendo as exportações polacas de carvão sobretudo dirigidas para os outros países satélites, a CEE estima que «as repercussões desta redução nas economias dos outros países da Europa Oriental serão inevitavelmente sérias» (ib., p. 27). A crise das minas de carvão polacas resulta sobretudo, segundo a CEE, da falta de mão-de-obra — e voltaremos a discutir as causas desta carência. Mas a crise resulta igualmente da baixa de rendimento. Gomulka, numa passagem do seu discurso ao Comité Central do Partido Polaco [4], constata que o rendimento diário de uma equipa de fundo nas minas polacas diminuiu de 7,7% entre 1949 e 1955 (em todos os países capitalistas o rendimento aumentava durante este período). Da mesma passagem do discurso ressalta que o essencial do aumento da produção polaca de carvão entre 1944 e 1955 se deve às horas extraordinárias efectuadas pelos mineiros — esse bom velho método capitalista.

E qual é a resposta da burocracia a esta solução? É Gomulka que a descreve nos seguintes termos: «Instaurou-se como regra o trabalho ao Domingo, o que não podia deixar de arruinar a saúde e as forças do mineiro, e tornar impossível a adequada manutenção do equipamento das minas. Impôs-se a muitos dos nossos mineiros um trabalho de soldado e de prisioneiro».

Como é que a burocracia não vê que esta resposta, esta «solução» dada ao problema criado pela recusa dos mineiros superexplorados a aceitar o sistema, apenas agrava dez vezes mais a crise existente? É porque ela partilha da óptica e da mentalidade de todas as classes exploradoras: a coacção deve forçar o operário a trabalhar. *E ela tem razão.* Pois no seu sistema, como em qualquer sistema baseado na exploração, há um só método, uma só lógica: a lógica da coacção do produtor pelos dirigentes, coacção física, directa, ou coacção económica, indirecta.

Estes exemplos mostram-nos o valor da «planificação» burocrática e quais são as raízes mais profundas do seu fracasso. O seu próprio sistema — a mentira, o terror, a falta de controle, o exagero sistemático dos resultados, o medo de parecer «criticar» as instâncias superiores, mostrando que as suas directivas são irrealizáveis — condena-a inevitavelmente a planificar mal, a planificar de maneira intrinsecamente errada. Mas há muito mais: a burocracia parte do princípio incontroverso de que os operários produzirão o que lhes é mandado, segundo as cadências superiormente fixadas (e constantemente aceleradas). A burocracia decide no papel que os mineiros produzirão tantos por cento mais (os seus representantes e os seus vigilantes nas minas são encarregados de forçar os mineiros a isso), e, sobre esta hipótese, ela constrói o melhor que pode o resto do seu «plano»: o carvão irá para tais fundições ou siderurgias, que produzirão tal quantidade de aço, que servirá para produzir tal quantidade de chapa, etc. Mas os mineiros deixam a mina, e os que ficam diminuem o seu rendimento. O carvão não é produzido e todo o plano cai por terra.

Bem entendido que qualquer plano comporta uma certa elasticidade: diversos sectores têm uma produção flexível com margens importantes, há substituições, os

stocks podem ser diminuídos ou aumentados, etc. No entanto é difícil para a burocracia utilizar inteligentemente esta flexibilidade pelas mesmas razões que é impossível uma planificação inteligente. Mas de qualquer modo, quando a uma planificação já intrinsecamente má, se vem juntar a resistência dos operários contra a produção nos sectores essenciais, não há elasticidade neste mundo que possa aguentar a perturbação daí resultante. A perda propaga-se de forma cumulativa de sector a sector, e então já não é de admirar que o conjunto do aparelho produtivo só funcione a 70, 60, ou 50% da sua capacidade.

A crise da produtividade

A «nacionalização» e a «planificação» não mudaram em nada a situação real do operário na produção. O operário continuou a ser um simples executante, a quem os métodos burocráticos de direcção da produção não só negam toda a iniciativa, como o transformam num puro e simples apêndice da máquina. «Trabalho de soldado e de prisioneiro», diz Gomulka ao falar dos mineiros polacos. Mas, segundo Lange, esta situação é absolutamente geral na indústria polaca: «fizemos a gestão da economia com os métodos específicos da 'economia de guerra', isto é, com a ajuda de métodos consistindo em proclamações de carácter moral e político, e em ordens de natureza jurídica e administrativa, e meios diversos de pressão extra-económica».

Daí resulta a resistência dos operários à produção e à execução dos planos — sentidas com razão como uma exploração pura e simples. Esta resistência repercute-se na produtividade da economia de várias formas, e leva a uma crise terrível de desorganização:

a) *A resistência à exploração traduz-se por uma baixa da produtividade enquanto esforço por parte do operário* (na mais simples acepção da palavra esforço); é esta, por exemplo, a causa essencial da quebra de rendimento nas minas constatada por Gomulka.

b) Esta traduz-se ao mesmo tempo pelo desaparecimento do *mínimo de gestão e de organização* colectiva e espontânea do trabalho normal e obrigatoriamente

desenvolvida pelos operários. Nenhuma fábrica moderna poderá funcionar 24 horas sem esta organização espontânea de trabalho que os grupos de operários efectuam independentemente da direcção oficial da empresa, colmatando os lapsos das directivas oficiais de produção e resolvendo os imprevistos e as deficiências habituais do material, compensando os erros da direcção, etc.

Nas condições «normais» de exploração, os operários encontram-se partilhados entre a necessidade de se organizarem para efectuar o seu trabalho — e o desejo de fazê-lo assim, por um lado; e, por outro, a consciência de que fazendo-o só servem os interesses do patrão, ao que se junta aliás o esforço contínuo do aparelho da direcção da fábrica visando a «organizar» todos os aspectos da actividade dos operários, que frequentemente apenas dá como resultado impedi-los de se organizarem.

Estava reservado ao «socialismo» da burocracia conseguir o que o capitalismo nunca conseguiu realizar: destruir quase completamente a criatividade dos operários, suprimir quase inteiramente a sua tendência a organizar espontaneamente estes aspectos da sua actividade que ninguém a não ser eles poderá alguma vez organizar. Eis o que diz Lange:

«Já há vários anos que observamos uma indiferença crescente em relação ao trabalho, no aparelho administrativo, de distribuição e dos serviços. Esta indiferença paralisa a nossa vida quotidiana. Actualmente ela invade igualmente as fileiras da classe operária que, sendo em parte a mais consciente — do ponto de vista social e político — da nação, foi a que se lhe opôs mais tempo... A atitude nihilista de uma grande parte dos trabalhadores decorre tanto do baixo nível de vida como do facto de estes duvidarem que uma política económica exigindo tais sacrifícios das massas trabalhadoras possa ser justa e fundamentada» [5].

c) A resistência à exploração conduz a uma quebra de *produtividade relativa:* «...Esta atitude psicológica reforça o processo de distensão na economia nacional. Na indústria, o desperdício e a má qualidade dos produtos tornam-se graves problemas económicos. Na fase inicial isso notava-se na fabricação dos artigos de consumo. A baixa da qualidade destes artigos foi um elemento importante para impedir a melhoria do nível de

vida, sem no entanto travar o processo de produção. Actualmente, a produção de artigos defeituosos atingiu a fabricação de máquinas, de aparelhos, de instrumentos, de material de transporte, de produtos acabados. Este facto ameaça travar o ciclo técnico de produção, desarticular a base produtiva da economia nacional»[6].

d) O resultado combinado de tudo o que precede é a *derrocada do plano burocrático*, e a *crise da produtividade enquanto rendimento do conjunto do aparelho económico*. São «as paragens da produção e a utilização parcial do potencial produtivo existente, o desperdício de capital e de matérias-primas, o mau abastecimento da população», constatados por Lange na já citada passagem do seu artigo.

Até agora apenas considerámos a incapacidade da burocracia em planificar racionalmente, resultante da resistência dos operários à exploração. É com efeito nesta resistência que reside a causa principal do fracasso de qualquer plano, de qualquer direcção imposta do exterior aos produtores. Mas a esta causa juntam-se outras, que derivam da própria natureza da burocracia. Apenas mencionaremos duas.

Primeiro, a planificação, sem uma informação exacta e rápida, particularmente sobre os resultados da produção em curso, é impossível. Ora, num sistema burocrático, a situação dos burocratas individuais ou de grupos de burocratas ocupando este ou aquele lugar no aparelho de produção depende dos resultados que «eles obtiverem — na realidade ou *em aparência*. E, a menos que se instale um sistema de controles prolongado ao infinito, a burocracia central é a maior parte das vezes obrigada a contentar-se com resultados aparentes. Na *melhor das hipóteses poderá controlar a quantidade, não a qualidade da produção*. Daqui resulta uma tendência inelutável dos burocratas que dirigem as fábricas ou os sectores particulares da economia, a exagerar os resultados obtidos — de maneira que a planificação central se apoia em grande número de resultados *imaginários*. Eis como O. Lange descreve a situação:

«É preciso acabar com a corrida aos índices puramente quantitativos, obtidos em detrimento de uma qua-

lidade que deixa a desejar, e a preços de custo demasiado elevados. Isto, com efeito, conduz a resultados puramente fictícios, ao consumo de matérias-primas e de trabalho humano para uma produção que não tem como resultado o efeito económico visado nem mesmo, frequentemente, o efeito técnico esperado (por exemplo, essas máquinas agrícolas que ao cabo de algumas semanas estavam fora de uso)»[7].

Segundo, sendo o sistema burocrático um sistema «funcionarizado», o problema da nomeação dos indivíduos para diversos postos e da sua promoção torna-se um problema fundamental. Ora a burocracia não dispõe de nenhum método «objectivo» para resolver este problema. Pelo contrário, uma grande parte da actividade dos burocratas enquanto indivíduos consiste em tentar por todos os meios resolver o *seu* problema pessoal. Resulta assim que o funcionamento de cliques e de *clãs* adquire uma importância sociológica e económica fundamental, que vicia radicalmente toda a «política do pessoal» de alto a baixo da economia nacional — e esta própria economia, portanto. No artigo já citado, Lange afirma ser a política do pessoal na Polónia, «inteiramente independente dos resultados profissionais de um dado trabalhador», que ela se baseia numa «apreciação burocrática baseada em inquéritos e tendo em conta as relações e as amizades», que ela conduz a «substituir os técnicos experimentados por pessoas sem qualificação profissional, cuja lealdade política muitas vezes é apenas aparente e muitas vezes mesmo por pessoas de moralidade duvidosa». Constatando que houve uma «baixa geral do nível dos quadros a todos os escalões da economia nacional». Lange pede que se acabe com a «cunha» e o «compadrio».

Basta ter um mínimo de experiência do funcionamento de uma grande empresa capitalista, para saber que o aparelho burocrático que a dirige sofre dos mesmos vícios, tanto no que diz respeito à «informação», como à «política do pessoal».

A situação nas fábricas russas

A resistência dos operários dos países satélites à exploração e o resultante fracasso da planificação buro-

crática, são hoje reconhecidos, como vimos, pelos porta-vozes oficiais da burocracia. Não dispomos de documentos de alcance comparável para a Rússia. Mas uma análise atenta dos *Relatórios* do XX Congresso do PCUS conduz a conclusões análogas.

A burocracia russa, ao mesmo tempo que se felicita pelo «entusiasmo» e «labor heróico» dos seus operários, insiste imensas vezes, pela boca dos seus representantes qualificados, na necessidade absoluta de interessar materialmente os operários individuais nos resultados da produção, de ligar os salários à «quantidade e qualidade» do trabalho fornecido, etc. Ela dá de si própria o mais brutal desmentido; pois se o «entusiasmo» dos operários pela produção é de tal modo grande, seria absolutamente desnecessário assanhar-se com a necessidade de nivelar o salário pelo rendimento. Isto demonstra, tanto na Rússia como nos países ocidentais, que o operário é profundamente hostil ao acréscimo de produção, pois ele vê nisso um acréscimo da sua exploração, e que o único meio de o interessar é a isca dos prémios. Mas ao mesmo tempo a burocracia é obrigada a confessar que o sistema dos prémios individuais é constantemente posto de lado sob a pressão dos operários. Assim Krutchev queixa-se que «se constata no sistema dos salários e das tarifas muita desordem e confusão... Acontece muitas vezes que os salários são uniformizados... É preciso aplicar consequentemente o princípio que consiste em interessar material e pessoalmente os operários... É necessário... tornar o salário directamente dependente da qualidade do trabalho fornecido por cada trabalhador, e utilizar a fundo a poderosa alavanca do interesse material para aumentar a produtividade do trabalho» [8]. Critica certas tendências «utópicas» nas quais «se viu florir o desprezo do princípio socialista segundo o qual o trabalhador deve encontrar-se materialmente interessado no resultado do seu labor» [9].

Bulganine diz friamente: «No fundo, as normas são actualmente definidas, não pelo nível técnico e de organização do trabalho, mas pelo desejo de as adaptar a um determinado nível de salários» [10]. Kaganovitch explica: «O carácter ultrapassado do sistema de tarifas é o principal defeito da organização dos salários. As tari-

fas que servem de base aos salários desactualizaram-se consideravelmente na maioria dos ramos da indústria. Entre 1940 e 1955, os salários médios dos operários e dos empregados passaram a mais do dobro. Ora as taxas quase não se alteraram. Daqui resultou uma enorme diferença entre o salário aumentado e a tarifa dos salários dos operários. Para manter o nível que os salários atingiram, mantêm-se as tarifas a um baixo nível. Assim a tarifa dos salários e as normas de produção já não constituem o princípio organizador essencial nas questões do acréscimo do rendimento do trabalho, nem dos salários, cerca de metade destes sendo obtida através de trabalho extra, de prémios e de outros pagamentos suplementares. Em razão das modificações múltiplas introduzidas de há vinte anos para cá, a tabela contém elementos de nivelamento. A diferença existente entre o baixo nível do salário e os salários reais é uma das causas que fazem com que na nossa indústria as normas de trabalho estejam mal estabelecidas» [11].

Enfim, Chvernik diz:

«Convém introduzir mais resolutamente «tarefas» justificadas pelo rendimento das máquinas, renunciar à fixação das tarefas baseada no espírito de camaradagem, e revê-las em função da evolução dos processos de fabricação e outros melhoramentos das condições de trabalho que asseguram um acréscimo da produtividade do trabalho» [12].

Nem Taylor, nem qualquer outro patrão capitalista, teria a menor dificuldade em subscrever estas frases. Não nos limitamos a constatar que a burocracia russa, tal como o capitalismo francês, inglês ou americano, não pode apoiar-se no «entusiasmo» dos operários pela produção, e que o único meio de que dispõe são os prémios ao rendimento. Verifica-se simultaneamente que, tal como na fábrica capitalista tradicional, estes prémios são utilizados como uma fraude gigantesca. Primeiro diz-se aos operários: se ultrapassardes a norma em 20%, o vosso salário será aumentado de 20%. Uma vez que a norma foi ultrapassada, sob o pretexto que as máquinas foram modificadas, ou sem pretexto, diz-se: ficou demonstrado que toda a gente pode produzir 120%, fica portanto «tecnicamente justificado» que a partir de agora a norma seja de 120%. Bem entendido, aqueles que realiza-

rem 20% acima da norma, serão pagos em consequência! É precisamente o que dizem Kaganovitch e Chvernik nas citações supra. E os argumentos relativos aos «melhoramentos das máquinas» não valem mais neste caso que quando são apresentados pelos capitalistas. Pois foram ainda os operários que produziram estas máquinas, e que as pagaram com a parte não remunerada do seu trabalho; se elas melhoram o rendimento, isso só aos operários deve aproveitar.

Mas há muito mais. A burocracia pretende dirigir a economia, e em particular fixar os salários por meio de tarifas de base e de prémios ao rendimento. Com efeito, nota-se à luz destas citações que ela apenas o consegue em muito fraca medida. Há 25 anos que ela proclama que o salário deve ser adaptado ao rendimento individual; e inventa o estakanovismo, cria os «heróis do trabalho», etc. E o que é que se observa? Que a pressão operária nas empresas é tal que «as normas são actualmente definidas não pelo nível técnico e de organização do trabalho, mas pelo desejo de as adaptar a um determinado nível de salários». «A tarifa dos salários e as normas de produção já não constituem o princípio organizador essencial nas questões de acréscimo do rendimento do trabalho, nem dos salários», diz Kaganovitch. Mais valia que dissesse: Há 25 anos que desperdiçamos os nossos esforços quanto à organização do trabalho e dos salários. Como é que uma «planificação» baseada numa dada tarifa de salários e em certas normas de produção pode funcionar se essa tarifa e essas normas «já não são o princípio organizador essencial»? O que Chvernik designa polidamente como «a fixação das tarefas baseada no espírito de camaradagem», significa claramente o seguinte: nem os prémios de rendimento, nem o estakanovismo, nem o G. P. U., nem os campos de concentração, dão ao director da fábrica russa os meios de disciplinar os operários e de lhes *impor* pura e simplesmente normas e taxas de remuneração. E é evidente porquê. Basta que os operários sabotem sistematicamente, incluindo aqui as formas de produção, para que a empresa não cumpra o seu «plano» e para que o director perca a cabeça ou o lugar. O director é pois obrigado a fazer concessões, e, em contrapartida, falsifica o «plano». O que a «planificaão» vale nestas condições — do

ponto de vista estritamente técnico — vêmo-lo claramente.

Um outro aspecto fundamental da luta operária é a uniformização de que Krutchev se queixa, «os elementos de nivelamento» que fazem a infelicidade de Kaganovitch. Isto significa claramente: muitas vezes o director da empresa [13] não só não consegue controlar a massa total dos salários da empresa — isto é, os operários exigem uma dada remuneração global, a um ritmo de trabalho dado, que o director «justifica» em seguida às autoridades superiores inventando normas de trabalho correspondentes — mas também não consegue determinar a *repartição* deste salário no interior da empresa. Visivelmente os operários conseguem que a fixação das normas se faça desta ou daquela maneira, que todos na produção (o pagamento dos burocratas é outro assunto) tenham mais ou menos o mesmo salário contra um trabalho «aceitável». Constata-se assim que na fábrica russa a luta dos operários contra as diferenças de salários vai tão longe, senão mais, que na fábrica francesa ou americana. É sabida a importântica que as reivindicações contra a hierarquia tomaram na Polónia e na revolução húngara.

A estagnação do nível de vida dos operários e os rendimentos dos burocratas

As estatísticas oficiais da burocracia anunciam, ano após ano, aumentos importantes do nível de vida da população. Um dos temas favoritos da propaganda estalinista em França e por toda a parte é que na Rússia e nas «democracias populares» o nível de vida aumenta rapidamente, enquanto se mantém estacionário, ou até recua, nos países capitalistas.

Com efeito, o crescimento rápido do nível de vida (rápido em comparação aos períodos anteriores da história económica), é um fenómeno geral das economias modernas, em particular dos países industriais avançados. As estatísticas demonstram-no amplamente; e é facto que a experiência individual permite a todos constatar. Nesta base a diferença entre os países do capitalismo privado e os países do capitalismo burocrático,

se é real, não pode deixar de ser senão uma diferença de grau. Mas mesmo como tal, é duvidoso que exista. Para 1955, os números oficiais respeitando o «volume das vendas a retalho dos armazéns de Estado e das cooperativas» dão os seguintes aumentos em relação a 1954: Rússia 5%; Alemanha Oriental, 6%; Bulgária, 12%; Polónia, 11%; Roménia, 5%; Checoslováquia, 11% (CEE, ib., pp. 34-35). Na medida em que estes números deixam de fora as «vendas do mercado livre», que respeitam essencialmente a uma parte dos produtos alimentares e devem portanto aumentar mais lentamente à medida que o nível de vida aumenta, eles sobrestimam antes o aumento do consumo total. De qualquer modo, basta compará-los com as percentagens do aumento do consumo privado nos países ocidentais para constatar que não têm nada de excepcional: segundo o *Boletim Estatístico* da OECE (Setembro de 1956, pp. 103-118) o consumo privado durante o mesmo período aumentava de 10% na Áustria, 1% na Bélgica, 7,5% em França, 11% na Alemanha Ocidental, 4% em Itália, 7,5% nos Países Baixos, 3% na Suécia e no Reino Unido, 7% no Canadá, 7,5% nos Estados Unidos. Uma comparação rigorosa deveria abarcar vários anos e ter em conta diversos outros elementos, mas a similitude fundamental das situações é incontestável.

Em segundo lugar, as percentagens *globais* do aumento do consumo publicadas pelos países de Leste mascaram — tanto como as que são publicadas pelos países capitalistas — o facto que a progressão de certas categorias de rendimentos, e mais precisamente dos rendimentos das categorias privilegiadas, pode ser mais rápida do que a dos salários operários. Voltaremos mais adiante a falar da importância da diferenciação dos rendimentos nos países burocráticos. Basta lembrar que um aumento global do «consumo» de 5% pode significar um aumento de 0% do consumo dos operários e de 20% do consumo dos burocratas.

Mas o mais importante é que os números publicados pela burocracia são na maior parte falsos. São muitas vezes falsos nos países capitalistas, nomeadamente pelo facto dos índices de preços utilizados não serem representativos ou serem mesmo deliberadamente manipulados (é o que se passa neste momento em Fran-

ça). Mas eles nunca o são ao ponto atingido no caso dos países da Europa Oriental. Foi necessária a crise polaca para as pessoas verificarem a enormidade dessas falsificações.

Segundo Gomulka, o aumento de 27% dos salários reais na Polónia no período do Plano sexenal (1949-1955) era «um simples malabarismo com os números, que não enganou ninguém e apenas serviu para irritar ainda mais as pessoas». Isto significa que o aumento de 11% em 1955 acima indicado para este país é, em grande parte ou totalmente, imaginário. Eis aliás o que afirmava, seis meses antes de Gomulka, a Comissão Económica para a Europa: «Durante os seis anos que vão de 1949 a 1955, o salário nominal médio na Polónia aumentou de 130% e o índice oficial dos preços a retalho de 80%. Se se compararem estes dois números, chega-se à conclusão que o salário líquido (isto é, real, C.C.) aumentou de 28%; no entanto esta proporção ...é certamente demasiado elevada... Se se calcula *grosso modo* o preço de compra de mercadorias e serviços escolhidos até 1949 para o estabelecimento do índice do custo de vida, obtem-se uma percentagem de aumento de 130%, o que corresponde mais ou menos ao aumento do salário nominal. Mas ainda aqui é possível que este resultado se mantenha longe da verdade, que não seja pela escolha das mercadorias que compõem o orçamento familiar, que não é muito satisfatória. De qualquer modo não se pode deixar de concluir que o salário real nos ramos de actividade mais favorecidos, parece ter baixado não só em relação aos outros ramos, mas também em valor absoluto.» (*Boletim Económico*, Maio, 1956, pp. 33-34).

Por outras palavras: na base do índice de preços utilizado até 1949, e que já não era «muito satisfatório», o aumento do salário real na Polónia durante seis anos *foi nulo*. E, mais forte que Ramadier, a burocracia polaca confeccionou um índice falsificado para persuadir as pessoas... de que viviam melhor.

Por outro lado, o nível de vida deteriora-se em função de um factor que não tem representação estatística: a crise da produtividade que se traduziu pela quebra da *qualidade* das mercadorias. Lange diz: «a quebra da qualidade dos artigos de consumo foi um elemento importante que impediu a melhoria do nível de vida» (p. 73).

A Comissão Económica para a Europa escreve (*Boletim* de Agosto de 1956, p. 34): «O problema da escolha e da qualidade — a Checoslováquia pode constituir uma excepção — continua a ser de extrema importância para o consumidor, apesar das melhorias recentes... Na Hungria, durante os últimos seis anos, a qualidade de muitos bens de consumo deteriorou-se, na sequência de um esforço exagerado visando resultados quantitativos. Como nestas condições a renovação mais frequente das compras se tornou necessária, em virtude da qualidade inferior das mercadorias, os salários reais foram de facto correspondentemente diminuídos» (citação do *Szabad Nep*, de 19 de Junho de 1956).

A par desta situação dos operários, o consumo das camadas burocráticas privilegiadas desenvolveu-se desenfreadamente. Não podemos aqui alargar-nos sobre esta questão, pois o carácter fragmentário dos dados estatísticos exigiria uma análise demasiado minuciosa. Basta-nos citar Lange, que constata que «um aparelho burocrático pletórico proliferou em todos os domínios da economia nacional. Este aparelho trava o bom funcionamento da economia e absorve de maneira não produtiva uma parte excessiva do rendimento nacional» (p. 78). Mas nós podemos afirmar o seguinte: tendo em conta que o rendimento dos capitalistas nos países ocidentais se destina em sua maioria a financiar o investimento, que é nos países burocráticos financiado pelo «Estado», a distribuição dos rendimentos *consumíveis* nestes últimos não parece menos desigual que nos primeiros. Quando um burocrata goza, como acontece frequentemente, dum rendimento (que combina o seu salário oficial e as diversas «regalias complementares» de que beneficia) vinte, trinta ou cinquenta vezes superior ao salário médio do operário, é preciso pensar que este rendimento é exclusivamente consagrado ao consumo e compará-lo, não com o *rendimento* de um capitalista francês ou inglês, mas com o consumo deste último.

O sentido da crítica dos operários

Os estalinistas, em França e por toda a parte, pretendem explicar a revolta operária na Polónia e na

Hungria pelo baixo nível de vida *absoluto*, e este último, por sua vez, pela pobreza desses países, o seu carácter atrasado, as destruições da guerra, etc.

Neste aspecto, como em toda a sua propaganda, os estalinistas estão cada vez mais reduzidos a afirmações. A classe operária não se revolta contra o baixo nível de vida enquanto tal, no absoluto — noção que, aliás, não tem qualquer sentido. A classe operária revolta-se contra a *estagnação* do seu nível de vida ao cabo de vários anos de trabalho desumano; ela revolta-se contra a sua miséria *comparada* com o luxo dos parasitas burocratas; ela revolta-se enfim, e sobretudo, contra o imenso *desperdício* que a burocracia provoca nas fábricas e na economia, contra o facto de lhe roubarem uns décimos de segundo aos tempos atribuídos sob o pretexto de aumentar a produção, enquanto que ao mesmo tempo, *milhões de horas* de trabalho social são pura e simplesmente destruídas pela anarquia e incapacidade dos chefes geniais.

As reivindicações operárias na Hungria, dirigidas principalmente contra a hierarquia e visando a gestão operária nas fábricas, mostram-no claramente.

(trad. de pp. 278 a 307)

NOTAS:

[1] Ver, entre os textos publicados em *Socialisme ou Barbarie*: «L'ouvrier américain», de Paul Romano, n.º 1 a 6; «La vie en usine», G. Vivier, n.º 11 a 16; o texto «Il faut se débrouiller», n.º 18; e os numerosos textos de Daniel Mothé, republicados agora in *Journal d'un ouvrier*, Edition de Minuit, Paris, 1959. Ver igualmente *Contenu du Socialisme* II, e III, respectivamente.

[2] Ver o *Bulletin Économique pour l'Europe*, publicado pela Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, vol. 8, n.º 2, Agosto de 1956. (As nossas referências reportam-se à edição inglesa.) Todos os números citados nesta publicação provêm de fontes oficiais dos países da Europa Oriental. Estes países encontram-se representados no seio da CEE, cujo secretariado, dirigido pelo economista sueco Gunnar Myrdal, tem em geral uma atitude plena de simpatias pela «economia planificada», e desempenhou um papel importante no restabelecimento do comércio Leste-Oeste de há três anos para cá.

[3] Oskar Lange, «Sur le nouveau programme économique», *Cahiers Internationaux*, n.º 79, Setembro-Outubro de 1956, pp. 72-81. Este artigo, publicado em Julho na Polónia, serviu de base ao programa económico elaborado pelo VII Pleno do Comité Central do partido polaco, que se realizou em Julho.

[4] Passagem citada por inteiro supra, pp. 256-259.
[5] Id., pp. 73-78.
[6] Id., p. 73.
[7] Id., p. 74.
[8] Relatório de actividade de N. Krutchev ao XX Congresso do PCUS, Editions *Cahiers du Comunnisme*, p. 78.
[9] Id., p. 116.
[10] Id., p. 164.
[11] Id., p. 345.
[12] Id., p. 402.
[13] Quantas vezes, é impossível dizer. Para que estas ideias reapareçam obcessivamente nos principais discursos dos dirigentes, é preciso que a situação real que estes querem combater atinja numerosos sectores da produção. É o que somos incitados a pensar. Mas para o que nos propomos demonstrar, a extensão do fenómeno tem relativamente pouca importância; a sua *existência*, irrefutavelmente provada pelos discursos oficiais, basta.

(b)

Extraído de «La voie polonaise de la bureaucratisation», in *Socialisme ou Barbarie*, n.º 21, Março de 1957. Reeditado in *La société bureaucratique, 2-la révolution contre la bureaucratie*, Paris, UGE, Col. 10-18, n.º 806, pp. 339-372.

A REVOLUÇÃO E O APARELHO DO PARTIDO BUROCRÁTICO

O grande ensinamento da Comuna, formulado por Marx logo após a sua derrocada, foi que o proletariado, quando faz a sua revolução, não pode utilizar em seu proveito a máquina de Estado existente, que a deve destruir e substituir (na medida em que um «Estado» é ainda necessário) pelo seu próprio «Estado», embora este já não o seja exactamente, na medida em que se torna na «organização das massas em armas».

O que se passa com esta ideia, quando se trata de uma revolução proletária contra um regime de capitalismo burocrático? Que significado toma, nas condições do domínio da burocracia, «destruir o aparelho de Estado»?

O traço determinante, do ponto de vista político, da sociedade burocrática, é a *fusão da classe dominante, do seu partido e do Estado.*

O partido «comunista» não está para a burocracia russa na mesma relação que o partdo republicano, conservador, ou «os moderados e independentes» estão para os capitalistas americanos, ingleses, ou franceses. De um certo ponto de vista, o partido «comunista» é a própria burocracia. Da mesma maneira, a relação entre o partido e o Estado não tem comparação com a mesma relação no caso de uma democracia capitalista (mas já o totalitarismo nazi ou fascista realiza uma relação análoga numa sociedade capitalista privada); nesta, o aparelho de Estado é em grande parte independente do governo, e só este é que se encontra nas mãos dos partidos. A divisão entre o parlamento, o governo e a administração corresponde a uma realidade. Mas na Rússia o partido não está *no* poder; ele é *o* poder.

Bem entendido que a classe burocrática e o partido, o Estado e o partido, não se confundem integralmente; subsistem diferenças e estratificações. As posições dos burocratas na hierarquia económica ou na hierarquia administrativa não coincidem forçosamente com as suas

posições na hierarquia do partido. Dirigentes «económicos», administradores, militares e «dirigentes políticos» formam camadas com certas diferenciações entre si, podendo dar-se uma certa concorrência em torno do poder. Mas desta diferenciação e desta concorrência emerge de novo o partido, como organismo unificador supremo e como instância última de todo o poder real.

Nestas condições, «destruir o aparelho de Estado» significa imediata e directamente: *destruir o aparelho do partido burocrático*. E esta tarefa é por sua vez idêntica à expropriação da classe dominante. A revolução russa deverá começar inevitavelmente pela destruição do aparelho do partido, do Estado e da gestão burocrática da economia — que na sua essência fazem um só grupo, fisicamente composto pelas mesmas pessoas com ligeiras excepções.

Foi o que aconteceu, como é sabido, durante a revolução húngara. A destruição do aparelho do Estado e do partido deu-se simultaneamente — e a constituição de conselhos operários acompanhou por assim dizer, passo a passo, aquela destruição. No breve espaço de tempo que durou, a revolução húngara foi muito longe nestes dois aspectos.

Estes dois aspectos: destruição das instituições do poder estabelecido (Estado e partido), e constituição de novos organismos de poder (os conselhos), são inseparáveis. Na medida em que as antigas instâncias de gestão e de coordenação da vida social desabam sob os golpes das massas, estas tendem logo a substituí-las — como que são *obrigadas* a substituí-las imediatamente por outras novas que elas próprias modelam. Inversamente, logo que os novos organismos são constituídos, entram em conflito com os aparelhos de domínio existentes. E é, por assim dizer, «a mesma» consciência que leva a compreender que não há mais nada a esperar das antigas instituições e incita a destruí-las — e que incita as massas a criar os instrumentos do seu próprio poder.

Na Rússia a classe burocrática está completamente formada e cristalizada, a sua separação da sociedade é tão grande quanto possível. Nas «democracias populares» a sociedade evolui para o modelo russo — e, do ponto de vista da sua definição, é já uma sociedade capitalista burocrática; o que não impede que a cristalização

da camada dominante esteja muito menos adiantada. A sua ascensão ao poder é muito mais recente, a sua ruptura com as classes trabalhadoras muito menos profunda; as enormes dificuldades com que depara para edificar uma economia capitalista burocrática não só tornam o seu regime mais vulnerável, mas a sua própria coesão mais frágil; a opressão «nacional» que estes países sofrem por parte da Rússia tende a opôr sempre, no seio da burocracia local, uma corrente «titista» a uma clique de *gauleiters* — ao mesmo tempo que suscita uma aproximação entre as camadas inferiores da burocracia e o resto da nação explorada e oprimida. A composição do partido «comunista» reflecte em geral esta situação. A maioria dos seus dirigentes actuais integraram-no imediatamente após a guerra, na maior parte dos casos como um partido revolucionário, quaisquer que possam ter sido a confusão e as deformações. Outros, mais velhos, estão longe de ter sido definitivamente estalinizados. A autodepuração da burocracia e do partido foi muito imperfeita; é preciso não esquecer que Estaline teve que matar ou deportar um décimo da população russa para consolidar o poder da burocracia. Os dirigentes das «democracias populares» nunca puderam ter vistas tão largas. Enfim, o conjunto do sistema, muito mais inatacável que um Estado burguês enquanto «a coisa funciona», é muito mais vulnerável perante um movimento de massas a partir do momento em que este se desencadeie, uma vez que todas as suas instituições, «representando» em teoria a classe operária, e o mecanismo de exploração e opressão, ficam completamente desmascarados — aos olhos daqueles que vivem sob o regime.

Tudo isto leva a que, uma vez atingido um certo grau de mobilização revolucionária das massas, a grande maioria dos membros do partido comunista possa encontrar-se do lado da revolução — lutando com armas *contra* o Estado e o partido a que na véspera ainda pertenciam. Ora o que é o Estado burocrático sem o partido «comunista» — e o que é o partido «comunista» sem os seus militantes? Esta situação, quase inconcebível numa sociedade burguesa, realizou-se na Hungria — e esteve a ponto de se realizar na Polónia.

Não seria legítimo pensar-se, então, que esse partido cuja maioria se situava no mesmo terreno que as massas e do qual estas se aproximavam de novo, no seio do qual todas as críticas explodiam, todas as ideias eram postas em causa, podia sob a pressão das massas, mudar de carácter, tornar-se um dos instrumentos da revolução? Foi o que pensámos — e sobre isso enganámo-nos. A experiência polaca prova que, mesmo nas condições mais favoráveis que se possam imaginar, o partido burocrático permanece o partido burocrático. Independentemente da evolução que podem sofrer os seus militantes enquanto indivíduos, a sua estrutura, o seu programa, a sua mentalidade colectiva, a natureza das suas relações com o proletariado, numa palavra, a sua mais profunda dinâmica, conduzem-no inevitavelmente a travar e a tutelar o movimento das massas, a erigir-se em instância de direcção suprema.

Noventa e nove vírgula noventa e nove por cento dos militantes actuais dos partidos estalinistas podem ser recuperados para a revolução. Mas não existe em todas as galáxias um electrão de possibilidade para que a organização dos partidos como tais possa sê-lo.

(c)

Extracto de «Bilan, perspectives, tâches», *Socialisme ou Barbarie,* n.º 21, Março de 1957, republicado in *L'Expérience du Mouvement ouvrier: 1- comment lutter,* Paris, UGE, Coll. 10-18, n.º 825, 1974, pp. 383-407.

BALANÇO...

Relembremos brevemente as principais conclusões deste trabalho. A sociedade russa não é uma sociedade socialista, nem um Estado operário, por mais «degenerado» que o considerem. Ela é uma sociedade de exploração, onde o proletariado, frustrado dos produtos do seu trabalho, expropriado da direcção das suas próprias actividades, sofre o mesmo destino que sob o capitalismo privado. A burocracia russa não é uma formação transitória, nem uma camada «parasitária». Ela é uma classe exploradora, cuja estrutura ideológica, o modo de domínio económico e político, correspondem organicamente à concentração total do capital nas mãos do «Estado». A degenerescência da revolução russa e a sua consequência, o poder total da burocracia, não são nem o efeito de um acaso ou do carácter de Estaline, nem de factores «conjunturais», tais como o isolamento da revolução e o carácter atrasado do país. Abstraindo das modalidades e do estilo, um desenvolvimento análogo teria podido dar-se se a revolução tivesse atingido vários países desenvolvidos. Acentuada pelas circunstâncias, a degenerescência da revolução russa encontrou no entanto as suas verdadeiras raízes na concentração total do poder económico e político nas mãos do partido bolchevista, que reduziu gradualmente os sovietes a um papel auxiliar e, depois, a ornamento de um poder incontrolado, que em nome da eficácia suprimiu as tentativas dos operários russos, de 1917 a 1919, para se apoderarem da gestão das fábricas. Esta atitude do partido bolchevique também não é produto de particularismos pessoais dos dirigentes ou de erros teóricos. Ela tem o seu corolário numa atitude correspondente do proletariado. Ambas exprimem esta etapa da evolução durante a qual o proletariado crê poder libertar-se delegando o seu papel histórico, a direcção do seu movimento e da sociedade, a um partido situado acima da classe — etapa que atinge o seu limite para logo se transformar no seu corolário sob o estalinismo, que faz

ver ao proletariado o verdadeiro rosto do partido dominando como camada exploradora.

Esta análise da burocracia não vale só para a Rússia. Sob reserva de correctivos necessários, aplica-se a todos os países onde ela tomou o poder. E o capitalismo burocrático não respeita apenas os países em que o partido estalinista domina. Longe de ser um fenómeno exclusivamente político, o papel preponderante da burocracia é igualmente um fenómeno económico. Ele exprime as tendências mais profundas da produção capitalista moderna: concentração das forças produtivas, e desaparecimento ou limitação consecutiva da propriedade privada como fundamento do poder da classe dominante; aparição no seio das grandes empresas de enormes aparelhos burocráticos de direcção: fusão dos monopólios de Estado; regulamentação estatal da economia. Quanto ao essencial, a divisão das sociedades contemporâneas — ocidentais ou orientais — em classes, já não corresponde à divisão entre proprietários e não proprietários, mas a outra muito mais profunda e difícil de eliminar — entre *dirigentes e executantes* no processo de produção.

Os regimes e partidos burocráticos, se durante todo um período encontram o fundamento da sua existência no proletariado, nele igualmente encontram o germe da sua morte. Pois o regime burocrático, longe de resolver a crise da sociedade capitalista, redu-la simplesmente à sua forma mais nua. Ele torna visível que esta crise decorre apenas do modo de organização da sociedade e não de uma fatalidade natural ou metafísica; e, longe de transformar os operários em escravos impotentes, obriga-os a terminar a sua experiência dos regimes de exploração. Suprime os véus da propriedade privada, do mercado e do dinheiro, ao mesmo tempo que os da propriedade nacionalizada, do plano e do génio dos dirigentes, e põe a nú perante os trabalhadores o problema mais elevado, o mistério da história humana, sob a forma de alternativa prática e concreta: a direcção e domínio da sociedade por uma camada particular — ou o assumir pelos homens da direcção da sua vida e reorganização da sociedade na base de instituições que esses mesmos homens compreendam e dominem.

VII

MAXIMILIEN RUBEL
(1957)

In *Economie appliquée*, t. X, 1957, n.º 2-3, pp. 363-408. Esta revista é publicada sob os auspícios do Instituto de Ciências Matemáticas e Económicas Aplicadas, laboratório do Colégio de França associado ao Centro Nacional de Investigção Científica (CNRS). Trata-se de um instituto de investigação fundado em 1944 em Paris por François Perroux, Professor do Collège de France.

O CRESCIMENTO DO CAPITAL NA URSS
ENSAIO DE CONFRONTO CRÍTICO (2.ª parte)

NOTA DOS TRADUTORES

Neste ensaio a teoria oficial do crescimento da economia soviética é comparada à realidade desse mesmo crescimento.

A produção socialista é definida em conformidade com a lei da satisfação máxima das necessidades materiais e culturais da população. O crescimento da produção deriva da acumulação socialista necessária ao aumento dos meios de produção à disposição da classe operária.

M. Rubel passa em revista as principais teorias adoptadas sucessivamente na URSS desde Lenine até ao Manual da Economia Política de 1956, passando por Bude I. Lapidus e K. Ostravitianov de 1928, e Estaline.

M. Rubel comenta a propósito: «O que mais espanta nesta teoria é a ausência de qualquer referência, explícita ou implícita, ao principal objecto *desta teoria — o* capital.*»*

Suprimiu-se a primeira parte deste longo artigo, consagrada à teoria soviética do crescimento, em virtude das dimensões da antologia e do seu próprio objectivo que, mais do que fornecer materiais críticos da ideologia burocrática, consiste em fornecer um panorama das várias interpretações «científicas» ou «militantes» do regime de exploração russo. É neste âmbito que cabe a interpretação de Rubel, desenvolvida na segunda parte do seu artigo.

A teoria marxista do crescimento. Confronto crítico: realidades e teoria

Respondendo a um crítico discípulo de Comte, Marx declarava ironicamente ter-se recusado em *O Capital* a «elaborar receitas para as *marmitas* do futuro» [1]. Ele não podia adivinhar que, um dia, os seus próprios discípulos, na empresa de «construção do socialismo» transformariam em norma e preceito os modelos abstractos que ele criara a fim de poder apresentar a ficção heurística de um modo de produção e fazer a crítica de um estado social. Ele não poderia imaginar esta ironia triste do destino, um partido «marxista» que submetê um povo inteiro a uma experiência decretada nas altas esferas e que por intermédio de uma exploração em tudo semelhante aos métodos violentos e engenhosos do capitalismo ocidental no seu início como na sua plena maturidade, constituiria, invocando Marx e em nome do socialismo, sem tirar nem pôr, um capital nacional [2].

Não é que Marx tenha observado um silêncio misterioso sobre o que pensava ou imaginava duma sociedade pós-capitalista. Toda a sua obra, e desde o início, fornece diversos traços que se poderiam reunir numa espécie de visão da sociedade comunista, libertada de um certo número de alienações materiais ou morais [3]. Embora preciso e dum constante realismo, Marx não deixa de se situar na esfera das aspirações e esperanças.

De qualquer modo o seu vocabulário aplicava-se à descrição da sociedade sua contemporânea, e a adopção «socialista» das categorias que ele tinha aplicado ao aparelho de produção capitalista, é uma operação dificilmente compreensível. Não é possível explicá-la sem se admitir que na economia soviética, tendo-se mantido o *conteúdo* das categorias estabelecidas por Marx, foi-se obrigado a conservar a *forma* das mesmas. Os instrumentos conceituais elaborados por Marx tinham em vista a sociedade capitalista; a sociedade soviética fornece um exemplo deslumbrante deste *acordo notável;* porquanto

sendo de essência capitalista, ela não pôde deixar de explicar a si mesma, pela voz dos seus ideólogos e teóricos, os termos que Marx usou para denegrir o capital. Melhor: Marx concebeu de modo abstracto um aparelho capitalista puro, a sociedade soviética realizou-o.

1. *Definição do método «materialista»*

O que permitiu à economia soviética atingir em poucas dezenas de anos um nível elevado de produção e colocar-se em segundo lugar entre as potências industriais do mundo, não foi nem a política «realista» de Lenine, nem o «socialismo» de Estaline: eis em poucas palavras o primeiro ensinamento, negativo, bem entendido, do método de análise de Marx, aplicado ao fenómeno do crescimento soviético.

Este método pretende, primeiramente, fazer abstracção, no estudo das transformações materiais de uma sociedade, dos fenómenos políticos e ideológicos que constituem a sua «superestrutura» e que na maior parte das vezes não dão da tal sociedade senão uma ideia errada [4].

O método aconselhado por Marx em vista da descoberta do determinismo inerente às formações sociais tem como ponto de partida os diversos *modos de produção dos meios de existência considerados* na sua génese e devir históricos; ele leva assim a uma *tipologia dos sistemas económicos*, hipoteticamente apresentados na sua sucessão cronológica e na sua tendência a gerar, ao cabo de evoluções mais ou menos longas, de crises, de revoluções repetidas, um sistema mundial de relações sociais racionalmente organizadas com vista à conservação da espécie humana, libertada das suas próprias feridas, reconciliada consigo mesma [5].

Não consideraremos aqui a inspiração ética desta visão: e ainda menos faremos a sua crítica. O que nos interessa, em contrapartida, é, de um ponto de vista metodológico:

1.º — a escolha de critérios «materiais» para a definição de diversos tipos de sociedade;

2.º — a aceitação da hipótese determinista em analogia com as ciências da natureza [6].

Uma sociedade define-se tipológica e estruturalmente pela maneira como os seus membros, estratos e classes asseguram a sua existência material; por outro lado, os modos de vida e de trabalho das sociedades são função das forças produtivas naturais e artificiais de que dispõem e que criam; finalmente, as relações entre os indivíduos de uma mesma sociedade definem-se essencialmente em função das posições destes no processo de produção. Estas relações tomam a maior parte das vezes a forma hierárquica de classes dominantes e de classes dominadas, as primeiras vivendo do fruto do trabalho das segundas; politicamente, a dominação incarna-se num aparelho de pressão física, ideológica e moral, forjado para manter a sociedade inteira num equilíbrio dinâmico, permitindo o desenvolvimento da força e riqueza sociais a expensas da classe dos produtores directos [7].

Esta concepção sociológica da vida e da história humanas implica, como se vê, uma orientação bem determinada do modo de investigação no domínio da explicação científica dos comportamentos colectivos; ela atribui um papel primordial aos determinismos materiais de todo o tipo que contribuem para configurar os tipos de sociedade, mas não esquece nem omite a acção consciente dos homens, ou mais precisamente, das classes sociais. Longe de menosprezar o papel do acaso e do heroísmo, isto é, do imprevisível no destino das sociedades, ela presta, ao contrário, uma ardente homenagem ao esforço conjunto de indivíduos lutando desesperadamente para quebrar as pressões políticas e económicas injustificadas ou tidas como tais.

«A história não passa da sucessão de diferentes gerações cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que as gerações precedentes lhe legaram» [8]. Daí se segue que a compreensão dos fracassos e triunfos encontrados pela humanidade no decurso do seu desenrolar histórico só pode resultar do conhecimento destas «estruturas» materiais que formam o substracto empiricamente reconhecível da vida social em toda a riqueza das suas manifestações. Dando a palavra a um intérprete penetrante, Marx admite que o que tenta é «demonstrar, através de uma investigação rigorosamente científica, a necessidade de uma ordem

determinada de relações sociais», e conceber «o movimento social como um encadeamento natural submetido a leis que, não só são independentes da vontade, da consciência e dos projectos do homem, mas que, inversamente, determinam a sua vontade, consciência e projectos» [9].

Tomar consciência deste determinismo histórico da evolução social, dar-lhe uma expressão teórica rigorosa, evidenciar pela observação e abstracção as tendências e consequências prováveis, é realizar trabalho de dialecta «crítico e revolucionário» [10]. Fazer coincidir este conhecimento e esta consciência do movimento e da mudança de sociedade, com uma acção colectiva, destruidora e criadora, negativa e positiva, é a regra da «praxis revolucionária», a única que permite ao homem modificar-se profundamente e imprimir no meio natural e social os traços da sua humanidade modificada; e humanizar a natureza e a sociedade [11].

Pode bem ver-se como o «método» e o «materialismo» de Marx contêm, a par de autênticos elementos de uma ciência da sociedade, os fermentos de uma ética nova, estranhamente próximos de uma escatologia profana [12].

Foi a partir da descoberta da «forma-valor» da mercadoria, «forma celular» da sociedade burguesa, que Marx teve a ambição de levar a abstracção ao ponto de extrair as leis do funcionamento do sistema capitalista na sua pureza, eliminando os fenómenos perturbadores capazes de modificar o seu movimento «normal» [13]. Procurando uma expressão teoricamente aceitável da realidade social, constrói a imagem ideal de um capitalismo funcionando sem obstáculos, tomando por modelo o *Tableau Economique* de François Quesnay: considera-o, com efeito, como a primeira tentativa de expor o processo do conjunto da produção do capital, como meio de reprodução, tendo por corolário a circulação de mercadorias. O que importava no estabelecimento do esquema da reprodução alargada — onde uma parte da mais-valia se destinava ao aumento da produção — era mostrar as condições exctas nas quais a acumulação capitalista podia prosseguir indefinidamente; era estabelecer ficticiamente um capitalismo permanente, favorecido por circunstâncias ideais e por um equilíbrio perfeito e sempre

renovado: os esquemas da reprodução supunham com efeito que a produção capitalista encontrava, em cada período da actividade industrial, o que necessitava tanto em capitais e instrumentos técnicos adicionais, como em mão de obra suplementar. E é a partir deste carácter *irreal* dos esquemas que Marx formulará a sua teoria das crises e da derrocada do modo de produção capitalista.

Ora, foram os esquemas marxianos da reprodução *capitalista* que os teóricos soviéticos adoptaram para justificar a planificação «socialista da economia da URSS».

2. *Marx e o futuro social da Rússia.*

Marx, e depois Engels, tiveram por várias vezes a oportunidade de discutir com discípulos russos os problemas sociais da Rússia [14]. Fizeram-no num espírito que tendia a conciliar a exigência teórica do «método» e as necessidades de propaganda e acção políticas.

Marx entreviu o começo de uma revolução social da Rússia no movimento de emancipação dos servos, após a guerra da Crimeia, e na atitude do czarismo em relação a este problema por volta dos anos 60 [15]. Só no final dos anos 60, quando entra em contacto com os escritores e revolucionários russos, é que a sua atenção, até então concentrada nos objectivos e consequências da diplomacia czarista, se orienta para os problemas económicos e sociais da Rússia, e particularmente para a questão agrária e para as perspectivas de uma revolução camponesa no país. Estimulado por F. Danielson, economista partidário do *narodnitchestvo* e tradutor do *Capital*, mergulha no estudo das formas arcaicas e asiáticas de propriedade. Em breve, de acordo com os *narodniki*, considera (mediante certas condições) o *mir*, ou comuna camponesa russa, um ponto de partida possível da próxima revolução social e socialista na Rússia, *antes mesmo* que o capitalismo lá se implante [16]. Marx tencionava tratar esta questão nos volumes seguintes do *Capital*. Aprendeu o russo e reuniu uma documentação considerável. Várias circunstâncias, que não poderemos evocar aqui, impediram-no de continuar este projecto, mas

dispomos de um certo número de textos, a maior parte inéditos em vida de Marx, que nos informam com grande precisão sobre as ideias e esperanças quanto às perspectivas sociais da Rússia. Por outro lado, alguns escritos de Engels exprimem sobre esse assunto a comunidade de pontos de vista dos dois amigos, de tal modo que nos pode espantar a pouca importância que os «marxistas» soviéticos (começando por Lenine) atribuiram às ideias e opiniões dos seus mestres. Veremos que não foi sem razão.

Em 1875, Engels, a pedido de Marx, enviou uma resposta severa ao escritor revolucionário P. Tkatchev, adepto jacobino dos métodos de luta de Augusto Blanqui, bolchevique *avant-la-lettre*, que o criticava numa *Carta Aberta*, por ignorar as condições sociais e as perspectivas revolucionárias da Rússia: este país era, segundo Tkatchev, a terra eleita do socialismo, pois não possuía nem burguesia nem proletariado, e em contrapartida oferecia instituições comunitárias tais como o *artel* e o *mir* [17]. Para Tkatchev o triunfo do socialismo na Rússia era uma mera questão política: derrube do czarismo e conquista do Estado por uma minoria revolucionária. Eis, muito resumidamente, a resposta de Engels: é bem certo que se prepara na Rússia uma revolução social, mas esta revolução não poderá tomar um carácter socialista, precisamente devido à *ausência*, no país, de um proletariado urbano e de uma burguesia capitalista poderosa, ou seja, devido ao fraco desenvolvimento das forças produtivas, vocação essencial da burguesia e do capitalismo. Sem dúvida que a presença na Rússia de formas comunitárias de trabalho e de propriedade, testemunhavam a profunda aspiração do povo russo a um modo de trabalho cooperativo, mas ele não provava de modo algum a sua vocação messiânica para o socialismo, nem a sua independência em relação aos movimentos ocidentais. Se bem que ameaçado pela introdução progressiva do capitalismo na Rússia, o *mir* poderia certamente, metamorfoseando-se num tipo social novo, tornar-se no fundamento do socialismo russo; todavia isso só seria possível com uma condição, a vitória prévia da revolução proletária na Europa ocidental. Sendo a queda do czarismo, «última reserva da reacção europeia», uma das premissas fundamentais desta revo-

lução, todas as forças populares deveriam ser mobilizadas para este objectivo.

Dois anos depois, o próprio Marx teve a oportunidade de retomar a polémica: tendo o sociólogo e *narodniki* Mikhailovski criticado o «sistema filosófico» de Marx por considerar o capitalismo como uma fatalidade à qual nenhum país, qualquer que fosse, poderia escapar, o autor de *O Capital* protestou vivamente contra esta interpretação abusiva do seu pensamento [18]. A explicação genética do capitalismo ocidental, notava Marx em substância, não pretende de modo algum ser uma «teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos». Assim na Roma antiga a expropriação dos camponeses livres e independentes, embora levando à constituição de *latifúndios* e de grandes capitais monetários, não conduziu ao aparecimento de uma classe operária no sentido do salariato moderno: «... acontecimentos de uma analogia notável, mas passados em meios históricos diferentes, conduziram a resultados completamente díspares. É através de uma análise empírica e comparada destes fenómenos históricos que se poderá abrir uma via de compreensão, mas nunca com a «chave-mestra de uma teoria histórico-filosófica cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica». No que respeita ao futuro social da Rússia e às esperanças que os *narodniki* depositaram na comuna rural, Marx formula a opinião seguinte, fundada num longo estudo de materiais documentais russos e outros: «Se a Rússia continua a seguir o caminho encetado a partir de 1861, ela perderá assim a mais bela ocasião que a história ofereceu a um povo, e sofrerá todas as peripécias do regime capitalista». E algumas linhas mais adiante Marx repete esta ideia, precisando-a: «Se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista, como as nações da Europa ocidental, *e durante os últimos anos ela fez muitos esforços nesse sentido*, ela não o conseguirá sem ter previamente transformado uma boa parte dos camponeses em proletários; e, depois, uma vez introduzida no seio do regime capitalista sofrerá as suas leis implacáveis como outras nações profanas» [19].

Esta simpatia pelas aspirações dos *narodniki*, Marx conservou-a até à morte, enquanto que no seio do movimento revolucionário russo surgiam graves divergências

teóricas e políticas entre a facção populista e terrorista por um lado, e o grupo «marxista» por outro [20]. Vera Zassulitch, então membro do grupo anarquista dito da *Partilha Negra*, submeteu o diferendo a Marx, declarando que para os socialistas russos se tratava de uma «questão de vida ou de morte»: ou a comuna rural pode desenvolver-se na via socialista, e «nesse caso, o socialista revolucionário deve sacrificar todas as suas energias à emancipação da comuna e ao seu desenvolvimento»; ou está condenada ao desaparecimento e então só resta aos socialistas russos especular sobre a rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e limitar a sua actividade a uma propaganda entre os trabalhadores urbanos. A segunda tese é a dos «marxistas», afirmava Vera Zassulitch. Será a do próprio Marx? Teria Marx a intenção de expor aos socialistas russos as suas ideias «sobre o *destino* provável» da comuna rural e «sobre a teoria da necessidade histórica para todos os países do mundo de passar por todas as formas da produção capitalista» [21]?

Não abordaremos aqui as várias redacções da resposta a Vera Zassulitch; nos seus rascunhos, notêmo-lo, Marx esboça uma espécie de sociologia comparada da comuna camponesa. Para o nosso caso basta-nos lembrar a conclusão geral da sua carta definitiva, que é extremamente breve. Depois de recusar — como já o havia feito a propósito das alegações de Mikhailovski — a ideia de uma «fatalidade histórica» do capitalismo para todos os países do globo, Marx nota: «A análise feita no *Capital* não fornece (...) razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo particular que fiz, cujos materiais procurei nas fontes originais, convenceu-me que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia; mas para que ela pudesse funcionar como tal seria preciso eliminar primeiro as influências deletérias que a assaltam por todos os lados e em seguida assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo» [22].

Marx negava assim a razão aos seus discípulos russos, a estes «marxistas» que contavam apenas com o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, para verem nascer um movimento operário como nos países ocidentais. O capitalismo na Rússia não era, a seu ver,

senão um dos termos de uma alternativa, esta sim, fatal: ou o socialismo através da comuna, ou a passagem pela bifurcação do capitalismo. Uma terceira via parecia-lhe inconcebível. Cerca de um ano após a sua resposta a V. Zassulitch, escreveu em colaboração com Engels um prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista* no qual se lê: «Se a revolução russa se torna o sinal de uma revolução operária no Ocidente, de modo a que as duas se completem, a actual propriedade comum russa pode tornar-se o ponto de partida de uma revolução comunista».

Engels, após a morte de Marx, continua o debate com os populistas e os marxistas russos, sem todavia arriscar um juízo definitivo que desse razão a uns ou a outros. No entanto, ele estava intimamente convencido que a Rússia se encaminhava para uma revolução burguesa, para um «1789» e um «1793». Ele conhecia a impaciência dos revolucionários russos em atingir o socialismo pela via de uma ditadura política, temia as consequências de uma tal saída: «...se alguma vez o blanquismo — ideia quimérica de alterar a sociedade inteira pela acção de uma pequena conspiração — encontrou uma razão de ser, foi bem em S. Petersburgo»[23]. Uma vez no poder estes homens serão ultrapassados pelos factos e verão que a Revolução que julgavam fazer não corresponde em nada à que na realidade fizeram. Por consequência a única coisa desejável era a queda do czarismo e o acesso ao poder das camadas liberais[24]. Não incumbia aos «marxistas» russos procurar os adeptos para pôr em prática uma ou outra teoria socialista; uma vez estabelecida a democracia, as massas populares russas fariam a sua aprendizagem política com vista a uma transformação da sociedade[25].

No início dos anos 90, Engels considerava a *obchtchina* definitivamente um sonho do passado; a Rússia havia entrado na via do capitalismo e da industrialização. Ironicamente fazia notar a Danielson que os próprios «eslavófilos», adversários do «Ocidente podre», favoreciam as tendências «europeias» da economia russa, ao apoiarem a política proteccionista do governo. «Todos os governos, por mais autocráticos que sejam, não passam em última análise de órgãos executores das necessidades económicas da situação nacional... Saber

se os meios pelos quais a revolução industrial foi levada a cabo na Rússia foram os mais apropriados, é uma questão à parte... Do meu ponto de vista basta demonstrar que esta revolução industrial era ela mesma inevitável.» A Rússia não pode viver apenas da sua agricultura, a sua indústria deve adoptar os mais modernos métodos técnicos: desde que a guerra se tornou um ramo da indústria pesada, a grande indústria tornou-se uma necessidade política. A Rússia só levará a cabo a sua revolução industrial sob a forma capitalista, como a Inglaterra, a Alemanha, a América. As contradições inerentes ao sistema capitalista levam esta, ao mesmo tempo que destrói o seu próprio mercado interior, a criar um outro: no interior, pela transformação dos camponeses em proletários; no exterior, pela conquista violenta de novos mercados. A transformação capitalista da Rússia não poderá fazer-se sem convulsões terríveis, pois esta é a marcha da história: «Nós, homens e mulheres, somos infelizmente demasiado estúpidos para nos decidirmos a realizar um verdadeiro progresso antes de termos sido levados a isso por sofrimentos desmesurados.» Engels prevê que a transformação capitalista da Rússia se fará através de sofrimentos incomparavelmente maiores que, por exemplo, a da América, e precisamente por causa da existência na Rússia de formas de economia comunitária e natural. Sem dúvida que, se no período de 1860 a 1871 a Europa ocidental se tivesse tornado suficientemente madura para passar ao socialismo, os russos teriam mostrado o partido que poderiam tirar da sua comuna rural. Mas «o Oeste não mexeu»; o capitalismo desenvolveu-se a um ritmo constantemente acelerado. A Rússia não tem pois por onde escolher, ela segue o caminho do capitalismo que lhe abre aliás perspectivas novas: «Não há grande mal na história sem que um progresso histórico o compense. Só o *modus operandi* muda. Que os destinos se cumpram!» [26].

Tal foi a mensagem teórica e política legada por Marx e Engels aos revolucionários russos. Aos *narodniki* faziam notar que a sobrevivência e florescimento da comuna rural dependiam ao mesmo tempo da queda do czarismo e da revolução proletária no Ocidente; aos

«marxistas», aconselhavam o abandono de todo o sectarismo ideológico e que concentrassem a sua actividade num só objectivo: a reunião de todos os elementos dinâmicos da sociedade russa com vista ao derrubamento do despotismo czarista. «Hoje, declarou Engels a Kautski, trata-se não de um programa mas da *revolução*. Quando esta se puser em marcha não serão os socialistas, mas os liberais que tomarão o poder na Rússia. Só quando, pelo impulso desta revolução, a revolução socialista tiver triunfado na Europa ocidental é que esta vitória poderá ter repercussões na Rússia e provocará aí o desenvolvimento do socialismo» [27].

O Bolchevismo, variante triunfante do marxismo, teve um papel decisivo na transformação económica e social da Rússia. Uma questão se põe: não terá sido necessário a este renunciar, precisamente, aos princípios fundamentais da ética política de Marx? No caso afirmativo, em que medida?

3. *Formação e desenvolvimento do Capital na Rússia*

Mestres e doutrinários da economia soviética proclamam hoje *urbi et orbi* que a URSS realizou o socialismo ou, mais exactamente, a primeira fase do comunismo na concepção em que Marx o entendia e desejava.

Se isso fosse verdade seriam as teses de Marx e de Engels sobre o futuro social da Rússia, seria igualmente a teoria materialista da história no seu conjunto, que se achariam desmentidas.

Não é menos evidente que a teoria marxiana da evolução social conserva todo o seu valor a partir do momento em que a realidade não corresponde em nada às proclamações dos teóricos soviéticos. Neste caso, o «marxismo» soviético revela-se pura e simplesmente uma ideologia da classe dominante na Rússa, por outras palavras, um instrumento de mistificação e opressão ideológica em proveito desta classe.

Mas a estrutura económica e social da URSS será *capitalista*, no sentido previsto por Marx e Engels na hipótese do desaparecimento da comuna rural, isto é, *apesar da Revolução de Outubro?*

Esta pergunta, por mais estranha que pareça à primera vista, já recebeu resposta afirmativa do lado mar-

xista[28]. Não pretendemos, por conseguinte, fazer obra inteiramente original ao demonstrar a existência do capital e portanto de relações de produção capitalistas na URSS. As nossas divergências com as análises marxistas precedentes são de ordem sociológica: o capitalismo soviético difere do capitalismo ocidental moderno na própria medida em que a *sociedade russa* se situa a um nível histórico diferente do dos países ocidentais; trata-se por um lado de ritmos de evolução divergentes: em poucos decénios a economia russa compensou através de uma surpreendente aceleração do progresso técnico e industrial o seu atraso secular na matéria. Enquanto *capitalismo de imitação*, o sistema económico da URSS foi capaz, no decurso da edificação, de se servir de toda uma gama de métodos de exploração e de organização postos em prática pelo capitalismo ocidental, desde a sua génese até ao apogeu.

Forçando a esquematização (e tal nos é imposto pelo âmbito do presente estudo) podemos distinguir várias etapas da formação do capital na URSS, desde a queda do czarismo até à conquista do poder pelos bolcheviques.

Pode falar-se em primeiro lugar dum período «anti-capitalista», certamente de muito curta duração; este caracterizava-se pela ocupação das fábricas pelos operários, paralelamente à ocupação das terras pelos camponeses, após o golpe de estado bolchevique. Foi o governo bolchevique que consagrou esta tentativa de auto-gestão operária — ao mesmo tempo que lhe punha termo. Ao decretar a nacionalização da indústria e o controle operário (sob a autoridade do Estado!) entendia combinar o capitalismo de Estado e a ditadura do proletariado, conforme a fórmula cara a Lenine[29].

Durante a guerra civil (Verão de 1918 a Outono de 1920), a economia desmorona-se, embora as administrações centrais consigam organizar e coordenar as empresas, ao mesmo tempo que as experiências de uma economia sem dinheiro e sem capital (que as circunstâncias impõem) são acerbamente discutidas nas fileiras do partido. Para evitar uma catástrofe, finda a guerra civil, era precsiso renunciar igualmente ao «comunismo de guerra» e estabelecer certas instituições e métodos já experimentados pelo capital clássico: imposto, em primeiro lugar em géneros, depois em dinheiro, substituin-

do as requisições e o monopólio do Estado sobre o trigo, comércio livre, explorações individuais na indústria e no comércio. As oposições operárias, sindicais e anarco-sindicalistas são reduzidas ao silêncio pelo partido; daí resultou uma expansão irresistível de uma burocracia pletórica, cuja manutenção acabaria por pesar normalmente na economia do país e será uma das causas do fracasso da Nova Política Económica (NEP). Os resultados positivos da NEP foram no entanto notáveis: pôs termo à inflação com a criação de uma moeda estável coberta pelo ouro [30]; permitiu à produção global da Rússia atingir por volta de 1928-1929 o seu nível de 1913 [31]; restabeleceu o rendimento nacional e o rendimento médio *per capita*, reconduzindo-os ao nível de 1913 [32].

Quando se estuda a dinâmica das forças de produção que tornou possível a restauração económica durante o período da NEP constata-se logo que ela tinha por motor, tanto no sector privado como no sector estatizado da produção, o *lucro mercantil* tal como Marx o havia definido ao analisar as relações mercantis da economia capitalista. Este facto é incontestável se se considerarem os domínios da produção agrícola e do pequeno comércio, nos quais a NEP restabeleceu a liberdade de trocas [33]. Quanto às empresas industriais e comerciais nacionalizadas desde 1917-20, o restabelecimen pela NEP do *regime dos salários proporcionais ao rendimento do trabalho* e de gestão das empresas *em bases estritamente comerciais* não podia ter outra consequência senão a formação de uma *empresa de Estado à escala nacional*, empresa orientada em todas as suas actividades de direcção e de controle para uma *acumulação relativamente lenta do capital nacional* [34].

O Governo teve que haver-se sem empréstimos nem investimentos estrangeiros, e esta reconstituição da economia durante a NEP realizou-se com base numa acumulação exclusivamente interior [35].

A partir de 1923 apareceram os sintomas de uma crise económica séria. Esta resultava da disparidade crescente entre os preços agrícolas e os preços dos objectos manufacturados, mas escondia um antagonismo profundo entre os interesses do capital comercial privado e o capital de Estado. Trotski, então promotor fer-

voroso do Plano Económico de Estado, exprimiu assim o significado social e político deste antagonismo: «No caso do capital privado chegar pouco a pouco, lentamente, a dominar o capital soviético, o aparelho soviético sofrerá muito provavelmente uma degenerescência burguesa (...) Se o capital privado crescesse rapidamente e conseguisse pôr-se em contacto, unir-se, com o campesinato, as tendências contra-revolucionárias activas dirigidas contra o Partido seriam então as prevalecentes [36].»

«Sentia-se por toda a parte a onda crescente do capitalismo» conta Trotski, que então conduzia a oposição contra a política estaliniana «orientada sobre o kulak» e hostil à aceleração do ritmo de industrialização a expensas do campesinato, isto é, hostil à «acumulação socialista» [37]. Dois anos mais tarde (1928), o programa e o testamento político da oposição encontrarão em Estaline um executor inesperado. Os seus conselheiros espantados viam-no levar a docilidade ao ponto de liquidar fisicamente os kulaks «enquanto classe». Convenhamos aliás que entre Trotski e Estaline existia algo mais do que simples divergências teóricas [38].

A tarefa principal que este Estado devia, pela vontade do partido dominante, assumir no decurso da «segunda fase» era a organização «pacífica» da economia «socialista». Do mesmo modo que durante a primeira fase o capital necessário a esta acumulação «alargada» devia ser criado unicamente com os recursos internos: *O Capital* de Marx forneceu a Estaline a receita necessária para esta criação *ex-nihilo* — na ocorrência as massas subproletarizadas.

Marx descreve em *O Capital* a génese histórica e o crescimento do capitalismo. Estas descrições representam o mais formidável requisitório feito contra a obra «civilizadora» da burguesia. Ora elas foram transformadas pelo partido bolchevique, senhor do Estado, noutras tantas receitas económicas e políticas para edificar o «socialismo num só país». A manipulação «consciente» da teoria do valor bastara para obter a restauração do potencial económico do país durante a NEP. Faltava agora «aplicar» a teoria da acumulação do capital, de-

senvolvida por Marx nos últimos capítulos da sua obra — e tal foi o objectivo da «planificação». Planificar, isso significaria simplesmente organizar à escala nacional uma exploração sistemática da força viva do trabalho segundo os métodos descritos por Marx no que respeita à «acumulação primitiva», o maquinismo e a grande indústria enquanto fontes de mais-valia relativa e de mais-valia absoluta.

Falando dos efeitos da cooperação simples, Marx lembrava-nos os trabalhos gigantescos dos antigos Estados da Ásia e do Egipto que, dispondo do trabalho da população não agrícola, podiam erigir enormes monumentos unicamente com a concentração dos esforços dessas massas de braços. «Este poderio dos reis da Ásia e do Egipto, nota Marx, dos teocratas etruscos, etc., cabe na sociedade moderna ao capitalista, quer seja ele isolado ou, como nas sociedades por acções, associado [39]».

O Estado bolchevique, «capitalista associado», conjugou na criação da grande indústria soviética todos os métodos de acumulação primitivos e refinados, num conjunto sistemático englobando ao mesmo tempo o regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o sistema proteccionista» [40]. Marx precisou este papel do Estado na génese do *Capital*, como *relação social de produção*, formulando uma espécie de axioma sociológico, mas seria preciso esperar que homens de Estado «marxistas» fizessem deste axioma uma regra de acção política: «Alguns destes métodos repousam no emprego da força bruta, mas todos sem excepção exploram o poder de Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da ordem económica feudal à ordem económica capitalista e de abreviar as fases de transição. E, com efeito, a Força é a Parteira que em todas as antigas sociedades dá vida ao trabalho. A força é um agente económico» [41].

Foi esta constatação, tornada uma máxima, que inspirou secretamente os Planos quinquenais: longe de proceder à organização de uma sociedade socialista, estas listas de obrigações atribuiam a milhões de trabalhadores tarefas precisas para obter, a todo o custo, uma produção máxima [42].

«Nos países onde é preciso em primeiro lugar expulsar a aristocracia (...) falta, a meu ver, a primeira condição de uma revolução proletária, isto é, um proletariado industrial à escala nacional»[43]. Esta maneira de *ver* de Marx — outro axioma da sua teoria social — foi tratada pelos seus discípulos russos do mesmo modo que a dialéctica hegeliana o foi por Marx: «Nele, ela caminha de pernas para o ar; basta pô-la direita para lhe encontrar uma fisionomia aceitável»[44]. Na verdade os bolcheviques pretendiam ter feito antes do mais uma revolução «proletária», e preparavam-se desde a NEP para criar um proletariado industrial no sector «socializado» da economia. Só restava a Estaline efectuar o salto dialéctico: ordenando a «deskulakização» e a colectivização dos campos, matava dois coelhos de uma só cajadada: proletarizava o campo e arranjava para a indústria os braços disponíveis — «o exército de reserva» que em breve pertencerá ao capital «de um modo tão absoluto como se ele o tivesse educado e disciplinado por sua própria conta»[45].

Assim, a «nacionalização» das terras decretada em 1918, tomava em 1929-30, e até 1937, a forma da mais brutal expropriação, mascarada com a ficção jurídica da constituição da «propriedade socialista».

«O sentido da colectivização era a submissão da agricultura às condições da acumulação estatal», escreve W. Hofmann na sua notável obra sobre a estrutura do trabalho na União Soviética[46]. O autor teria podido, na ocorrência, referir-se à reflexão feita por Marx sobre as relações entre o capital e a renda fundiária, entre o capitalista e o proprietário fundiário. Com efeito, enquanto que o primeiro era aos olhos de Marx, o *spiritus rector* e o principal agente da produção, o segundo parecia-lhe completamente supérfluo no modo de produção capitalista. Desde que a terra, enquanto modo de produção, esteja separada da classe operária, o capitalista está pronto a deixar a renda fundiária ao Estado, pronto a ver a terra tornar-se propriedade do Estado: «O burguês radical aceita teoricamente a negação da propriedade fundiária privada, que ele queria transformada em propriedade da classe burguesa, sob a forma de propriedade do Estado»[47]. Aliás, Lenine estava perfeitamente informado sobre as concepções marxistas da

renda fundiária, e era por essa razão que considerava a nacionalização da terra como uma medida «democrática-burguesa», negando-lhe qualquer carácter socialista [48].

A colectivização forçada da agricultura assim como a nacionalização da terra nada tinham de socialista, se nos ativermos às lições de Marx: ela era apenas um elo necessário no processo de acumulação do capital de Estado, do capital «socialista», rivalizando com o capital privado e ávido de absorver, ao mesmo tempo que a mão-de-obra «liberta» pelo campo, o sobretrabalho necessário à sua acumulação [49]. Quanto à centralização dos capitais numa dada sociedade, Marx atribui-lhe um último limite, atingido no momento em que «todo o capital nacional não formaria mais do que um só capital nas mãos de um só capitalista ou de uma só companhia de capitalistas» [50].

Foi exactamente este o papel dos Planos quinquenais cujo verdadeiro objectivo se compreende: criar o capitalismo num só país. Se assim não fosse, como explicar então que a URSS, «Estado socialista» cercado outrora pelos países capitalistas», conte mais com a força dos seus exércitos e das suas armas para se defender que com a revolução das massas exploradas por toda a parte no mundo «capitalista»?

Se é verdade que Marx não pôde observar senão o início do processo universal da concentração de capitais (sob a forma de sociedade por acções), não deixou por isso de o reconhecer plenamente e de perfeitamente definir o seu alcance histórico. Viu nele a marcha para uma separação cada vez mais radical entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção, por outras palavras, a submissão crescente do trabalho à direcção do capital. Finalmente, a direcção foi entregue aos *directores* que, se bem que não usufruam de qualquer título de propriedade, substituem de modo evidente os capitalistas-proprietários nas funções de direcção e administração do capital. Formulando as suas conclusões teóricas gerais sobre as tendências evolutivas do modo de produção capitalista no seu apogeu, previu que o desenvolvimento para o monopólio e oligopólio económico deveria conduzir à «imiscuição do Estado (...) tor-

nada necessária pelo facto que uma nova aristocracia financeira, uma nova espécie de parasitas disfarçados em feitores de projectos, fundadores e directores de pura forma, desenvolve todo um sistema de engano e de fraude»[51]. O controle do Estado substitui então o do proprietário privado, cuja existência se tornou supérflua pela própria transformação do modo de produção[52]. Já as sociedades anónimas e as cooperativas operárias de produção mostram que a um certo nível de desenvolvimento económico e social, as novas relações e tipos de produção surgem e prefiguram um sistema económico no qual a cooperação harmoniosa no seio do processo do trabalho restabelece a unidade original dos produtores e dos meios de produção a um nível máximo da técnica.

A evolução social (que encerra a «pré-história» da humanidade e precede uma fase apenas entrevista) nunca mostrou tão bem o seu carácter catastrófico como na era da maior concentração e da mais perfeita despersonalização do capital: nos antípodas do trabalho levado ao paroxismo da alienação e da abstracção (do «trabalho sem frase») observa-se a constituição do capital inteiramente despersonalizado e desincarnado, o capital abstracto e anónimo (o «capital sem frase»)[53].

Desde a publicação do livro de Berle e Means sobre a sociedade anónima e a propriedade privada, esta tese encontrou numerosas confirmações nos economistas assim como nos sociólogos, que estudaram as transformações estruturais da empresa capitalista nos países de alta civilização industrial[54]. Aplicada aos Estados Unidos, por exemplo, ela faz ressaltar a dominação do capital como tal, mesmo se a estrutura social das classes dirigentes permanece difícil de fixar[55]. A enorme massa dos meios de produção conserva, depois como antes, a sua qualidade de *capital* fundado, segundo Marx, sobre o «trabalho extra» não pago — os produtores permanecendo separados das suas condições objectivas de trabalho, «estrangeiros» a este.

Quanto à Rússia, o aparelho económico deste país apresenta o duplo carácter do capitalismo puro, abstracto, «sem frase», e do esclavagismo sem máscara[56]. Nem um nem outro destes traços resultam do acaso; eles decorrem da natureza híbrida do desenvolvimento

da URSS a partir de 1917: a técnica americana, com os seus métodos de racionalização sistemática, veio-se enxertar numa infra-estrutura essencialmente agrária, utilizando as massas humanas que o peso de uma servidão multi-secular tornou disponíveis para uma gigantesca experiência de laboratório capitalista. Trata-se em suma deste *kapitalverhältnis*, relações capitalistas de produção, caracterizadas por Marx como separação da força de trabalho e da «propriedade das condições de realização do trabalho», por um lado — e da planificação à escala nacional, por outro lado.

Que nos seja permitido dizer para terminar que não teríamos chegado a estas conclusões se não pensássemos que a sociologia marxiana contém numerosos elementos metodológicos e críticos de uma teoria da sociedade moderna. Ela permanece um instrumento de grande valor para penetrar as estruturas políticas, económicas desta sociedade, assim como as modernas relações de dominação e servidão que estas estruturas engendram. Como tal, ela responde às exigências metodológicas da investigação preconizada por F. Perroux em matéria de regime de «economia total», cujas contradições são as de um «Estado-Partido *e de uma economia que lança*, que cria uma sociedade industrial» [57].

NOTAS:

[1] *Le Capital*, livre I, Posfácio à 1.ª edição, Trad. Roy, Paris, Editions Sociales, p. 26.

[2] Muito mais lógica e natural parece a crítica que Marx recebeu, alguns meses após a publicação do *Capital:* no seu país natal, numerosos comerciantes e industriais, «democratas» talvez, mas afastados de qualquer preocupação socialista, «entusiasmavam-se» com a descrição dos «progressos» do capitalismo — mas deplorando provavelmente a fatalidade da exploração do trabalho. Cf. a carta de Freigrath a Marx, de Abril de 1868, citado in *Briefe an Kugelmann*, ed. Dietz, p. 48.

[3] Ver as nossas *Pages choisies de Marx*, 1948, pp. 271 e segs..

[4] Uma passagem do *Capital* ilustra bem «o materialismo» do método definido por Marx: «É... bem mais fácil encontrar através da análise o conteúdo, o núcleo terrestre das concepções nebulosas das religiões, que demonstrar pela via inversa como as condições reais da vida revestem pouco a pouco uma forma etérea. É este o único método materialista, e consequentemente científico». (Op. cit., t. II, p. 59). Nós esquematizamos os problemas metodológicos, tal como eles se põem em Marx, no nosso livro *Karl Marx, essai de biographie intellectuelle*, Paris, 1957, pp. 307 e segs.

[5] «... Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, podem ser designados como outras tantas épocas progressivas da evolução económica da sociedade. O sistema de produção burguês é a última forma antagónica de produção social (...). As forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições para resolver este antagonismo. Com este tipo de sociedade termina pois a pré-história da sociedade humana» (*Critique de l'économie politique*, Prefácio, 1859). Cf. M. Rubel. *Pages Choisies...*, p. 271.

[6] Ver no Prefácio, e depois no Prefácio (1873) do *Capital*, as analogias estabelecidas por Marx entre o seu método e os métodos empregues pelo anatomista, biólogo, astrónomo. Cf. igualmente os manuscritos parisienses de 1844: «Um dia as Ciências naturais englobarão a ciência do homem, assim como a ciência do homem englobará as ciências naturais: existirá uma só ciência» (Op. cit., p. 329).

[7] Numa página póstuma do *Capital* encontramos um resumo magistral do método de investigação descoberto por Marx para esclarecer o segredo do poder político moderno: «A forma económica específica pela qual o sobretrabalho não pago é extorquido aos produtores imediatos, determina a relação de domínio e de servidão, tal qual ela decorre directamente da própria produção, e por seu lado age sobre esta. É este aliás o fundamento de qualquer comunidade económica (...) e sobre o qual assenta ao mesmo tempo a sua forma política específica. É sempre na relação imediata entre os detentores das condições de produção e os produtores imediatos que se encontra o segredo íntimo, o fundamento escondido de toda a construção social, e, por consequência, a forma política das relações de soberania e dependência, enfim, o segredo de todas as formas específicas do Estado. A forma desta relação corresponde necessariamente a um grau determinado de desenvolvimento do modo de trabalho e, portanto, da sua produtividade social. Isto não impede de modo algum que a mesma base económica (...) possa, em razão de inúmeras condições empíricas distintas — factores naturais e raciais, influências históricas agindo a partir do exterior, etc. — apresentar uma quantidade infinda de variações e graduações. Só uma análise das circunstâncias empíricas dadas pode apreender a variedade infinita desta base económica.» (*Das Kapital*, 3. Buch, Zurich, 1931, p. 842).

Estas linhas são a nosso entender a melhor introdução ao estudo do crescimento soviético e dos seus segredos.

[8] *L'idéologie Allemande* (1846). *Pages choisies,...* p. 34.

[9] *Le Capital*, Posfácio, op. cit., p. 27 e segs.. Marx cita e faz suas as explicações dadas por um comentador russo ao seu «método de investigação».

[10] Ibid., p. 29.

[11] Cf. *Thèses sur Feuerbach* (1821). *Pages Choisies...*, op. cit., pp. 31 e segs..

[12] Sobre esta ambiguidade fundamental do pensamento de Marx, ver o nosso livro *Karl Marx...*, op. cit., pp. 436 e segs..

[13] Ibid., pp. 378 e segs..

[14] Cf. M. Rubel, «Les écrits de Karl Marx sur la Russie czariste», in *Revue d'Histoire économique et sociale*, 1955, n. 1, pp. 113 e seguintes.

[15] Carta a Engels de 11 de Janeiro de 1860. F. Engels, *Savoyen, Nizza und der Rhein*. 1860. Marx consagrou vários artigos à

emancipação do campesinato na Rússia no *New York Times* entre 1858-1859. No *Herr Vogt* (1860) escreve que a emancipação dos servos «multiplicaria a força agressiva da Rússia» e conduziria à destruição das comunas rurais.

[16] Cf. M. Rubel. «Marx et le populisme russe», in *Revue Socialiste*, Maio de 1947; «La Russie dans l'oeuvre de Marx et d'Engels. A sua correspondência com Danielson», in *La Revue Socialiste*, Abril de 1950.

[17] Cf. M. Rubel, «F. Engels et le socialisme messianique russe», in *La Revue Socialiste*, Novembro de 1951. N. Berdiaev, *Les sources et le sens du communisme russe*, Paris, 1938, pp. 94 e segs..

[18] No entanto não considerou necessário publicar a sua resposta a M. Mikhailovski, redigida em francês. Engels comunicá-la-ia em 1881 a F. Danielson. Cf. as minhas *Pages choisies*..., op. cit., pp. 74 e segs., e p. 247.

[19] Cf. Nicolasson (pseudónimo de Danielson), *Histoire du développement économique de la Russie depuis l'afranchissement des serfs*, Paris, 1902. O texto de Marx constitui o apêndice C deste livro, pp. 507 e segs.. É contra a tese central deste livro (publicado em russo em 1893) — que afirma a impossibilidade do desenvolvimento na Rússia de um mercado interior, do capitalismo, portanto — que Lenine escreveu (1896-1892, 2.ª edição, 1907) a sua grande obra sobre *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Ele não faz qualquer referência ao texto de Marx nem aos argumentos de Engels citados por Danielson.

[20] Cf. M. Rubel, «Karl Marx et le socialisme populiste russe», in *La Revue Socialiste*, Maio de 1947.

[21] A carta de V. Z.. a resposta de Marx, os rascunhos desta resposta (tudo em francês) foram publicados por D. Riazanov in *Marx-Engels Archiv*, vol. I, 1926, pp. 309 e segs.

[22] Ibid., pp. 31 e segs..

[23] Carta a V. Zassulitch, de 23 de Abril de 1885, in *Ausgewählte Briefe*. Zurich. 1934, p. 354.

[24] Conversa com Engels, contada por Kautski numa carta a E. Bernstein, de 30 de Junho de 1885.

[25] Conversa com Engels, contada por um revolucionário russo, H. Lopatine. Cf. G. Mayer, *F. Engels*, 1934, t. 2, p. 422.

[26] As passagens citadas são extraídas das cartas de Engels a Danielson, de 1890 a 1894. Cf. M. Rubel, «La Russie dans l'oeuvre de Marx et d'Engels. Leur correspondance avec Danielson», in *La Revue Socialiste*, Abril de 1950.

Reeditando em 1894 o seu artigo contra Tkatchev (ver *supra*), Engels acrescentou-lhe um *Posfácio* no qual criticou e comentou longamente a crença dos Herzen, Mikhailovski, Tcernichevski, etc., na predestinação da Rússia para o socialismo — afirmando ao mesmo tempo que a comuna rural russa, ou o que ainda restava desta, só podia ser salva por uma revolução socialista no Ocidente. Pois «constitui uma impossibilidade histórica para um modo inferior de desenvolvimento económico resolver os problemas e os conflitos nascidos e que só poderiam ter nascido a um nível muito mais elevado...». Cf. F. Engels, *Internationales aus dem Voltstaat*, Berlim, 1894, . 65.

[27] Ed. Bernstein, *Die-briefe von F. Engels*, Berlim, 1925, pp. 173 e segs.. Engels teve esta conversa com Kautski a propósito do livro de Plekhanov, *Nos désaccords*, que foi como que o manifesto do marxismo

russo contra o populismo. Engels aprovou as ideias teóricas de Plekhanov mas condenou a táctica preconizada pelo seu discípulo. Vê-se bem quão longe estava Engels de considerar a revolução russa dependente de qualquer partido e programa político particular, mesmo «marxista». Mas uma vez o czarismo derrubado, via boas perspectivas abrirem-se ao povo russo, contando com as suas próprias forças e apoiado por um ocidente que se tornaria socialista.

[28] Assinalemos algumas destas iniciativas marxistas de apresentar a economia actual da URSS como capitalista. A. Pannekoek, *The workers' councils*, Melbourne, 1950. P. Chaulieu, «Les rapports de production en Russie», estudo publicado in *Socialisme ou Barbarie*, n. 2, 1949. O. Ruhle: para ler os escritos deste autor ver o interessante estudo de S. Franck, *Soziologie des Freiheit. Otto Ruhles Aufassung vom Sozialismus*. Ulm, 1951. Anónimo: «Struttura economica e sociale della Russia d'oggi», série de artigos publicados in *Il programma comunista*, cujo teórico era A. Bordiga. T. Cliff, *Stalinist Russia, a marxist analysis*, Londres, 1955.

As divergências teóricas que se podem descortinar nos trabalhos de inspiração marxista referem-se principalmente à natureza social da classe dominante, detentora do capital.

[29] Cf. E. H. Carr, *A history of soviet Russia. The bolshevick Revolution, 1917-23*, vol. II, 1952, pp. 57 e segs. Curiosamente o autor qualifica de «sindicalismo» a acção autónoma dos operários, enquanto que vê a «essência» do socialismo na economia planificada e coordenada por uma «autoridade central», agindo no interesse comum, ibid., p. 72.

[30] Cf. L. Laurat, *Bilan de vingt cinc ans de Plans quinquenaux*, Paris, 1955, p. 35.

[31] Cf. S. N. Prokopovicz, *Histoire économique de l'URSS*, Paris, 1952, pp. 281 e segs.

[32] Cf. J.-Y. Calvez, *Revenu national en URSS*, Paris, 1956, pp. 36 e segs.. O autor, apoiando-se nas fontes estatísticas soviéticas, cita os seguintes números: de 14 biliões de rublos em 1913, o rendimento nacional global passou em 1927-28 a 16,1 biliões; o rendimento médio per capita passou durante o mesmo período de 100,4 rublos a 107,1 rublos. A avaliação é feita em rublos de antes da guerra.

[33] «Todos aqueles que aprenderam o ABC do marxismo sabem que da livre circulação dos produtos e da liberdade do comércio decorrerá fatalmente a divisão dos produtores em detentores de capital e em detentores da força do trabalho, em capitalistas e assalariados; por outras palavras, observar-se-á a aparição do salariato, que não cai do céu, mas é a consequência, no mundo inteiro, da agricultura mercantil. «Discurso de Lenine a 15 de Março de 1921, citado por S. N. Prokopovicz, op. cit., p. 130. Todavia o orador declarava que os «próprios fundamentos do poder político do proletariado» não se encontravam ameaçados por esta restauração parcial do capitalismo privado, «pois é apenas uma questão de medida».

[34] Durante o «comunismo de guerra» foi decretado o trabalho obrigatório para todos os cidadãos e, em 1920, vários exércitos de trabalho foram constituídos. A repartição dos salários evoluiu para uma igualdade absoluta, mas perante a rápida baixa do poder de compra do papel-moeda, a remuneração do trabalho efectuava-se em grande parte em géneros. No final de 1921, o salário ao rendimento

substituiu este sistema de pagamento e o contrato de trabalho livre substituiu o trabalho obrigatório.

[35] «Se numa Rússia empobrecida e arruinada, a acumulação privada era ínfima, em contrapartida a acumulação forçada dos capitais de Estado, graças à nacionalização das principais forças de produção do país e através de uma hábil política de preços, podia fornecer fundos de investimento muito importantes.» Prokopovicz, op. cit., p. 281. Não seria possível formular melhor a política de acumulação seguida pela Empresa de Estado.

[36] L. Trotski, *Cours Nouveau*, éd. de B. Souvarine, 1921, p. 48. Traçando em 1924 o balanço de «três anos de NEP», um economista soviético escrevia: «A NEP não foi só (...) um *período de acumulação primitiva socialista*, mas também um *período de acumulação primitiva capitalista*, cujos métodos de rapina não eram inferiores aos de outras épocas semelhantes.» L. Kritsman, *La période héroique de la grande révolution russe*, éd. alemã, 1929, apêndice 1, p. 387. O autor pôde ainda ser testemunha, antes de desaparecer, dos métodos de «acumulação primitiva socialista», adoptados por Estaline.

[37] L. Trotski, *La révolution trahie*, Paris, 1936, pp. 38 e segs.

[38] Embora a expressão do historiador do bolchevismo B. Souvarine (*Staline*, Paris, 1935, p. 237) «Para além de um certo grau no horror as variantes pouco importam», possa estabelecer a solução de continuidade entre a repressão da revolta de Kronstadt (1921) e o assassinato colectivo perpetrado contra centenas de milhares de camponeses, pelo qual Estaline entendia terminar «a primeira fase» do desenvolvimento do Estado soviético, B. Souvarine cita Lenine aconselhando a «não recuar perante a utilização de meios bárbaros para combater a barbárie».

[39] *Das Kapital*, liv. I, cap. II, Viena-Berlim, 1932, p. 350.

[40] *Le Capital*, liv. I, trad. J. Roy, Paris, 1930, t. III, p. 193.

[41] *Ibid.*

[42] Sobre o debate metodológico dos planificadores bolcheviques divididos em partidários do princípio «teológico» e defensores do princípio «genético», cf. Czeslaw Bobrowski, *Formation du système soviétique de planification*, Mouton & Co., Paris-Haia, 1956, pp. 58 e seguintes.

[43] K. Marx, *Herr Vogt*, Leipzig, 1927, p. 43. Neste texto de 1860, Marx cita igualmente os seus estudos de 1850 nos quais analisava o papel revolucionário da burguesia em relação ao feudalismo: a dominação burguesa «prepara o único terreno que permite uma evolução proletária».

[44] *Le Capital*, op. cit., p. 29.

[45] Ibid., t. III, p. 76. Relembrando a existência, em 1927-8, de uma superpopulação camponesa de 8 a 9 milhões e de 2 milhões de desempregados nas cidades, M. Dobb nota ingenuamente: «Só com uma grande e rápida expansão da indústria se poderia obter uma redução apreciável deste grande reservatório de sobre-trabalho», op. cit., p. 189. Sobre o crescimento do volume de emprego no decurso da planificação, ver S. Schwarz, *Les ouvriers en Union soviétique*, Paris, 1955, pp. 20 e seguintes.

[46] Werner Hofmann, *Die Arbeitsverfassung der Sowjetunion*, Duncker & Humblot, Berlim, 1956. É uma obra definitiva nesta matéria, um verdadeiro tratado da exploração do trabalho na URSS nos

seus aspectos sociais, jurídicos e políticos. Seria desejável para breve uma tradução em francês. (E em português? *N.T.*)

[47] K. Marx, *Theorien uber den Meherwert*, vol. II, t. I, p. 208.

[48] Cf. H. Chambre, *Le marxisme en Union Soviétique*, Paris, 1955, pp. 137 e segs.

[49] Relembremos aqui as notas críticas feitas por Marx em resposta a Bakunine, que o acusava de defender a ditadura de uma minoria operária sobre a massa do povo. A resposta de Marx a Bakunine é inteiramente válida para a política bolchevique nas suas variantes leninista e estalinista: «Uma revolução social radical está ligada a certas condições históricas do desenvolvimento económico (...) Ela só é possível onde, através da produção capitalista, o proletariado ocupa pelo menos uma posição importante na massa do povo; e para que tenha algumas possibilidades de vencer, é preciso que seja pelo menos capaz de fazer tanto — *mutatis mudandis* — quanto a burguesia francesa fez pelos camponeses franceses de então (...) (Bakunine) não compreende absolutamente nada da revolução socialista, a não ser as frases políticas sobre esta, e ignora as suas condições económicas. Como todas as formas económicas, desenvolvidas ou não, incluiram até agora a submissão do operário (operário salariado ou camponês), julga que uma *revolução social* é igualmente possível sob todas estas formas. Mais ainda, ele quer que a revolução social europeia fundada sobre a base económica da produção capitalista se realize ao nível da agricultura dos povos pastoris russos ou eslavos», in *Notes sur L'Etat et l'anarchie de Bakunine*, 1874. Cf. M. Rubel, *Pages Choisies...*, pp. 299 e segs.

Em contrapartida é permitido afirmar que o programa do partido socialista-revolucionário, herdeiro do *narodnitchestro*, era de longe mais «marxista» que o do Partido bolchevique. Eis uma passagem profética do projecto desse programa: «De uma maneira geral o partido dos socialistas revolucionários põe a classe operária em guarda contra esse *socialismo* de Estado, que é por um lado um sistema de meias medidas destinado a adormecer a classe operária, e, por outro lado, uma forma particular de capitalismo de Estado reunindo os diversos ramos de produção e do comércio nas mãos da burocracia dirigente, no interesse fiscal e político desta». Publicado em 1901 e citado nas *Oeuvres* de Lenine, trad. francesa, t. VII, anexos, p. 470.

[50] Esta hipótese foi erigida em teoria do desenvolvimento moderno do capital por R. Hilferding, na sua obra *Das Finanzkapital* (1920). A conclusão sobre o processo de concentração é, segundo este autor, o «cartel geral». No entanto, em 1940, Hilferding recusava-se a ver na economia soviética um «capitalismo de Estado», esta noção escapando, segundo ele, a qualquer análise económica. Cf. o seu artigo «Capitalisme d'Etat ou économie d'Etat totalitaire?», trad. in *La Revue Internationale*, Outubro de 1947.

[51] *Le Capital*, liv. III, cap. 23.

[52] Ainda em vida de Marx, Engels tirou as últimas consequências das premissas postas no *Capital*, retraçando no *Anti-Dühring* as fases do desenvolvimento da economia capitalista, desde a génese da produção mercantil até à estatização geral do capital. O Estado torna-se então o «capitalismo colectivo ideal», a burguesia aparece como uma classe inútil, «todas as suas funções são agora preenchidas por empregados retribuídos», *Anti-Dühring*, Moscovo, 1935, pp. 289 e segs.

[53] A perspectiva do automatismo generalizado da produção industrial foi fixada por Marx num texto cuja publicação tardia realçava a actualidade. Eis um fragmento significativo: «... à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza real depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregue que da força dos agentes postos em movimento durante a duração do trabalho... força que depende do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia... O trabalho está tanto menos implicado no processo de produção quanto mais o homem se comporta em relação a este processo como vigilante e regulador... Ele ocupa um lugar marginal no processo de produção, em vez de ser o seu principal agente. Nesta metamorfose não é mais sobre o trabalho imediato efectuado pelo próprio homem nem sobre o tempo que ele gasta, mas sobre a recuperação da sua própria força produtiva universal, sobre a sua compreensão da natureza e sobre as suas faculdades de a dominar pela sua existência enquanto corpo social: é, numa palavra, e de modo evidente, sobre o desenvolvimento do indivíduo social que a produção e a riqueza se apoiam como sua pedra mestra... Desde que o trabalho deixou de ser sob a sua forma imediata a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deve deixar de ser a medida do valor de uso. O *sobretrabalho da massa* deixa de ser a condição de desenvolvimento da riqueza geral, do mesmo modo que o *não-trabalho de alguns* deixa de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano... Ao livre desenvolvimento das individualidades, à redução do trabalho necessário (...) corresponde a cultura artística, científica, etc., dos indivíduos, graças aos tempos livres e meios concedidos a todos». Este fragmento foi extraído do texto redigido por Marx em 1858 e publicado pela primeira vez em 1939 nos *Grundisse der Kritik der Politischen Oekonomie* (Rohehwur), Moscovo, 1939-91, Reed. fotostática, Berlim, 1953, 1955, p. 593.

[54] Cf. Berle e Means, *The modern corporation and private property*, Nova Iorque, 1931. Entre os autores marxistas cujos trabalhos vão na direcção deste inquérito podem nomear-se: H. Gunow, R. Hilferding, K. Renner, etc. O livro de J. Burnham, *The managerial revolution* (1946), apenas sistematizou estas velhas reflexões citando-as sem as referir, acrescentando pretenciosamente um valor de descoberta original.

[55] Cf. C. Wright Mills, *The power élite*, Oxford, 1956.

[56] Bastaria referir-nos aqui ao papel do trabalho forçado na URSS. Se bem que Charles Bettelheim *(La planification soviétique*, 1945) tenha insistido pouco sobre este aspecto, no entanto fundamental da construção do «socialismo», relevamos a seguinte frase: «A deportação é um meio de realizar o Plano a baixo custo não sendo os deportados pagos pelo seu trabalho, mas simplesmente alimentados», op. cit., p. 617.

[57] F. Perroux, «Note sur les études d'économie génerale et les fonctions économiques du profit», in *Cahiers de l'Institut d'Economie appliquée*, série G, n.º 42 (Outubro de 1956), p. X.

VIII

W. JEROME E A. BUICK
(1967)

Publicado in *Survey*, n.º 62, Janeiro de 1967, pp. 58-71.

CAPITALISMO DE ESTADO SOVIÉTICO? HISTÓRIA DE UMA IDEIA

As diferenças existentes entre o sistema soviético e o sistema social da Europa Ocidental e da América do Norte são de tal modo evidentes que justificam uma designação específica, sendo correntemente aceite para o sistema em que o governo controla a totalidade dos recursos produtivos a de «socialismo». À aceitação geral deste termo, opõem-se, no entanto, radicais de diferentes tendências, que se recusam a aceitar que seja «socialismo» o sistema soviético.

Mas entre os próprios dissidentes não existe acordo quanto à designação a atribuir-lhe. O objectivo deste ensaio é considerar brevemente a história de uma destas designações, a qual descreve a União Soviética como uma sociedade capitalista de Estado.

A teoria foi defendida por três grupos ideologicamente muito diferentes entre si: 1) — os marxistas ortodoxos; 2) — os comunistas conselhistas; e, 3) — os leninistas dissidentes.

Os marxistas ortodoxos

Provavelmente constitui uma surpresa para muitos leitores saber que foi a escola marxista tradicional de expressão inglesa, que descende da Federação Social-democrata de Hyndmann, e representada pelo pequeno Partido Socialista da Grã-Bretanha (SPGB), e pelos ainda mais pequenos Partidos Companheiros[1] nos países de expressão inglesa, que afirmaram peremptoriamente que a Revolução Bolchevique produziu uma sociedade de capitalismo de estado.

O SPGB opôs-se à guerra de 1914-1918 e acolheu assim com agrado as actividades antibélicas dos Bolche-

viques russos, condenando ao mesmo tempo como oportunista a táctica de Lenine, ao encorajar os trabalhadores ingleses a apoiar o Partido Trabalhista. O SPGB admitia que o Partido Bolchevique era formado por socialistas, e que estes pretendiam criar um sistema de propriedade social [2], mas previu [3] que esta tentativa falharia devido à ausência dos requisitos necessários ao socialismo — uma indústria moderna e um proletariado com consciência socialista. O próprio Lenine havia admitido que a propriedade social na Rússia estaria fora de questão até o capitalismo ter aumentado a produção social, referindo-se às actividades do sector nacionalizado da economia, pequeno na altura, como capitalismo de estado [4]. O SPGB citava Lenine neste ponto, mas não interpretou o sistema social da Rússia soviética como capitalismo de estado. Na maior parte da sociedade russa, como admitia Lenine, existiam as relações capitalistas clássicas, correntes no Ocidente, fundidas com a produção semifeudal dos camponeses e mesmo actividades pré-feudais de pastagem e caça. Dado que o SPGB acreditava que o desenvolvimento do capitalismo era um pré-requisito necessário ao socialismo não condenava Lenine nem os Bolcheviques. Mas insistia que a União Soviética não era uma sociedade *socialista* e que a «direcção por uma minoria» — mesmo uma minoria marxista — também não era «socialismo» [5]. Foi somente a partir de 1929-30 (quando Estaline colectivizou a agricultura e organizou uma produção planificada sob a supervisão do estado) que o SPGB começou a aplicar o termo «capitalismo de estado» à URSS.

Na Alemanha, ao contrário da Grã-Bretanha, os socialistas marxistas tinham um grande apoio e sólidas possibilidades de obter posições governamentais através de eleições. Por volta de 1918 o SPD era o partido governamental, e as reacções dos seus chefes ao governo bolchevique foram determinadas mais por considerações políticas imediatas, do que por uma análise teórica abstracta. Mesmo Kautsky, o principal teórico da social-democracia alemã (embora membro da Oposição dos Socialistas Independentes em 1918) não conseguiu fazer nenhuma análise económica minuciosa da sociedade soviética. Todavia, em alguns dos seus escritos contra os bolcheviques, refere-se à União Soviética como sendo

uma sociedade de capitalismo de estado. No seu livro *Terrorismo e Comunismo* escreveu: «O capitalismo industrial, longe de ser um sistema privado, tornou-se agora um capitalismo de estado.» «Hoje... o estado e a burocracia capitalista fundiram-se num só sistema [6].»

Embora este ponto seja pouco elaborado e insuficientemente desenvolvido, Kautsky considerava a Rússia capaz simplesmente de abolir as relações feudais agrárias, mas não o sistema capitalista. Tanto Kautsky como os bolcheviques acreditavam na compatibilidade da propriedade estatal dos meios de produção e do sistema salarial com o socialismo. Ambos concordavam igualmente que, embora uma sociedade sem estado nem salários pudesse ser possível no futuro, os esforços deveriam ser dirigidos para objectivos menos ambiciosos, mas não se encontravam de acordo sobre os meios de os obter. O principal ponto da crítica de Kautsky contra o regime bolchevique era que a repressão negava a democracia política, e que sem esta a classe operária não poderia controlar a máquina económica, da qual dependia, permanecendo assim em situação idêntica qualquer país capitalista. E, de facto, em situação até pior que nos países onde ainda prevalecia uma certa forma de democracia política.

Mais tarde, Kautsky referiu-se a Lenine «utilizando o seu poder de estado a fim de erigir o seu capitalismo de estado» [7]. Pretendia Kautsky que a Rússia só poderia tornar-se socialista «quando o povo expropriasse os expropriadores». Uma modificação das relações formais de propriedade não é suficiente para estabelecer o socialismo — deve igualmente existir um controle democrático do estado pelos trabalhadores, sem o qual os operários «se encontram em relação ao problema do controle dos meios de produção na mesma situação que os operários se encontram nos países capitalistas». Para Kautsky a diferença fundamental entre socialismo e capitalismo de estado consistiu no controle democrático dos meios de produção, por intermédio do estado político. Kautsky não aderiu contudo sem reservas à designação da Rússia soviética como estado capitalista. Em escritos posteriores usa outros termos, mas a crítica, tal como a descrevemos, permanece.

Outro teórico importante, o austríaco Otto Bauer, de acordo com a crítica marxista tradicional da Revolução Bolchevique, indicou que a ausência, na Rússia, de instituições democráticas fortes e eficazes, assim como o seu atraso económico, impediram a realização do socialismo. Em oposição a Kautsky, Bauer previa um posterior amadurecimento e democratização graduais do regime soviético. O programa de industrialização dos bolcheviques conduziria a uma «racionalização económica», a qual, em retorno, provocaria as consequências sociais que Bauer acreditava seguirem-se a um desenvolvimento económico — a democracia política. Assim, ele esperava que o regime soviético se tornasse mais democrático «de tal modo que da ditadura do capitalismo de estado emergiria uma forma socialista de sociedade». Em certo sentido o capitalismo de estado russo *estava* construindo o socialismo. Bauer acreditava que a transição do capitalismo de estado para o socialismo não exigia uma revolução política, e opunha-se por consequência aos apelos veementes de Kautsky para uma nova Revolução Russa contra os bolcheviques. Tal como Kautsky, Bauer não usava sistematicamente expressões de acordo com uma análise da URSS em termos de capitalismo. Ocasionalmente usou o termo de «socialismo despótico» [8].

Os social-democratas alemães e austríacos opunham-se aos bolcheviques devido aos elementos ditatoriais da direcção bolchevique. Quando eles caracterizaram o regime soviético como capitalismo de estado, foi mais por razões políticas que económicas. Divergindo do SPGB e dos partidos socialistas irmãos, os social-democratas não pensavam que o sistema de preços e salários, o dinheiro e o estado fossem incompatíveis com o socialismo. Para os social-democratas alemães, socialismo queria dizer controle democrático das forças produtivas de uma sociedade altamente industrializada. Reavaliações posteriores do significado do sistema económico-social soviético acentuavam as distinções entre o capitalismo tradicional e a sociedade soviética.

Em 1940, Rudolf Hilferding, o mais importante teórico social-democrata alemão da época, publicou uma crítica da teoria do capitalismo de estado na URSS, no periódico nova-iorquino de língua russa *Correio Socialista*. Para Hilderfing a característica que distingue o

capitalismo é uma economia de mercado onde os preços resultam de um mínimo de competição entre os proprietários dos meios de produção. Esta competição «dá origem em última análise à lei do valor», e determina o que deve ser produzido e em que quantidade. «Uma economia de estado, contudo, elimina precisamente a autonomia das leis económicas. Já não é o preço, mas antes uma comissão de planificação que determina a produção». Hilferding designa a União Soviética como uma nova categoria económica que não é capitalista nem socialista, mas uma economia de estado totalitária. As economias da Alemanha nazi e da Itália fascista eram espécies menos plenamente desenvolvidas deste género [9].

Os marxistas tradicionais russos, pertencentes na maior parte à fracção menchevique do primitivo Partido Operário Social-Democrata Russo, seguiam a posição tradicional do marxismo, segundo a qual o socialismo só podia suceder ao capitalismo nos países que tivessem conhecido uma revolução burguesa. Uma vez que a Rússia não tinha atingido uma fase capitalista, e que a revolução burguesa era muito recente, a Rússia não estava madura para o socialismo. Segundo o marxismo, em termos de desenvolvimento económico, o capitalismo precede o socialismo; era portanto uma tendência geral dos mencheviques considerar a sociedade pré-socialista existente na Rússia como capitalismo incipiente.

Em 1919 Julias Martov, um dos dirigentes mencheviques, escreveu *O Estado e a Revolução Socialista*, em resposta ao *Estado e a Revolução* de Lenine. Condenando a ditadura de uma minoria, Martov sublinha que a «classe proletária considerada no seu conjunto... é o único construtor possível da nova sociedade e deve consequentemente ser o sucessor único da classe que primitivamente dominava as funções do governo.» Isto requeria uma completa democracia e uma atmosfera incompatível com a ditadura de uma minoria. Seguia-se que a sociedade soviética não era socialista; mas poderia ela ser descrita como capitalista? Esta pergunta nunca obteve resposta clara de Martov [10].

Na medida em que os próprios bolcheviques neste período falavam do capitalismo de estado russo, era natural que alguns mencheviques retomassem esta expressão.

Martov morreu em 1922 e o seu colega Abramovich adoptou a posição de Kautsky segundo a qual a Rússia era uma nova sociedade de massa fundada numa ditadura terrorista. Theodore Dan desenvolveu uma posição semelhante à posição trotskista — a Rússia seria uma forma de estado operário. Outros mencheviques, como Soloman Schwarz e Aron Yugow, opunham-se a esta visão, adoptando a teoria empresarial da Rússia soviética. Os mencheviques acabaram por adoptar a ideia geral da social-democracia que via na URSS uma espécie de nova sociedade «totalitária». Todavia, a opinião de muitos velhos social-democratas quanto ao regime manifesta-se em referências ocasionais ao capitalismo de estado russo.

Embora Yugow tivesse acabado por adoptar, como outros social-democratas, a teoria empresarial sobre a União Soviética, a certa altura defendeu uma posição sobre a natureza da sociedade soviética como capitalismo de estado, argumentando que o fracasso do desenvolvimento do socialismo nos países altamente industrializados exclui qualquer esforço russo para passar directamente de condições pré-capitalistas ao socialismo. «Vimos como a racionalização da indústria na Rússia não criou uma economia socialista, mas apenas um capitalismo de estado burocrático funcionando deficientemente» [1]. Como Trotski, Yugow acreditava que os burocratas procuravam a extensão da propriedade privada dos meios de produção.

A corrente italiana do marxismo tradicional, isto é, aqueles socialistas que aceitavam Marx rejeitando Lenine, desapareceu quase totalmente com o abandono de facto das referências ao marxismo dos grupos filiados na 2.ª Internacional. Os social-democratas italianos, o PSDI, que representava os herdeiros da tradição social-democrata, afirmavam que a URSS era uma ditadura totalitária numa sociedade de capitalismo de estado [12]. Em geral o PSDI segue uma via semelhante à da secção Alemã ou dos mencheviques russos. Como os outros social-democratas o PSDI nunca enveredou por uma análise teórica profunda da sociedade soviética. Estes social-democratas, assim como os alemães e a secção russa, pensavam que a nacionalização e a planifi-

cação, mais a democracia política, faziam o socialismo, e menos esta o capitalismo de estado.

Os comunistas conselhistas

Vamos tratar agora da segunda grande categoria de teóricos de esquerda que consideram a economia soviética como um capitalismo de estado — os comunistas conselhistas. Estes nunca se consideraram leninistas, nem estiveram ligados com qualquer fracção do Partido Bolchevique Russo [13]. Na medida em que elaboravam as suas posições a partir de Marx, sem no entanto seguirem os principais intérpretes de Marx tais como Kautsky, Lenine, Trotski, etc., podem ser considerados marxistas tradicionais. Esta aproximação não seria totalmente inadequada, mas existem várias diferenças entre os comunistas conselhistas e os outros marxistas tradicionais.

A primeira é a sua primitiva ligação com o movimento anarquista e o posterior acordo com os anarquistas em vários pontos tácticos. A segunda seria a sua filiação temporária na 3.ª Internacional e nos Partidos Comunistas dos seus países respectivos. Finalmente o seu entusiasmo particular pelos sovietes ou conselhos operários, enquanto meios para realizar a Revolução social (em comparação com outros instrumentos como o Estado, os sindicatos e os partidos políticos), distingue-os dos marxistas tradicionais que não partilhavam tal entusiasmo.

A origem dos comunistas conselhistas remonta ao grupo ligado a Herman Gorter e Anton Pannekoek anterior a 1914. Estes marxistas holandeses pertenciam originariamente ao Partido Operário Social-Democrata (SDAP) que muito cedo estabelecera ligações com o movimento anarquista; com efeito o fundador da social-democracia holandesa, Romela Nieuwenhuis, tornou-se mais tarde um anarquista emproado. Quando o SDAP enveredou por uma direcção reformista, um grupo de adeptos, incluindo Gorter e Pannekoek, formaram uma organização separada, o Partido Social-Democrata, que, logo que a guerra rebentou, denunciou os socialistas favoráveis à guerra como traidores aos princípios socialistas. Aclamaram a Revolução Bolchevique como um

movimento da classe operária contra a guerra. Sentiam-se igualmente atraídos pelos sovietes, uma organização espontânea dos operários, imunizada contra a degenerescência inerente aos partidos e aos sindicatos. Estes marxistas holandeses, mais os grupos semelhantes da Alemanha e da Grã-Bretanha, aderiram aos novos partidos comunistas. Mas o descontentamento em relação à táctica aconselhada pelo Comintern e a desaprovação das medidas repressivas dos bolcheviques, tais como a repressão da revolta de Kronstadt, levaram-nos a abandonar o Comintern. Na Alemanha a maioria do Partido Comunista cindiu-se para criar o Partido Operário Comunista (KAPD). Em primeiro lugar Lenine tentou recuperar os dissidentes para as suas posições, mas não o tendo conseguido, escreveu contra estes o seu *Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*. Herman Gorter respondeu-lhe com uma *Carta aberta ao camarada Lenine*. Pannekoek criticou mais tarde a filosofia leninista em *Lenine, filósofo*. O movimento do Comunismo de Conselhos era composto por vários pequenos grupos na Alemanha, Holanda, Grã-Bretanha, França, Bélgica e nos Estados Unidos; Karl Korsch, um proeminente comunista alemão, ligou-se a este movimento.

A teoria do Comunismo de Conselhos chocou-se em vários sectores com a de outros marxistas. Opunha-se aos sindicatos, como apêndices do estado burguês que lançavam os operários uns contra os outros. Condenavam a actividade parlamentar como uma farsa que encorajava ilusões reformistas. Encarava a revolução como envolvendo a formação de conselhos operários que obteriam o apoio da classe operária, acabariam com o domínio capitalista e continuariam a administrar a indústria sob a orientação de uma autoridade de planificação central. Partindo do reconhecimento por Lenine que na Rússia o capitalismo de estado se estava desenvolvendo, os comunistas conselhistas concluiam que o capitalismo de estado bolchevique constituía simplesmente um outro tipo de capitalismo. As relações do trabalho assalariado com o capital permaneciam as mesmas. «O objectivo leninista de construir o capitalismo de estado sob o controle dos operários esqueceu inteiramente os operários; só ficou o capitalismo de estado» [14].

Herman Gorter analisou a tomada do poder pelos bolcheviques como uma tentativa abortada da revolução socialista, falhada devido à resistência camponesa. A necessidade de obter o apoio dos camponeses levou os bolcheviques a comprometer desde o início a sua posição — como, por exemplo, a repartição da terra pelos camponeses em pequenos lotes ocupados a título de propriedade privada. Contudo Gorter encarou medidas tais como a nacionalização da indústria, distribuição livre de bens de consumo sem contrapartida de dinheiro, e o estabelecimento de conselhos operários, como «proletárias e colectivistas»; mas quando o descontentamentos dos camponeses obrigou os bolcheviques a abandonar estas medidas e a introduzir a Nova Política Económica, «o comunismo desapareceu como um fantasma», e «o capitalismo reapareceu» [15]. Gorter condenou a «ditadura do partido» e o «despotismo burocrático» bolchevistas e referiu-se ao desenvolvimento de um sistema de «capitalismo de estado». Discordou da palavra de ordem de Lenine de colaboração com os social-democratas ocidentais numa frente táctica. Desculpou o fracasso dos bolcheviques porque «havia que recuar até que a revolução europeia se materializasse». O verdadeiro erro deles foi o de insuflar um programa e uma táctica contra-revolucionários no proletariado mundial.

O maior grupo dos comunistas conselhistas era, de longe, o Partido Comunista Operário da Alemanha. O seu *Manifesto da IV Internacional Comunista* [16] declarava que, de facto, a revolução russa decompunha-se em duas revoluções. Nas grandes cidades era uma mudança do capitalismo para o socialismo; nos campos, uma mudança do feudalismo para o capitalismo. Esta contradição de classe foi finalmente resolvida a favor do capitalismo. Os bolcheviques foram forçados a reconhecer a propriedade privada individual, em seguida a necessidade da imposição fiscal e finalmente a produção capitalista em vista do lucro, nas cidades. O estado e a máquina económica foram invadidos pela burocracia. O pessoal que formava a burocracia consistia em comerciantes, ex-funcionários do antigo regime, etc., pelo facto de estes terem os requisitos educacionais e a experiência administrativa. Assim surgiu um antagonismo entre o governo soviético e o proletariado.

A fome e a necessidade desesperada de produtos estrangeiros resultaram em que os bolcheviques tiveram de estabelecer certos compromissos com o capitalismo internacional. Eles foram forçados a levar a cabo uma revolução burguesa. O capitalismo provoca uma divisão da sociedade em classes, o antagonismo entre as classes e uma luta de classes entre o capital e a classe operária. A introdução do capitalismo na Rússia, tal como o governo soviético o inaugura, vai assim levar à mesma divisão em classes e à mesma luta de classes.

Anton Pannekoek considerava que a nova classe dirigente que apareceu na URSS era uma nova burguesia, pelo facto de os seus membros não deterem os meios de produção individualmente como a burguesia, mas sim colectivamente. Seria mais adequado designar a nova classe dirigente por burocracia, e o sistema por «capitalismo de estado em lugar de capitalismo privado» [17].

Karl Korsch pensava que a transição mundial do capitalismo privado para o monopolismo planificado ou capitalismo de estado, era inevitável e irreversível [18].

Os comunistas conselhistas que restam argumentam que a destalinização representa a transferência do poder dos burocratas do partido para os directores supremos do aparelho político, económico e militar [19].

Os leninistas dissidentes

E chegamos finalmente ao terceiro grande grupo dentre aqueles que se reclamam de uma teoria do capitalismo de estado na URSS — os leninistas dissidentes.

Em 1918, uma fracção efémera que se designava a si mesma por «comunistas proletários», incluindo, entre outros, Bukarine, Radek, Osinski, publicou um texto de oposição, *Kommunist*, onde declarava que a República Soviética ameaçava enveredar pelo capitalismo de estado. Este desafio provocou uma resposta explosiva de Lenine, na qual afirma que o capitalismo de estado constitui um progresso em relação ao estado de coisas existente [20]. Esta fracção desfez-se rapidamente, mas as suas previsões permaneceram na cabeça de muitos bolcheviques. Quando, em 1921, os bolcheviques foram obrigados de novo pelas circunstâncias a bater em retirada

e a introduzir a Nova Política Económica, as ideias dos bolcheviques de esquerda reapareceram. Dos numerosos e variados pequenos grupos de oposição na época, muitos defendiam que a Rússia soviética se tinha encaminhado na direcção do capitalismo de estado. Estes grupos, um dos quais estava ligado ao KAPD, foram suprimidos e alguns dos seus membros, incluindo Anton Ciliga, enviados para a Sibéria. Outros exilaram-se. Em certos pontos estes bolcheviques de esquerda aproximaram-se das posições anarquistas e sindicalistas [22]. Boris Suvarine [23] e Victor Serge [24] podem ser incluídos dentro desta tendência.

Após a morte de Lenine, a luta pelo poder entre os sucessores implicou a crítica do caminho seguido pelo partido na direcção do país. Zinoviev lançou o conceito de capitalismo de estado na controvérsia. Distinguia ele o «capitalismo de estado num estado proletário» do capitalismo de estado num país burguês onde o controle do estado permanecia nas mãos da burguesia. Esta distinção também havia sido estabelecida por Lenine [25]. Zinoviev insistiu que, na ausência do alargamento da revolução mundial, a Rússia enveredaria cada vez mais numa direcção capitalista. A sua argumentação centrava-se nas relações entre os operários e a direcção técnica. A indústria de estado na União Soviética não era socialista mas capitalista de estado. O socialismo significa mais do que a simples nacionalização da indústria; significa uma alteração fundamental das relações entre os homens. A indústria estatal é tão exploradora como a indústria privada. O socialismo inclui uma alteração nas relações entre os operários e a direcção industrial; os operários devem possuir o controle da direcção técnica. Zinoviev propôs novas vias a serem seguidas em defesa dos operários russos contra a exploração do estado russo. Kamenev também se referiu ao capitalismo de estado na Rússia [26].

No XIV Congresso do Partido a questão da definição leninista do capitalismo de estado foi retomada. A maioria pôs-se do lado da interpretação segundo a qual Lenine teria considerado a indústria nacionalizada da URSS como sendo já de «tipo socialista», mas podendo ser considerada «capitalista de estado» enquanto o estado encorajasse a existência de milhões de produ-

tores camponeses interessados na produção mercantil, enquanto concedesse vantagens aos capitalistas tanto estrangeiros como nacionais, e, portanto, encorajasse o capitalismo. O que evidentemente se opunha à posição de Zinoviev, que afirmava que a indústria nacionalizada seria capitalismo de estado enquanto os operários não pudessem escolher os seus dirigentes.

Uma outra argumentação quanto ao carácter capitalista de estado da União Soviética era utilizada pelos discípulos do comunista italiano Amadeo Bordiga. Estes combatiam a ideia de que no estado actual de desenvolvimento o socialismo pudesse ser estabelecido através do progresso do capitalismo de estado. O partido bolchevique tomou o poder através de uma revolução proletária, mas Lenine reconheceu que, enquanto não se verificassem revoluções noutros países, não havia outra solução senão contar com o capitalismo privado e com o capitalismo de estado para desenvolver a sociedade russa. O desenvolvimento capitalista forçou o aparecimento de uma nova classe de capitalistas capazes de liquidar o estado operário estabelecido por Lenine. Os salários dos administradores continham uma forma velada de mais-valia: uma outra forma eram os interesses nas obrigações do estado. A economia de estado russa estava sujeita às mesmas leis de movimento que qualquer outra sociedade capitalista [27].

Os bordiguistas, ao contrário dos bolcheviques de esquerda e dos trotsquistas, não tentaram afirmar que o «estado operário» estabelecido por Lenine constituía uma categoria económica distinta da do capitalismo de estado. O «estado operário» era para eles uma expressão que se referia a uma tentativa para atingir o socialismo num país atrasado, uma tentativa feita na esperança que uma revolução se desse nos países mais avançados de modo a tornar aquela possível. A Rússia sofreu uma transição do capitalismo semi-feudal para o capitalismo de estado, enquanto a estrutura política permaneceu nas mãos de um partido primitivamente orientado para o socialismo mas forçado pelas circunstâncias a substituir este objectivo pelo do capitalismo de estado.

Um outro comunista dissidente que defendeu um ponto de vista idêntico foi o jugoslavo Anton Ciliga. Ele diz-nos que viu três sistemas sociais em conflito — capi-

talismo de estado, capitalismo privado e socialismo. Estes três sistemas representavam três classes: a burocracia, a burguesia (incluindo os Kulaks) e o proletariado. Tanto Estaline como Trotski «... queriam fazer passar o Estado pelo proletariado, a ditadura burocrática sobre o proletariado pela ditadura do proletariado, a vitória do capitalismo de estado sobre o capitalismo privado e sobre o socialismo por uma vitória deste último... Já tivemos provas suficientes de que o actual sistema da Rússia preservou todas as características essenciais do capitalismo: produção de mercadorias, salários, mercados para a troca, dinheiro, lucros, redistribuição parcial dos lucros entre os burocratas, sob a forma de altos salários, privilégios, etc.» [28]. A própria Liga Comunista Jugoslava designou a URSS de capitalismo de estado em certos momentos da sua querela com Moscovo [29]. No entanto, na medida em que as análises titistas da estrutura social soviética variaram muito segundo as necessidades da política exterior soviética, é impossível tomar esta designação como uma apresentação intelectualmente séria. É interessante reparar que durante o conflito sino-soviético, a Jugoslávia foi ela própria designada de capitalista de estado e, a certa altura, por vezes os chineses não estiveram longe de se referirem do mesmo modo à URSS.

Os continuadores de Trotski deram origem a um certo número de grupos esparsos, alguns dos quais adoptaram a tese do capitalismo de estado para a URSS. Embora Trotski tivesse considerado a existência do capitalismo de estado, isto é, a complexa propriedade dos meios de produção ao serviço do capital, como teoricamente possível, rejeitou a sua aplicação à União Soviética [30]. Ele cria que a propriedade de estado nacionalizada preservada na Rússia de Estaline, representava um progresso em relação à propriedade individual e corporativa de outros países. A URSS era um estado operário degenerado que deveria ser «defendido» contra a agressão exterior. Dificuldades na utilização desta designação provocaram contudo a reconsideração da «questão Russa» e a gradual separação de diferentes grupos trotsquistas ortodoxos. Em 1939, uma fracção da organização trotsquista, Partido Socialista dos Trabalhadores dos EUA, liderada por Max Schachtman, organizou o

Partido dos Trabalhadores. A maioria deste partido afirmava que a URSS era uma sociedade colectivista burocrática, enquanto que uma fracção minoritária, chefiada por F. Forest (pseudónimo de Raya Dunayevskaya) e J. Johnson (pseudónimo de C. L. R. James) considerava-a uma sociedade capitalista de estado. Em 1947 este grupo integrou-se no SWP (Partido Socialista dos Trabalhadores: *Socialist Workers Party*) mas deixou-o novamente em 1951. Publica actualmente um periódico intitulado *News and Letters*, dirigido por Raya Dunayevskaya, que foi o primeiro a fornecer uma análise com uma certa profundidade do significado e função do capitalismo de estado na URSS [31].

Na Grã-Bretanha verificou-se um processo semelhante. Um trotsquista inglês, chamado Worral, apresentou uma análise da economia capitalista de estado soviética na *Left* em 1939, e um outro, Tony Cliff, publicou em 1955 o livro *Stalinist Russia* (reeditado em 1964 com o título *Russia, a marxist analysis*) apresentando minuciosamente uma análise da URSS em termos de capitalismo de estado. Tanto Cliff como Dunayevskaya viam a URSS sujeita às mesmas leis de movimento que as sociedades ocidentais. No desenvolvimento delas, a lei do valor, a acumulação do capital em espiral, a falta de correlação entre a produção de meios de produção e a produção de meios de consumo, a queda da taxa de lucro, o desemprego e todas as outras contradições do capitalismo estão inexoravelmente ligadas. Como muitos outros marxistas ortodoxos, viam na ausência de democracia política uma diferença essencial entre o socialismo e o sistema soviético. Contrariamente todavia aos partidos companheiros, aos comunistas conselhistas e aos bordiguistas, os trotsquistas defendiam a ideia que Lenine teria criado um sistema distinto do capitalismo e do socialismo, um estado operário, que pensavam ser uma forma de transição para o socialismo mas que, infelizmente, nunca o atingiria. Esta posição provocou uma dissenção nas fileiras europeias dos leninistas dissidentes. A revista *Socialisme ou Barbarie* [32] apareceu a combater a ideia de que a União Soviética fosse um estado operário. Embora considerasse a revolução bolchevique uma revolução proletária, atribuia a Lenine e à introdução por este da gestão por um só homem, em

1918, a responsabilidade no lançar das sementes da degenerescência. É o poder de escolha dos dirigentes pelos operários da base que é considerado especialmente significativo. Sem isso os operários caem sob o poder da classe directorial.

Além das três principais correntes que defendeu uma teoria da União Soviética como capitalismo de estado, existe um largo leque de indivíduos que usam este conceito. Situam-se em todos os quadrantes do espectro político. Só um deles, Henry Pachter, forneceu uma contribuição original à teoria. Para este, a diferença entre uma economia socialista e outro tipo de economia está «no divórcio entre a produção e o capital ou a classe proprietária» [33]. Numa economia socialista os produtos fabricados entram para o fundo de consumo da sociedade e são distribuídos e utilizados segundo as necessidades existentes, sem qualquer consideração por objectivos como o lucro máximo, enquanto que num sistema de capitalismo de estado tal como se encontra na URSS, as relações de propriedade ainda dirigem todos os cálculos económicos. O sistema de equações representando as relações entre compradores e vendedores ainda precisa de ser tido em conta. Como diz Pachter:

«Num sistema de escassez, as mercadorias e os serviços têm preços que correspondem aos custos de produção ...Por mais que o seu sistema de equações seja capaz de resolução simultânea, os serviços devem ser pagos; o capital deve ser amortizado e o juro pago; mesmo se a produção for nacionalizada, as relações de propriedade dirigem todos os cálculos económicos.»

Conclusão

De entre todas as interpretações da União Soviética como capitalismo de estado, há duas abordagens fundamentais: uma afirma que o capitalismo existe sempre que os operários não controlem a máquina económica que os governa. Mesmo um sistema de propriedade estatal sem democracia política é capitalismo de estado. A outra afirma que o capitalismo, o sistema social incorporando o capital, significa uma sociedade de salários, moeda, lucros e propriedade privada defendida por um

poder estatal. A diferença entre as duas abordagens refere-se ao significado básico a dar ao capitalismo e socialismo nos tempos modernos.

Como a nossa apresentação pretendia ser simplesmente uma história da teoria do capitalismo de estado soviético, os méritos das várias versões não foram discutidos. Chegados aqui, vem a propósito considerar a contribuição de Milovan Djilas, que teve a ocasião de analisar a teoria do capitalismo de estado da URSS. Começou por aceitar a teoria, mas posteriormente achou que a designação era confusa porquanto a nova classe dirigente ocupava uma posição diferente da antiga.

Admite que sob o regime soviético «as relações sociais assemelham-se às do capitalismo de estado», e que os governantes agem como se se encontrassem num sistema de capitalismo de estado, mas insiste que a classe dirigente constitui uma nova classe «historicamente desconhecida até então». A despeito de considerar que a propriedade não é mais do que o direito ao lucro e ao controle, conclui: «Se se definirem as vantagens de classe através desse direito, os Estados Comunistas têm revelado, em última análise, a origem de uma nova forma de propriedade ou uma nova classe dirigente ou exploradora» [34].

A sua conclusão, pode argumentar-se, não necessita comentários. Se a propriedade é a mesma coisa que o controle, e se os burocratas controlam a propriedade estatal, então eles são *de facto* proprietários. Talvez que por «lucro» Djilas entenda «dividendos» no sentido formal de participação no lucro. Contudo, se o lucro for considerado no sentido marxiano de mais-valia, e se os burocratas extraírem e consumirem a mais-valia do sistema de mercado, são capitalistas no sentido marxiano tradicional.

A hesitação de Djilas revela-nos uma das dificuldades das teorias do capitalismo de estado. Se as relações sociais da União Soviética são as mesmas existentes nas sociedades capitalistas clássicas (relações de trabalho assalariado a capital), nas quais os operários são obrigados por necessidade económica a vender aos proprietários dos meios de produção a sua força de trabalho em troca de salários, a classe dirigente tem no entanto uma posição legal diferente. Nos países comunistas o

rendimento de todos os burocratas corresponde a um salário. Para obter o rendimento, eles, como qualquer operário, vendem a sua força de trabalho. Assim, à primeira vista, os burocratas surgem como simples trabalhadores, não diferindo em relação a este aspecto de todos os outros assalariados. Mas então? Temos um sistema capitalista, relações sociais capitalistas, mas não uma classe capitalista *legalmente* distinta de outra classe?

Os defensores da teoria do capitalismo de estado responderão que, legalmente, os burocratas não são detentores do estado a título individual. No entanto o conteúdo substantivo, e não a forma, é que é decisivo, e nem sempre os formalismos legais o reflectem. Na Idade Média a nobreza não possuía os meios de produção (a terra). Não possuía títulos de propriedade, mas apenas o usufruto — isto é, não podia alienar a terra (legado, venda, etc.), mas apenas usá-la. O direito dos nobres de controlar a terra dependia do cumprimento das obrigações em relação aos seus superiores feudais. O alto clero pertencia à classe dominante, e muitos dos clérigos tinham mais riqueza e mais poder que os nobres. E contudo, os papas, bispos, abades, etc., não eram proprietários de direito próprio. Mas controlavam antes organizações corporativas — dioceses, abadias, etc., que, estas sim, possuiam títulos de propriedade. De modo semelhante se argumenta que os burocratas na URSS formam uma classe dominante. Pelo controle político do estado, que possui direito de propriedade, eles controlam, com efeito, a propriedade; «a burocracia de estado possui o estado como uma propriedade privada» [35]. O conceito de uma classe dominante que não tem um direito legal sobre a propriedade que controla, não é tão impensável como parece à primeira vista.

NOTAS:

[1] Os Partidos Companheiros eram o Partido Socialista do Canadá, o Partido Socialista da Austrália, o Partido Socialista da Nova Zelândia, o Partido Socialista Mundial da Irlanda, e o Partido Socialista Mundial dos Estados Unidos.

[2] O SPGB distingue a propriedade social ou comum onde todos têm um igual acesso aos meios de produção, da nacionalização ou propriedade governamental, que acusam de não passar de outra forma de propriedade privada. O SPGB, do mesmo modo que outros marxistas tradicionais, refere-se à apropriação governamental pelo estado utilizada no interesse dos capitalistas enquanto classe, pelo termo de «capitalismo de estado», dado que as relações entre o trabalho assalariado e o capital permanecem sem alteração.

[3] *The Socialist Standard*, Agosto de 1918.

[4] Vladimir Lenine, «The principal task of our day», «Left wing», «Childishness and Petty-bourgeois mentality», *Select Works* (ed. J. Fineberg), vol. VIII, pp. 360-376.

[5] *The Socialist Standard*, Julho de 1920.

[6] Karl Kautsky, *Terrorism and Communism* (tradução inglesa), Londres, 1920, pp. 200.

[7] Karl Kautsky, *Social democracy versus Communism* (tradução inglesa), Nova Iorque, 1946, p. 61.

[8] Otto Bauer, *Bolchevismus oder Sozialdemokratie*, Viena, 1920, pp. 1-5.

[9] R. Hilderding, «State capitalism or totalitarian State economy», *Modern Review*, Junho de 1947, pp. 267-268. De maneira bastante interessante Hilferding reconhece que restrições à liberdade incontrolável das forças do mercado acompanhavam o desenvolvimento capitalista. No *Capital Financeiro* (Viena 1910) descreve o estádio do capitalismo monopolista onde os interesses financeiros são capazes de controlar a indústria, sem grande consideração pelas leis mercantis do capitalismo do *laissez-faire*. E acrescenta: «O conjunto da produção capitalista deveria ser conscientemente regulado por uma autoridade... Deveria ser ainda uma sociedade de formas antagónicas. Mas este antagonismo deveria situar-se na distribuição. A distribuição deveria ser conscientemente regulada». Hilferding citado por Karl Korsch, «From liberalism to fascism», *Living Marxism*, Primavera de 1941, p. 10. A posição oficial do Partido Operário trotsquista dissidente, de Schachtman, era que a URSS constituia um novo tipo de sociedade, «colectivismo burocrático», enquanto a Alemanha nazi era uma sociedade capitalista. Dwight MacDonald incluia a Alemanha nazi na categoria de colectivismo burocrático. James Burnham, em certa altura, defendia um ponto de vista análogo descrevendo uma sociedade directorial que se desenvolvia não só na Rússia e na Alemanha, como nos Estados Unidos e pelo resto do mundo.

[10] J. Martov, «The state and the Revolution», traduzido por Galetin, *International Review*, Fevereiro-Março, Junho de 1937.

[17] A. Yoguff, *Economic trends in Soviet Russia*, Londres, 1929, pp. 336.

[12] Cf. *Critica Sociale*, passim. Esta revista considera-se a si mesma marxista.

[13] Eles simpatizavam contudo com a fracção Oposição Operária, e mantiveram alguns contactos com esta. Ver Bernharl Reichenbach, «Moscow 1921», *Survey*, n.º 53, e Ruth Fischer, *Stalin and German Communism*, Cambridge, Mass., 1948, p. 182.

[14] Citado in William Isaacs «Contemporany Marxian Political Movements in the United States», Dissertação de Doutoramento inédita. Universidade de Nova Iorque, Abril de 1939, p. 603.

[15] Herman Gorter, «The world revolution», *Worker's Dreadnought*, 9, 16, 23 de Fevereiro, 11, 15, 29 de Março 10 de Maio de 1924.

[16] Publicado em inglês no *Worker's Dreadnought* 8, 15 de Outubro, 12 de Novembro, 10 de Dezempro de 1921.

[17] A. Pannekoek, «Why past revolutionary movements failed?», *Living Marxism*, Fall, 1940, p. 20.

[18] K. Korsch, «Fascist counter-revolution», *ibid*, p. 34.

[19] Ver, «Van Beria tot Ziokoy-Social economischeachtergrond van de destalinsakie», *De Spartacusbond*, 1961, p. 16.

[20] Vladimir I. Lenine, «Left-wing childishness and petty borgeois mentality», loc. cit

[21] Mal renunciemos à nossa política proletária activa, as realizações da... revolução petrificar-se-ão num sistema capitalista de estado... A defesa da pátria socialista tornar-se-á, de facto, a defesa da pátria pequeno-burguesa, sujeita à influência do capital internacional... Em vez da transição de uma nacionalização parcial para uma socialização geral da indústria, ela dar-se-á para enormes *trusts* dirigidos por capitães da indústria que, vistos do exterior, aparecem como empresas estatais.» «Theses of the left communists», citado por R. Fischer, *Stalin and the german communism*, op. cit., p. 41.

[22] Estes grupos sindicalistas entraram em vários partidos comunistas, especialmente no francês. Contudo em breve se desiludiriam e afastar-se-iam. A revista *Révolution Prolétarienne* representa esta posição. Alguns deles defendiam uma teoria da Rússia enquanto capitalismo de estado. Ver, por exemplo, Robert Louzon, «L'Asie et le Capitalisme d'Etat», *Révolution Prolétarienne*, Julho de 1952, pp. 15-23.

[23] Boris Suvarine, *Stalin*, Nova Iorque, 1939. Suvarine pensava que o sistema soviético continuava evoluindo. Menciona que a designação de capitalismo de estado tem sido atribuída à Rússia (pp. 672). Pessoalmente utiliza o termo de «feudalismo burocrático» (pp. 674).

[24] Victor Serge, *Memoirs of a Revolutionary*, Londres, 1963. Aparentemente Serge nunca se serviu da expressão capitalismo de estado. Cf. Peter Sedwick, «Victor Serge and Socialism», *International Socialism*, Outono de 1963, pp. 22.

[25] G. Zinoviev, *Le Léninisme*, Paris, 1926, pp. 201. Lenin, Tactics of the RCP (B)», in *Selected Works*, op. cit., pp. 237.

[26] Os argumentos de Zinoviev estão resumidos in R. Fischer, *Stalin and the german Communism*, p. 487. Ele acrescenta: «Estas notas nunca foram consequentemente desenvolvidas numa análise coerente das novas tendências da Rússia.» Cf. Victor Serge, *Memoirs of a revolutionary*, pp. 211.

[27] «Aspects of Russian Question», *International Bulletin*, Março-Abril de 1949, p. 7.

[28] Ante Ciliga, *The Russian Enigma*, Londres, 1940, pp. 104, 194-195.

[29] Iva Lapenna, *State and law in Soviet and Yugoslav theory*, New Haven, 1965, pp. 5-7, 24.

[30] Leon Trotski, *The revolution betrayed*, Nova Iorque, 1937, p. 245.

[31] F. Forest, «The nature of the russian economy», *The New International*, Nova Iorque, Dezembro de 1942, pp. 327-40; Janeiro de 1943, pp. 17-21; Fevereiro de 1943, pp. 52-8; Dezembro de 1946, pp. 313-17; Janeiro de 1947, pp. 27-30. Cf. R. Dunayevskaya, «A new

revision of marxian economics», *American Economic Review*, Setembro de 1944 e Dezembro de 1945. Muitas destas ideias, e ainda outros aspectos do marxismo, são tratados no livro *Marxism and Freedom*, Nova Iorque, 1958.

[32] *Socialisme ou Barbarie*, Paris, Março-Abril de 1949, pp. 746. Este grupo prefere usar o termo de «capitalismo burocrático» ao de capitalismo de estado.

[33] Henry M. Pachter, «Capitalism, the welfare state and socialism», *Dissent*, Primavera de 1964, p. 52.

[34] Milovan Djilas, *The new class*, Nova Iorque, 1957, pp. 34-5, 69.

[35] Karl Marx, *Critique of Hegel's Philosophy of law*, citado por *Tony Cliff, Russia, a marxist analysis*, op. cit., p. 122.

IX

HENRI E. MOREL

AS DISCUSSÕES SOBRE A NATUREZA DOS PAÍSES DE LESTE (ATÉ À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL): NOTA BIBLIOGRÁFICA *

A história das discussões sobre a natureza económica e social dos países de Leste que se desenrolaram quase exclusivamente entre os elementos da extrema-esquerda antiestalinista europeia e americana (já que as contribuições «universitárias» ocidentais só começaram a tomar importância quantitativa a partir de 1948, e que, pelo menos entre 1928 e 1956, as contribuições «orientais» são nulas, em ambos os casos por motivos óbvios) é incrivelmente pouco conhecida se se tiver em conta a importância do problema. O «público» só conhece dois ou três nomes. Burnham e Djilas, que souberam converter-se em best-sellers do ano, hipocritamente elogiados pela imprensa burguesa e utilizados como espantalhos pelos estalinistas e trotsquistas, que lhes concederam generosamente o monopólio da heterodoxia (sempre tem algumas vantagens poder escolher os seus interlocutores!). E para os chamados «especialistas», com pouquíssimas excepções, digamos que quatro ou cinco nomes mais. Trata-se no entanto de uma história grande e complexa, impossível de resumir mesmo esquematicamente numa simples nota. Limitar-nos-emos, aqui, a fornecer alguns elementos bibliográficos (muito menos pretendemos ser exaustivos), precedidos de algumas advertências preliminares.

Primeira advertência: o leitor que vá directamente aos textos não deverá esquecer nunca que antes de discutir, regra geral com muito pouco proveito, o aparecimento desta ou daquela noção («capitalismo de Estado», por exemplo), neste ou naquele autor ou corrente, é preciso ter bem presente que empregar uma

* Texto inédito, Paris, 1976.

palavra não significa forçosamente possuir um conceito claro, e muito menos uma visão de conjunto minimamente coerente do fenómeno em causa. Um adjectivo não é uma teoria. (Poderia acrescentar-se que, no nosso caso, uma teoria sobre a natureza dos países de Leste que não formule o problema da natureza da sociedade contemporânea no seu conjunto, não é tão pouco uma teoria). Daí que muitos pseudo problemas de filiação intelectual ou questiúnculas «genealógicas» sejam completamente desprovidos de interesse.

Segunda advertência: pode aprender-se mais sobre a natureza do regime «soviético» numa obra histórica que se ocupa pouco ou nada da sua definição (por exemplo em Fainsod ou em Schapiro) do que em textos infindos consagrados explicitamente a esse problema. Acrescente-se a isto o que Boris Souvarine assinalava já no seu *Staline* (Paris, Plon, 1935, p. 517): que «embora estejam condenados ao silêncio no país do comunismo oficial, muitos comunistas, pela sua própria experiência e sem teorias, chegaram às mesmas conclusões» [ou seja, que o regime estalinista engendrara «uma classe dominante de homens políticos, de administradores, de intelectuais e de técnicos, e que sob o seu domínio subsistem, com novas formas, a exploração e a opressão num Estado de tipo original»]. Isto foi escrito por volta de 1935. Desde então nem todos os antiestalinistas — ou melhor, nem todos os autores antiestalinistas — chegaram às mesmas conclusões de Souvarine; mesmo entre os que as aceitavam globalmente houve sempre inúmeras divergências sobre como caracterizar historicamente o novo regime, definir o sistema económico, a composição da classe dominante ou a situação dos trabalhadores. Malentendidos, ou simples problemas de terminologia nalguns casos, mas às vezes também semelhanças de vocabulário que ocultavam — ou diferenças que acusavam — análises e sobretudo posições políticas radicalmente opostas. Se fosse preciso classificar sumariamente as diferentes tendências — com todas as salvaguardas a que aludiremos já — poderia introduzir-se uma primeira distinção entre, por um lado, trotsquistas e trotsquizantes («deutcherianos» na sua versão mais difundida), ou seja aqueles que insistiram no isolamento e na escassez como causas da degenerescência da revolução, nas

«bases» económicas socialistas do regime, e no carácter «acidental» historicamente «artificial» e instável da camada burocrática; e, por outro lado, os que recusaram esta interpretação e definiram a «União Soviética» como um regime de exploração, e a burocracia como uma nova classe dominante. (Não falaremos aqui, claro está, dos que sempre consideraram que a União Soviética era o «socialismo», ou seja, conforme os gostos, o paraíso ou o inferno). Entre os que recusavam a interpretação trotsquista, sempre houve uma oposição entre os que insistiam na originalidade do novo sistema e naquilo que distinguia a burocracia da burguesia (que se chamaria, a partir de certa altura, a interpretação «colectivista burocrática»), e os que afirmavam ao contrário que as categorias com as quais se analisava o capitalismo «clássico» podiam ser aplicadas, com algumas modificações menores, à análise do sistema soviético (interpretação que designaremos de agora em diante «capitalista de Estado»); (v. sobre este ponto «Discussion sur *Les rapports de prodution en Russie*», 1949, in *La société bureaucratique*, 2, Paris, UGE, «10/18», 1973, de Castoriaris). Quando afirmamos neste texto que um autor é partidário de determinada interpretação, referimo-nos a esse sentido genérico, e não à utilização explícita nas suas obras dessas expressões ou «etiquetas». Novas distinções: entre os partidários da interpretação «colectivista burocrática» poderiam também distinguir-se os «apologistas» do novo sistema, considerado como uma etapa de certo modo progressiva e de qualquer forma inevitável da evolução da economia mundial, dos que viam nela uma monstruosa «regressão» histórica, transitória ou não (um mesmo autor — Burnham ou Rizzi, por exemplo — podendo passar de uma à outra posição). Entre os defensores da tese «capitalista de Estado», uns tenderiam mais a considerar o sistema como uma espécie de consequência «natural», apesar das aparências, de um desenvolvimento «orgânico» do capitalismo; enquanto outros estimavam que se tratava de certo modo de um «novo» sistema, decerto capitalista sob um ponto de vista económico, mas resultado de uma autêntica transformação social (sendo a de 1928 tão importante como a de 1917). Depois da segunda guerra mundial, o grupo que publicou em França a re-

vista *Socialisme ou Barbarie* (1949-1965), animada em torno de C. Castoriadis, introduziu a noção de «capitalismo burocrático», que representa de facto uma terceira posição de que falaremos adiante, diferente tanto da interpretação «colectivista burocrática» como da «capitalista de Estado».

Acrescentaremos imediatamente que se estas distinções são sobretudo cómodas, e apenas válidas enquanto abstracções de certos elementos característicos das diversas posições, é necessário precisar que não podem ser aplicadas de modo estrito a todos os autores: nalguns casos a confusão terminológica, e não apenas terminológica, é inextricável. Mas é preciso fazer uma ressalva muito mais importante. O leitor que vá directamente aos originais terá talvez a sensação que todos os dez ou quinze anos reaparecem insistentemente os mesmos argumentos e as mesmas posições. O que em parte é verdade, embora se explique porque todos os que participavam acaloradamente nessas discussões, habitualmente conheciam muito pouco ou nada das discussões anteriores; ignorância desculpável em épocas em que aos membros das minorias revolucionárias já era por vezes bem difícil conservar a vida, e pelas mesmas razões praticamente impossível conservar os arquivos. Mas, só parcialmente essa sensação de repetição se justifica. As «mesmas posições» não têm em contextos diferentes o mesmo significado; ou, por outras palavras, não se trata das mesmas discussões porque, com rigor, não se fala do mesmo assunto. *Não as podemos isolar da evolução do regime russo, nem das suas diferentes etapas em que surgem com maior ou menor clareza novos traços sociais.* Na nota bibliográfica que se segue adoptaremos assim uma ordem cronológica que assinala brevemente quais são em nosso entender as posições características de cada etapa abordada.

«Pré-história» do problema

Recordaremos em primeiro lugar que há uma «pré-história» do problema. Ou seja, discussões sobre a possibilidade de existência de traços despóticos numa sociedade «pós-burguesa»; ou sobre a possibilidade de uma

concentração total do capital sem abolição da exploração, ou discussões sobre os problemas ligados a esta última eventualidade: a das sociedades históricas onde não havia propriedade privada dos principais meios de produção e a classe dominante se identificava com o Estado, ou ainda a do aparecimento de tendências «oligárquicas» no seio do próprio movimento operário; sem esquecer a questão dos embriões de ideologia «tecnocrática» ou «direccionalista» que podem encontrar-se neste ou naquele autor do século XIX (papel dos «responsáveis das obras» da «pirâmide industrial» em *Le catéchisme des industriels* [1823-1824] de Saint-Simon; algumas das implicações da teoria do «poder espiritual» na obra de Comte), etc. Uma boa introdução, parcial mas apaixonante, aos problemas dos «antecedentes» históricos, poderia ser a leitura de K. Wittfogel, *Oriental despotism*, Yale, U.P., 1975, (existe tradução francesa e espanhola) mas sem omitir o *Avant-Propos* de P. Vidal-Naquet, na primeira edição francesa (Paris, Minuit, 1964); ou talvez fosse preferível começar pelos estudos admiravelmente concisos de E. Balazs, «Aspects significatifs de la société chinoise» (1952), e «Perennité de la société bureaucratique en Chine» (1959), agrupados em *La bureaucratie celeste*, Paris, Gallimard, 1968 (versão espanhola em *Civilización china y burocracia*, Buenos Aires, SUR, 1966); v. também o capítulo 4 («How new is totalitarianism?») de L. Schapiro, *Totalitarianism*, Londres, MacMillan, 1972. Sobre o caso específico da sociedade russa pré-revolucionária (os traços originais do seu desenvolvimento económico e social, o carácter «despótico» do Estado czarista, etc., possuem desde o século XIX uma grande literatura incluindo Kliuchevski, Marx e Engels, Plekanov, Lenine, Trotski...) v. de entre as contribuições mais recentes sobre o tema, a discussão do texto de C. E. Black «The nature of the Imperial russian societies», in *Slavic Review*, vol. XX, 4, Dezembro de 1961 (Black, Seton-Watson, Riasanovski); e a polémica em torno de «Russia and the East», de K. Wittfogel (Wittfogel, Riasanovski, Spuler) in *Slavic Review*, XXII, 4, Dezembro de 1964; v. igualmente M. Malia «Backward history in a backward country», *New York Review of Books*, 7 de Outubro de 1971.

Algumas fórmulas de Proudhon (análises seria exagerado) no *Système des Contradictions*... (1846) e, sobretudo, em *De la justice*... (1858) tornaram-se célebres por terem em parte inspirado as críticas de Bakunine contra o «socialismo autoritário»; v. também o texto contra o «socialismo estatista» de Louis Blanc em *De la capacité politique*... (1864). Bakunine evoca a possibilidade de formação de uma «nova casta político-científica privilegiada» no *Estatismo e Anarquia* (1873). A edição mais acessível destes e outros textos de Proudhon e Bakunine é a edição de bolso (Paris, Maspero, 1973) da antologia de D. Guérin, *Ni Dieu, ni Maître*. Muito interessantes e reveladoras são as notas de Marx sobre as críticas de Bakunine. V. H. Mayer, «Marx on Bakunine: a neglected text», seguido de K. Marx, «Marginal notes on Bakunin's 'Statism and anarchy'», in *Cahiers de l'I. S.* E. A. S. 2, 91, Outubro de 1959. Sobre os limites da crítica da burocracia estatal no século XIX no manuscrito do jovem Marx, *Crítica da filosofia do Estado de Hegel* (1843), v. o comentário de C. Lefort em «Q'est-ce que la bureaucratie?» (1960), inserto em *Éléments pour une critique de la bureaucratie*, Genebra, Droz, 1971 (tradução espanhola parcial, *Que es la burocracia?*, Paris, Ruedo Ibérico, 1970). Não menos interessantes e não menos ambíguas, embora menos conhecidas do que as observações de Marx sobre as sociedades «orientais», ou as de Engels sobre o Estado como «capitalista colectivo ideal», são as passagens (redigidas por volta de 1865) sobre a distinção entre «capital-propriedade» e sobre o «carácter contraditório» do «trabalho de direcção» no livro III de *O Capital*. Há como que uma continuação das críticas bakuninistas nas concepções de W. Machajski, popularizadas por um outro polaco, M. Nomad (pseudónimo de M. Podolski). Para Machajski (a quem Trotski consagra algumas linhas depreciativas na *Minha Vida*, e algumas alusões nas suas polémicas ulteriores) o «socialismo» da social-democracia da sua época era a ideologia de uma «nova classe» de intelectuais, técnicos, etc., que utilizavam as lutas dos operários manuais para chegar ao poder; (a desconfiança contra os «intelectuais» em sentido genérico presente em Machajski, encontra-se também noutros meios como o dos sindicalistas revolucionários influenciados por Sorel, por exemplo). A sua

obra principal é *Umstvennii Rabochii* (O trabalhador intelectual), 3 vols. (os dois primeiros foram publicados «clandestinamente» na Sibéria em 1898-99 com o título *A evolução da social-democracia*, e o terceiro publicado em Genebra em 1904; nova edição sob o pseudónimo de A. Volski, em 1905-6). Um fragmento dessa obra foi traduzido em inglês com o título «On the expropriation of capitalists», in R. F. Calverton, editor, *The Making of Society*, Nova Iorque, Random House, 1937, pp. 427-436. V. breves apresentações e bibliografia em M. Nomad, «Machajski, Waclaw» (1866-1926) na E.R.A. Seligman, ed., *Encyclopaedia of Social Sciences*, Vol. IX, N. I., 1933; e «Un méconnu: W. Makhajski», *Le Contrat Social*, vol. II, n.º 5, Setembro de 1958, também de Nomad. Dos numerosos estudos recentes que lhe foram consagrados, o mais completo é talvez o de A. D'Agostino, «Intelligentsia socialism and the Worker's revolution: the views of J. W. Machajski», *International Review of Social History*, vol. XIV, 1969, parte 1; mas vale a pena consultar também os de P. Avrich (em *Soviet Studies*, Julho de 1965, vol. XVII, n.º 1 e M. S. Schatz (em *Int. Rev. of Social History*, vol. XV, 1970, parte 2, e em *Survey*, Jan. de 1967, n.º 62). Mais conhecida do que a obra de Machajski é a de R. Michels, *Zur Soziologie des Parteiwesens...*, Leipzig, 1911 (nova edição recente, *Les partis politiques*, Paris, Flammarion, 1971) sobre as «tendências oligárquicas» nas democracias modernas. Embora tire conclusões pessimistas, e mais tarde abertamente reaccionárias, a obra de Michels é uma das descrições mais agudas que foram feitas da burocratização das organizações operárias. Curiosamente há uma discussão interessante da hipótese de Michels e Pareto, sobre a possibilidade de os «organizadores» operários se converterem numa nova classe, em *O materialismo histórico* (1921) de Bukarine (edições recentes americana, University of Michigan Press, e francesa, Paris, Anthropos). Bukarine chega a admitir que durante o período de transição existe uma «*tendência* à degenerescência, ou seja à formação de uma camada dirigente como classe embrionária». E já em 1905 Bukarine, numa nota de *A economia mundial e o imperialismo* (reedição francesa, Paris, Anthropos) assinalava que «se se suprimisse o carácter mercantil da produção», mas «se se manti-

vesse o domínio de uma classe sobre outra», poderia aparecer «uma forma económica específica», que não seria capitalista nem socialista, e que teria uma certa semelhança com a economia esclavagista. Há aqui que mencionar também, devido à enorme influência que tiveram, as análises de Weber sobre o domínio burocrático em *Wirtschaft und Geselschaft* (trad. espanhola, *Economia e Sociedade*, México, FCE, 2.ª ed., 1964; só o tomo 1 foi publicado em francês, Paris, Plon, 1971). A definição weberiana da burocracia encontra-se no tomo 1, I Parte, cap. III, sec. 2, «O domínio legal como administração burocrática», e no t. 2, 2 Parte, cap. IX, sec. 3, «Essência, pressupostos e desenvolvimento do domínio burocrático» (v. o comentário de C. Lefort sobre Weber na secção «A burocracia como tipo de organização» do artigo «Q'est-ce que la bureaucratie?» supra citado). Mas Weber escrevia em 1917, em «Parlement als Regierung» (*Politische Schriften*, pp. 148-154, fragmento inserido no t. 2 da tradução espanhola, pp. 1072-76): «O futuro é da burocratização (...) Uma vez eliminado o capitalismo privado, a burocracia estatal dominará só». (v. a este respeito J. Delvaux [pseudónimo de C. Castoriadis] em *Socialisme ou Barbarie*, 27, Março-Abril de 1959, pp. 45-46).

Da revolução de 1917 a Cronstadt e à proibição das fracções em 1921

Depois de quase um ano de agitação e transformações revolucionárias permanentes, nos primeiros meses de 1918 começa a primeira fase de «refluxo» da revolução. O período de 1918-1920 verá a eliminação gradual dos elementos revolucionários dos comités de fábrica, e das diversas oposições de esquerda dentro e fora do partido bolchevique; essa evolução culmina em 1921 com a proibição das fracções no partido, o esmagamento da rebelião de Cronstadt e a consolidação da burocracia embrionária na produção e no aparelho estatal, formada no período anterior. A situação social real na Rússia naquele momento era praticamente desconhecida no exterior e nos meios revolucionários (incluindo a imensa maioria dos anarquistas); o apoio ao novo regime, pelo

menos até chegarem as primeiras informações sobre Cronstadt, era incondicional. Mas na própria Rússia, tanto dentro como fora do partido, houve tendências que souberam aperceber-se e criticar o sentido da evolução do regime: alguns anarco-sindicalistas e «socialistas revolucionários de esquerda»; e, no interior do partido, tendências como a dos «comunistas de esquerda» (1918), dos «centralistas democráticos» (1919), e a «Oposição Operária» (1920-21). Alguns exemplos deste tipo de críticas: em Abril de 1918, num texto profético («O stroitelstve sotsializma» [«sobre a construção do socialismo»], publicado na revista *Kommunist* [Moscovo], n.º 5, 1-2), a que Lenine responderia violentamente reivindicando o carácter «progressivo» do «capitalismo de Estado», o «comunista de esquerda» Osinski afirma: «... se o proletariado mesmo não está em condições de criar os requisitos necessários para uma organização socialista do trabalho, ninguém o fará em seu lugar, nem ninguém poderá obrigá-lo a fazê-lo. (...) Ou o socialismo e a organização socialista do trabalho são construídos pelo proletariado mesmo, ou nem um nem outro serão construídos, e então chegar-se-á a algo de diferente: ou seja o capitalismo de Estado» (texto reproduzido in *Dokumenta...*, 1968, cit. infra). Em Julho de 1918, a «socialista-revolucionária de esquerda» Spiridonova escreve numa «Carta aberta ao C. C. do Partido bolchevique»: « ...a vossa política transformou-se numa fraude total do povo trabalhador. Em vez da indústria socializada, instituistes o capitalismo de Estado (...) A estrutura da exploração permanece, só com uma diferença trivial na distribuição dos benefícios. A diferença é trivial porque a vossa burocracia frondista terá de se defender muito mais do que o fez o pequeno grupo da burguesia» (texto reproduzido em *In the workshop of the revolution*, N. I. Rinehart, 1953, de I. N. Steinberg, o ex-comissário do povo para a Justiça do primeiro governo soviético). Em Setembro de 1918, o anarco-sindicalista M. Sregven fala da evolução para o «capitalismo de Estado» e da «nova classe de administradores» («Puti revolintsii» [«Vias da revolução»], *Vol'nyi Golos Truda*, Moscovo, 16 de Setembro de 1918, reproduzido in Avrich, ed., 1973, citado infra). Pouco antes de morrer, em duas cartas a Lenine, de 4 de Março e de 21 de De-

zembro de 1920, Kropotkine declara que a «Rússia se converteu numa república soviética só de nome», e que «se se permitir que a situação continue, a própria palavra 'socialismo' se converterá num anátema», denuncia a miséria que reina no campo, que se tende a esquecer em Moscovo, e condena a prática «bárbara» de tomar reféns pela Cheka. «Creio que, para os melhores de entre nós, *o futuro do comunismo* conta mais do que a própria vida, e que, se pensais nesse futuro, abandonareis forçosamente essas medidas (...). Porque razão levar a revolução por um caminho que conduz à sua perda, devido sobretudo a defeitos que nada têm a ver com o socialismo e o comunismo, que são sobrevivências da velha ordem e de velhas deformações da autoridade ilimitada?» (reproduzido in Avrich, ed., cit. infra).

Os principais textos destas tendências podem consultar-se em R. V. Daniels, ed., *A documentary history of communism*, 2 vols., N. I., Vintage, 1960; *Documentos* de la *revolución mundial*, 2 vols., Madrid, Zero, 1971 (trad. de *Dokument der Weltrevolution*, H. F. Kool/E. Oberländer, Olten, 1968); *Die russische Arbeiter-opposition*, Hg. G. Mergues, Hamburgo, Rowolth, 1972; Avrich, ed., *The anarchists in the Russian Revolution*, Londres, Thames and Hudson, 1973; A. Skirda e outros, *Les anarchistes dans la révolution russe*, Paris, Tête de Feuilles, 1973; A. Kollontai, *L'opposition ouvrière*, Paris, Seuil, 1974 (trad. portuguesa, Porto, Afrontamento, 1973). O leitor encontrará informação sobre este período assim como sobre os grupos e tendências a que aludimos, no primeiro volume de *A history of Soviet Russia*, de E. H. Carr (1950-53, reed. em livro de bolso, Pelican Books; tradução portuguesa em curso de publicação nas Edições Afrontamento); L. Schapiro, *The origin of the communist autocracy*, Londres, London School of Economics, 1955 (trad. francesa, *Les bolchéviks et l'opposition*, Paris, Les Iles d'or, 1957); O. Anweiler, *Die Rätbewegung in Russland*, Leiden, Brill, 1958 (trad. francesa, *Les soviets en Russie*, Paris, Gallimard, 1972); R. V. Daniels, *The conscience of the revolution*, Harvard Univ. Presse, 1960; F. I. Kaplan, *Bólshvik ideology and the ethics of Soviet Labour, 1917-1920: the formative years*, Londres, Peter Owen, 1969; M. Brinton, *The bolsheviks and the Worker's Control*, Londres, Solidarity,

1970 (trad. espanhola, *Los bolcheviques y el control obrero*, Paris, Ruedo Ibérico, 1972; trad. francesa, Paris, Anthropos, 1974; trad. portuguesa, Porto, Afrontamento, 1975). V. também os capítulos «Party composition and machinery: 1917-1922», e «Control over province: army and legal machinery», em L. Schapiro, *The Communist party of the Soviet Union*, Londres, University Paper, 1960, e a análise de C. Castoriadis, «Le rôle de l'idéologie bolchévique dans la naissance de la bureaucratie (1964), reprod em *L'expérience du mouvement ouvrier*, 2, Paris, U.G.E., «10/18», 1974, pp. 385-416.

Na discussão de 1918 com Osinski, Bukarine e outros «comunistas de esquerda», Lenine (e mais tarde Zinoviev) não hesitava em empregar a expressão «capitalismo de Estado» para caracterizar, pelo menos parcialmente, o tipo de sistema *económico* do novo regime, apresentando-o como um progresso, uma vez que se encontrava controlado por um poder *político* «operário» (ou seja o do partido bolchevique). Observa-se aqui uma estranha oscilação, ou uma espécie de inversão pseudo-dialéctica do valor do «político» e do «económico», na atitude de Lenine (e depois de Trotski); ou, por outras palavras, o paradoxo de uma valorização e desvalorização simultâneas e extremas do factor «político». Valorização extrema: a) o «capitalismo de Estado» pode ser utilizado provisoriamente como um sistema económico, uma vez que o importante era a natureza proletária do poder *político*; daí que o problema da democracia operária na organização do trabalho (ou seja, a gestão colectiva *concreta* na empresa e *também* na economia no seu conjunto) seja considerado secundário ou sem importância real; mas b) ao mesmo tempo, desvalorização total: a *forma ou a organização* mesma desse poder político (funcionamento e poder real dos sovietes, pluralidade dos partidos operários, etc.) não tem no fundo demasiada importância, uma vez que o decisivo a longo prazo é o *novo modo de produção* em construção, ou em direcção ao que se tende (num contexto — para os bolcheviques — de decomposição à escala mundial da antiga sociedade, ou seja em que o novo sistema será «por definição» progressivo). A partir de 1921, seja já por anarco-sindicalistas como R. Rocker (*Die Bankrotte des russischer Staatskommunismus*, Ber-

lim, 1921; trad. francesa, *Les soviets trahis...*, Paris, Cahiers Spartacus, 1973), para quem a insurreição de Kronstadt revelará brutalmente a natureza do novo regime, seja por comunistas de «esquerda» como os do KAPD alemão, para quem a NEP representava uma capitulação perante «a burguesia e o campesinato», a expressão «capitalismo de Estado» começa a ser utilizada para designar um sistema no qual o proletariado está desprovido de todo o poder (uma vez que a expressão aparece com esse sentido na imprensa dos insurgidos de Kronstadt). Na própria Rússia, grupos de oposição clandestinos como a «Verdade Operária» (animado por Bogdanov, que já antes da revolução havia evocado a possibilidade do aparecimento de uma «nova camada exploradora») escrevem que «o partido se converteu em partido dirigente, partido dos organizadores e directores do aparelho governamental e da vida económica, com uma orientação de tipo capitalista» («Manifesto do grupo 'Verdade Operária'» [1922], rep. em Daniels, ed. 1960, *op. cit.*); outros, que o poder do partido «ameaçava transformar-se numa oligarquia capitalista» («Manifesto do 'Grupo Operário'» [animado por Miasnikov, 1923]; v. uma tradução recente em *Movimento Operaio e Socialista*, ano XVII, n.º 2-3, Abril-Setembro de 1971). Já em 1920, Miasnikov tinha defendido contra Lenine a liberdade total de imprensa, escrevendo que «o regime soviético deveria pagar o mesmo a um grupo de detractores profissionais, como o fizeram outrora os imperadores romanos» (cit. por Schapiro, *Les bolchéviks...*, p. 270). Miasnikov foi um dos poucos críticos de esquerda (excepto, claro, alguns «s-r de esquerda» e elementos anarcaizantes como, evidentemente, os maknovistas) que não tiveram uma atitude absurdamente hostil contra o campesinato — ameaça supostamente «pequeno-burguesa» e «restauracionista» — e reclamaram, ao contrário, a criação de sindicatos camponeses. Regressando ao ano de 1921, Miasnikov escrevia em 1934 (*La révolution prolétarienne*, 178, 10 de Julho de 1934): «já em 1920, os espantosos efeitos da guerra (...) produziram um deslocamento das bases de classe do Estado. À frente de todas as empresas havia, em vez de representantes operários, um director-burocrata. (...) Em 1921, o proletariado foi privado do direito de se

organizar (...) e a partir daí a burocracia, organizada num só partido, tendo usurpado o poder tanto na produção como no Estado, domina sem qualquer freio na Rússia» (p. 262). É interessante comparar a virulência destes textos com a moderação das críticas do «burocratismo» que começavam a aparecer no *Novo Curso* (1923) de Trotski (acessível na sua trad. francesa, reed. em *De la Révolution*, Paris, Minuit, 1963).

Da chegada ao poder da direcção estalinista ao fim da NEP

A chegada ao poder da direcção estalinista, em 1923-24, representa uma nova etapa, embora não tenha o carácter decisivo que lhe atribuiu a interpretação trotsquista. Sobre este período convém consultar E. H. Carr, *The Interregnum, 1923-1924*, Harm., Pelikan Books, (1954), 1969, sobretudo páginas 47-94 e 265-373; Daniels, *The conscience...*, pp. 172-252; Schapiro, *The communist party...*, pp. 267-324, particularmente o capítulo 17, «Party composition: the relations with the government»; e os testemunhos de Trotski (1936) e de V. Serge (1937), que citaremos adiante, assim como Souvarine, *op. cit.*, pp. 303-384. Assim como C. Lefort, «La contradiction de Trotski (1948-49)», *op. cit.* Durante esta fase, a mais violenta crítica da extrema esquerda contra o novo sistema foi a conduzida por uma série de grupos minoritários alemães: «grupo KATZ», AAEU de Ruhle e Pfenfert, *Kommunistische Politik* de K. Korsch, *Entschiedene Linke* de Schwarz, etc. V., por exemplo, sobre estas tendências, S. Bahne, «Zwischen 'Luxemburgismus' e 'Stalinismus'. Die 'Ultralinke' Opposition in der KPD», *Vierteljahreshefte fur Zeitgeschichte*, n.º 4, Outubro de 1961 (trad. francesa, «Entre le 'Luxembourgisme' et le 'Stalinisme'...», *Economies et sociétés*, t. VI, n.º 12, Dezembro de 1972). Houve outros grupos com posições similares na Europa, sobretudo em França e na Holanda. Embora afirmassem com razão que a classe operária já se encontrava privada de todo poder na Rússia e mesmo, como o grupo Schwarz (cit. na trad. francesa, Bahne, p. 239), que «a organização da revolução prole-

tária também estava na ordem do dia na Rússia», a principal debilidade das suas análises consistia no facto de, obnubilados por certos traços da NEP, sobrestimavam a importância dos elementos capitalistas e «burgueses» «tradicionais» e sobretudo o papel do campesinato (supostamente representado pela direcção estalinista...) no sistema. Defeitos semelhantes, juntamente com a fascinação pela analogia com a «revolução burguesa» clássica e a cegueira perante os traços qualitativamente *novos* do sistema, tenderão a limitar o interesse das contribuições ulteriores da «ultra-esquerda» (Pannekoek, etc.) sobre o tema, de que falaremos adiante (sobre este erro teórico que está na base daquelas análises, v. a crítica da posição de Lenine e de Trotski em relação ao campesinato, que com mais razão ainda se pode aplicar aos «esquerdistas» europeus, em C. Castoriadis, «L'exploitation de la paysannerie...» [1949] retomado em *La société bureaucratique*, 1, Paris, U.G.E., «10/18», 1973, pp. 301-306). Daí que, na Alemanha, a maior parte desses elementos, como de tantos outros elementos da oposição trotsquista, ficaram desarmados com a «viragem» de 1928, e desapareceram praticamente da cena política. Na Rússia, durante toda essa fase, Trotski afirmou continuamente contra posições mais ou menos semelhantes na «oposição» russa, que as conquistas de Outubro tinham sido conservadas», que «Termidor» era apenas uma «ameaça», que o «centrismo» estalinista representava de todas as formas um regime «proletário» e que a política da oposição devia ser uma política de «reforma» e não de «revolução». V., por exemplo, a «Plataforma» de 1927, em *Les bolchéviks contre Staline*, 1923-28, Paris, Editions de la 'IV Internationale', 1957, ou os textos de 1928-29 em L. Trotski, *Ecrits*, t. 1, Paris, Rivière, 1955 (em particular, «La défense de l'URSS et l'opposition» [1929], onde declara que «há que ter uma posição clara sobre a questão do Termidor e do carácter de classe do Estado soviético actual» e «combater implacavelmente as tendências korschistas»). Apesar de algumas intuições interessantes, que poderiam ter levado mais longe, sobre «a burocracia dos sovietes e do partido», «categoria social nova à qual haveria que consagrar todo um tratado», a «Carta a Valentinov» (1928) de C. Rokovski sobre «os

perigos profissionais do poder» (publicado no *Boletim da Oposição*, 6, Outubro de 1929; trad. francesa em *Les Bolchéviks contre Staline*) situa-se dentro dos limites da posição trotsquista.

Da colectivização e primeiro plano quinquenal às «grandes purgas»

A fase que começa em 1927-28 vê a eliminação definitiva de toda a oposição no partido; ao mesmo tempo a burocracia, mediante a colectivização da agricultura e a industrialização, assegura as bases materiais do seu poder. V., além das obras já citadas de Souvarine (*op. cit.*, pp. 471-544), L. Schapiro, *The communist party...*, pp. 278-398, e Fainsod, *How Russia...*, pp. 104-109, o primeiro volume das memórias do comunista jugoslavo A. Ciliga, *Au pays du mensonge déconcertant*, Paris, Plon, 1951 (Laed. Paris, 1938); e as análises de C. Lefort, trad. espanhola, *op. cit.* (1950), pp. 90-97, e (1957), pp. 109-120. Há uma informação inestimável sobre a situação dos operários e dos camponeses em M. Fainsod, *Smolensk under Soviet Rule*, Cambridge, Harvard U. P., 1958. Começam a aparecer as primeiras descrições detalhadas dos meios dirigentes; as mais interessantes são sem dúvida as de Trotski (sobretudo «Fisionomia social dos meios dirigentes», no cap. IV de *A revolução traída*), a de Ciliga («La classe dominante et son vrai visage», cap. VIII de *Au Pays...*) e a do operário francês Yvon, em *L'URSS telle qu'elle est*, Paris, Gallimard, 1938; as de Ciliga e de Yvon são tanto mais valiosas quanto eles puderam observar de perto estes meios durante vários anos, enquanto comunistas estrangeiros residentes na URSS (no que respeita as *interpretações*, as diferenças são óbvias entre a de Trotski, que vê na burocracia uma «casta parasitária», a de Yvon para quem o poder do partido não faz mais do que abrir o caminho ao poder de «especialistas responsáveis», e a de Ciliga, para quem a burocracia é a nova classe exploradora de um sistema capitalista de Estado). Estas três obras contêm capítulos não menos reveladores sobre a condição operária; v. também sobre este ponto *Destin d'une révolution: URSS, 1917-1937*, de V. Serge, Paris, Grasset, 1937 (a

posição de Serge sobre a natureza do regime é neste livro excepcionalmente confusa, oscilando entre praticamente todas as posições possíveis). Durante esta época a tese do «capitalismo de Estado» foi desenvolvida com infinitos matizes, na Alemanha por Otto Ruhle (com o pseudónimo de C. Steuermann) em *Weltkrise-Welwende. Kurs auf den Staatkapitalismus*, Berlim, 1931 (trad. francesa, *La crise mondiale*, Paris, Gallimard, 1932), por Arthur Rosenberg (de modo breve e bastante contraditório) na sua *Geschichte des Bolchevismus*, 1932 (trad. inglesa, Oxford, U. P., 1934; trad. francesa, Paris, Grasset, 1936, reedição recente), e por Hugo Urbahns (em 1933, na imprensa do «Leninbund»); em Inglaterra pelo Socialist party of Great Britain (SPGB); v. sobre esta corrente W. Jerome e J. Buick, «Soviet State capitalism? The history of an idea», *Survey*, n.º 62, Janeiro de 1967; e, dentre os antigos membros da «oposição de esquerda» russa, por Ciliga (*Op. cit.*). (Ciliga chegou a esta conclusão em 1930-31, através das discussões entre os membros da «oposição» nos cárceres estalinistas; v. Ciliga, pp. 92-104, 151-166, 186-206). Em França, por elementos ligados à «ultra-esquerda» alemã e holandesa, e por sindicalistas revolucionários de *La Révolution prolétarienne*, como L. Louzon (v. por exemplo o capítulo sobre o «capitalismo de Estado» em *L'économie capitaliste*, Colecção da *LRP*, Paris, 2.ª edição, 1935). A tese segundo a qual a União Soviética representa um tipo de sociedade que não é «nem capitalista nem socialista» foi apresentada de modo relativamente sistemático em 1931 por Lucien Laurat (*L'économie soviétique*, Paris, Valois, 1931: «Contra o que afirma Korsch, o Estado soviético não se converteu num Estado de classe capitalista», «não há restauração do capitalismo na Rússia», mas «a burocracia da União Soviética é uma nova classe exploradora» e «encontramo-nos perante uma nova forma de exploração do homem pelo homem»); e na Alemanha (*embora* de passagem tenha empregue a expressão «capitalismo de Estado») pelo economista reaccionário F. Fried (H. Zeher) em *Das Ende der Kapitalismus*, Iena, *Diedrichs*, 1931 (v. Simone Weil, «Allons-nous vers une révolution prolétarienne?», *La révolution prolétarienne*, 156, Agosto de 1933, reeditado em *Oppression et liberté*, Paris, Gallimard, 1955; tradução portuguesa,

Lisboa, Liv. Moraes Editores, 1965); era também a de Yvon, *op. cit.*, 1938. A partir de 1933, é elaborada de modo sistemático, a interpretação trotsquista «canónica» sobre a natureza da URSS em *A revolução traída* (edição francesa acessível, Paris, U.G.E., «10/18», 1969) e através de numerosas polémicas. «The class nature of the soviet State» (1933), reeditado em *Writings of Léon Trotski* (1933-34), N. I., Pathfinder, 1972, onde ataca Urbahra, Laurat, Souvarine e Weil; e, sobretudo, «Once again. the URSS an its defense», (1937) (contra Craipeau — que depois retornou ao trotsquismo ortodoxo, mas que afirmava em 1938 que a burocracia era uma «nova classe», que a revolução anti-burocrática seria uma revolução «social» e que havia que abandonar a palavra de ordem de «defesa da URSS», *embora* a economia planificada fosse «progressiva» em relação ao capitalismo ocidental; vf. *IV Internationale;* n.º especial de Junho de 1938; fragmentos do texto da Craipeau foram reproduzidos in *The defense..., loc. cit. infra* — e contra Yvon), e «Not a workers and not a bourgeois State?» (1937), ambos reeditados em *The writings of Leon Trotsky*, 1937-38, ib., e, em francês, em *Défense du Marxisme*, Paris, EDI, 1972. A vitória da burocracia deve-se ao «atraso» da Rússia e ao «isolamento» da Revolução, trata-se pois de um «acidente» histórico, o resultado de uma combinação «temporal e excepcional» de circunstâncias. A burocracia é uma «casta», não uma classe independente, apenas um «tumor» sobre o proletariado. Por conseguinte, o seu regime é essencialmente instável, já que há uma contradição entre as novas «relações de propriedade» (fundadas na nacionalização e na planificação) herdadas da revolução de Outubro, e as «normas de distribuição» de tipo burguês. Essa «sociedade intermédia entre o capitalismo e o socialismo» não pode pois escapar à alternativa: ou avanço até ao socialismo (que levaria inevitavelmente à destruição do poder da burocracia) ou restauração burguesa. A União Soviética continua sendo um «Estado operário» (embora «degenerado») já que enquanto as relações de propriedade criadas pela revolução não tenham sido abolidas, o proletariado continua sendo a classe socialmente (embora não politicamente) dominante. A revolução antiburocrática será assim *política* e não *social* (uma vez que se conservará

o sistema fundado na propriedade colectiva dos meios de produção). Os revolucionários devem defender «incondicionalmente» esse Estado contra os seus inimigos capitalistas: a economia planificada, ligada às novas relações de propriedade, sendo a única possibilidade de progresso histórico perante um capitalismo «em decomposição».

A posição dos mencheviques russos (Abramovitch, Yugoff, Schwarz, Nicolaevski, etc.) e dos social-democratas ocidentais (Kautsky, por exemplo) oscilou sempre entre as duas teses («capitalismo de Estado»/«colectivismo burocrático»), os mencheviques adoptando geralmente a segunda. (Diga-se de passagem que, se Kautsky e outros costumavam limitar-se a criticar os aspectos «ditatoriais» do regime, sem fornecer verdadeiras tentativas de análise, o mesmo não se pode dizer dos mencheviques, sobretudo no terreno da história económica, e do estudo dos grupos dirigentes). É de assinalar no entanto a notável excepção (a partir de 1939) do austríaco Otto Bauer, que escrevia em 1936 que «a sociedade socialista (...) se converteu numa realidade tangível na URSS». V. *Otto Bauer et la Révolution*, Textes choisis... par Y. Bourdet, Paris, EDI, 1968. V. também a sua defesa da «obra histórica» de Estaline e da «necessidade de meios ditatoriais» na sua crítica violenta do *Staline* de B. Souvarine, em *Zeitschrift fur Sozialismus*, Novembro de 1935. Uma discussão bastante semelhante teve lugar a princípios dos anos 40 nos meios mencheviques; TH. Dan defendia nela, contra Schwarz, Yogoff, etc., a tese do «Estado operário». V. a posição de Dan em *Proiskojdenie bolchevisma*, N.I., Novaia Demokratiia, 1946 (trad. inglesa, *The origins of bolshevism*, N.I., 1964). Dos estudos que representam a posição menchevique maioritária, talvez o mais sistemático seja a obra publicada depois da guerra por D. J. Dallin, *The real soviet Russia*, New Haven, Yale U.P., 1947.

Característica dos anos 30 é a literatura de «viagens à Rússia» que há que mencionar aqui, porquanto desempenhou um papel importante na formação da «imagem» da URSS nos países ocidentais até ao período da «guerra fria». A parte quantitativamente mais considerável é constituída pela produção dos «simpatizantes», o que Trotski designou por escola do «socialismo para turistas

radicais», que desenvolveu ao máximo a sua quase infinita capacidade de nada ver e nada compreender durante os «processos de Moscovo» (Pares, Duranty, Laski, etc.) A obra mais característica deste género é provavelmente *Soviet communism: a new civilisation*, 1.ª ed. Londres, 1935, 3.ª ed., 1944, de B. e S. Webb, onde o leitor descobre que as eleições na URSS eram perfeitamente livres, que Estaline dispunha de menos poderes que o presidente americano, e que «a livre crítica, por mais hostil, era não só permitida como suscitada na URSS». V. sobre este tipo de literatura, «The western image of Soviet Union, 1917-1926», *Survey*, 41, Abril de 1962. V. outras referências sobre um período ligeiramente anterior, em L. S. Fever, «American travellers to the Soviet Union, 1917-1932...», *American Quarterly*, vol. XIV, n.º 2, 1962. Dos testemunhos críticos, o mais interessante é talvez o do jornalista americano E. Lyons, *Assignement in Utopia*, Londres, Harrap, 1938, e o mais influente é, sem dúvida, o de André Gide, *Retour de l'URSS*, Paris, Gallimard, 1950. V. igualmente, *I searched for truth in Russia*, Londres, Routledge, 1936, do inglês Sil Walter Citrine.

Ao mesmo tempo, no mundo capitalista ocidental, a época da grande crise e as tentativas consecutivas de «capitalismo organizado», «planificação» nazi, «new deal» americano), viu surgir uma série de correntes «tecnocráticas» e «planificadoras»: efémero movimento «tecnocrático» de Howard Scott nos EUA, que encontrou eco em meios já influenciados por Veblen, *Die Tat* de Fried antes de 1933 na Alemanha. (Mencionamos aqui de passagem Rathenau que foi um precurssor nessa direcção, em torno do grupo *Plans* em França, etc. Estas correntes, onde se mesclava a descrição e a profecia, a análise e a apologia, correspondem a um movimento de aceleração de um processo de burocratização das sociedades capitalistas que se desenvolvia de modo ininterrupto desde os finais do séc. XIX, e que se afirmava com toda a nitidez após a segunda guerra mundial (v. as análises dos diferentes aspectos deste processo nas obras de Drucker, Selznick, Riesman, Mills, White, etc.). Neste contexto foi publicado o estudo de A. Berle e G. C. Means sobre a dissociação entre «propriedade» e «direcção», *The Modern Corporation and Privat Property*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and World, (1932), edição revista

em 1968. Se se quer compreender o sentido deste desenvolvimento da organização burocrática na sociedade moderna (nas empresas, no aparelho de Estado, e no próprio movimento operário) nada mais claro e conciso, a nosso ver, que a II Parte («El capitalismo burocratico») de *Capitalismo moderno y revolución*, de P. Cardan (pseudónimo de C. Castoriadis), Paris, Ruedo Ibérico, 1969 (edição francesa em revista, 1960-62; 1.ª edição inglesa, Londres, Solidarity, 1965).

Do Terror à guerra

Em 1937-38, o Terror destrói toda a oposição, real ou virtual; paralelamente à eliminação de todos os elementos ligados ao passado «pré-estalinista» verifica-se a entrada em massa de elementos «novos» na burocracia russa. V. sobre o período as obras de Fainsod (*How Russia...*, sobre o que foi dito, pp. 505-506, e *Smolensk...*, caps. 12 e 16) e Schapiro; *The communist party...*, pp. 418-451. Como nunca se insistirá demasiado na ideia que o sistema burocrático, como o sistema burguês «vem ao mundo jorrando sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés» (*O Capital*, liv. 1, sec. 7, cap. XXIV) o leitor que o tenha esquecido consultará *The Great Terror* de R. Conquest, (1968), ed. revista, Pelican Books, 1971; sobre o sistema concentracionário v. também P. Barton, *L'Institution concentrationnaire en Russie*, 1930-37, Paris, Plon, 1959, e as centenas de análises citadas nestas duas obras; sobre a condição operária, S. Schwarz, *Labor in the Soviet Union*, N.I., Praeger, 1952 (trad. francesa, *Les ouvriers en Union Soviétique*, Paris, Rivière, 1956), e R. Conquest, ed. *Industrial Workers in the URSS*, Londres, The Bodley Head, 1967. V. também o estudo de S. M. Schwarz sobre a burocracia na produção, «Heads of the Russian Factories. A sociological study», *Social Research*, IX, 3, Setembro de 1942 (e sobre este aspecto, de entre os estudos ulteriores, J. S. Berliner, *Factory and manager in the URSS*, Cambridge, Mass., 1957; D. Granick, *The red executive*, N. I. Doubleday, 1960; J. R. Azrael, *Managerial power and soviet politics*, Cambr., Harvard U.P., 1966.

Nesta época surgem três versões «clássicas» da interpretação «colectivista burocrática»: a obra delirante de Bruno Rizzi, *La bureaucratisation du monde*, Paris, 1939 (a quem se deve a expressão «colectivismo burocrático»), que deve a sua notoriedade imerecida à polémica de Trotski em *In defense...* e aos esforços inumeráveis do ex-trotsquista francês P. Naville para a refutar; (da copiosa produção ulterior de Rizzi, V. os 6 volumes de *Il socialismo della religione ala scienza*, Milão, Ed. Razionalista, 1947-49, e a edição italiana de *Il colecctivismo burocratico*, Imola, Ed. Galeati, 1967); o artigo de Rudolf Hilferding, «Capitalismo de Estado ou economia totalitária?», *Sots-Vestnick*, 25 de Abril de 1940, frequentemente republicado em seguida, por ex., na antologia de C. Wright Mills, *The marxists* (trad. espanhola); e *The managerial revolution*, de James Burnham (1941, numerosas reedições ulteriores: existem traduções francesa, espanhola e portuguesa); v. também os textos de M. Schachtman reunidos em *The bureaucratic revolution*, N.I., Donald P., 1962 (é necessário precisar que, embora a evolução política de Schachtman o levasse a adoptar posições cada vez mais conservadoras, alguns dos elementos que aceitavam a sua análise da URSS no Workers Party americano — por exemplo, Hal Draper, [ver a sua carta sobre Rizzi, cit, infra] — mantêm até hoje uma actividade política revolucionária). Sobre Rizzi, ver J. M. Fenwick, «The mysterious B. Rizzi», *The new international*, 1948, e a discussão nos anos 1957-1958, citada infra. Escreveram-se tantos e tão grandes disparates sobre a suposta influência de Rizzi sobre outros autores que mais vale caritativamente esquecer os nomes dos que acreditaram com mais ou menos boa fé encontrar essa influência. Digamos simplesmente de passagem que: a) a edição francesa do seu livro foi quase totalmente destruída durante a guerra e, por conseguinte, a sua difusão praticamente nula; b) é por demasiado difícil compreender como um qualquer indivíduo medianamente sensato poderia ter sido influenciado por um balbuceio incoerente onde se misturam coisas já anteriormente ditas, e melhor, uma quantidade de opiniões arbitrárias e, o mais inacreditáveis (num autor supostamente revolucionário), um delírio anti-semita; e que, sobretudo, c) contém *duas* teses total-

mente incompatíveis no *mesmo* livro (sobre o carácter «progressivo» ou não da URSS e dos regimes fascistas). Há uma abundante literatura sobre Burnham que não podemos mencionar aqui; v. além da discussão nos anos 40 que aludiremos a seguir, a crítica de George Orwell, «J. Burnham and the managerial revolution» (1946) e «Burnham's view of the contemporany world struggle», (1947), republicado em *The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*, vol. 4, 1945-1950. Penguin, Harm., 1970; assim como, de um ponto de vista diferente, a nota de C. Lefort (1957), republicada em *Eléments*..., pp. 313-314. Sobre a sua obra principal pode repetir-se o que A. Patri escreveu em 1947 (*Masses*, n.º 11, Outubro-Novembro de 1947): «O núcleo racional da tese de Burnham é apenas a afirmação de que o socialismo democrático não é a única alternativa ao capitalismo privado, sem mais. Para o resto, basta que os que continuam querendo realizar o antigo ideal socialista (e Burnham já não é destes) saibam que, de agora em diante, terão que lutar em duas frentes — e a maior parte já o sabia». Da sua prolífica produção ulterior talvez a menos desinteressante seja *The Machiavellians* (em particular os capítulos sobre Mosca, Sorel, Michels e Pareto). N.I., John Day, 1943. Quanto a Hilferding recordemos que para ele não só a «economia totalitária» russa não pode ser «capitalista de Estado», uma vez que não pode haver capitalismo sem «autonomia» das «leis do mercado», mas também que «o sistema russo, e totalitário em geral, não é determinado pelo carácter da economia. Ao contráro, essa economia está determinada pela política, formada pelo poder político e subordinada aos fins do poder político» (e a política, por sua vez, «está determinada pelo pequeno grupo que está no poder», e não por uma «classe burocrática»). Hilferding encontra uma analogia do sistema no «Baixo Império romano, com os seus pretores e imperadores»... Citemos por último dentro desta categoria, e como simples curiosidade, porque está completamente esquecida hoje, mais uma versão (bastante semelhante à de Fried) da apologia da nova «élite» que substituira a burguesia: L. Dennis, *The dynamics of war and revolution*, N.I., The Weekly Foreign Letter, 1940 (v. a crítica de Mattick e a

resposta de Dennis em *Living Marxism*, vol. V, n.º 3, 1941).

A tese «capitalista de Estado» continuou a ser defendida pelos «comunistas conselhistas» exilados nos EUA. V. os artigos de K. Korsch, A. Pannekoek, O. Ruhle e P. Mattick publicados em *International Council Correspondance* (1934-37), e *Living Marxism* (1938-41). Há várias antologias de textos dessa tendência traduzidas em francês: v. S. Bricianer, *Pannekoek et les conseils ouvriers*, Paris, EDI, 1969; Korsch/Mattick/Pannekoek/Ruhle/Wagner, *La contre-révolution bureaucratique*, Paris, 10/18, 1975; v. também a actual posição de Mattick nos capítulos XX («Capitalismo de Estado e economia mista») e XXII («Valor e socialismo») de *Marx and Keynes*, Boston, Porter Sargent, 1969 (trad. francesa, Paris, Gallimard, 1972). Durante e depois da guerra a tese foi defendida nos EUA pelos ex-trotsquistas da tendência «Johnson-Forest»; v. F. Forest (R. Dunayevskaya), «An analysis of Russian economy», e «The nature of russian economy», *The new international*, 1942-47; R. Dunayevskaya, «New revision of marxian economics», *American Economic Review*, Setembro de 1944; «Revision or reaffirmation of marxism? A repoinder», *Am. Ec. Rev.*, Setembro de 1945; J. Johnson (C. L. R. James), «Trotski's Revolution Betrayed», *The New International*, Outubro de 1946 (republicado em *International Socialism*, 16, 1964); R. Dunayevskaya, *Marxism and Freedom*, N.I., Twayne, 1958, 2.ª ed. 1964; trad. francesa, *Marxisme et Liberté*, Paris, Champ Libre, 1971; «Bureaucratie et capitalisme d'Etat», *Arguments*, n.º 17, 1960; e no México, por G. Munis (*El SWP y la guerra imperialista*, México, Ed. Révolucion, 1945; *Los revolucionários ante Rusia y el estalinismo mundial*, México, Ed. Révolucion, 1946). V. a posição de Trotski na polémica de 1939-40 que levou à cisão do SWP (Partido Socialista Operário, secção americana da «IV Internacional», trotsquista) em *In defense of marxism* (1942), reed. N.I., Merit, 1965, trad. francesa, Paris, EDI, 1972. Recordemos que Trotski afirmava nesse texto que o resultado da segunda guerra mundial resolveria definitivamente o problema da natureza da burocracia estalinista: a guerra desembocaria forçosamente numa nova revolução proletária ou numa restauração burguesa; e neste último

caso — ou se a revolução se burocratizasse de novo — haveria então que admitir que o regime estalinista era «a primeira etapa de uma nova sociedade de exploração» e que a burocracia «se convertia numa nova camada exploradora»; haveria então que elaborar um novo «programa mínimo» para defender os interesses dos «escravos da nossa sociedade burocrática totalitária». Não é preciso dizer que Trotski acreditava firmemente que o que se realizaria seria o primeiro termo da alternativa, e que o segundo era apresentado como uma *hipótese* (cuja utilização na polémica é evidente: trata-se de uma hipótese «aterrorizante» — uma sociedade de «escravos», na qual haveria que abandonar toda a esperança de transformação revolucionária; de tal modo que parece mais um espantalho em cuja existência eventual Trotski fingia acreditar).

COMPOSIÇÃO E IMPRESSAO
Empresa Norte Editora
(A. C. Calafate, Herds., Lda.)
Rua Pereira Azurar
Póvoa de Varzim